



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

OMARI LUDOVICO MARTINS

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DIREÇÃO SOCIAL DA
VERTENTE *INTENÇÃO DE RUPTURA***

TESE DE DOUTORADO

RIO DE JANEIRO
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

OMARI LUDOVICO MARTINS

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DIREÇÃO SOCIAL DA
VERTENTE *INTENÇÃO DE RUPTURA***

Tese apresentada à banca examinadora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência parcial para a obtenção do título de doutora em Serviço Social sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Montaña.

RIO DE JANEIRO
2009

210 f.;

MARTINS, Omari Ludovico.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2009.

Inclui referências Bibliográficas

1. Renovação do Serviço Social 2. Projeto ético político 3. Intenção de ruptura 4. Continuidade/ruptura 5. Direção social e política crítica. Montañó, Carlos Eduardo II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DIREÇÃO SOCIAL DA
VERTENTE *INTENÇÃO DE RUPTURA***

Tese submetida ao corpo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutora.

Aprovada por:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Montaña – Orientador

Profa. Dra. Cláudia Mônica dos Santos

Profa. Dra. Marilene Aparecida Coelho

Profa. Dra. Mavi Pacheco Rodrigues

Profa. Dra. Yolanda Demétrio Guerra

DEDICATÓRIA

A meu pai Omar Ludovico de Almeida que, com sua simplicidade e sabedoria, ensinou-me a caminhar na busca da emancipação humana. Aqui registro a minha saudade.

A minha mãe, Lia, mulher guerreira que, nas condições objetivas e subjetivas de uma dura realidade marcada pela desigualdade social, lutou na defesa de nossos direitos quando, ainda, não tínhamos condições de fazê-lo. Tornou-se para seus filhos um exemplo de mãe, mulher e de companheira.

A Jonas, meu esposo querido e grande companheiro de momentos que foram difíceis. A sua presença firme ao meu lado, não me deixou sucumbir. A sua dedicação e carinho foi o porto seguro nesta caminhada.

A meus filhos Dulce, Jonas Júnior, Kátia e Cyntia, que sempre me incentivaram de maneira carinhosa.

A meus filhos do coração Luiz, Alciene, que comigo compartilharam todos os momentos desta trajetória.

A Pedro Giácomo e Maria Luiza, meus netinhos queridos, amores de crianças que vieram alegrar a vida de minha família.

A Cibele, Jurema e Mário, que, de certa maneira, estiveram comigo nesta luta.

AGRADECIMENTOS

Concluir o curso de doutorado é, sem dúvida, uma vitória que não pode ser creditada somente a mim. Ela não foi uma luta isolada, mas o resultado do empenho coletivo, e a indicação dos responsáveis diretos, verdadeiros sujeitos deste processo, é um dever que cumpro com muita alegria, pois traz o sabor da justiça pelo reconhecimento. Estou muito feliz por ter vencido mais um desafio e com a clareza de que devo a muitas pessoas, as quais foram fundamentais nesse momento.

Ao meu orientador Carlos Eduardo Montaña, querido mestre, com quem aprendi muito e por quem tenho grande admiração. Agradeço-lhe pelo seu profissionalismo, sabedoria e paciência com que me conduziu nesta caminhada. Tornou-se minha grande referência. A ele, o meu mais profundo reconhecimento.

Aos professores José Paulo Netto e Yolanda Demétrio Guerra, que imprimiram em meu processo de formação a marca da seriedade e do rigor científico, com uma presença firme e carinhosa própria daqueles que são detentores de grande sabedoria, com a dimensão exata do que seja o educador em uma universidade pública e do que seja a construção de um Serviço Social na direção da emancipação humana. Cada um deles teve a sua importância em um processo desempenhado com muito compromisso. Yolanda, grande companheira, acompanhou-me desde a seleção para o curso de doutorado, fazendo-se presente nos momentos mais importantes na qualificação dos *papers*, do projeto de pesquisa e da pré-banca. Também, estivemos juntas nas aulas e no Núcleo de Fundamentos de Serviço Social. José Paulo Netto, além das salas de aula, nas quais ministrava sua disciplina, seguiu-me na qualificação do projeto de tese e na pré-banca, com questionamentos que muito contribuíram para minha maturidade intelectual.

A Mavi Pacheco Rodrigues, pela forma cuidadosa na leitura e nas críticas e sugestões apontadas nas bancas de qualificação do projeto, pré-banca e defesa em substituição ao titular prof. Dr. José Paulo Netto.

Ainda, os demais professores do curso de doutorado em Serviço Social da UFRJ José Maria, Laura Tavares Soares e Maria Helena Rauta Ramos, por suas contribuições muito valiosas.

A todos os funcionários da Secretaria da Pós-graduação e de modo particular, ao Fábio pelo seu compromisso no desempenho das tarefas que lhe competem em sua condição de trabalhador do serviço público.

Aos professores do Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás (UCG) pelo incentivo e apoio para minha licença, sobretudo à Eleusa B. Ribeiro, pelas leituras dos trabalhos e pelo ombro amigo de todas as horas. À Regina Sueli minha querida amiga, que sempre me deu forças para continuar lutando nos momentos difíceis, cedendo-me o seu acervo, anais de congressos, exemplares da revista *Temporalis* e obras de sua biblioteca. À Walderez Loureiro Miguel, amiga irmã, uma das grandes responsáveis por este momento, pois foi graças a ela que o convênio da Universidade Católica de Goiás (UCG) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) se concretizou. Agradeço a sua participação na banca de qualificação do *paper* e o acompanhamento passo a passo do desenvolvimento do curso de doutorado, quanto buscou remover obstáculos que se interpunham nesta caminhada. À Darci Roldão, companheira e irmã por opção, cúmplice desses momentos, pelo empenho para que tudo chegasse ao fim na melhor condição possível. Mesmo com sobrecarga de atividades, sempre achou um momento para me apoiar em todos os sentidos. À Marilene, minha grande amiga, com quem tenho muitas dívidas pela sua presença nas ocasiões em que dela precisei. Ela sempre esteve comigo nos momentos mais críticos, na condição de fiel companheira. A ela, minha eterna gratidão!

É com muito carinho que agradeço a Jonas, meu esposo e companheiro. Ele acompanhou, incansavelmente, os meus passos, apoiou-me e se envolveu plenamente com meu trabalho, contribuindo nas tarefas possíveis, e assegurando, com o máximo empenho, que nenhum obstáculo impedisse o meu caminho.

Ao Luiz do Nascimento Carvalho meu filho do coração, pela cumplicidade, que não lhe permitiu se distanciar de minha caminhada, apoiando-me em leituras e correções da produção, na interlocução no cotidiano, não me deixando sentir só nos momentos mais difíceis que tive que enfrentar no decorrer do curso de doutorado.

À minha filha Kátia, pelo apoio nas diversas transcrições de fitas com a máxima qualidade para que eu não perdesse o conteúdo das orientações dos professores que compuseram a banca de qualificação do projeto e a pré-banca, o que contribuiu para qualificar a minha produção.

Aos funcionários da Secretaria do Departamento de Serviço Social da UCG, na pessoa da Diana pela atenção sempre dispensada para assegurar as condições necessárias para que este momento acontecesse.

A Neimy, grande companheira, pelo empréstimo de seu acervo de documentos, relatórios do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), revistas e anais de congressos, ofícios e outros que continham a trajetória da categoria dos assistentes sociais. Ainda, a sua disposição em acompanhar-me nas articulações a fim de assegurar o acesso ao Cfess, acompanhando-me nas consultas ao acervo documental nos arquivos da entidade. Ela acompanhou meus movimentos e se colocou disponível para assegurar-me todas as informações necessárias.

À Leile companheira de vários anos, sempre pronta nos momentos certos, pela formatação e articulação para assegurar a versão do resumo em francês com a prontidão que lhe é própria.

À Luana, pela solidariedade nos momentos difíceis e pelo empréstimo dos textos.

À Joana pelo carinho e o pronto desempenho na versão do resumo em inglês.

À Darcy Costa, pela sua presteza nas correções, pelos seus ensinamentos e a forma carinhosa que sempre me dedicou, nas correções dos trabalhos.

Ainda, a Marilda Iamamoto, a Marlise Vinagre e a Silvia Helena Terra pelas entrevistas concedidas. Elas foram de grande importância para o direcionamento da pesquisa, e também, as informações concedidas por Maria Inês Bravo e Jussara Mendes, elas foram de grande valia nesta tese.

A minha família, pelo apoio e compreensão por meu distanciamento, para que tudo acontecesse como necessário.

A Messias pela dedicação para que tudo acontecesse a tempo e a hora na relação da UCG e a pós-graduação da UFRJ.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para esse momento.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim aquelas com que se defronta diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx

LISTA DE SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Eletrônica
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
ALAETS – Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social
ALN – Aliança Liberal Nacional
ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais
ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
APAS – Associação Profissional de Assistentes Sociais
APASSP – Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BH – Belo Horizonte
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CELATS – Centro Latino Americano de Trabalho Social
CENEAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEDEPSS – Centro de Documentação de Pesquisa em Serviço Social
CELATS – Centro Latino Americano de Trabalho Social
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CENAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora.
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNS – Companhia Nacional de Siderurgia
CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRT – Delegacia Regional de Trabalho
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA – Estados Unidos da América
FASUBRA – Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP – Federação da Indústria e comércio do Estado de São Paulo
FITS – Federación Internacional de Trabajadores Sociales
FMI – Fundo Monetário Internacional
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
ISI – Instituto de Solidariedade Internacional
INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Base
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrático Cristão

PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PUC – Pontífice Universidade Católica
PR – Partido Republicano
PT – Partidos dos Trabalhadores
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
SESSUNE – Secretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SNI – Serviço Nacional de Investigação
SUS – Sistema Único de Saúde
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UCG – Universidade Católica de Goiás
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade Nacional de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
USAID – United States Agency for International Development
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO I - NAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS, A TRAJETÓRIA DA VERTENTE <i>INTENÇÃO DE RUPTURA</i> E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL.....	31
1.1 Capitalismo monopolista e crise do capital.....	32
1.2 O Estado brasileiro e a organização dos trabalhadores.....	39
1.3 A reforma do Estado brasileiro	68
CAPÍTULO II - NO PROCESSO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANA, A VERTENTE DE <i>INTENÇÃO DE RUPTURA</i>	84
2.1 A vertente intenção de ruptura e o serviço social.....	97
2.2 A trajetória da vertente intenção de ruptura: uma articulação política.....	104
2.3. Na resistência dos trabalhadores, o fortalecimento da vertente intenção de ruptura	117
2.4 A intenção de ruptura na organização sindical dos assistentes sociais	125
CAPITULO III - O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS.....	133
3.1 As entidades da categoria e a construção do projeto ético-político.....	139
3.2 O projeto ético-político: um processo em construção.....	158
3.3 O projeto ético-político, uma relação de continuidade e ruptura com a intenção de ruptura	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193

RESUMO

A tese tem como objeto a trajetória da vertente de *intenção de ruptura* e a construção do projeto ético-político do Serviço Social, objetivando identificar, no movimento do real, as forças ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas impulsionadoras da perspectiva histórico-crítica do Serviço Social brasileiro, para demarcar as relações de continuidade e ruptura presentes no processo de construção do projeto ético-político e da vertente de *intenção de ruptura*. O segmento marxista dos assistentes sociais, que optou por contribuir na construção da vertente da *intenção de ruptura* no Serviço Social, compondo um grupo heterogêneo, adquiriu maturidade intelectual e política, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, quando se constatou que as raízes da formulação do projeto ético-político estão no processo de recusa e crítica ao conservadorismo, redirecionando-se para os fundamentos ontológicos do ser social e rearticulando os rumos da profissão para um projeto profissional crítico. Esse segmento marxista de assistentes sociais participou da constituição e consolidação de uma direção social e política, ao tecer o projeto ético-político profissional. Trata-se de uma construção coletiva, cujos sujeitos foram as entidades representativas dos assistentes sociais, que forjou, no bojo dos movimentos sociais e dos partidos políticos, a consciência coletiva acerca da importância do exercício do pluralismo e da participação na luta pela disputa de uma direção social e política que contribuía para o avanço do Serviço Social. Esta tese implicou realizar um percurso histórico capaz de apreender o real em seu movimento contraditório – as relações de continuidades e rupturas – de uma totalidade expressa em um dado momento do capitalismo monopolista na periferia. Os dados foram obtidos pela pesquisa bibliográfica, pesquisa em fontes documentais nos arquivos do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), em anais de congressos brasileiros de assistentes sociais, nos cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), nas revistas *Temporalis*, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), e *Inscrita*, do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess). Foram cotejadas as teses e os artigos, relacionados à discussão do objeto em questão e de interesse para o estudo. Ainda, com o objetivo de nortear a coleta de dados, foram realizadas duas entrevistas com atores de relevância no processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social. Constata-se que a *intenção de ruptura* e o projeto ético-político são diferentes. Ela, por um lado, subsidiou em parte a construção do projeto ético-político, mas não se esgota nessa construção. O projeto ético-político, por outro, expressa-se na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares, e é permeado por várias concepções teórico-metodológicas, portanto, é heterogêneo, possuindo maior abrangência. A *intenção de ruptura* é formada por pensadores dispersos no tempo e no espaço e tem uma identidade marxista, não comportando outras concepções como a pós-moderna e a liberal keynesiana. Para entender o projeto ético-político é necessário conhecer a trajetória da *intenção de ruptura*. Tanto a vertente *Intenção de Ruptura* como o projeto ético político apresentam críticas ao capitalismo e se unem na diversidade contra o neoliberalismo.

Palavras chave: renovação do Serviço Social; projeto ético-político; *intenção de ruptura*; continuidade/ruptura; direção social e política crítica.

ABSTRACT

The presented thesis aims to the trajectory of the strand of *intent to rupture* and the construction of the ethical-political project of Social Service, aiming to identify on the movement of the real, the ethical-political forces, theoretical-methodological, and technical-operational driving of the perspective historical-critical of the Brazilian Social Service. The social workers who have chosen the side of the intention of rupture, acquired intellectual and political maturity, especially in the 1980s and 1990s, participated in the consolidation of a hegemonic social direction to the profession and were weaving the ethical-political professional project. This is a collective construction, whose the social subjects were, in addition to segments of the category, the representative bodies of social workers that is forging, in the midst of social movements and political parties, the collective consciousness about the importance of the exercise of pluralism and participation in the struggle for social direction that contributes to the advance of Social Service and segment of students. This discussion involved conducting a historical route capable of apprehend the real in its contradictory movement - continuity and rupture - of a totality expressed in a certain time of monopoly capitalism in the suburb. The data were obtained by bibliographic research, research in documentary sources in the archives of the Federal Council of Social Service (Cfess) in annals of the Brazilian congress of social workers, in terms of Abess, in the magazines *Temporalis*, of Abepss, and *Inscrita*, of Cfess / Cress. We compared the theses and articles, related to the discussion of the object in question and of interest to the study. Still aiming to guide the data collection, two interviews were held with relevant actors in the process of construction of the ethical-political project of Social Service. It appears that the roots of the formulation of the ethical-political project are in the process of rejection and criticism to the conservatism that is based on ontological grounds of the social being, articulating the directions of the profession to a critical professional project.

Keywords: Social Service, ethical-political project; intention of rupture; continuity / rupture.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objet d'études le parcours de la versant d'*intention de rupture* et la construction du projet éthique-politique du Service Social, et elle a l'objectif d'identifier, dans le mouvement du réel, les forces éthique-politiques, théorique-méthodologiques et technique-opératives qui poussent la perspective historique-critique du Service Social brésilien pour délimiter les rapports de continuité et de rupture présents dans le processus de construction du projet éthique-politique et de la versant d'*intention de rupture*. La branche marxiste des assistants sociaux qui ont choisi de contribuer à la construction de la versant de l'*intention de rupture* – et qui ont composé un groupe hétérogène – se sont bénéficiés de la maturité intellectuelle et politique, notamment dans les décennies 1980 et 1990, moment où on a constaté que les racines de conservantisme, où on s'est tournée vers les fondements ontologiques du être social et où on a réarticulé les horizons de la profession pour un projet professionnel et critique. Ce segment marxiste d'assistant sociaux a participé de la construction et consolidation d'une direction sociale et politique depuis le moment où il a créé le projet éthique-politique professionnel. Il s'agit d'une construction collective, dont les sujets sociaux ont été, les entités représentatives des assistants sociaux. Celles-ci forgent, au sein des mouvements sociaux et des partis politiques, la conscience collective à propos de l'importance de l'exercice du pluralisme et de la participation au combat pour la dispute d'une direction sociale qui contribue au progrès du Service Social et segment d'étudiants. Cette discussion a impliqué dans la réalisation d'un parcours historique capable d'appréhender le réel dans son mouvement contradictoire – continuité et rupture – d'une totalité exprimée dans un certain moment du capitalisme monopolitiste à la périphérie. Les données ont été obtenues par la recherche bibliographique, recherche dans des sources documentalistes dans les archives du Conseil Fédéral de Service Social (Cfess), dans des annales des congrès brésiliens d'assistants sociaux, dans les cahiers de l'Association Brésilienne d'Enseignement et de Recherche en Service Social (Abess), dans les revues *Temporalis*, de l'Association Brésilienne d'Enseignement et de Recherche en Service Social (Abepss), et *Inscrita*, du Cfess. Les thèses et les articles, liés à la discussion de l'objet en étude et d'intérêt pour l'étude, ont été comparés. Encore avec l'objectif de guider le recueil des données, deux interviews ont été réalisées avec des acteurs importants pour le processus de construction du projet éthique-politique du Service Social. On constate que l'*intention de rupture* et le projet éthique-politique sont différents. Celle-là, d'un côté, a subsidie en partie la construction du projet éthique-politique, mais elle ne finit pas dans cette construction. Le projet éthique politique, d'autre, côté, s'exprime dans La Loi de Régulation de La Profession, dans le Code d'Éthique et dans les Directrices Curriculaires, Il est, donc, hétérogène et possède une grande répercussion. L'*intention de rupture* est formée par des penseurs éparpillés dans le temps et l'espace et a une identité marxiste. Elle n'admet pas d'autres conceptions telles que la post-moderne et la libérale keynésienne. Pour comprendre le projet éthique-politique, il faut connaître le trajet d'*intention de rupture*. La versant *intention de rupture* aussi que le projet éthique-politique présentent des critiques au capitalisme et se rassemblent dans la diversité contre le néo-libéralisme.

Mots-clé: renouvellement du Service Social; projet éthique-politique; *intention de rupture*; continuité/rupture; direction sociale et politique critique.

INTRODUÇÃO

Esta exposição, fundamentada na teoria social de Marx, tem como objeto de estudo a trajetória da vertente de *intenção de ruptura* e do projeto ético-político do Serviço Social, analisando as relações de continuidade e ruptura entre ambos, no período de 1970 a 2002. O objetivo é examinar, em uma abordagem crítico-dialética, no movimento do real, as tramas impulsionadoras do processo de construção de uma profissão comprometida com a emancipação humana.

A vertente de *intenção de ruptura* é herdeira do movimento de reconceitualização do Serviço Social latino-americano e está inserida no processo de renovação do Serviço Social brasileiro que aconteceu em condições objetivas e subjetivas de uma realidade concreta expressa na esteira dos embates entre as classes.

A emancipação humana, que se constitui sustentada na direção proposta por Marx, tem a Revolução de 1848 como referência empírica fundamental, por colocar no cenário mundial o proletariado como classe autônoma, *em si e para si*, o qual assumiu os rumos de sua história e se tornou o único capaz de “resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante” (COUTINHO, 1972, p. 8). Ao referir-se à emancipação humana, Marx considera, segundo Netto (1998, p. XXXIII), que o “cérebro desta emancipação é a filosofia, o proletariado é o seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a abolição do proletariado, o proletariado não pode suprimir-se sem que a filosofia se realize”.

A hipótese que se buscou sustentar nesta tese é a da presença de elementos de continuidade e ruptura na construção do projeto ético-político. Essa construção constituiu-se em um processo democrático, cuja direção social foi conduzida por um dos segmentos de assistentes sociais que fez opção política pela vertente de *intenção de ruptura*. Não se pode afirmar que coube somente a esses assistentes sociais tal tarefa, pois também as entidades da categoria protagonizaram essa construção, que congregou inúmeros assistentes sociais.

A literatura sobre o Serviço Social na contemporaneidade comprova que esse segmento de assistentes sociais adquiriu maturidade intelectual e política, assumiu a direção de suas entidades, e na década de 1980 e nas seguintes, consolidou uma direção social, tecendo esse projeto profissional, o projeto ético-político profissional.

Trata-se de um projeto construído por sujeitos coletivos da categoria, nas condições objetivas de determinado momento histórico. No entanto, esse projeto não é homogêneo no Serviço Social. Sua construção foi se efetivando nos embates e na correlação de força de projetos diferenciados. Netto (1999, p. 96) considera que todo projeto profissional se relaciona com um projeto societário, e “um projeto profissional não suprime as divergências e contradições”. O projeto ético-político no Serviço Social possibilitou a construção de um espaço de luta no qual se encontravam em disputa vários projetos profissionais. Netto (1996, p. 89) adverte que, no mundo contemporâneo, é “ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários – praticamente todas estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos”.

Nessa mesma direção, afirma Montaño (2006, p. 142, grifos do autor), a “prática profissional que é *essencialmente política*, inserida no interior das contradições entre as classes, [ocupa] um espaço de disputa de interesses”.

Ao concordar com esses autores, entende-se que a construção de um outro projeto profissional foi avançando com a inserção desse segmento de assistentes sociais nos movimentos sociais e nos partidos políticos de esquerda, os quais contribuíram para a formação de uma consciência da importância do exercício do pluralismo e da participação na luta pela disputa de uma direção social rumo ao avanço de um Serviço Social comprometido com as necessidades da classe trabalhadora.

O interesse pelo objeto de estudo explica-se pelos desafios presentes na realidade social para o Serviço Social e, sobretudo, para aqueles profissionais que têm na matriz do pensamento marxiano a sua âncora e, cujo embate, estabelecido pela propalada *crise do marxismo*, ganhou expressão desde a queda do muro de Berlim e a derrocada do *socialismo real* no Leste europeu e na Ásia. Por outro lado, a crise do capital e do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002)¹ impõe-lhe realizar profundas mudanças como respostas às suas necessidades, e elas se expressam pela reestruturação produtiva do capital e pelo neoliberalismo que, segundo Antunes (1999), são acompanhadas, na ordem do capital, pelo desemprego e pela

¹ Mézáros (2002, p. 16), no seu trato analítico, estabelece a distinção entre capital e capitalismo. Afirma que, de um lado, o capital já existia antes da constituição do capitalismo e, de outro, as sociedades consideradas *pós-capitalistas*, como a que “teve vigência na [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas] URSS e demais países do Leste Europeu, durante várias décadas do século XX. Estes países, embora tivessem uma configuração pós-capitalista, foram incapazes de romper o sistema de sociometabolismo do capital” (grifos do autor).

precarização do trabalho, pela fome e pela miséria, enfim, pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, afirma Boron (2001, p. 7):

As recentes transformações estruturais do capitalismo – na verdade sua cruel involução como regime social uma vez concluída a primavera Keynesiana – o auge do economicismo impulsionado pelo predomínio do *pensamento único* [favoreceu] dialeticamente a ressignificação de temas como a liberdade e a emancipação, o que permitiu a abordagem de velhos problemas com um renovado instrumental teórico. (grifos do autor)

Nessa lógica, de acordo com Netto (1992, p. 12), “o desenvolvimento da ordem burguesa, em seu estágio de capitalismo monopolista, conduz à pós-modernidade, espaço de colapso desse projeto que se revelou abortado (...) a estrutura da socialidade se translada à natureza do semiológico”.

Os pensadores iluministas vinculavam a racionalidade ao controle do homem sobre a natureza, buscando a sua emancipação e libertação “das irracionalidades do mito, da religião, da superstição (...) do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana” (HARVEY, 2003, p. 23), conquistando sua autonomia. Na realidade, conforme Netto (1992) ocorreu o contrário – os homens passaram a ser submetidos a novas formas de sujeição, de opressão, que se tornaram sólidas e cristalizadas, ancoradas nos princípios da razão instrumental que preconiza a “máxima produtividade na exploração da natureza”.

Para Zaidan Filho (1989), o pós-moderno constitui-se basicamente na ausência de determinações ontológicas: já não há o real, há discurso sobre o real; já não há uma totalidade da vida social, há fragmentos, recortes, instantes; já não existe mais uma imagem do real, existe um conjunto de imagens do real. A chamada *pós-modernidade* reproduz, em seus traços e características, uma sociabilidade “forjada no império do signo, da informática, dos meios de comunicação de massa (...) apresenta características que estão na base dessa concepção irracionalista da História” (p. 20).

Assim, a polarização “entre razão e vida, experiência imediata e abstração, atualidade e história” que se trava na trajetória do pensamento ocidental, a partir do século XX, segundo Zaidan Filho (1989, p.20), não é nova e muito menos sem importância. Para o autor, essa polêmica foi recolocada em um contexto de profunda

crise da modernidade, na qual a sociedade contemporânea expressa as contradições que lhe são inerentes, constituindo-se em solo fértil para o novo irracionalismo posto pela *pós-modernidade*.

Nesse sentido, a *desreferencialização do real*, é processada com base em uma abordagem, onde não se estabelecem relações com a *realidade objetiva*, mas trata-se de uma relação simbólica da realidade, melhor dizendo, de uma relação simulada. As determinações ontológicas perdem o sentido, portanto, desaparecem, tornando-se inúteis no processo de conhecimento. “Não há real e muito menos um sentido do real. Há somente um simulacro, a imagem, a representação (imaginária) dessa realidade. Esta é a única realidade”, assinala Zaidan Filho (1989, p. 21). Outro aspecto que o autor destaca na *pós-modernidade* é a sua inflexão imediata sobre a teoria da História, a *dessubstancialização do sujeito*, que reduz tudo a meras sensações. Dessa forma, o sujeito é fragmentado, esfacelado pelas múltiplas imagens fabricadas pela indústria cultural, redefinindo a perspectiva totalizante e racional da forma do olhar da historicidade. A desmaterialização do social, para Zaidan Filho (1989, p. 22, grifos do autor), acrescida da fragmentação do individual, no mundo histórico, torna-se “*um fantástico caleidoscópio de micros-objetos, sem sentido, sem hierarquias causais, sem razão*”.

Os *pós-modernos* em sua condição de críticos da modernidade dirige os seus questionamentos no debate contemporâneo aos padrões positivistas, e, também, à tradição de Marx, o que vale dizer, criticam os referenciais teóricos clássicos da modernidade, e a solução apresentada para a problemática em questão que, de acordo com Netto (1992, p. 14-15) se encaminha, sobretudo em três direções:

a primeira é seguida pelo neo-irracionalismo – não aquele irracionalismo tematizado por Lukács, mas o que identificando sumariamente a razão clássica com a racionalidade instrumental, desqualifica-a para dar conta do *vivido social*. (...) A segunda via é a que, incorporando a crítica à irracionalidade instrumental, pesquisa o vetor distinto da razão comunicativa. (...) Um outro caminho é o consistente na proposta lukácsiana (do último Lukács) de uma nova leitura de Marx: a leitura que apanha a arquitetura marxiana uma ontologia do ser social, propiciadora da superação das contaminações positivistas que afetaram a tradição marxista e qualificada, ao mesmo tempo, para readequar a herança de Marx. (grifos do autor)

Afirma o autor que há duas posições presentes na controvérsia dos paradigmas das ciências sociais no debate contemporâneo, que são posições de negação: uma que nega os paradigmas positivistas, fazendo-lhe uma crítica fecunda

e, a outra refuta qualquer paradigma que tenha uma vocação totalizadora e a sua crítica, apresentando-se repleta de ambigüidades, abrindo caminhos para o neo-irracionalismo.

A escolha da temática abordada nesta tese justifica-se pela caminhada da pesquisadora, assistente social, sindicalista inserida no processo de articulação e organização dos assistentes sociais que, em vários momentos, faz parte do segmento que optou pela vertente de *intenção de ruptura*. Participando, também, da organização e encaminhamento da oposição sindical, da direção política da então diretoria da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e da Associação dos Servidores Técnico-administrativos da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ainda, ao desenvolver uma prática profissional voltada para o rompimento daquela fincada na matriz histórica do Serviço Social comprometido com o conservadorismo buscava, também, o fortalecimento dos movimentos sociais. O estudo dessa temática contribui para descortinar pistas que indicam a trajetória e fortalecimento de uma direção social e política que se consubstanciou no avanço da vertente da *intenção de ruptura* e, posteriormente, na década de 1990, em uma direção social e política do *projeto ético-político* do Serviço Social, sustentada nos fundamentos teóricos marxianos e nos da tradição marxista.

Para tanto, fez-se necessário, inicialmente, realizar um percurso histórico e teórico-metodológico capaz de apreender o real em seu movimento contraditório – continuidade e ruptura – de uma totalidade expressa por uma sociedade dividida em classes, em um dado momento histórico do capitalismo monopolista na periferia. Essa construção não foi linear. Os elementos de continuidade e ruptura que resultaram no projeto ético-político do Serviço Social exigiu um recuo às origens dessa profissão que tem suas raízes cravadas no universo do pensamento conservador. De acordo com Iamamoto (1992), o Serviço Social brasileiro nasceu sob a influência do conservadorismo europeu franco-belga e, na década de 1940, passou a receber influência da sociologia norte-americana de cunho conservador. “Na base desse conservadorismo, há um componente utópico assimilado pelo Serviço Social, fruto desse universo teórico, balizado pela filosofia humanista cristã” (IAMAMOTO, 1992, p. 27). A autora ainda considera importante para apreender a trajetória do Serviço Social brasileiro, analisar o *reformismo conservador* e identificar suas marcas, sua concretização na prática dos profissionais e a sua justificação

teórico-ideológica que altera a forma, e, preserva, no entanto, seus compromissos sóciopolíticos do conservadorismo.

A atualização conservadora no Serviço Social, para lamamoto (1992), ganhou maior expressão no bojo da ditadura militar, quando um segmento majoritário da categoria buscou, por meio de discursos e métodos de ação, novas estratégias de controle dos trabalhadores, conforme exigências do Estado, em sua política de desenvolvimento e segurança para atender aos interesses do grande capital. Essas mudanças tiveram sua expressão na *modernização da institucionalização do Serviço Social*.

No entanto, segundo a autora, o questionamento da prática do Serviço Social teve seu início no final da década de 1950 e avançou para os anos 1960. Foi um movimento de pouca expressão, com manifestações isoladas e obrigado a refluir com a ditadura militar, que impulsionava os profissionais para a modernização da prática acompanhada de sua reatualização conforme exigências da realidade estabelecida pela nova ordem. Assim, de acordo com lamamoto (1992), buscou-se atualizar a metodologia de ação e os instrumentos operativos, tendo em vista um padrão de eficiência garantido pelos suportes técnicos da ação profissional, sustentados em modelos de análises, diagnóstico/tratamento e planejamento. Ainda, com um discurso profissional coerente com os fundamentos da teoria da modernização contida nas Ciências Sociais, a prática profissional foi definida na direção de mudanças de atitudes e hábitos dos trabalhadores, seus hábitos e atitudes, tendo em vista adequá-los aos ritmos do desenvolvimento. Assim, no contexto da autocracia burguesa, os assistentes sociais que acreditavam conferir um perfil peculiar à profissão, voltaram-se para uma discussão do “objeto, objetivo, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional. A tecnificação recolocou o paternalismo presente na ação profissional e desenvolveu métodos de imposição mais sutis” (IAMAMOTO, 1992, p. 33), com forte tendência à *psicologização*. Em suma, de acordo com lamamoto (1992) o processo de atualização conservadora tinha como elementos as questões de economia política que se transformaram em problemas assistenciais, e os direitos adquiridos por conquistas dos trabalhadores eram transformados em benefícios, concessões. Na prática profissional, ocorria a reificação dos métodos e técnicas de intervenção profissional.

No cenário brasileiro, assistia-se à reorganização da classe trabalhadora, a qual, de acordo com Lamamoto (1992), contribuía para o processo de politização dos setores médios dos quais faziam parte os assistentes sociais. Essa organização, iniciada como um movimento inexpressivo, que foi fortalecido pelo apoio de uma *esquerda cristã* que tinha considerável influência sobre um contingente maior de assistentes sociais inseridos, sobretudo, nas escolas e no movimento estudantil. O *bloco católico* adquiriu uma maior expressão no final da década de 1970 e 1980, quando a organização da sociedade civil se fortalecia, de um lado, e a ditadura militar iniciava a sua exaustão, de outro. Foi esse o contexto de luta de um segmento dos assistentes sociais por um Serviço Social voltado para os interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, segundo Lamamoto (1992, p. 37, grifos da autora), a

ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas *bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las.*

Para a autora, a ruptura exigia que o profissional aprofundasse seus conhecimentos sobre as políticas sociais e suas implicações para a prática do assistente social, uma profissão polarizada pela luta de classes.

De acordo com Netto (1991, p. 267, grifos do autor), “a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da *intenção de ruptura* não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, *produtivo*”. A centralidade da perspectiva da *intenção de ruptura*, em qualquer de suas formulações, é o “ineliminável *caráter de oposição* em face da autocracia burguesa”, assinala Netto (1991, p. 248, grifos do autor), o que a distinguiu das outras vertentes do processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Seu caráter particular colocou-a em contraposição à perspectiva modernizadora, a qual evidenciou a sua funcionalidade inerente ao reformismo do projeto da modernização conservadora. A incompatibilidade da vertente de *intenção de ruptura* com a perspectiva

modernizadora não se deve somente aos “referenciais teórico-metodológicos de que se valiam e conduziam a uma crítica dos substratos que sustentavam a articulação formal-abstrata da perspectiva modernizadora”, afirma Netto (1991, p. 248), mas, também, a direção política era coerente com os seus fundamentos teórico-metodológicos, o que a tornava incompatível, ainda, com a vertente de reatualização do conservadorismo, pela suas “concepções teóricas, valores e práticas que, profissional e politicamente, ela recusava e queria superar”, como sustenta Netto (1991, p. 248). Assim, de acordo com o autor, “é legítimo observar que as posições próprias da *intenção de ruptura* continham a possibilidade (e a necessidade) de uma crítica em duas direções: [na] perspectiva modernizadora e [na] de reatualização do conservadorismo” (NETTO, 1991, p. 248).

A vertente da *intenção de ruptura*, nascida na academia, referenciou-se, inicialmente, na experiência da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte-MG, em 1972. Na década de 1980, essa experiência transpôs os muros da academia, atingiu o meio profissional, e fortaleceu-se no processo organizativo da categoria dos assistentes sociais, que teve como um de seus marcos o acontecimento político ocorrido no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Cbas), também, denominado *Congresso da Virada*, realizado, em 1979, na cidade de São Paulo. Naquele congresso, os assistentes sociais, sob a direção política do segmento que compunha a vertente de *intenção de ruptura*, fizeram intervenções articuladas, mudaram a direção política do congresso compondo outra mesa composta por sindicalistas, em substituição à anterior, formada pelas autoridades governamentais da época. A intervenção da Coordenação Nacional de Entidades dos Assistentes Sociais (Ceneas), naquele congresso, contou, em sua fase preparatória, com o apoio do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats) que, à época, 1979, era dirigido por Leila Lima Santos. A Ceneas nasceu de uma articulação nacional que se iniciou com cinco entidades de assistentes sociais (dois sindicatos e três associações profissionais) que tinham como elementos de articulação e de unidade do movimento a luta pelo salário mínimo profissional e uma jornada de trabalho de trinta horas semanais.

Ao referir-se à contribuição do Celats ao processo de organização dos assistentes sociais e preparação para intervir no III Congresso, assim expressa Lopes (2003, p. 65, grifo da autora):

os organismos latino-americanos, particularmente o CELATS, estão na base do *Congresso da Virada*. (...) Ela foi organizada a partir dos encontros nacionais realizados pela Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais (CENEAS), com apoio financeiro e político do CELATS, como o encontro do Rio de Janeiro que contou com a presença ativa da diretora à época.

Esse acontecimento, de grande importância para a história do Serviço Social, ocorreu quando a autocracia burguesa, como a denomina Fernandes (1975) e Netto (1991), avançava rumo à sua exaustão pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira em curso, pela organização da sociedade civil² e resistência dos trabalhadores no confronto com o capital. A relação entre as classes, nesse momento histórico, circunscreveu-se aos espaços privado e público/estatal, e teve sua maior expressão nas greves do ABC paulista³ que atingiu seu ápice na década de 1980.

Na esteira dessa resistência, expressão do antagonismo de classes, os trabalhadores do serviço público, dentre eles, um dos segmentos dos assistentes sociais, também, se organizaram e confrontaram com o Estado, lançando mão da greve, apesar de proibida pela Constituição Federal do Brasil, de 1967 (BRASIL, 1967).

Na década de 1980, os trabalhadores criaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conclat, mediante uma articulação nacional de sindicalistas de oposição, como uma estratégia de enfrentamento à organização do *sindicalismo oficial*, como denomina Boito Júnior (1991) e rumo à construção de um *novo sindicalismo*. A articulação dos trabalhadores teve seu marco no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1978. Ali, de acordo com Rodrigues (1991), teve início, de fato, uma oposição sindical formada por um grupo de dirigentes que elaborou uma Carta de Princípios reivindicando o direito de livre negociação com os empregadores, a substituição do contrato individual de trabalho pelo coletivo, o direito de greve e de filiação em organismos internacionais. Desde então, a articulação nacional de oposição sindical passou a contar com o apoio da Igreja Católica, também, com

²Segundo Marx e Engels (1993, p. 53), a “sociedade civil abrange todo intercâmbio material dos indivíduos no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado”.

³ O ABC paulista refere-se às cidades industriais de Santo André, São Bernardo dos Campos e São Caetano, locais de organização, militância e resistência dos trabalhadores.

líderes da Pastoral Operária, sob a inspiração da Teologia da Libertação e militantes dos movimentos populares. Para Costa (1995), no Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em agosto de 1979, em Gragoatá, Niterói, essa articulação já explicitava suas divergências, identificando-as nas correntes⁴. A oposição sindical (Anampos), sob a direção do Partido dos Trabalhadores, conquistou a hegemonia no movimento sindical. Os pontos de divergência ressaltados pelos sindicalistas localizavam-se na participação dos movimentos populares, na central dos trabalhadores, ou seja, a vinculação à CUT⁵.

O segmento dos assistentes sociais que estava inserido nessa luta, identificado com a decisão dos demais trabalhadores de realizar o congresso na data prevista pela Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, imprimiu a direção social e política em seu processo de organização e, após criar a sua entidade nacional, a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), engajou-se no movimento de criação da CUT, compôs a diretoria da Central Única dos Trabalhadores e ocupou espaços de direção nos Conselhos Federal e Regionais dos Assistentes Sociais (Cfas/Cras), atualmente, Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (Cfess/Cress), disputando suas eleições. De acordo com Silva (2007), esses assistentes sociais estabeleceram como estratégia, inicialmente, conquistar a diretoria dos conselhos regionais para, em seguida, por meio de eleições, ocuparem a diretoria do Conselho Federal (Cfas).

Assim, inserido nessa luta, o segmento dos assistentes sociais que, no bojo desse processo, avançava o seu nível de consciência política e, colocando-se como trabalhadores, fortaleceu sua opção política, procurou romper com as bases do conservadorismo no Serviço Social e buscou construir outro projeto profissional, outra concepção de sociedade. Esses assistentes sociais fortaleceram a vertente de *intenção de ruptura* e organizaram a articulação das entidades da categoria, na época, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), atualmente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (Abepss), a Anas e os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (Cfess/Cress). Também os

⁴ Tratava-se da Unidade Sindical que congregava os trabalhadores vinculados às tendências reformistas, sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PC do B), e a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Oposição Sindical (Anampos), que constituía uma articulação nacional de oposição.

⁵ A Conclat colocava-se em posição contrária, com o argumento de que a nova central deveria congrega somente sindicalistas. Outro ponto polêmico foi o local de realização do Congresso dos Trabalhadores. O segmento vinculado à Unidade Sindical discordava que ele fosse realizado em São Bernardo, apesar do local oferecer condições favoráveis para o Congresso.

estudantes, por meio da Secretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes-UNE (Sessune), atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), asseguraram uma direção social na perspectiva de garantir o processo de construção de outra concepção de ética profissional, de uma formação profissional fundada na crítica à sociedade capitalista, e com uma racionalidade embasada na ontologia do ser social, que se consubstanciou nos documentos que expressam o projeto ético-político – o Código de Ética, a Lei nº 8.662 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e a nova Diretriz Curricular.

Dessa forma, pode-se afirmar que o projeto ético-político do Serviço Social constitui-se em uma construção coletiva de atores, que compõem a vanguarda integrante da vertente de *intenção de ruptura*, organizada nas entidades da categoria, em um processo permeado por contradições, avanços e recuos, mudanças e permanências. Essa afirmação sustenta-se no conjunto das obras de Netto (1991, 1996, 1999, 2001 a, 2001 b, 2005), de Iamamoto (1992, 1995), de Faleiros (1987, 1995), Abramide e Cabral (1995), dentre outros, na trajetória da construção da vertente da *intenção de ruptura*, visitando e revisitando a produção intelectual dos autores e o processo de organização dos assistentes sociais. Conforme a Diretoria do Cfess/Cress (1996, p. 174), a “construção desse projeto ético-político é fruto de um aprendizado e de uma história de participação e de organização de significativos setores da categoria, sobretudo, daqueles que opuseram à ditadura militar e lutaram pela democratização do país”. O seu marco legal está cravado na década de 1990, mais precisamente, em 1993, com a elaboração do novo Código de Ética (Cfess, 1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e em 1996 com as Diretrizes Curriculares (Abepss, 1996).

Esta tese sustenta-se, ainda, nos estudos realizados por outros pesquisadores do Serviço Social, como Behring (2002; 2003) Iamamoto e Carvalho, (1983), Guerra (1995), Montañó (2003, 2006), Kameyama (2007). Foi referenciada, também nas produções de Marx (1978; 1988 a, 1988 b; 1997), Marx e Engels (1997), Mandel (1985), Hobsbawm (1977; 1995; 2002), Fernandes (1973; 1975; 1986; 1994), Prado Júnior (1984, 2006), Mazzeo (1997) Ianni (1965;1978;1989;1990), e outros importantes autores para a construção do objeto de estudo.

O percurso teórico-metodológico, em uma perspectiva de totalidade, privilegiou as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais e foi delineando com as leituras da bibliografia indicada para dar conta da elucidação do objeto de

estudo. Buscou-se, ao apreender o movimento do real, descortinar as tramas do *capitalismo tardio*, como o denomina Mandel (1985), em um país periférico para produzir/reproduzir a sua acumulação, de um lado, tanto nos aspectos materiais quanto espirituais, e de outro, a organização da sociedade civil e a resistência dos trabalhadores, cotejando na trajetória do Serviço Social brasileiro as estratégias de rompimento com a tradição conservadora e o seu caminhar na direção da emancipação humana⁶.

Assim, recorrendo preferencialmente aos clássicos, elegeram-se as produções que contribuíssem para entender o capitalismo e o seu desenvolvimento em âmbito mundial e latino-americano, na particularidade brasileira.

Desse modo, os dados que fundamentaram essa análise foram obtidos pela pesquisa bibliográfica, em fontes documentais coletadas nos arquivos do Conselho Federal de Serviço Social, nos anais de congressos de Serviço Social realizados no período indicados para pesquisa, nos cadernos da Abess, nas revistas *Temporalis*, da Abepss, e *Inscrita*, do Cfess/Cress. Foram destacadas as teses e os artigos diversos, selecionando aqueles relacionados à discussão do objeto em questão e de interesse para o estudo. Ainda, com o objetivo de nortear a coleta de dados, efetuaram-se entrevistas com dois atores com participação política relevante tanto na produção do conhecimento, como no processo de construção da vertente de *intenção de ruptura* e do projeto ético-político do Serviço Social. Essas entrevistas foram bastante esclarecedoras e tiveram a incorporação de seu conteúdo na tese.

Esta tese está estruturada em três capítulos. O primeiro, “Nas condições históricas e sociais, trajetória da vertente *intenção de ruptura* e o projeto ético-político”, analisou-se, na esteira da tradição marxista, a trajetória do capitalismo, demarcando, de um lado, as articulações da burguesia, nos diversos contextos históricos na esfera mundial, da qual se destaca a brasileira, para consolidação de seu projeto, no embate centro e periferia. Nesse processo, encontram-se as ações do Estado brasileiro vinculadas às conveniências da burguesia, de outro lado, o confronto de interesses, evidenciavam-se na resistência dos trabalhadores. O horizonte de suas organizações e lutas apontava para a emancipação humana.

⁶A emancipação humana, para Marx (1997, p. 91, grifos do autor), somente será consumada “quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou *ser genérico*; quando o homem reconheceu e organizou as suas forças próprias como *forças sociais*, e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força *política*”.

Neste capítulo, foram de grande importância os trabalhos de: Behring (2002), Batista (1999), Boito Júnior (1999), Bresser Pereira (1997), Antunes (2005, 2006) e Anderson (1995) dentre outros.

No segundo capítulo, “A vertente de *intenção de ruptura* e o Serviço Social”, buscou-se (re)construir a trajetória do Serviço Social em seu projeto de ruptura, mostrando a atuação do segmento vinculado à teoria social de Marx, inicialmente, com fundamentação em um marxismo enviesado. Esse fato é explicado pela influência positivista no marxismo como afirma Quiroga (1991), em decorrência da introdução entre os assistentes sociais de um *marxismo sem Marx*. De acordo com a autora, essa influência teve suas origens na Segunda Internacional, fundada no Congresso Internacional dos Trabalhadores em Paris, em julho de 1889, “organizado por marxistas, e aglutinavam em partidos e sindicatos que atuavam em diferentes países” (p. 13). No Brasil e, particularmente no Serviço Social, fundamentava-se no marxismo positivista contido no pensamento de Harnecker e de Althusser. Quiroga (1991), em suas discussões referentes à influência marxista no Brasil, recorre a Konder, para afirmar que ele penetrou no país tardiamente e em um contexto de predominância do positivismo de Comte, que era influenciado por idéias spencianas.

No entanto, com a inserção desse segmento nos cursos de pós-graduação, esses assistentes sociais passaram a recorrer a Marx e a Engels e a outros autores da tradição marxista contemporâneos, em suas fontes originais. Com isso, adquiriram maturidade intelectual e política e construíram a vertente de *intenção de ruptura*, buscando, por meio dos movimentos sociais e realização de eleições diretas conquistar a direção social e política das entidades. Baseados nos fundamentos da tradição marxista, esses assistentes sociais e estudantes de Serviço Social discutiram a reformulação do seu Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e a formação do assistente social. Realizaram uma reformulação do currículo do Curso de Serviço Social em 1982, com a sua implantação em 1984. Em 1986, os assistentes sociais reformularam o Código de Ética da profissão. Foi um processo permeado pelos conflitos de posições, como lembra Sales (1995, p. 362):

Enquanto perdurou nos fóruns acadêmicos e políticos da categoria uma disputa acirrada de projetos de direção social para a profissão, não houve espaço para o reconhecimento de limites tanto no código de ética quanto nos currículos, ou mesmo para a realização de movimentos concretos de superação e autocríticas com relação àqueles. Deu-se, porém, o esgotamento do debate teórico-metodológico que, nos anos 80, alimentou e

aprofundou o processo de renovação do Serviço Social, expresso no adensamento da perspectiva de ruptura como afirmam Netto (1991) e Iamamoto (1995).

No percurso da organização dos trabalhadores, buscou-se localizar a articulação dos assistentes sociais, em âmbito nacional, na criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), na sua participação na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a sua inserção em partidos políticos de esquerda, sobretudo no Partido dos Trabalhadores (PT). A ênfase recaiu nos embates políticos partidários ocorridos nesse processo e os resultados desses confrontos na construção e no fortalecimento da hegemonia do segmento dos assistentes sociais que fundamentavam suas concepções na tradição marxista e nas orientações das igrejas *progressistas*, sobretudo, a católica.

No terceiro capítulo, “O projeto ético-político: o processo de construção coletiva dos assistentes sociais”, registram-se discussões teóricas relativas aos fundamentos norteadores do projeto profissional e sua relação com um projeto de sociedade. Essa análise está sustentada nos pensamentos de Netto (1999), Barroco (2004), (2007), Montão (2006), Guerra (2007), Iamamoto (2003), (2008) e Braz (2007), dentre outros, nortearam as discussões nos diversos fóruns da categoria, (re)construídos em 1993, e a elaboração do novo Código de Ética. Fundamentada na ontologia do ser social, de acordo com Barroco (2007), a ontologia social afirmou-se como parte da trajetória de amadurecimento da tradição marxista no Serviço Social, sobretudo no tratamento da ética expresso nas produções acadêmicas, nos encontros e debates da categoria.

Neste capítulo, analisa-se, ainda, o protagonismo das entidades da categoria, como a Abepss, a Anas, o Cfess/Cress, Enesso e suas articulações com a Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets), bem como, o papel desempenhado pelas entidades brasileiras no processo de construção do projeto ético-político dos assistentes sociais.

Nas considerações finais, descortina-se, a relação entre a vertente de *intenção de ruptura* com a construção do projeto ético-político profissional, identificando os elementos de continuidade e ruptura contidos nesse processo. Esse projeto, por ser uma construção coletiva da categoria, foi constituído por um grupo heterogêneo, não identitário. Ele foi gestado sob a direção social e política da vertente de *intenção de ruptura*, uma das vertentes que compõe o processo de

renovação do Serviço Social brasileiro, sobretudo aquela que fez a sua opção política pela perspectiva teórico-marxiana/tradição marxista em um contexto histórico permeado por um novo irracionalismo. O projeto ético-político possui uma maior abrangência em relação à vertente de *intenção de ruptura*, pois, congrega a totalidade da categoria, com uma pluralidade de forças sociais e política. Apresenta-se, ainda, a confirmação da hipótese anunciada no início do presente estudo.

CAPITULO I

NAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS, A TRAJETÓRIA DA VERTENTE *INTENÇÃO DE RUPTURA* E O PROJETO ÉTICO- POLÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo procura explicar a natureza e a configuração assumida pelo Estado capitalista em uma sociedade da periferia, como a brasileira, no período histórico-social que constituiu a entrada do capitalismo monopolista no Brasil, particularmente, na sua segunda irrupção. Trata-se de um momento em que a autocracia burguesa, como denomina Fernandes (1975), expressando-se na ditadura militar, apontava para sua exaustão nos meados da década de 1970.

Nessa década, localiza-se o marco da busca de ruptura do Serviço Social com as bases do conservadorismo, origem do projeto ético-político como uma construção coletiva dos assistentes sociais, que se consubstanciou no início dos anos de 1990, em uma conjuntura marcada pelo ideário neoliberal no Brasil. Procura-se, nesta exposição, analisar as condições objetivas e subjetivas presentes na realidade brasileira que engendraram a vertente intenção de ruptura e o projeto ético-político no Serviço Social.

Esse processo não se desencadeou como uma ação da totalidade dos assistentes sociais brasileiros, mas de um segmento que se constituiu em vanguarda e inseriu no cenário nacional outra concepção de profissão.

Nesse sentido, Lessa (2007, p. 316) aponta ser um

equivoco imaginar que a classe revolucionária deveria ser, se não a maior parte da população, ao menos a sua parte muito significativa. (...) Os processos revolucionários, tanto burgueses clássicos quanto aqueles pós-1917 demonstram como a classe que joga o papel revolucionário está longe de ser a maioria da população. Nem a burguesia, na Revolução Francesa, era numericamente tão significativa, nem o proletariado de Petrogrado tinha tal peso demográfico. O potencial papel revolucionário de uma classe é dado pelo lugar que ela ocupa na estrutura produtiva da sociedade, é dado pela qualidade ontológica da relação que mantém com a totalidade social. É aqui e não na esfera demográfica, que se funda o potencial revolucionário do proletariado para a transição para além do capital.

Assim, pode-se então afirmar, fundada na perspectiva marxiana, que o processo de construção de um Serviço Social que busca irromper na superação do conservadorismo tem sua trajetória marcada pelas trilhas de um Estado burguês no bojo da expansão do capitalismo monopolista na periferia. Entendê-lo pressupõe copreender a sociedade burguesa madura que o gestou.

Identificar as condições objetivas e subjetivas que engendraram a vertente da *intenção de ruptura*, e sua contribuição para a construção do projeto ético-político do Serviço Social exigiu apreender a realidade mundial em seu movimento contraditório no processo de formação econômica, social, política e cultural e no embate de interesses entre as classes sociais.

1.1 Capitalismo monopolista e crise do capital

Na economia mundial capitalista, própria da sociedade burguesa, nos últimos anos segundo a ótica da internacionalização do capital, de acordo com Mandel (1985), há o entendimento de que as mercadorias criaram e conquistaram o mercado mundial, levando ao extremo a dominação da circulação de mercadorias, assegurada pela produção em grande escala na moderna indústria. No entanto, a expansão do capitalismo não se generalizou e nem teve a mesma *performance* em todos os países. As relações de produção, desenvolvidas nos países do chamado *Terceiro Mundo*, configuraram-se em uma mistura de relações de produção pré-capitalista e capitalista, que se constituíram em barreiras à generalização do modo de produção capitalista, em proporções elevadas, conferindo àqueles países a condição de “elos mais fracos no sistema mundial imperialista”, como afirma Mandel (1985, p. 40).

Para o autor, a entrada em massa do capital na produção de matérias-primas trouxe como conseqüência a baixa dos preços de materiais, alterando, de forma radical, o curso da prolongada tendência de aumento de preços presentes no cenário da produção após 1873, ocasionando o colapso nos preços dos produtos agrícolas e dos minérios, em relação a outros produtos industrializados. Essa queda ocorreu nos preços dos produtos agrícolas, em decorrência da superprodução de *matérias-primas* e provocou, na Europa, uma grande crise na agricultura. No entanto, essa realidade retomou o seu percurso, em razão dos baixos custos da força de trabalho e do ínfimo índice de produtividade nos países *subdesenvolvidos*,

alargando, assim, a diferença entre a metrópole e esses países. Por outro lado, a queda da produtividade nos países dependentes e, ao mesmo tempo, um rápido crescimento na produtividade do trabalho nos países industrializados asseguravam que os preços das *matérias-primas* começassem a subir. Essa alta, que deu seus primeiros sinais no decorrer da Primeira Guerra Mundial, estendeu-se a algumas matérias-primas até a crise de 1929/1932⁷ ocorrida na economia mundial, para refluir na década de 1940, com o surto armamentista que teve seu apogeu em 1950, no início da guerra da Coreia.

Mandel (1985, p. 41) esclarece que

na fase de transição do capitalismo de livre concorrência à era do imperialismo o capital respondera àquele desafio com uma penetração maciça no campo das matérias-primas; quando o imperialismo clássico deu lugar ao capitalismo tardio, o capital respondeu com uma penetração em massa ainda mais profunda.

A penetração de matérias-primas na década de 1940 revolucionou as relações de produção com alterações na organização do trabalho e uma revolução na tecnologia, de acordo com Mandel (1985). Trata-se de um contexto no qual era mais interessante para o capital utilizar maquinaria nos centros metropolitanos do que em países de capitalismo da periferia no estrangeiro, pois, embora mais dispendioso, não colocava o capital em risco. Assim, a força de trabalho mais barata das colônias já não era mais atrativo para o capital, pois fora substituída por um equivalente mais caro nos países metropolitanos, para os quais foram deslocadas, também, as *matérias-primas*. Para o autor, operaram-se várias mudanças, de natureza contraditória, na estrutura do capitalismo mundial no período de transição do imperialismo *clássico* ao capitalismo tardio, e uma de suas conseqüências foi o aumento da distância na acumulação do capital e na renda nacional entre os países subdesenvolvidos e os metropolitanos. A queda das exportações de *matérias-primas*, com a supressão do mercado *clássico*, nos países *subdesenvolvidos* provocou um declínio em suas economias no processo de acumulação, pois não era

⁷ A crise de 1929 foi marcada pelo dobro da produção de bens de consumo, de construções e de automóveis, entre 1921 a 1929, em virtude do novo processo adotado pela indústria (produção em série e linha de montagem), sem que esse crescimento fosse acompanhado do consumo e da exportação. Assim, isto, o cenário mundial assistiu a uma superação do mercado e com ela, a queda das vendas, o endividamento bancário, a paralisação das indústrias e o desemprego, em uma escalada recessiva. A quebra da Bolsa de Nova York, em 24 de outubro de 1929, explicita uma realidade de quebra de 9.096 bancos e a redução das ações em 87%, entre setembro de 1929 a julho de 1932.

possível acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos países industrializados. Por outro lado, a conjuntura de uma crise sócio-econômica interna desses países e um enfraquecimento político dos países imperialistas, durante e após a Segunda Guerra Mundial, favoreceram o surgimento de movimentos de contestação e de enfrentamento na luta pela libertação dos países *subdesenvolvidos*. Esse movimento colocou ainda mais em risco o investimento de capital, nesses países, desenhando um quadro inverso do que ocorrera no “período de 1880-1940, [pois] o capital deixou, no fundamental, de se transferir dos países metropolitanos para os subdesenvolvidos”, afirma Mandel (1985, p. 42), passando a fazê-lo de alguns países metropolitanos para outros imperialistas.

A competição da moderna indústria, cuja produção se dava em larga escala e o declínio nos preços das *matérias-primas*, após a guerra da Coréia, agravaram a situação de empobrecimento dos países subdesenvolvidos. Além disso, a decisão de não investir em matérias-primas, nas semicolônias, com utilização de escravos, era não só do capital imperialista, mas, também, do monopolista.

Nesse sentido, para Mandel (1985, p. 43, grifos do autor),

o capital *monopolista* internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo por meio de métodos industriais avançados [nas colônias] (...) mas também pela produção, nos próprios países subdesenvolvidos, de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar de matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas.

Dessa forma, a reprodução da divisão social do trabalho, desenvolvida no século XIX, foi entrando em colapso e, aos poucos, porém firmemente, diante da inesperada expansão da produção de *matérias-primas* e da produção de bens acabados, de acordo com Mandel (1985). O capitalismo monopolista “recoloca em patamar mais alto, o sistema totalizante da ordem burguesa, os seus traços basilares de exploração e alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana” segundo Netto (2001 a, p. 19). Ele alterou substancialmente a dinâmica da sociedade burguesa na sua totalidade, potencializando as contradições fundamentais do capitalismo expressos no estágio concorrencial. Conferiu-lhe uma maturidade histórica com desenvolvimento de maior amplitude e sistemas mais complexos de mediação que asseguraram a sua dinâmica. Para o autor, “a constituição da organização

monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2001 a, p. 20). A inovação tecnológica economiza o *trabalho vivo* e o “monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva” (SWEEZY *apud* NETTO, 2001 a, p. 21).

Em uma linha de análise bem próxima dos autores citados, Fernandes (1975) também afirma que o capitalismo monopolista começou a alcançar o seu *clímax* no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Para esse autor, o advento do *socialismo em um só país*, a Rússia, contribuiu para fazer surgir um tensionamento político, econômico e cultural nos países capitalistas, em escala mundial, pois passou a defrontar-se com a existência de outro padrão societário, cuja presença, nesse cenário, era inexpressiva para alterar o ritmo de expansão nas economias centrais ou de periferias.

A Revolução Russa consagrou a vitória dos bolcheviques por inaugurar, em 1917, a primeira ruptura do movimento operário, que, conforme Anderson (1984), sofreu inúmeras derrotas no interior do capitalismo avançado da Europa Continental. Para o autor, essas derrotas ocorreram em três momentos diferentes. No primeiro, o levante do proletariado que ocorreu na Europa Central – Alemanha, Hungria, Áustria e Itália – logo após a Primeira Grande Guerra, foi contido entre 1918 e 1922, dando lugar ao nascimento triunfante do fascismo nesses países. O segundo aconteceu na França e na Espanha, quando as Frentes Populares, no final dos anos de 1930, foram desestruturadas com a queda da República Espanhola e a desarticulação da esquerda francesa, que entrou em colapso. Por último, os movimentos de resistência dispersos pela Europa Ocidental de 1945 a 1946, mesmo sob a liderança dos partidos socialistas de massas e dos comunistas, tornaram-se incapazes de traduzir sua ascendência na luta armada contra o nazismo em uma posterior hegemonia duradoura.

Por outro lado, em maio de 1968, na França, a explosão que explicitou a inquietação dos estudantes, no centro do capitalismo avançado, anunciou, também, no ano seguinte, a inserção de contingentes de militantes de trabalhadores na indústria italiana, marcando a participação dessa classe em um movimento que, aos poucos, se expandiu para a Europa. Para Anderson (1984, p. 22), “a greve dos mineiros, em 1974, na Inglaterra, derrubou o governo conservador, e, em Portugal, poucos meses mais tarde, iniciou um movimento com rápida radicalização para uma situação revolucionária do tipo mais clássico”. Ressalta-se, no entanto, que, na

origem, esses movimentos não tinham vinculações partidárias de esquerda, comunistas ou social-democratas.

No contexto desses movimentos, o contraponto em outra direção resultou na queda do muro de Berlim e na derrocada do *socialismo real* nos países do Leste Europeu, em 1989. Com esses acontecimentos, retomou-se o debate contemporâneo no que se convencionou chamar de *crise do marxismo* e, com ela, outra racionalidade.

Na década de 1970, o capitalismo entrou em uma crise profunda nos países centrais como um fenômeno que se tornou mundial, e que, para Mandel (1985), tem sua raiz na exaustão do padrão de *ondas longas* de crescimento que se configurou em três décadas, período que Hobsbawm (2002) chamou de *Era do Ouro*, de 1945 ao início dos anos 1970. Segundo este autor, apesar da riqueza geral atingir um patamar em que jamais fora alcançada pela população do mundo, nas “décadas douradas não houve fome endêmica, a não ser produto de guerras e loucura política” (p. 255).

No entanto, nas décadas de 1970 e de 1980, a fome endêmica tornou-se novamente familiar, e a clássica imagem de “crianças exóticas morrendo de inanição, passaram a ser vistas em toda tela da TV do Ocidente”, afirma Hobsbawm (2002, p. 255).

As *ondas longas*, de acordo com Mandel (1985, p. 85, grifos do autor),

não se manifestam de maneira mecânica, mas operam através da circulação dos *ciclos clássicos*. Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da longa onda, em que menos prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto que os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A *onda longa* é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas, e jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações.

A “história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era do Ouro haviam se desmoronado irrecuperavelmente”, de acordo com Hobsbawm (2002, p. 393).

Segundo Kameyama (2007, p. 237), foi uma “crise clássica de superprodução, que apresentou como causas a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucro e o crescimento regular da capacidade excedente de

produção na indústria”. Tratou-se de uma recessão generalizada e aprofundada com a alta do preço do petróleo, e

sua influência sobre a conjuntura, nos países imperialistas, foi dupla. De um lado, acentuou as tendências inflacionárias gerais pela alta de custos e pelo aumento de liquidez. De outro, a inflação provocou um efeito perverso sobre a conjuntura, em face dos quais os governos dos países capitalistas centrais foram obrigados a tomar medidas para, de alguma forma, freá-la. A alta de preço do petróleo pesou também sobre a taxa média de lucro do capital industrial, acentuando o seu movimento de baixa – causa fundamental da recessão. No entanto, o impacto da alta do preço do petróleo foi diferenciado tanto nos países imperialistas como nas semi-colônias e países exportadores de petróleo. (...) Nos países deficitários de petróleo, particularmente da América Latina, a alta do preço do petróleo agravou consideravelmente o déficit da balança de pagamento. (KAMEYAMA, 2007, p. 237)

No início da década de 1980, o mundo capitalista experimentou outro ciclo recessivo. Se a recessão da década de 1970 teve sua expressão, sobretudo, nas variações no nível de produtividade, na queda da taxa de lucro, no endividamento internacional e no desemprego, a que se iniciou no segundo semestre de 1981, de acordo com Kameyama (2007, p. 241), “caracterizou-se pela queda da produção industrial e do emprego no conjunto dos países imperialistas e, também, em todas as potências imperialistas de menor importância”. Dentre esses países, segundo a autora, os Estados Unidos da América (EUA) foram os mais duramente atingidos, gerando conjuntamente baixas na maioria dos outros países imperialistas e deteriorando, em escala internacional, as condições econômicas. Por outro lado, os países latino-americanos, sobretudo, Argentina, Brasil, México e Uruguai, identificados com a orientação ideológica dominante na época – ideologia neoliberal – consideraram a importância das “*forças do mercado* na regulação econômica, do Estado mínimo e da abertura ao capital estrangeiro” e incluíram em sua agenda política a privatização de empresas estatais, como afirma Kameyama (2007, p. 252).

Se as crises do capital geraram tensionamentos nas estruturas sociais do mundo capitalista tanto nos países centrais quanto nos da periferia, configurando uma nova dinâmica, as classes subalternas passaram a se organizar em defesa de seus interesses, pois, essas crises apresentaram como consequência um quadro favorável à mobilização. Nesse contexto, os movimentos sociais começaram a ocupar os espaços e a direcionarem suas lutas.

Por outro lado, o Estado estabeleceu uma política de desaceleração do crescimento econômico e de redirecionamento dos recursos estatais para políticas sociais administradas pelas instituições públicas. Apresentaram demandas econômicas que se entrecruzavam com as demandas sociais e culturais, expressas pelos movimentos de combate ao racismo, de mulheres e de juventude que questionavam a racionalidade do Estado burguês e suas instituições. Esses movimentos recolocaram em discussão as ambivalências da *cidadania* fundada na propriedade privada e redefiniram o encaminhamento da luta *política*, ampliando a adesão dos seus sujeitos e as suas arenas.

O Brasil vivia nos anos 1980 os efeitos das crises mundiais deflagradas a partir dos meados da década de 1970. O país vivia a crise expressa pelo *fracasso do milagre econômico* e alguns pesquisadores, para explicá-la, analisaram como fator agravante a crise do petróleo, que trouxe como consequência o aprofundamento da *questão social*, sobretudo, no que se refere à elevação do custo de vida. Melhor dizendo, a sociedade brasileira, após viver momentos de euforia, passou a explicitar dificuldades decorrentes do agravamento da *questão social* expressas pela contradição capital e trabalho, decorrente de um modelo econômico que, de acordo com Caio Prado Júnior (1984), fora elevado pelos economistas brasileiros à categoria de *milagroso*.

Para o autor, as profundas dificuldades enfrentadas pela população brasileira têm suas raízes históricas fincadas, desde o período da colonização, na dependência internacional, o que vem constituindo obstáculos para uma reestruturação da economia em novas bases que atendam as necessidades da população. Esse modelo, para Caio Prado Júnior (2006), foi na realidade a oficialização e consagração do velho sistema brasileiro no qual aprofundou a sua dependência e subordinação ao sistema capitalista internacional, em um contexto de crise do capitalismo em âmbito mundial.

Esse cenário foi adequado para a contestação da prática profissional do Serviço Social. No entanto, Netto (1991) adverte que esse questionamento não ocorreu somente com essa profissão, mas com o conjunto de práticas que se desenvolviam nos espaços institucionais e eram desenvolvidas na direção da reprodução das relações sociais presentes na sociedade.

1.2 O Estado brasileiro e a organização dos trabalhadores

O Estado, segundo Netto (2001 a), de acordo com a perspectiva marxiana, é o representante coletivo do capitalista atuando como “guardião *das condições externas de produção capitalista*” (p. 24). Em situações precisas, ele ultrapassa os limites da garantia da propriedade privada das condições e meios de produção da burguesia, intervindo nas emergências de forma pontual e episódica, buscando empreender uma direção política que possibilite a legitimação do projeto burguês e a obtenção do consenso da sociedade. Com a coerção, assegura o domínio pelo exercício da força e da repressão, mas, também, lança mão de outras estratégias que favoreçam a acumulação do capital.

“A função precípua do Estado capitalista, é a de garantir as condições materiais de produção e o sistema legal que ordena as relações capitalistas e a exploração de classe é algo que integra o domínio das evidências” (LUCIANO MARTINS 1985, p. 19). A condução desse processo ocorreu com uma direção política, apesar de conservadora, com “*saltos para adiante*” forjou, de forma articulada, a “industrialização e a urbanização brasileiras acompanhado da formação de um mercado interno significativo, embora sempre estreito diante das potencialidades” (BEHRING, 2002, p. 315).

O Estado brasileiro, desde a *Revolução Burguesa* de 1930, sofreu mudanças, com vistas a atender as necessidades do capitalismo mundial que já se deslocava para os países periféricos, em busca de novos mercados.

A Revolução de 1930 marcou o esgotamento de um ciclo, no qual a economia se encontrava fundada no modelo agrário-exportador, e o início de outro, em que ela passou a assentar-se na predominância de uma estrutura produtiva urbano-industrial. No entanto, somente em 1956, de acordo com Oliveira (2003), pela primeira vez a agricultura foi superada pela produção do setor industrial. Para que tal acontecimento ocorresse, foi necessário “introduzir um novo modo de acumulação qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente” (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

Ao tratar os acontecimentos ocorridos no Brasil no século XX, nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, Ianni (1978) aponta que eles evidenciaram os conflitos e tensões que se desencadearam e se desenvolveram na passagem de uma civilização agrária para a urbano-industrial. Tratava-se de uma sociedade

fincada em princípios que norteavam as relações estabelecidas *pelo alto*, com a cúpula da *aristocracia* agrária escravagista, e que redefiniram seus padrões com o avanço do capitalismo, tanto em escala internacional quanto nacional. Após a Primeira Guerra Mundial, setores da população brasileira, como os proletários, urbanos e rurais e os setores médios, despontaram em sua dimensão política e se organizaram. Travaram lutas em defesa de uma maior participação nos debates, em âmbito nacional, nas decisões políticas e econômicas, o que lhes conferiam um protagonismo. Somavam-se a eles, os setores emergentes da burguesia industrial e financeira, que eram penalizados com a *socialização das perdas aplicados pelo poder do Estado* sempre que a cafeicultura entrava em crise. Desse modo, torna-se necessário considerar “que os golpes, as revoluções e os movimentos armados ocorridos no Brasil desde a Primeira Guerra Mundial precisam ser encarados como manifestações de rompimentos político-econômicos, ao mesmo tempo internos e externos”, como afirma Ianni (1978, p. 14).

A conjuntura em que se desencadeou a Revolução de 1930 foi conturbada em decorrência da instabilidade presente no cenário nacional com os reatamentos da crise de 1929, que colocou em xeque o capitalismo em esfera mundial. “O nosso desenvolvimento capitalista estava, assim, comprimido pelo imperialismo, de um lado, seu sócio, e pelo latifúndio, de outro lado”, assinala Sodré (1997, p. 77). Essa revolução foi um acontecimento que criou as condições objetivas para o desencadeamento de mudanças com uma intervenção mais acentuada do Estado brasileiro, nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Com a revolução burguesa, de 1930, concretizou-se o declínio da dominação das oligarquias brasileiras, em particular, a agroexportadora, dando lugar à ascensão da burguesia industrial. Esse acontecimento trouxe como uma de suas conseqüências a acentuada intervenção do Estado na economia e, como exigência, a busca de outra forma de administrá-lo, o que foi concretizado por meio da administração pública burocrática⁸.

⁸ Na década de 1930, instituiu-se a administração pública burocrática, buscando colocar um fim “às características exercidas na administração pública patrimonialista” de acordo com Batista (1999, p. 68). Elaborou-se um programa nacional de transformação de sua economia e da organização sociopolítica, período em que a sociedade brasileira ingressou na era do desenvolvimento e adotou uma série de medidas que asseguraram a diversificação e expansão das indústrias que atingiu a segunda fase no seu processo de desenvolvimento. Ianni (1965) salienta que essas condições já estavam esabecidas em décadas anteriores.

“Nessa perspectiva, o Estado brasileiro exerceu um papel decisivo na organização da produção, sendo, ao mesmo tempo, promotor e ator da industrialização”, afirma Germano (2000, p. 72). Uma de suas estratégias foi buscar o equilíbrio das contas externas do país, no final da década de 1940 e na década de 1950, que haviam ultrapassado os limites, em decorrência dos elevados gastos com a Segunda Guerra Mundial, procurando manter o controle das importações. Outro instrumento utilizado, nesse sentido, foi a promulgação Lei nº 262 de 23 de fevereiro de 1948, que estabelecia para as importações o sistema de licença prévia, medida que, segundo Prado Júnior (2006), de um lado, procurava conter o esbanjamento do período posterior à Segunda Guerra Mundial, e, de outro, acabava por sacrificar a importação de equipamentos essenciais ao desenvolvimento do país. Acresceram-se, ainda, as restrições às importações e a concorrência de manufaturas estrangeiras importadas, que provocavam a alta de preços e aceleravam o ritmo do processo inflacionário que vinha em curso desde o final da Segunda Grande Guerra, como já mencionado. Destaca-se, no entanto, que as medidas tomadas pelo governo brasileiro favoreciam o capital estrangeiro, pois, ao lado das restrições às importações, liberava-se parcialmente o câmbio, criando, “paralelamente ao [mercado] oficial, o mercado livre que seria alimentado pela venda que nele se autorizava divisas provenientes da exportação de alguns produtos, divisas essas destinadas à cobertura de remessas financeiras para o exterior” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 309-310). Essas medidas contribuíram para aumentar a demanda de capital estrangeiro no país, pois foram eliminadas as restrições à remessa de dividendos, juros “daqueles capitais, bem como ao retorno deles ao país de origem, pois essas remessas se fariam sem limitações pelo mercado livre de câmbio. Essa generosa concessão aos interesses imperialistas é bem reflexo da mentalidade colonialista das autoridades brasileiras” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 310).

No entanto, Fernandes (1975) e Sodré (1997) advertem que o fato de uma empresa estrangeira se radicar em países periféricos não quer dizer que ela, necessariamente, proporcione o seu desenvolvimento. Para Fernandes (1975) e Sodré (1997), somente a partir da década de 1950, o capitalismo monopolista teve sua segunda *irrupção* no Brasil, como uma realidade histórica irreversível. Naquela década, o país já não só contribuía para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista dos países centrais, mas constituía-se em um de seus pólos dinâmicos na periferia.

Assim, a trajetória do Estado brasileiro foi marcada por um caráter intervencionista, e, vem se realizando em favor do processo de desenvolvimento do capitalismo por meio de pressões exercidas pela burguesia desde a origem do absolutismo. De acordo com Mandel (*apud* NETTO, 2001 a, p. 24), o Estado intervencionista a serviço da burguesia revelou-se precocemente ao exigir mudanças na sua forma, para assegurar um vetor extraeconômico e garantir os superlucros aos monopólios. Essa intervenção alterou-se tanto no aspecto funcional quanto na sua estrutura com o ingresso do capitalismo na fase imperialista.

Garantir esses superlucros tornou-se o eixo da intervenção estatal, que passou a ser exercida, de forma direta, na condição de empreendedor atuando nos setores básicos e pouco rentáveis, mas, de grande importância para os monopólios, pois, lhes oferecia infraestrutura e matéria-prima de baixo custo, intervindo no controle das dificuldades das empresas capitalistas com medidas como a socialização das perdas, ou diretamente, com subsídios. Outra modalidade de ação direta do Estado concretizou-se com a entrega aos monopólios das empresas construídas com recursos públicos, assegurando os seus superlucros. Atuou, também, de forma indireta, que, de acordo com Netto (2001 a), ocorreu, sobretudo, com as encomendas e aquisições realizadas naqueles setores de produção e garantiu as possibilidades de valorização para os capitais excedentes, com investimentos públicos em infraestruturas, meios de transportes, energia e, também, na preparação de mão de obra para o trabalho e gastos com pesquisas, dentre outros. Destaca-se, ainda, a importância da intervenção estatal no campo estratégico em que são articuladas as formas, direta e indireta consubstanciadas em planos e projetos a longo e médio prazos, confirmando a ação do “Estado como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crises” (NETTO, 2001 a, p. 26).

Esse processo histórico de irradiação do capitalismo monopolista para a periferia, no Brasil, segundo Fernandes (1975), apresentou-se de forma atípica, o que vale dizer, bastante diverso do desenvolvimento do capitalismo em outros países, na realidade mundial e na particularidade latino-americana.

A transição do capitalismo na sociedade brasileira, segundo Fernandes (1975), ocorreu no contexto da Revolução Burguesa e de crise do poder burguês e se acreditava ser possível a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista de forma universal como ocorrera em outros países, porque as forças

acumuladas pelo capitalismo competitivo garantiriam a autonomização do desenvolvimento capitalista interno. “Essa ilusão não só fazia parte da ideologia burguesa, tal como se constituía na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria”, alega Fernandes (1975, p. 215). No entanto, segundo o autor, as raízes do capitalismo monopolista estavam fincadas, no Brasil, desde os fins do século XIX e início do século XX, mas a sua irrupção ocorreu somente na década de 1950 como já afirmado, para tornar-se irreversível na década de 1960, com a ditadura militar.

Para esse autor, a transição foi determinada pelo grau de potencialidade, da economia capitalista que oferecia condições para absorver práticas financeiras, produção industrial e consumo próprio do capitalismo monopolista.

Assim, conforme essa lógica, o Estado materializava a articulação entre o público e o privado por meio das instituições públicas estatais e organizações monopólicas, expressando as mudanças na sua forma de intervenção da fase do capitalismo concorrencial para a monopólica. Naquela, a intervenção do Estado ocorria com base da repressão aos movimentos dos trabalhadores que protestavam contra as más condições de vida, sequelas da exploração da força de trabalho, ou mesmo nas necessidades de preservar a propriedade privada da burguesia.

De acordo com Netto (2001 a, p. 26),

no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o *comitê executivo* da burguesia.

No processo de reprodução do capital, o Estado tem como atribuição, também, a conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração. Um elemento novo presente no capitalismo monopolista, de acordo com Netto (2001 a, p. 26, grifos do autor), é a “*preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, [que] é *uma função estatal de primeira ordem*”, ao passo que, na fase concorrencial, a intervenção estatal se limitava a responder coercitivamente às lutas das massas exploradas, ou preservar as relações imanentes à propriedade privada da burguesia em seu conjunto.

O Estado, então, é obrigado não só a preservar a reprodução da força de trabalho, ocupada e excedente, para a garantia de determinados níveis de consumo,

como também a sua disponibilidade para ser ocupada temporariamente nas ocupações sazonais, sobretudo para atender às necessidades do monopólio. Para tanto, o capitalismo organiza-se para aumentar “*os lucros capitalistas através do controle do mercado*” afirma Netto (2001a, p. 20, grifos do autor). De acordo com o autor, essa organização vai desde os *acordos de cavalheiros* até a fusão de empresas, *pool*, cartel e trustes.

Fernandes (1975), ao analisar o desenvolvimento do capitalismo monopolista na periferia, considera a sua passagem um processo difícil, em razão da complexidade decorrente das condições exigidas como

um índice de alto padrão de concentração demográfica, não só em cidades-chave, mas em um vasto mundo urbano-comercial e urbano-industrial; de renda *per capita*, pelo menos da população incorporada ao mercado de trabalho e, em especial, dos estratos médios e altos das classes dominantes; de padrão de vida, pelo menos nesses setores da população; de diferenciação, integração em escala nacional e de densidade econômica do mercado interno; de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, para dar maior flexibilidade e intensidade ao crescimento do crédito ao consumo e à produção; de modernização tecnológica realizada e em potencial; de estabilidade política e de controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa. (1975, p. 251-252)

As exigências para a entrada do capitalismo monopolista e a falta de condições dos países periféricos para atender aos pré-requisitos inerentes a essa nova natureza de capitalismo impediram-lhes essa ultrapassagem por meio de “simples desdobramento de fronteiras econômicas, culturais e políticas” (FERNANDES, 1975, p. 252). Assim, esses países passaram a receber das economias centrais a transferência de recursos humanos e materiais, ou mesmo, o controle econômico.

Segundo o autor, a transição para o capitalismo monopolista foi difícil mesmo nos países centrais, porque o processo era permeado, de um lado, por fortes tensões, que resultaram na competição internacional das sociedades capitalistas avançadas em disputa nos planos econômicos, financeiros e tecnológicos. Por outro lado, as dificuldades enfrentadas foram maiores para as nações hegemônicas que atingiram um desenvolvimento anterior.

Nesse contexto,

as nações periféricas, como fonte de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista, viram-se, extensa e profundamente, incorporadas à estrutura, ao funcionamento e

crescimento das economias centrais como um todo. Daí resultou uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontram paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo. (FERNANDES, 1975, p. 253)

Assim, a sociedade brasileira conviveu com a expansão do capitalismo monopolista assumindo-se como a parte mais pobre e dependente. Portanto, tratava-se de um desenvolvimento desigual e combinado, o que explica uma industrialização dependente do capital estrangeiro, que se efetivou e se consolidou com a entrada no país de empresas multinacionais.

As condições de transferência do capitalismo monopolista para a periferia, que Florestan Fernandes (1975) denomina *penetração segmentada*, se concretizavam por intermédio de grandes corporações. Elas se instalavam nos países periféricos, exercendo o controle da produção industrial e comercialização para o mercado interno e internacional de matérias-primas. Assim, para Fernandes (1975, p. 252, grifo do autor), a “incorporação, (...) não se fazia à economia capitalista central, mas ao *império econômico* das grandes corporações envolvidas”, conferindo grandes vantagens para as nações hegemônicas, pois não seria necessário arcar com os ônus dessa expansão. No entanto, essas corporações serviam de base para a condição de pólo de sustentação cultural, econômica e política, garantindo-lhes o monopólio dos benefícios ali auferidos.

Transferiram-se, inicialmente, para o território brasileiro, filiais de grandes concessionárias quase ao mesmo tempo de seu aparecimento no cenário dos países centrais. Essas organizações buscavam explorar várias atividades⁹, de maneira segmentada. Nesse período, as influências das grandes organizações sediadas no país, segundo Fernandes (1975, p. 255),

se diluem nos mecanismos de uma economia competitiva em diferenciação e expansão. Só excepcionalmente logram transformar o controle econômico segmentar em fonte de um monopólio real (o que às vezes sucedia, em

⁹As atividades desenvolvidas pelas grandes organizações sediadas nos países centrais, no território brasileiro, na fase inicial do capitalismo monopolista, relacionadas por Fernandes (1975, p. 225), são: produção e fornecimento de energia elétrica, operação de serviços públicos (transportes por bonde ou trem, gás, telefones, e outros), exportação de produtos agrícolas ou derivados industrializados, carnes, minérios etc., produção de bens e consumo perecíveis, semiduráveis e duráveis para o mercado interno, loteamentos de terrenos, construção de casas ou venda de terras para fins agrícolas; comércio interno, especialmente nas esferas em que se tornara típico de uma sociedade urbano-comercial de massas, em transição industrial, operações de crédito, de financiamento e bancárias, projetos de desenvolvimento agrícola ou urbano, em conexão com a iniciativa privada ou poder público.

função das circunstâncias, como poderia exemplificar com a Light e outras empresas que operavam nos serviços públicos); e, com frequência, submetem-se aos mecanismos competitivos do mercado interno, desfrutando vantagens extra-econômicas (procedentes de suas organizações, de privilégios legais ou concessões públicas do porte de sua capacidade empresarial ou produtiva etc.).

Dessa forma, o capitalismo monopolista no Brasil desenvolvia-se com avanço suficiente para fazer crescer o seu parque industrial e atender às necessidades do mercado interno e aos interesses dos países centrais, e que não foi uma súbita transformação, mas um processo gradual. De acordo com Fernandes (1975, p. 256),

têm importância específica três fatores distintos. De um lado, a *decisão externa* de converter o Brasil numa economia monopolista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficientes para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por disposição, que iria implantar dentro do País o esquema de organização e crescimento econômicos intrínsecos à grande corporação. De outro lado, a *decisão interna* de levar a cabo a referida transformação capitalista, tão temida por muitos povos de economia competitiva dependente e subdesenvolvida.

Se as economias centrais e internacionais manifestaram no período posterior à Segunda Guerra Mundial, reiteradamente, a sua disposição em investir no Brasil esbarraram, no entanto, com obstáculos estabelecidos pelo *capitalismo industrial*, pela ausência de um mercado financeiro organizado e pela dimensão do mercado interno. Também, evidenciou-se como obstáculo a ausência de um interesse explícito dos setores estratégicos do governo e esferas industriais que eram mais propensos a uma transição industrial que partisse de dentro e articulada ao nacionalismo econômico moderado e ao intervencionismo estatal. Fernandes (1975) relativiza esses *obstáculos* com o argumento de que, em nenhum lugar do mundo, o desenvolvimento capitalista fora contido pela falta de condições das estruturas econômicas existentes, porque onde elas não existem, o próprio capitalismo monopolista cria o seu “espaço ecológico, sociocultural e político na periferia. A questão não é de *viabilidade*, mas de custos, tempo e operacionalidade” (FERNANDES, 1975, p. 256, grifo do autor). Por outro lado, afirma o autor que, nos governos de Juscelino Kubitschek e da ditadura militar (após 1964), foram aproveitadas, rapidamente, as duas oportunidades oferecidas, o que significa uma preparação das economias

centrais e internacionais para a implantação de um desenvolvimento capitalista monopolista compatível com a realidade da economia brasileira.

Fernandes (1975) chama a atenção para dois movimentos que ocorreram concomitantemente e favoreceram à burguesia condições para realizar o seu projeto desenvolvimentista. O primeiro refere-se às condições que possibilitaram tanto ao Estado brasileiro quanto à iniciativa privada interna se armarem para se defenderem da transição que, inevitavelmente, ocorreria como um processo de conquista externa. O outro movimento foi que ambos, Estado e iniciativa privada, tiveram a segurança necessária, com liberdade de ação quase total, para revolucionarem o espaço econômico interno, podendo programar e implementar medidas estratégicas de políticas econômicas e instrumentais que permitissem criar nova infraestrutura e um complexo institucional capazes de adaptar a ordem econômica em curso aos padrões do capitalismo monopolista. As condições objetivas para essa construção foram dinamizadas pelo Estado brasileiro e expressas pela continuidade de um vigoroso parque industrial criado no período entre 1930 a 1964, destacando-se como suportes econômicos e financeiros, segundo Ianni (1978), a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1953, a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (Petrobras) e, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Para Fernandes (1975), a *decisão interna* deve ultrapassar o aspecto meramente econômico, pois, ao não intervirem no processo de entrada do capitalismo monopolista e deixá-lo correr à revelia dos interesses econômicos e políticos das nações hegemônicas, com certeza, a burguesia e o Estado perderiam com uma possível reversão à condição colonial ou neocolonial incontível. Significava a presença de um componente político na *decisão interna*, envolvendo, ainda, ilusões que se assentavam também em uma motivação psicossocial complexa.

No entanto, a

burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial, nas condições com que se defrontava (com dificuldades inerentes não só a uma economia competitiva dependente e subdesenvolvida, mas as pressões desencadeadas, a partir de dentro e de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais que operava em outra escala – a do capitalismo monopolista e da forma correspondente de dominação imperialista). Assim, a burguesia brasileira perdeu a sua *oportunidade histórica* porque, em última instância, estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais de desenvolvimento do capitalismo: a periferia, como um todo, *atrasou-se* em relação às economias centrais, que a engolfam em sua própria transformação. (FERNANDES, 1975, p. 260, grifos do autor)

Por outro lado, as condições para que o Estado brasileiro, como ator principal, garantisse uma maior ou menor identificação do capitalismo com direções coletivas e nacionalistas dependiam do estágio de identificação das classes detentoras dos bens e riquezas e de suas elites econômicas, militares e políticas. No entanto, mesmo com o propalado *nacionalismo* das classes médias e dos industriais, seus representantes tinham pouca expressão nos círculos defensores do nacionalismo. A maioria dessa elite, incluindo os militares, já via o Estado brasileiro a serviço dos interesses privados tanto nacionais, quanto estrangeiros. Assim, ao dominar a máquina estatal, colocaram-na a serviço da *captação de poupança externa* e da *internacionalização* da economia brasileira sob o capitalismo monopolista.

Vale dizer, de acordo com Fernandes (1975, p. 261), que “o Estado não tem nem pode ter, em si e por si mesmo, um poder real e uma vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro”. Ele foi resultado de um processo histórico que ocorreu de forma articulada às dimensões econômicas, políticas sociais e culturais para atender aos interesses da burguesia, classe que detinha o seu controle. Assim, o Estado brasileiro engendrou as condições objetivas e necessárias de intervenção econômica e política, para atender à *irrupção* do capitalismo monopolista, tornando-o viável e irreversível.

Fernandes (1975) refere-se à maneira pela qual o Estado brasileiro, historicamente, aglutinava aqueles que tinham altas rendas e monopolizavam o poder em suas várias expressões, convertendo-o em poder político indireto, originado do poder econômico e político que se confundia, constituindo-se no veículo por excelência do poder burguês, por meio da máquina estatal. Segundo o autor, essa realidade explica “a facilidade com que, no Brasil, as classes possuidoras e privilegiadas passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da *iniciativa privada*” (FERNANDES, 1975, p. 267, grifos do autor).

Para Fernandes (1975, p. 269, grifos do autor), o capitalismo monopolista construiu o seu caminho

como uma força interna irreprimível que destrói as estruturas arcaicas, ou simplesmente obsoletas, redimensionando e forjando suas própria estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se considera *supermoderno* ou *atual*, ao que vinha antes, ou seja o *moderno*, o *antigo*, e o *arcaico*, aos quais nem sempre pode destruir e, com freqüência precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho

para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda a economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista”.

Assim, o Estado brasileiro não só formulou uma política econômica, mas tornou-se, também, seu executor, em direção a um modelo de *desenvolvimento de internacionalização* da economia brasileira que se iniciou, mais objetivamente, no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960) com o seu *Programa de Metas*, caracterizando a primeira fase da industrialização pesada, que ocorreu de 1956 a 1967. Essa fase dividiu-se em dois momentos: o primeiro refere-se à expansão, de 1956 a 1962, e o segundo, de desaceleração da economia, de 1962 a 1967.

Foi uma conjuntura marcada pela presença da associação do *novo* capital estrangeiro e o capital nacional mediado pela ação do Estado brasileiro que investiu intensamente na infraestrutura, para conseguir viabilizar o seu Programa.

Durante sua implantação, o governo Juscelino Kubitschek completou

a instalação das indústrias automobilísticas, através inicialmente das montadoras de origem européia, de material elétrico pesado, de construção naval, além de máquinas e equipamentos, que possibilitaram considerável expansão do grupo de indústrias produtoras de bens de capital e consumo duráveis. (NEGRI, 1996, p. 102)

Nesse período, foi instalada, ainda, a indústria produtora de bens intermediários, como papel e celulose, matérias nãoferrosos, a siderurgia, petróleo e química pesada.

Já a segunda fase da indústria pesada no Brasil, dinamizada no governo militar do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, iniciou-se em 1967 e continuou até a década de 1980, quando ocorreram elevadas taxas de crescimento do setor, em decorrência de grandes investimentos a ele direcionados.

Negri (1996) classifica a segunda fase da industrialização brasileira em dois ciclos: um situado no chamado período *milagroso*, como afirma Caio Prado Júnior (2006), e o outro, nos anos de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Para Negri (1996, p. 149), o “avanço da estrutura industrial e a consolidação da indústria pesada internalizaram-se, também, uma base técnica que submeteu a agropecuária a um rápido processo de modernização”. Esse fato possibilitou o

alargamento do espaço para a grande expansão no mercado internacional, com a produção exportáveis, industrializados ou não.

Ianni (1978), porém, visualiza um terceiro estágio do processo de industrialização no Brasil, aquele que expressa o modelo de *desenvolvimento associado* ou de *internacionalização* da economia brasileira e que, de fato, concretizou a internacionalização do setor industrial.

O Brasil passou “a depender amplamente da associação direta e indireta, visível ou disfarçada entre capitais nacionais e estrangeiros, começa politicamente com o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964” (IANNI, 1978, p. 28).

O Estado brasileiro teve uma importância fundamental no desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, como já assinalado, pois, no período de 1964 a 1980, o país obteve uma elevação em seu nível técnico e de produção com uma concentração

de mais de um terço do desenvolvimento industrial do Terceiro Mundo. (...) Ao término do governo Geisel (1974-1979), o Brasil estava entre as dez economias com maior Produto Interno Bruto (PIB) e era a economia mais industrializada do Terceiro Mundo. (...) A produção de energia [entre 1968 a 1974] aumentou de 38 para 72 bilhões de kwh. A produção de aço passou de 4,4 para 7,5 milhões de dólares. A produção de automóveis de 279.000 a 858.000 unidades. (GERMANO, 2000, p. 73)

A intervenção do Estado brasileiro ocorreu com uma direção mais expressiva durante a ditadura militar instalada em abril de 1964. Nesse período, o governo passou a agir com certa autonomia para desenvolver, de forma mais acentuada e autoritária, sua política socioeconômica, penalizando o trabalho e criando as condições objetivas para a acumulação do capital.

As ações do Estado na economia, com o golpe militar, abrangeram “gestão da força de trabalho¹⁰, aumento de sua capacidade extrativa ou exação tributária, dispêndio de vultosos investimentos em infra-estrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais” (GERMANO, 2000, p. 72).

¹⁰Segundo Santos (1987, p. 78-79), “retirava-se a fixação do salário profissional, ou salário-piso, (...) da área do mercado, sob arbitragem da Justiça do Trabalho, e colocava-se a delimitação do piso profissional sob arbítrio das autoridades financeiras. Esvaziou-se, com isso, a Justiça do Trabalho e retirou-se de parcela do operariado industrial a sua única forma de obter melhorias relativas na distribuição da renda nacional”.

No que se refere à disciplina do trabalho, os militares no poder do Estado brasileiro reprimiram os trabalhadores nas mais variadas formas, quer fossem em suas manifestações na defesa de direitos, quer cerceando a sua organização. Assim, fizeram intervenções nos sindicatos dos trabalhadores, efetivaram prisões e torturaram seus líderes¹¹. Acabaram com a estabilidade do trabalhador no emprego, instituindo, em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Reorganizaram o sistema de financiamento do Estado, centralizaram os recursos na esfera da União e instituíram fontes de recursos extraorçamentários por meio de mecanismos de poupanças forçadas, “e um sistema tributário baseado na tributação indireta. A receita da União aumentou cerca de 80% na época”, de acordo com Berhing (2002, p. 164).

A ditadura militar também congregou as condições objetivas para elaborar uma *a sua* política cultural

*enquanto projeto de construção hegemônica, no instante em que o curso histórico-social aponta para o seu ocaso. Em, 1964-1968, a autocracia dispõe de forças para a coação e, depois de 1969-1970, de inesgotável arsenal repressivo – mas carece de condições para transitar para um projeto cultural ancorado em lastro diferente da coerção; por volta de 1975, a autocracia articulou os componentes necessários para avançar no plano da construção da hegemonia – mas as bases político-sociais desses componentes começam a ser postas em questão abertamente. À *tardia* formulação de política cultural da ditadura cresce-se, pois, um dado elementar: ele é concomitante à emergência dos vetores da autocracia burguesa (NETTO, 1991, p. 94, grifos do autor)*

As mudanças internas, operadas tendo em vista atender ao processo de modernização e expansão na indústria de transformação, foram seguidas pela ampliação da construção civil, que muito se beneficiou dos investimentos governamentais em infraestrutura básica, na organização e implantação do processo de urbanização brasileira¹². É importante destacar que o setor da construção civil aciona outros ramos de produção industrial, como cerâmica, tijolos, e telhas, madeira, ferro, alumínio, cimento, material elétrico e hidráulico, dentre outros.

¹¹ No período de 1964 a 1979, segundo Germano (2000), os militares fizeram 1.565 intervenções em sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais.

¹² Conforme Nogueira (2004), foi formidável o aumento da população no período de 1960 a 1980. Enquanto em 1960 o país tinha 70 milhões de habitantes, em 1980 atingiu 120 milhões. Destacou-se a cidade de São Paulo, em que a população aumentou de 3,8 milhões para 8,5 milhões, e, na região metropolitana, passou de 4,8 milhões para 12,5 milhões. Ainda, nesse mesmo período, a população urbana do país passou de 44 % para 67 %, a rural decresceu de 55 % para 32 %. Para o autor, “se em 1950 somente 20 % da população vivia nas cidades, com mais de 20 mil habitantes, em 1980 esse número passou para 51 %” (NOGUEIRA, 2004, p. 18).

Segundo Negri (1996), uma vez esgotada a fase expansiva, a economia brasileira entrou em um ritmo de desaceleração do crescimento posterior a 1974, sem ser considerado recessivo, pois o Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento médio, ligeiramente, superior ao atingido após 1945. A realidade conjuntural marcava parte do governo Costa e Silva que foi completado pelos governos da Junta Militar¹³ e de Médici. Em 1974, iniciou-se o governo Geisel (1974-1979) e foi retomado o processo de eleições diretas para composição da Câmara dos Deputados e do Senado. Nessa época, o governo da ditadura havia instituído o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), representava os interesses do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁴ congregava a oposição ao regime vigente. Até 1980, o crescimento da economia estava norteado pela política econômica contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com vigência de 1974 a 1979.

O primeiro período, o de 1981 a 1983, foi marcado pela mais profunda crise vivida pelo setor industrial, em decorrência do ajuste *ortodoxo* na economia brasileira concretizado em medidas monetárias rígidas: limitação da concessão de créditos com elevação das taxas de juros, contenção nos gastos públicos, inibindo os investimentos públicos e privados, continuidade ao apoio às

¹³ O governo da Junta Militar ocorreu em virtude da morte de Costa e Silva, em agosto de 1969. Conforme Germano (2000, p. 68-69, grifos do autor), “ao lado disso, a disputa interna pelo poder, levada adiante pelas diferentes facções militares (...). O Alto Comando das Forças Militares em reunião secreta, desferiu mais um golpe, desta vez ao violara a Constituição de 1967 (...) impedindo que o vice-presidente Pedro Aleixo – um civil que se opusera ao AI 5 – assumisse o poder (...). Para o Alto Comando, como *a solução constitucional não era viável*, a Presidência seria exercida por uma Junta Militar, formada pelo general Aurélio de Lyra Tavares, pelo brigadeiro Márcio de Souza e Mello e pelo almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald que governou o país até” a posse do general Garrastazu Médici em outubro de 1969 eleito pelo Colégio Eleitoral obtendo 293 votos favoráveis, 76 abstenções de partidários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e nove ausências. Esta não foi a primeira derrota que o governo da ditadura sofrera. Também em dezembro de 1968, o Congresso negou autorização para o poder executivo cassar o mandato do deputado federal pelo estado da Guanabara, Márcio Moreira Alves pelo fato desse deputado do MDB ter pronunciado contra o governo na Câmara. Colocado em votação, o Congresso negou a autorização por 216 votos contra e 141 a favor. De acordo com Germano (2000), menos de 24 horas após, no dia 13 de dezembro de 1968 o governo baixou o Ato Institucional n. 5 (AI-5), em uma indicação da presença da instalação da *linha dura*. O Congresso foi fechado por dez meses, de dezembro de 1968 a outubro de 1969.

¹⁴ A força da oposição foi colocada à prova nas eleições de 1974, quando o MDB obteve uma extraordinária vitória, elegendo 16 senadores e 172 deputados, ao passo que a situação elegeu apenas seis senadores e 192 deputados. Martins (2001) assinala que o governo militar, prevendo a reprise da vitória da oposição em 1978, determinou o fechamento do Congresso Nacional e editou a emenda constitucional, contando com profundas reformas eleitorais que lhe davam condições de manipulação e de assegurar o controle do poder. Assim, o regime estabeleceu a eleição indireta de um terço de senadores e impôs censura à campanha política nos meios de comunicação. Essas medidas asseguraram a eleição indireta do general Figueiredo para Presidente da República, com a maioria de votos da Arena.

exportações de produtos industrializados com adoção de política cambial que garantisse a sua rentabilidade.

A situação dramática da política econômica levou o governo brasileiro a solicitar um pacote emergencial de assistência financeira,

com empréstimos e outras operações provenientes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Bancos de Compensações Internacionais, sistema de Reserva Federal, Tesouro Americano e dos maiores bancos privados norte-americanos. Com essa situação dramática, a política econômica brasileira passou a ser tutelada pelo FMI, ao qual foi apresentado, em fevereiro de 1983, um primeiro programa de estabilização. Convém destacar que o programa do FMI não significa muito em termos de empréstimos, mas como aval se convertia num requisito básico, para que os bancos privados também apoiassem financeiramente o programa brasileiro". (CARDOSO, 1995, p. 190)

Essas medidas tinham como um de seus objetivos a obtenção de *superávits* para atender aos compromissos com a dívida externa. Assim, segundo Negri (1996), o saldo comercial que havia passado de dois bilhões e oitocentos milhões de dólares, em 1979, para um bilhão e duzentos milhões de dólares, em 1981, saltou para seis bilhões e quinhentos milhões de dólares, em 1983.

O crescimento das exportações possibilitou a recuperação das indústrias brasileiras de meados de 1984, a 1986. O processo de retomada de seu crescimento explica-se pela busca de reforço financeiro em mercados externos, por meio de empréstimos, e o advento da Nova República, em 1985, quando o governo procedeu a mudanças no rumo da política econômica. A mudança na economia, que se voltou para ações internas, condicionou, além do crescimento das indústrias, a ampliação de postos de trabalho, cujo processo se iniciou em 1984, permitindo o aumento de empregos e salários e, em decorrência, o consumo. Em 1986, o novo Ministro da Fazenda implantou o Plano Cruzado, provocando novas mudanças na política econômica. Houve uma redução drástica da inflação, elevaram-se os níveis de emprego e salários e um crescimento da indústria de 11,3 %.

Nesse sentido, assinala Negri (1996, p. 159): a "expansão da economia foi acompanhada de ligeiro aumento nos investimentos, com crescimento de bens de capital e de bens de consumo duráveis, mas, sobretudo, do setor produtor de bens de consumo não-duráveis, decorrência do aumento real nos salários e no nível de emprego".

O congelamento dos preços operado, em 1986, favoreceu um crescimento acelerado na economia, mas a longa duração desse congelamento, sem uma devida reforma econômica mais abrangente, trouxe como conseqüências a volta da crise cambial e a aceleração da inflação, pois o governo acabou ficando imobilizado. A taxa de crescimento da indústria de transformação reduziu-se de 11% em 1986, para 1% em 1987 e passou a ser negativa, em 1988, em menos 3,4 %. “A situação da indústria só não foi mais grave porque as exportações tiveram bom desempenho, principalmente às de manufaturados e, também, porque em 1987 a safra agrícola foi extraordinária, incentivando o setor agroindustrial” afirma Negri, (1996, p. 158). A exportação brasileira, no período de 1988 a 1989, em média foi de trinta e quatro bilhões e cem milhões de dólares, desses, vinte e quatro bilhões e duzentos milhões de dólares eram produtos industrializados, equivalendo a 71 % do total das exportações. Assim, em 1989, a indústria brasileira retomou seu crescimento, atingindo a taxa positiva de 3,2%.

Porém, segundo o autor, aquelas indústrias que se ocupavam, sobretudo da produção de bens de consumo não duráveis foram diminuindo aos poucos sua participação no valor da transformação industrial do país, passando de 31,5% para 31,3%. Destacou-se a expansão das exportações de calçados e de alimentos, o que ocorreu pelo extraordinário crescimento da produção da agroindústria para o mercado interno e externo, cuja participação saltou de 11,6 % para 12,8 %, e, em 1990, era o segundo ramo de maior peso relativo a indústria do país. Ocorreu também a expansão das indústrias produtoras de bens intermediários que tiveram sua produção de 41,3 % aumentada para 42,6 %. Dentre elas, destacaram-se a metalúrgica e a química, ao passo que as indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis tiveram sua produção ligeiramente reduzida, de 27,2 % para 26,2 %.

Nesse contexto, as indústrias dos países latino-americanos já vivenciavam, com o neoliberalismo, o processo de desindustrialização¹⁵ e desnacionalização em menor escala, de acordo com as condições econômicas e políticas de cada um. Boito Jr. (1999) destaca dois aspectos na desindustrialização desses países. Um

¹⁵De acordo com Boito Jr. (1999), os países latino-americanos adotaram o processo de desindustrialização com adoção da política de abertura comercial: “A amplitude desses processos (...) depende das condições econômicas e políticas de cada país no que ele tem lugar: a desindustrialização foi mais severa no Chile e na Argentina de que no Brasil” (p. 42).

deles reduziu a participação relativa no total da produção industrial de todos os países latino-americanos; o outro, a participação da produção metal-mecânica, de bens de capital e de química fina no total da produção industrial. Essa restrição ocorreu, sobretudo, naqueles setores que trabalhavam, de maneira intensiva, com conhecimentos tecnológicos e de serviços de engenharia, têxtil, calçados e vestuários. Porém, conforme o autor, nem todo o processo de desindustrialização aparece visível em sua totalidade: “Ela ocorre ao longo da cadeia produtiva, através do aumento do índice de importação dos componentes em setores como o eletrônico, automobilístico, de eletrodomésticos e outros. Trata-se de uma faceta (...) que pode ser erroneamente percebida como seu oposto” (BOITO Jr., 1999, p. 43). Nessa situação, o crescimento é concretizado por meio de galpões de montagem industrial que, ao utilizarem produtos importados, substituem os antigos setores nacionais. Um exemplo é a Zona Franca de Manaus, região que foi transformada em um parque de montagem de produtos importados, o que explica a expansão recente da indústria brasileira de material de informática, produtos eletrônicos de consumo e de montadoras de automóveis. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), o crescimento de importação desses componentes, entre 1990 a 1995 foi de 211 %. Nesse período, houve redução das tarifas de importações para os produtos destinados à Zona Franca.

A redução das alíquotas de importação e a extinção de barreiras não-tarifárias marcaram o início da política de desindustrialização brasileira no governo de Collor de Melo¹⁶, retomadas no governo de Fernando Henrique Cardoso com a sobrevalorização do Plano Real. Essas medidas contribuíram para o crescimento das importações de produtos manufaturados¹⁷, de máquinas, equipamentos, aparelhos eletrônicos e materiais de comunicação, os quais superaram os 35%, em 1995, e os índices continuaram crescendo em 1996.

¹⁶Conforme Antunes (2005, p. 16), “Collor elegeu-se com base em um projeto de *modernização* do país. Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma *integração subordinada* do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado no ideário neoliberal para um país do Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando a desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos”.

¹⁷Boito Jr. (1999, p 46) esclarece: “Em 1990, a alíquota média das tarifas de importação era 40 % e a alíquota mais freqüente de 32,2 %. Em 1992, ambas caíram para 20 %. Em 1995, o governo FHC reduziu a alíquota média para 12,6 % e a mais freqüente para 2 %. Entre 1992 a 1995, as importações saltaram da casa dos 20,5 bilhões para 49,6 bilhões de dólares, representando um crescimento de 142 %, enquanto as exportações passavam de 35,7 bilhões para 46,5 bilhões de dólares, perfazendo um crescimento de apenas 30 %. Com é sabido, a balança comercial brasileira passou a apresentar um déficit crescente a partir da implantação do Plano Real – o déficit foi de 3,1 bilhões de dólares em 1995, devendo chegar a um montante de 10 bilhões de dólares em 1997”.

No entanto, segundo Boito Jr. (1999), não aconteceu o mesmo com tratores, máquinas rodoviárias e equipamentos para distribuição de energia, que foram muito penalizados com a política de abertura comercial do governo. Essa política, para o autor, contribuiu para uma queda brusca nas importações de produtos têxteis, levando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criticarem as medidas do governo de Fernandes Henrique Cardoso e a exigirem a proteção, também, de seus produtos por meio de barreiras tarifárias, e não-tarifárias.

O processo de desnacionalização, ocorrido na década de 1990, no Brasil, sob a égide da política neoliberal, apresentava a mesma característica de outros países da América Latina, ou seja, uma redução das empresas por falência, fechamento, venda, ou fusão com empresas estrangeiras. Nesse sentido, os dados do Sindicato da Indústria de Autopeças são esclarecedores, ao informar que, até o início de 1996, mil empresas do ramo foram vendidas e tiveram o capital estrangeiro como o seu principal comprador. A estimativa é de que das 3.200 indústrias de autopeças existentes em 1991 restavam 930, em 1997. Em 1995, segundo grupos de assessoria, foram vendidas cerca de trezentas empresas nacionais de diversos ramos¹⁸.

Concomitante ao processo de desindustrialização, a privatização das empresas públicas fazia parte da política neoliberal implantada no país, na década de 1990, como exigência para a reforma do Estado brasileiro que buscava manter a hegemonia do grande capital. Conforme Boito Jr. (1999, p. 51), tratava-se de um conjunto de medidas, tais como, a “desregulamentação do mercado do trabalho, da redução de salários e da redução dos gastos sociais”. Com isso, a política neoliberal, no decorrer daquela década, fortaleceu o patrimônio das grandes

¹⁸Boito Jr. (1999, p. 48) informa: “No ramo de geladeiras e fogões, a Bastemp associou-se à Whiplow, a Continental foi comprada pelo grupo alemão Bosch-Siemens e a Prosdócimo pela sueca Electrolux. A lochepe vendeu sua fábrica de tratores Maxion. A DB Brinquedos associou-se ao banco norte-americano JP Morgan. A Gradiente associou-se à japonesa JVC, convertendo-se numa montadora de componentes importados, o que mostra que o fenômeno da desnacionalização pode fundir-se, em certos casos, ao da desindustrialização. O grupo estadunidenses Westvaco comprou uma das maiores indústrias nacionais. No ramo da alimentação, a Lacta, da família Adhemar de Barros, que era a maior produtora nacional de chocolate, foi vendida à Philip Morris; a Arisco associou-se ao banco americano Goldman Sachs; a companhia Pilar, maior indústria do setor de alimentação do Nordeste, sob controle nacional desde sua fundação em 1875, foi vendida em duas partes: uma para a Nabisco, empresa estadunidense, e outra para o grupo argentino Bunge & Born. A entrada de investimento estrangeiro direto na economia brasileira tem crescido regularmente ao longo da década de 1990. (...) O Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas prevê que, mantido [esse] ritmo, nos próximos anos, 25 % do PIB industrial brasileiro, o equivalente a 50 bilhões de dólares, passará para o controle do capital estrangeiro”.

empresas do setor industrial, bancário e da construção civil com as privatizações a de empresas públicas. Para o autor, os arremates foram feitos pelos grandes grupos de empresas lucrativas, como os setores petroquímicos, siderúrgicos, fertilizantes e de mineração por preços aquém do valor dessas empresas, que eram postas em leilão e pagas com as ditas *moedas podres* e empréstimos favorecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dessa forma, foram privatizadas as empresas de prestação de serviços, como os de transporte, de energias elétricas e de telefonia celular, dentre outras. Esse processo foi desencadeado no governo Collor de Melo e assumido pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e não foi acessível aos pequenos investidores e nem aos trabalhadores. As primeiras empresas privatizadas foram, no governo de Itamar Franco, a Companhia Nacional de Siderurgia (CNS), e, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Vale do Rio Doce¹⁹, a Rede Ferroviária, além de empresas de energia elétrica. A penetração do capital estrangeiro, no país, conforme Boito Jr. (1999, p. 52), ocorreu

de dois modos: numa primeira modalidade, empresas estrangeiras associam-se a grupos nacionais para arrematar uma empresa estatal, o negócio envolvendo sócios e empresas de um mesmo ramo ou de ramos conexos; numa segunda modalidade, fundos de investimentos estrangeiros entram como sócios de um grupo que pretende adquirir uma estatal. Mas a maior parte das privatizações foi, no início, um negócio privado do grande capital nacional; mais tarde, passou a ser também um negócio com participação do capital imperialista²⁰.

Desde o seu primeiro governo, em 1994, Fernando Henrique Cardoso assumiu, de acordo com Antunes (2005), a lógica de uma racionalidade burguesa

¹⁹ Boito Júnior (1999, p. 54) assinala: a “privatização da Companhia Vale do Rio Doce, no governo FHC, foi efetuada, pelos cálculos de especialistas, a um preço que representava uma fração insignificante do valor da empresa – considerados o patrimônio e as concessões de exploração. A Usiminas, siderúrgica de alta produtividade e lucratividade, tinha seu patrimônio avaliado por alguns consultores em doze bilhões de dólares, mas foi vendida por apenas um bilhão e meio. Para utilização de ações nos leilões de privatização, foram utilizadas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, os Títulos de Dívida Agrária, Títulos da Dívida Externa, as debêntures e dívidas da Siderbrás e outras. No leilão de privatização da Usiminas, só entraram Cr\$ 4.690,00 em moeda corrente, metade do preço de um carro popular na época”.

²⁰“A súmula das vendas de empresas estatais, produzidas pelo BNDES em maio de 1995, relatou que em dezessete dos maiores leilões de privatização ganhou um restrito grupo de 59 investidores. Alguns dos principais compradores das estatais foram empresas como os bancos Safra, Bamerindus, Bradesco, Itaú, Boa Vista, Unibranco e Bozano Simonsen; os grupos Ipiranga, Fósferil, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Vicunha, Gerdau, Votorantin e outros. (...) No ramo fertilizante, o consórcio Ferti-Ultra, formado por sete empresas produtoras de fertilizantes, arrematou, através de uma ou de outra empresa pertencente ao consórcio, as empresas estatais de fertilizantes Ultrafertil, Indag, Goiásfertil e a Fosfert”, afirma Boito Jr. (1999, p. 52-53).

conservadora. Estava em curso o processo de estabilização monetária com orientação programática, imposta pela política neoliberal e desenvolvida conforme os ditames da reforma do Estado, tendo como consequência o início do desmantelamento do *parque produtivo*. Esse processo ocorreu dando continuidade, em grande escala, à “privatização, a desindustrialização, *integração* servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país cassino financeiro internacional” (ANTUNES, 2005, p. 37)

Nesse sentido, segundo Antunes (2005, p. 38),

após desmontar tudo que foi criado desde o varguismo, por meio da ação de décadas de trabalho operário sob o comando do capital produtivo estatal – uma vez que nosso capital privado sempre viveu a reboque do Estado [brasileiro], era chegada a hora de entregar tudo funcionando, estruturado e rentável às burguesias nativa e forânea.

No entanto, de acordo com o autor, foi necessário, em algumas situações, um preparo prévio, como por exemplo, a desorganização de setores para justificar a sua privatização a um valor quase simbólico.

Os trabalhadores organizados contestaram e, em 1995, Fernando Henrique Cardoso enfrentou a

greve dos petroleiros, que abalou o país por 31 dias, entre maio e junho. [Esta greve permitiu] desvendar tantos os aspectos de um governo recém-eleito que contava com monumental apoio de todos os grandes veículos de comunicação de massa, com a relativa *aceitação* de parcela expressiva da chamada opinião pública. (ANTUNES, 2005, p. 31)

A greve apresentava em seu bojo uma dimensão política, ao contestar as privatizações das empresas públicas, e uma dimensão econômica, centrada nas condições de trabalho, nas reivindicações salariais. Os fatos evidenciavam um embate difícil entre os trabalhadores petroleiros e o governo. Os trabalhadores buscavam preparar-se para a resistência, segundo Antunes (2005, p. 32), “contra a privatização do monopólio estatal do petróleo, pois, os trabalhadores petroleiros tinham plena consciência da importância da preservação do papel público e estatal da Petrobras”.

Assim, os trabalhadores petroleiros expressaram, naquele acontecimento, a sua radicalidade pela sustentação da base da categoria acrescida do apoio de uma significativa organização dos trabalhadores existente, tanto no âmbito estatal quanto

nacional. Na esfera federal, eles se organizavam na Federação Única dos Petroleiros. Contavam, ainda, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No entanto, conforme Antunes (2005), de um lado, um segmento do sindicalismo da CUT acreditou nas negociações com o governo e foi por demais moderado, de outro, Fernando Henrique Cardoso revidou com confrontações militarizadas, portanto, duras, pois foi incapaz de negociar com os trabalhadores sem recorrer a esses recursos. Finalmente, quebrar a força da organização sindical era uma das lições a ser cumprida pelo governo brasileiro como uma determinação da política neoliberal em curso.

Nesse sentido, para Antunes (2005, p. 34, grifos do autor), o

projeto neoliberal erigiu como seu maior inimigo o sindicalismo combativo e reivindicativo. Sua expectativa é instaurar, mundialmente, o (...) *sindicalismo de envolvimento e cooptação*, próprio do modelo toyotista, o (...) sindicalismo de empresa.

A quebra do poder de força do sindicalismo combativo representou o outro lado da moeda do projeto neoliberal que o governo brasileiro deveria executar para atender às exigências do capital na economia central, dada sua condição de país capitalista da periferia.

Para Mascarenhas (1999, p. 99), a “organização político-sindical expressa um determinado nível de capacitação para se inserir nos conflitos de classe e delimita (...) terreno para a constituição de interesses”. A autora considera que a contribuição do sindicato no processo de transformação social concretiza-se na luta por melhores condições de vida e de trabalho, e contra os interesses da classe detentora do capital. Porém, o sindicato não tem o poder de conduzir a classe trabalhadora no processo de transformação social, tarefa destinada ao partido político da classe.

Segundo Mascarenhas (1999, p. 102), a

potencialidade de articulação entre a economia e política é um dos maiores méritos da prática sindical. Por meio desta articulação os interesses da classe trabalhadora podem ser unificados e pode ser desencadeada uma ação estratégica de classe. A luta econômica é então publicizada, o que é essencial para a articulação dos interesses, a não pulverização dos mesmos, o reconhecimento por outros sujeitos sociais, a formulação de uma identidade política e o aumento do poder de barganha no âmbito dos conflitos sociais e relações de poder.

A organização dos trabalhadores, no Brasil, vem se concretizando em contextos que marca avanços e recuos, e foi forjada no processo histórico da construção da classe trabalhadora a qual tem uma relação direta com a industrialização do país²¹ e das necessidades do redimensionamento do Estado brasileiro para atender às exigências do capitalismo em curso.

Essa organização, à medida que o processo de industrialização avançava e dava origem a formação da classe operária em seu processo histórico, recebeu a influência de operários europeus que chegaram ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava e atender às exigências de empresas de maior porte, que eram subsidiárias do capital estrangeiro.

Os operários europeus trouxeram para o Brasil a sua mão de obra, mas, também, a suas práticas organizativas, fundadas no anarco-sindicalismo²² que marcou a organização dos trabalhadores brasileiros, no início do século XX. Esses trabalhadores foram influenciados, ainda, pelo movimento sindical reformista que priorizava as reivindicações salariais.

Nesse sentido, os trabalhadores deflagraram uma greve, em 1917, que foi analisada por Martins (1989, p. 19), como a

mais significativa evidencia da função política do sindicalismo, visto ter abalado a estrutura social e política de São Paulo, obrigando o governo, pela primeira vez a [conversar] com os representantes da população em greve. A violência de grevistas e policiais, bem como a mobilização em torno da greve levaram jornalistas a se apresentarem como [inter]mediadores, dado o temor de que a greve resultasse em guerra civil.

Dentre as reivindicações dos trabalhadores a autora destaca, ainda, a regulamentação das condições de trabalho de mulheres, crianças e adolescentes, buscando eliminar o trabalho de menores de quatorze anos e o noturno, para menores de dezoito anos.

²¹Vale ressaltar, no entanto, que a acumulação do capital no Brasil, segundo Caio Prado Júnior (2006), inicialmente foi individual e restrito. Para o autor, o censo de 1920 aponta 42% do capital empregado na indústria era de caráter individual e não sociedade de pessoas ou de capitais. Por outro lado, esse capital quase sempre pertencia a simples indivíduos, famílias, ou pequenos grupos.

²² O anarco-sindicalismo constituía-se, de acordo com Antunes (1982), em uma orientação político-ideológica que, na Primeira República, tinha a hegemonia no seio da classe operária. Essa corrente de pensamento negligenciava o momento político de luta pelo poder estatal e enfatizava o predomínio do economicismo nas reivindicações dos operários. Ao proceder dessa forma, drenava todo o potencial para a luta imediata e não o direcionava para a superação do capitalismo. Os anarquistas desconsideravam a importância da organização político-partidária e não buscavam estabelecer uma política de aliança com os demais segmentos dos trabalhadores.

No entanto, apresentando a sua organização sindical expressas nas lutas, nos diversos momentos históricos do país, desde o início do século XX, o sindicalismo brasileiro somente foi reconhecido pelo Estado, após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) em novembro de 1930 por meio do Decreto-lei nº 19.443, que de acordo com Abramides e Cabral (1995), se constituiu em uma forma de o Estado intervir na organização sindical dos trabalhadores. Assim, a primeira lei sindical foi regulamentada, conforme Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, e, estabeleceu-se um único sindicato por categoria, os sindicatos oficiais, a sindicalização tornou-se facultativa e foram excluídos os funcionários públicos, os empregados domésticos, mas se permitiu a formação de federações regionais e confederação nacional.

Com esse decreto, o governo brasileiro atrelou o sindicato ao Estado, instituiu o corporativismo e o assistencialismo com a obrigatoriedade do exercício da assistência social pela entidade sindical. Ao instituir a assistência social no sindicato, o governo desviou o foco político do sindicato na direção da luta dos trabalhadores. Criou assim, o *sindicato oficial*, e segundo Antunes (1982, p. 113), a Igreja Católica, também, buscou organizar os trabalhadores, e teve como base de sustentação o Centro Operário Católico Metropolitano. Os trabalhadores brasileiros organizados realizaram, em São Paulo, em 1931, uma manifestação de apoio ao então Ministro do Trabalho, pela apresentação das políticas sociais e sindicais²³, cuja legislação instituiu a chamada *lei dos dois terços*²⁴, a qual determinava que os trabalhadores brasileiros não deveriam ceder espaços aos trabalhadores estrangeiros. Essa lei, ao colocar em prática a restrição a esses trabalhadores, buscava enfraquecer a influência da organização dos trabalhadores europeus no sindicalismo brasileiro.

²³ A política sindical do Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, foi apoiada “por algumas associações operárias, tais como: Centro Operário Católico Metropolitano, Sociedade Oberdan, Sociedade Vitório Emanuele II, Sociedade Operária Barra Funda, Sociedade Benedetto Marcelo e Sociedade Dante Alighiere”(ANTUNES, 1982, p. 113, grifos do autor)

²⁴ A *lei dos dois terços* foi “a primeira medida tomada pelo governo após a criação do Ministério do Trabalho, instituída pelo Decreto nº 19.482, de 12/12/1930, ‘limita a entrada no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências’. Como uma decorrência, provavelmente, da superioridade numérica de trabalhadores estrangeiros sobre os nacionais nas empresas do país, que vinha sendo apontada por vários trabalhos, relatórios e pela imprensa desde fins do século XIX, essa lei passou a exigir que todas as empresas urbanas tivessem dois terços de empregados brasileiros natos” (MARTINS, 1989, p. 37-38).

Segundo o autor,

enquanto os comunistas e os anarquistas faziam oposição à estrutura sindical e procuravam desencadear uma prática sindical autonomista, abriu-se espaço à atuação do Ministério do Trabalho, que criou uma liderança pelega e que pouco a pouco foi penetrando e formando uma estrutura sindical controladora dos interesses assalariados. (ANTUNES, 1982, p. 113)

Nesse contexto, construía-se uma estrutura sindical atrelada ao Estado, com a finalidade de minar o sindicalismo combativo. Mesmo assim, o movimento sindical avançava e, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, demonstrava sua capacidade de luta e resistência contra a repressão, os baixos salários e o peleguismo. Apesar do impedimento de sindicalização, trabalhadores no serviço público também iniciaram sua organização política, criando suas associações. Essas associações foram fortalecidas, na década de 1970, com o surgimento de outras novas e das federações.

A luta dos trabalhadores na busca de condições de vida crescia em seu processo organizativo, fato que preocupava a burguesia. Ainda, na década de 1930, o Estado, como outro modo de contrapor esse movimento e intervir na *questão social* uniu-se com a Igreja Católica como poderes organizados que buscavam formas de desmobilizar os trabalhadores.

Ressalta-se, no entanto, que, de acordo com Sodré (1997, p. 137), para a “conquista do poder, em 1930, a burguesia, seguindo a ordem natural da composição política, não só se voltou para a classe trabalhadora, (...) como se comprometeu na concessão de espaço e direitos àquela classe”.

Uma das estratégias do Estado brasileiro, na década de 1930, para dar resposta à *questão social* foi implantar políticas sociais.

“A burguesia, seguindo a ordem natural da composição política, não só se voltou para a classe trabalhadora, (...) como se comprometeu na concessão de espaço e direitos àquela classe” (SODRÉ, 1997, p. 137), para a conquista do poder, em 1930.

Apesar da aliança e dos compromissos assumidos com a classe trabalhadora, segundo Sodré (1997, p. 137), “o período de *liberdade* foi curto”, durou de 1930 a 1935, e a partir de então, as contradições de classes explicitaram-se na sociedade brasileira e retornou ao cenário a luta dos trabalhadores. Uma dessas lutas foi trazida a público, quando o movimento das forças organizadas, sob a direção do

Partido Comunista Brasileiro (PCB), contando com a participação da Frente das Esquerdas, da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do movimento dos tenentistas, organizaram a resistência no que foi denominado pela burguesia *Intentona Comunista*, e que se constituiu em um movimento dos trabalhadores contra o governo de Getúlio Vargas. Esse movimento desencadeou-se na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, alastrou-se para Recife, em Pernambuco, e para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, onde foi derrotado pelas forças do governo com prisões e outras formas de repressão. Os *revolucionários*, de acordo com Sodré (1997), tinham como reivindicações o estabelecimento de um governo popular, a abolição da dívida externa e a implantação da reforma agrária, dentre outras.

Segundo Sodré (1997, p. 137), a “luta interna levou a burguesia a recompor-se com as forças tradicionais das quais se havia distanciado e (...) combatido (...) para enfrentar as classes trabalhadoras. (...) a legislação se reveste de nítido sentido nacionalista, o aparelho de Estado passa por acentuada reforma, surge o trabalhismo”, uma estratégia para eliminar os conflitos travados na luta entre as classes. Outra estratégia de controle do governo de Getúlio Vargas foi a ditadura, e, no dia 10 de novembro de 1937, instalou-se o chamado Estado *Novo* que tinha como traço definidor, além daquelas analisadas anteriormente, a sua função conciliadora com o latifúndio e com o imperialismo, em um momento em que essa convivência era necessária e possível.

Conforme Sodré (1997), o Estado Novo apresentou-se com o aparato de repressão e de violência policial, que permitiram à burguesia uma ação independente do apoio e da participação dos trabalhadores, para proceder às reformas necessárias para consolidar as suas conquistas e efetivar mudanças. Essas mudanças definiram as premissas exigidas para a consolidação das relações capitalistas, localizando, de um lado, a concentração da riqueza, e de outro, a massa proletarizada de trabalhadores *livres*.

O *Estado Novo* chegou ao fim com o golpe de 29 de outubro de 1945, e a deposição de Vargas, em um contexto que se vivenciava o término da Segunda Guerra Mundial.

A passagem de uma civilização agrária para a urbano-industrial evidenciou, aponta Ianni (1978), os conflitos e tensões que se desencadearam, se desenvolveram e redefiniram seus padrões com o avanço do capitalismo tanto em

escala internacional quanto nacional. Tratava-se de uma sociedade fincada em princípios que norteavam as relações estabelecidas *pelo alto* com a cúpula da *aristocracia* agrária escravagista. Após a Primeira Guerra Mundial, setores da população brasileira, como os proletários urbanos e rurais²⁵, e os setores médios, despontaram em sua dimensão política e se organizaram e lutaram em defesa de uma maior participação nos debates, em âmbito nacional, nas decisões políticas e econômicas, o que lhes conferiam um protagonismo. Somavam-se a eles, os setores emergentes da burguesia industrial e financeira, que eram penalizados com a *socialização das perdas aplicados pelo poder do Estado* sempre que a cafeicultura entrava em crise. Desse modo, torna-se necessário considerar “que os golpes, as revoluções e os movimentos armados ocorridos no Brasil desde a Primeira Guerra Mundial precisam ser encarados como manifestações de rompimentos político-econômicos, ao mesmo tempo internos e externos”, como afirma Ianni (1978, p. 14).

Assim, os trabalhadores já vinham acumulando força política, desde décadas anteriores, organizados no movimento de trabalhadores urbanos e rurais²⁶ e apoiados pelo segmento *progressista* da Igreja Católica. Construíram uma ação unitária, com articulação no campo popular e sindical, e no movimento estudantil, reivindicavam *reformas de bases*²⁷. A luta que era unificada pela coordenação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que articulava trabalhadores do campo e da cidade.

Ao lado da mobilização dos trabalhadores, o governo brasileiro, sob a direção de João Goulart, oferecia condições favoráveis para o protagonismo de suas entidades²⁸ em suas reivindicações, bem como abria espaço para outros protagonistas, comprometidos com as necessidades da maioria da população e com o processo de mudanças na sociedade, ocuparam posições estratégicas nas

²⁵ Conforme Del Roio (1986, p. 66-69), o “movimento operário deu um grande passo em setembro de 1946, quando mais de dois mil delegados conseguiram criar a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). A reação brasileira, sustentada por uma classe dominante sempre atrasada, e aterrorizada por quaisquer mudanças e profundamente antipopular, e sempre mais ligada à política norte-americana, desencadeou uma vasta campanha anticomunista, pretendendo, assim, bloquear as conquistas sociais e sindicais. Em maio de 1947, tanto a CTB quanto o PCB, passaram à ilegalidade”.

²⁶ Várias experiências podem ser destacadas nesse sentido, como Trombas e Formoso, Campo Limpo em Goiás, bem como outras lutas camponesas ocorridas no país assessoradas pelo PCB.

²⁷ “As principais reformas propostas pelo movimento popular e seus representantes foram as reformas agrária, bancária, tributária, a limitação das remessas de lucros da parte das empresas estrangeiras e desenvolvimento do Nordeste”, afirma Del Roio (1986, p. 75).

²⁸ Em dezembro de 1963 os trabalhadores criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) que foi reconhecida por João Goulart um mês depois segundo Cunha (2004). Essa entidade fez se representar no comício realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1963, momento em que os trabalhadores reivindicavam *reformas de bases*.

instâncias de poder. Por outro lado, as forças conservadoras tinham sustentação política no fracasso golpista da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

Assim, de acordo com Netto (1991), à direita também se evidenciava um processo acumulativo de suas forças somadas às novas adesões que conseguia capitanear, e utilizava intensivamente o aparelho estatal sob seu controle, graças às posições que detinha e que se ampliavam na sociedade civil, com o veloz deslocamento de forças vacilantes. Segundo Ianni (1978), nessa época, compunham o jogo de forças em favor da burguesia, a classe média e, em particular segmentos conservadores sob a direção de Igreja Católica, que organizaram a “*Marcha da Família com Deus, pela Liberdade*”²⁹ que antecedeu e preparou a opinião pública para o golpe, [e] foi realizada dez dias antes” (p.130). O movimento, que utilizava o argumento de uma operação político-militar para combater o comunismo e a corrupção, envolvia, também, os interesses econômicos e políticos que estavam em jogo.

Nesse sentido, de acordo com Ianni (1978, p. 130-131), o jornal *O Estado de São Paulo* publicou que a passeata realizada em São Paulo era a “resposta dos paulistas ao comício realizado seis dias antes na Guanabara. Tratava-se da manifestação realizada em 13 de março de 1964, em praça pública da cidade do Rio de Janeiro, com a presença do Presidente da República”³⁰. Para o autor, de um lado, o *comício* tinha um caráter reformista e era apoiado no proletariado urbano, e de outro, a marcha, reacionária era sustentada largamente pela classe média. O primeiro grupo propunha as reformas de bases e era uma expressão da democracia, o outro tinha como objeto de preocupação as tradições brasileiras (Deus, Família e Tradição) e se constituía em uma manifestação com orientações autoritárias. Assim, o golpe militar, ocorrido em abril de 1964, foi uma solução política articulada pela burguesia internacional e nacional e imposta pelo alto e pela força.

²⁹Ianni (1978, p.130) assinala: “Matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, sob o título: *Marcha Abriu o Caminho à Revolução* assim expressa: “A Capital paulista viveu ontem o maior dia de toda a sua história. Em formação compacta e na mais perfeita ordem, cerca de 500.000 democratas de todas as condições sociais, constituindo verdadeira torrente humana, desfilaram durante horas pelas ruas do centro, transformando a *Marcha da Família com Deus, pela Liberdade* na maior manifestação cívica jamais realizada nos quatrocentos e dez anos de vida de nossa metrópole” (grifos do autor).

³⁰ O presidente da República presente ao *comício* convocado pelos sindicalistas “anunciou o início da atuação da Reforma Agrária, o voto para os analfabetos e a nacionalização das refinarias particulares de petróleo” (DEL ROIO, 1986, p. 76).

As ações do Estado na economia, com o golpe militar, abrangeram “gestão da força de trabalho³¹, aumento de sua capacidade extrativa ou exação tributária, dispêndio de vultosos investimentos em infra-estrutura e na indústria pesada, concessão de créditos, subsídios fiscais e favores a grupos empresariais” (GERMANO, 2000, p. 72).

No que se refere à disciplina do trabalho, os militares no poder do Estado brasileiro, acabaram com a estabilidade do trabalhador no emprego instituindo, como já assinalado, o FGTS e reprimiram os trabalhadores nas mais variadas formas, quer em suas manifestações na defesa de direitos, quer cerceando a sua organização. Assim, fizeram intervenções nos sindicatos dos trabalhadores, efetivaram prisões e torturaram seus líderes. No entanto, nos meados da década de 1970, marcou-se início da exaustão da ditadura militar. Já em 1968, além de confrontos do movimento estudantil com a polícia que resultaram em morte, repressões e prisões, registrou-se a intensa movimentação, na cidade do Rio de Janeiro, denominada *Passeada dos 100 mil*. Como afirma Ventura (1988, p. 105), o “episódio do Calabouço, que desencadeou uma série de manifestações de protestos que iriam culminar com a lendária Passeata dos 100 Mil”. Ainda, em 1968, os trabalhadores de Osasco-SP e Contagem SP fizeram sua primeira greve, que envolveu os trabalhadores metalúrgicos e de outras áreas que travaram um grande confronto com as tropas militares. Porém, foi na década de 1970 o marco da retomada da resistência dos trabalhadores cujo marco registra-se nas greves do ABC paulista. Essas greves foram apoiadas por um dos segmentos dos assistentes sociais organizados na Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp) que, nessa época, se inseriram, também, na greve dos servidores públicos de São Paulo. Assim, esse segmento dos assistentes sociais redimensionaram a sua organização e, com outras entidades da categoria, criaram a sua entidade nacional na década de 1980. Boschi (1987) destaca a importância da década de 1970, na trajetória da sociedade brasileira e, particularmente, dos trabalhadores. O autor destaca o aumento da taxa de urbanização, com o aprofundamento da *questão social* que teve como uma de suas expressões o

³¹Segundo Santos (1987, p. 78-79), “retirava-se a fixação do salário profissional, ou salário-piso, (...) da área do mercado, sob arbitragem da Justiça do Trabalho, e colocava-se a delimitação do piso profissional sob arbítrio das autoridades financeiras. Esvaziou-se, com isso, a Justiça do Trabalho e retirou-se de parcela do operariado industrial a sua única forma de obter melhorias relativas na distribuição da renda nacional”.

desemprego na cidade. Com a expansão urbana, cresceu o número de trabalhadores dos setores médios. Ainda, nessa década, para o autor, registrou-se no movimento popular de luta pela moradia, o crescimento das associações de moradores em posses urbanas³² com maior incidência no Rio de Janeiro, e, posteriormente, em Brasília³³. Foi nessa década o movimento pela anistia que culminou com a Lei da Anistia nº 6.683, promulgada pelo presidente Figueiredo, em 28 de agosto de 1979. Para o autor, ocorreu uma transformação sem precedentes na estrutura do Estado que se equipou e foi vitorioso na “contenção da transformação social com a repressão, revela-se incapaz de enfrentar os problemas que decorriam frequentemente, das próprias políticas públicas” (BOSCHI, 1987, p. 40). Ainda, no final de década de 1970, iniciaram-se os confrontos provocados pelos trabalhadores do ABC paulista que deram continuidade às greves de 1980 e fortaleceram a oposição sindical. Essas greves contribuíram para dar outra configuração aos sindicatos e fortaleceu o sindicalismo combativo. Nessa década, também, outro segmento dos servidores públicos³⁴ fortaleceram a sua organização, inseriram-se no sindicalismo combativo e criaram os seus sindicatos, a partir de 1988, após a promulgação da nova Constituição federal. Assim, o conjunto dos trabalhadores gestou, também a divisão do movimento com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Conclat, mais tarde Central Geral dos Trabalhadores (CGT), nessa mesma década.

No entanto, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, na esfera mundial atingiram o seu ápice, no Brasil, na década de 1990, e complexificou o processo de organização dos trabalhadores com interferência em sua consciência de classe.

³² “O movimento das associações de favela vem sendo organizado em estruturas federativas bastante complexas e burocratizadas a níveis municipal e estadual, seguindo um padrão inicialmente estabelecido na cidade Rio de Janeiro” com a criação da Federação das Associações de Favela do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), de acordo com Boschi (1987, p. 49). Segundo o autor, “a primeira Associação de Favela foi criada em 1940”. Para o autor, “uma pesquisa realizada sobre 103 associações de favela, efetuada em 1981 no Rio de Janeiro, revelou que 16% foram criadas entre 1947 e 1960 e 31% após 1976. Só em 1979, constituíram-se 15% das associações existentes. O estudo também revelou [que] o movimento (...) diminui seu ritmo entre 1968 e 1976, quando 66% das associações sofreram pelo menos uma grande interrupção, para retomar suas forças alguns anos depois” (BOSCHI 1987, p. 48).

³³ Em 1980, foi criada uma associação em Ceilândia, cidade-satélite de Brasília com uma população em torno de 320 mil habitantes da classe trabalhadora. “Sugestivamente, a associação foi denominada *Incansáveis Moradores de Ceilândia* caracterizando um período de dois anos de mobilização e tentativas infrutíferas junto à agência estatal local, a Terracap, para legalizar a posse da terra”, assinala Boschi, (1987, p. 50).

³⁴ Refere-se aos servidores da previdência social.

Para Mascarenhas (1999, p. 207), “a precarização do trabalho com o crescimento do número de trabalhadores temporários, parciais, a subproletarização, o redimensionamento dos trabalhos domiciliares, são alguns elementos que tem gerado dificuldades para a articulação da classe trabalhadora”.

Os trabalhadores brasileiros passaram a conviver com quatro centrais sindicais: A CUT congregando o maior número de filiados, seguida da Força Sindical, da CGT e da Social Democracia Sindical. Mascarenhas (1999) considera que essas centrais nem sempre têm conseguido somar forças na luta dos trabalhadores, pois, as diferenças de visões de realidade e de posições são dificuldades presentes. No entanto, para a autora, a “pluralidade coloca-se como um princípio de prática da liberdade, de exercício de uma unidade construída e não imposta” (MASCARENHAS, 1999, p. 143)

Segundo Mascarenhas (1999), as centrais estabelecem formas diferentes com o Estado. A CUT refuta o Estado mínimo e defende um Estado forte em condições de contrapor os avanços do capital globalizado na direção oposta aos interesses da população brasileira. Considera a formulação de políticas públicas fundamental como espaço de caráter universal e que os sindicatos devem intensificar a luta pela qualidade dessas políticas. A Força Sindical considera importante redefinir as relações do setor privado e o Estado. Defende a redução do Estado no que se refere às suas dimensões como governo do país, desenvolvido políticas de privatização. Já o modelo social-democrata do movimento operário, conforme a autora concebe o Estado com a via obrigatória para a emancipação do proletariado e para isso propõe *reforma nas estruturas*. A conquista do poder do Estado por meio de eleições é um caminho proposto por essa posição sindical.

1.3 A reforma do Estado brasileiro

A estrutura embrionária de um Estado nacional patrimonialista, de acordo com Batista (1999), teve seu início a partir de 1822, quando foi declarada a independência do país, com a organização da administração pública no Brasil, cujos princípios teóricos e práticos permaneceram até o final da década de 1920. O autor destaca como as principais características dessa administração como, o clientelismo, o apadrinhamento e o genrismo, que deram origem a práticas despóticas. Sob a “égide desses princípios, os representantes da administração

pública patrimonialista incorporam a esfera estatal como espaço privado” (BATISTA, 1999, p. 66). No entanto, de acordo com Batista (1999, p. 67), mesmo com debilidades, o Estado nacional brasileiro foi se constituindo e consolidando em seu interior a presença legal do *senhor cidadão* instituído pela Constituição Federal de 1824, que estabeleceu “a prática da solidariedade social e, também, a de associação política. Criaram-se os sujeitos de direito civis e políticos. Ocorre uma revolução no interior do Estado, especificamente, na instância político/jurídica” (1999, p. 66).

De acordo com o autor, tratou-se de uma mudança unilateral que não se considera reforma, mas uma adaptação. Para ele, foi uma política do possível que “só ocorreu devido à conjugação do liberalismo político com a escravidão. Ambos traziam como característica central, a inércia social e o tradicionalismo” (BATISTA, 1999, p. 67, nota 10). Conforme o autor, o Estado Republicano foi constituído em bases sólidas edificadas no período do Império, portanto, as mudanças ocorridas não alteraram a lógica burguesa em que o poder estava estruturado, e foi no “interior do Estado que ocorreu a passagem do poder oligárquico burguês para o poder industrial. (...) E, qualquer perspectiva vinda *dos de baixo* é reprimida e ou controlada. As relações estabelecidas ente Estado e sociedade civil eram tensas” (BATISTA, 1999, p. 68).

A prática da administração pública patrimonialista, mesmo ganhando espaço no Estado brasileiro, foi substituída pela administração pública burocrática³⁵, a partir da revolução de 1930, conferindo ao Estado uma nova forma de administrar.

Essa nova forma contou com uma sustentação teórica na lógica instrumental do poder racional legal, norteadas por princípios que propunham “profissionalizar o quadro de trabalhadores públicos; (...) implementar o quadro de carreira; constituir uma hierarquia funcional e implementar a impessoalidade” (BATISTA, 1999, p. 68).

Assim, a direção política do Estado brasileiro evidenciou em seu aspecto contraditório uma intervenção ambígua, que demarcou o seu caráter conservador. “O balanço entre a repressão violenta e o paternalismo frouxo permitiu assegurar, na linha incoerente, uma estabilidade transitória que criou as condições para consolidar reformas destinadas a afirmar o capitalismo aqui”, afirma Sodré (1997, p. 78). Para o autor, a intervenção do Estado em favor do capital concretizou-se, ainda, com

³⁵ “A administração pública burocrática busca o controle dos processos”, assevera Batista (1999, p. 71)

medidas tributárias, trabalhistas, que marcaram um nacionalismo econômico, sustentado, de um lado, na sua ação e, de outro, na substituição de importações, que se constituiu no “traço essencial da acumulação na época” (SODRÉ, 1997, p. 79) e compôs esse tempo de nacionalismo que, já no final da década, de 1930, contava com um esboço na indústria petrolífera.

Os idealizadores da administração pública burocrática, no Brasil, acreditavam que esse modelo permitiria um maior controle sobre os abusos de gastos públicos que foram historicamente acumulados no decorrer da vigência da administração patrimonialista. Acreditavam, ainda, que com essa nova forma de administrar devolver-se-ia ao Estado a condição de detentor da coisa pública. Assim, com essas diretrizes, em 1936, de acordo com Batista (1999), profissionalizou-se a administração pública e se implantaram, alguns princípios da burocracia moderna. Para Behring (2002, p. 199), a “criação do [Departamento Administrativo do Serviço Público] DASP, em 1936 foi a primeira tentativa de criar uma burocracia profissionalizada, nos moldes weberianos no Brasil, mas que coexistiu com o forte patrimonialismo da cultura política nacional”.

Batista (1999) também considera que as características da administração patrimonialista não foram totalmente superadas e passaram a constituir obstáculo para que a nova forma administrativa pudesse seguir seu curso. Porém, ela começou a apresentar suas debilidades, pois as exigências do capitalismo impunham modernização da administração pública para atender às necessidades do desenvolvimento interno e do capital internacional. Esse processo, de acordo com Fernandes (1975), teve expressiva sustentação do Estado e foi decisivo para assegurar o apoio interno que viabilizou as decisões externas e garantiu a entrada do capitalismo monopolista no Brasil.

De acordo com Behring (2002, p. 123), o golpe militar permitiu “total liberdade de movimento, no sentido de empreender as transformações requeridas para uma adaptação ao capitalismo monopolista”. Dessa forma, o Estado brasileiro passou a captar recursos externos e se transformou em base de apoio a internacionalização da economia atendendo aos interesses de classe que representava.

Ao buscar explicar esse momento, a autora faz um recuo histórico e referencia-se em Fernandes (1975) que reconhece a presença de uma crise do poder burguês nos primeiros anos da década de 1960 e que se “resolveu a partir de

três eixos: a articulação entre a iniciativa privada interna e o mercado mundial; a capacidade de mobilização social e política da burguesia como classe possuidora e privilegiada; [e] a conversão do Estado em eixo estratégico do poder burguês” (BEHRING, 2002, p. 123).

Para Fernandes (1986, p. 9, grifo do autor), as classes burguesas dominantes “são impotentes para conduzir as revoluções inerentes à *transformação capitalista*. Ameaçadas (ou supondo ameaçadas), elas recorrem ao seu braço armado, implantam uma ditadura civil-militar e fazem a vitória pender para a contra-revolução”. No entanto, ao descobrirem que permanecia a *questão social* expressa nos chamados problemas sociais, que os dilemas que lhes tiravam a tranquilidade e que colocam as *revoluções burguesas* na ordem do dia são arraigados e muito fortes para serem resolvidos conforme propõe a ordem, sem aquelas revoluções essas classes,

temerosas das conseqüências e do agravamento das tensões, que as dividem entre si e jogam as facções e estratos das classes possuidoras para campos opostos (pelo menos politicamente), elas dão marcha à ré, recolhem os militares ao quartel e *interrompem a contra-revolução*. É claro que as pressões das massas e das classes trabalhadoras estão na base do malogro e do recuo. (...) Impotentes para realizar suas tarefas maiores, de interesse geral e nacional, elas também são impotentes para impor à Nação, contra a vontade e sob resistências crescentemente organizadas da maioria, seus particularismos egoísticos. (FERNANDES, 1986, p. 9, grifos do autor).

Em 1964, instalou-se, no Brasil, o Estado militar que, de acordo com Germano (2000), ocorreu sob a égide dos monopólios, portanto, em uma fase do desenvolvimento do capitalismo, e que representou, sobretudo, os “interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos econômicos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção [foi] recrutada nas Forças Armadas e que [contou] com significativo apoio dos setores tecnocráticos” (GERMANO, 2000, p. 21) Segundo o autor, o Estado brasileiro, a partir de 1964, apresentava como característica elevado grau de violência e autoritarismo.

No entanto, os militares no poder buscavam manter uma aparência democrático-representativa, e assim, o Congresso Nacional não foi fechado definitivamente o Judiciário continuou em atividade, embora como um apêndice do Executivo. O autoritarismo expressava-se na tentativa de “controlar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem

como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política”, como afirma Germano, 2000, p. 55).

No período da ditadura militar, Batista (1999) analisa que a administração pública burocrática explicitou os seus limites, que passaram a ser superados com a proposta de implantação da administração gerencial³⁶, cujos primeiros passos foram dados, em 1967, com o Decreto-Lei nº 200/67, que, segundo Batista (1999), se constituiu em um marco na busca de flexibilizar a burocracia e expandir a administração indireta. Para o autor, ele, o decreto foi o embrião de uma organização mais ampla que se concretizou com a criação da Secretaria da Modernização (Semor) nos anos 1970.

No entanto, a reorganização do governo militar, de acordo com Behring (2002), não operou mudanças na administração central e nem investiu na formação de funcionários públicos da administração direta, que permaneceu “ineficiente ao lado dos *nichos* de eficiência da administração indireta” (BEHRING, 2002, p. 199). Na década seguinte, com a criação do Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização efetivou-se uma nova tentativa de implementar a reforma do Estado, adotando o modelo da administração pública gerencial, no governo do General “Figueiredo (1980-1984), tornando, em seguida, de Desestatização (Governo Sarney, 1985-1989), estes, orientados para conter os excessos da expansão da administração indireta” (BEHRING, 2002, p. 199).

A reforma do Estado, que Behring (2002) denomina de contrarreforma, se constituiu em uma estratégia na qual o Estado se reorganizou para atender aos interesses do desenvolvimento do capitalismo. Ao fazer tal afirmação, a autora sustenta que, no Brasil, ocorreu uma contrarreforma do Estado, o que acarretou um “retrocesso social, em benefícios de poucos. (...) relaciona-se ao abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira” (BEHRING, 2002, p. 16).

Ressalta-se, no entanto, que as mudanças no Estado brasileiro até os anos 1980 não eram discutidas com a denominação de reforma ou de contrarreforma do Estado, mas, alterações em modelos de administração. Foi nessa década que se

³⁶ “Para a administração pública gerencial, o interesse público não pode ser confundido com o interesse do próprio Estado, como ocorre com a administração pública burocrática”, afirma Batista (1999, p. 71).

tornou uma necessidade inadiável tratar dessa questão. Netto (2000), ao abordar essa temática considera, também, que os anos 1980 constituem o marco do início do processo de redemocratização no país, pois a ditadura, implantada em 1964, começou sua erosão nos anos 1970.

De acordo com Netto (2000, p. 12), naquele período,

o que se verificou foi o crescimento das demandas, das aspirações e dos movimentos pela redemocratização, na sociedade brasileira – numa espécie de diagrama ascendente. Curiosamente, chegamos ao final da década [1980] com um ordenamento jurídico-político substantivamente democrático, a Constituição de 88 promulgada em 5 de outubro. Mas, ao mesmo tempo em que tínhamos no plano jurídico político a Constituição mais avançada da nossa história republicana, o aparelho de Estado continuava funcionando e, mais do que isso, continuava articulado ao projeto político-econômico da ditadura, que foi derrotada ao longo dos anos [19]80; ou seja, ficou muito claro, para o conjunto da sociedade brasileira, que havia um divórcio nítido entre a estrutura do Estado brasileiro, a sua funcionalidade e o ordenamento constitucional emergido do Parlamento constituinte de 1988.

Promulgada a Constituição Federal de 1988, ficou um fosso entre ela e o Estado, que foi, em um processo, ocupado pela resistência democrática, por meio de eleições diretas nos âmbitos municipais, estaduais e federal.

A Constituição de 1988 interrompeu a administração pública gerencial colocada em curso no governo Figueiredo, e, como afirma Batista (1999, p. 69), ocorreu “um retrocesso legal, inviabilizando as reformas legais já efetivadas”.

Assim, a reforma do Estado foi retomada, com a entrada do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, e como uma exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse sentido, assim expressa Batista (1999, p. 65): o “projeto de dominação do capital, (...) no Brasil, sob a direção, do Fundo Monetário Internacional – FMI – e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, instalou-se com raízes profundas, impondo as regras do jogo, isto é, a reforma do Estado tornou-se lema dos anos [1990]”.

Em 1990, Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi eleito presidente da República na condição de representante da burguesia brasileira. Netto (2000) afirma que, na realidade, Collor não representava a burguesia nacional, pois ela conhece muito bem os seus quadros, no entanto, foi necessário apoiar esse *aventureiro* para evitar que fosse vitoriosa uma saída democrática. Em um breve período em que esteve na direção do Estado brasileiro, Collor, mesmo na condição de primeiro governo eleito pelo voto popular, criou as condições para a entrada do

neoliberalismo no Brasil. Provocou uma profunda desorganização administrativa na tentativa de reorganizar o poder do Estado e proceder a uma revisão constitucional, pois a Constituição Federal aprovada, em 1988, constituía-se em um obstáculo para os conservadores. Collor foi deposto por *impeachment* por não mais atender aos interesses da grande burguesia, foi substituído por Itamar Franco (1992-1994) que interrompeu a escalada neoliberal que se iniciava.

O Brasil ingressou na era neoliberal quando a programática burguesa já estava em vigor em outros países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e México desde a década de 1980. Segundo Boito Jr (1999), antes mesmo que aqueles países ingressassem no neoliberalismo, algumas de suas tendências já estavam presentes naquelas economias, portanto, foram somente aprofundadas. Implantado o neoliberalismo, a população desses países viveu o agravamento da concentração da riqueza e da propriedade. Inicialmente, ocorreu a transferência de renda dos trabalhadores para as empresas e, em seguida, das médias empresas para as grandes e da empresa nacional para os grupos estrangeiros.

Para esse autor, a

novidade da política neoliberal foi que ela inaugurou um amplo processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado. O modelo econômico que se desenvolve reforça, então, o papel do setor privado, fortalece os grandes grupos monopolistas, amplia a internacionalização do [setor] produtivo e aumenta a pobreza das massas. (BOITO JR., 1999, p. 42)

Assim, mesmo com uma interrupção no governo de Itamar Franco (1992-1994) o neoliberalismo no Brasil teve continuidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, seguindo a direção emanada pelo capital internacional globalizado. Desse modo, estabeleceu-se um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, e, para tanto, iniciou-se o desmonte das políticas sociais, usurpando as conquistas dos trabalhadores materializadas na Constituição Federal de 1988.

Fernando Henrique Cardoso iniciou o seu governo, em 1994, seguindo a lógica de uma racionalidade burguesa conservadora, de acordo com Antunes (2005). Estava em curso o processo de estabilização monetária, com orientação programática imposta pela política neoliberal e desenvolvida com a reforma do Estado que teve como consequência o início do desmantelamento do *parque*

produtivo. Esse processo ocorreu dando continuidade, em grande escala, à “privatização, a desindustrialização, *integração* servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país cassino financeiro internacional” (ANTUNES, 2005, p. 37).

A reforma do Estado, uma exigência dos organismos internacionais para o momento vigente na realidade brasileira, constituiu-se na estratégia do capitalismo para superar suas crises. Essa estratégia fora utilizada pelos países centrais na década de 1970, quando, ao se evidenciar o esgotamento do modelo fordismo/kneysianismo, adequaram o Estado aos princípios impostos pelo neoliberalismo como fundamento para mundialização do capital produtivo e financeiro. A reforma política e administrativa do Estado, no Brasil foi coordenada por Bresser Pereira, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), e monitorada pelos organismos internacionais.

Para a equipe da reforma, de acordo com Batista (1999), reformar o Estado pressupunha fazer mudanças na gestão pública. Assim, propunha implementar uma administração pública gerencial *rompendo* com a administração burocrática. Essa proposta apresentava-se contraditória, pois, ao mesmo tempo em que indicava romper com aquele modelo de administração, buscava não negá-la em sua totalidade. A equipe lançou mão de algumas estratégias para ganhar a credibilidade da sociedade civil. Segundo o autor, uma delas foi fazer um diagnóstico da esfera estatal, e, com base nos resultados, elaborar o projeto de reforma. Para tanto, foram estabelecidas as diretrizes básicas e elaborado o plano que, depois de “concluído pelo Ministério de Administração Federal e da Reforma do Estado, foi debatido na Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de setembro de 1995. Em seguida, novembro de 1995, foi aprovado pelo presidente FHC” (BATISTA, 1999, p. 73 nota 16).

A reforma do Estado proposta pela equipe do Mare estava direcionada pelo plano diretor que delimitava a função do Estado e sua área de atuação. Essa reforma foi dividida em três núcleos, o primeiro, de acordo com Batista (1999), compunha quatro áreas de poderes, o chamado Núcleo Estratégico, que congregava o poder judiciário, o executivo, o legislativo e o Ministério Público. Na esfera do executivo, foram criadas as secretarias formuladoras de políticas públicas e agências executivas e reguladoras, além das secretarias inerentes a esse poder. O segundo, o Núcleo de Atividades Exclusivas, formado por agências autônomas,

tinha poderes para fiscalizar, regulamentar e fomentar ações na esfera do Estado. O terceiro, o Núcleo de Serviços Não Exclusivos era formado por ambulatórios, creches, entidades assistenciais, sobretudo, para atender a crianças e idosos das camadas populares, hospitais e universidades.

O desenvolvimento do plano de reforma do Estado ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso, no bojo do Plano Real, em 1995, quando o país já se encontrava inserido no processo de reprodução ampliada do capital, quer dizer, quando, foi reincorporado aos ditames burgueses de modo subordinado do capitalismo monopolista.

O entendimento da equipe do Mare era que a reforma do Estado exigia uma gestão pública mais ágil, baseada em um projeto que expressasse o aprofundamento da privatização, a ampliação da terceirização dos serviços públicos e contenção dos gastos, que deveria ser atingido com cortes nas políticas sociais, pois o fundo público deveria ser destinado apenas à reprodução do capital e não à reprodução da força de trabalho. Nesses termos, não há que alimentar a visão equivocada disseminada no país de que o projeto neoliberal prescinde da política social. Pelo contrário, o projeto político de Fernando Henrique Cardoso, que guardava perfeita sintonia com o grande capital, não abriu mão da política social. Reorientou-a aos preceitos neoliberais, conduzindo-a de modo a garantir a lógica do capital: fundada na concepção dos mínimos sociais e subordinada à política econômica, ela constituiu-se, em face do processo de desobrigação do Estado brasileiro, de um lado, em relação à população de altas rendas, em campo rentável de grandes capitalistas (fundo de pensão, planos privados de saúde, habitação etc.) e, de outro, a reprodução da filantropia para a população de baixa renda, orquestrada pela *parceria público-privada* o que lhe acentuou os traços de não política³⁷.

Segundo Batista (1999, p. 75, grifos do autor),

além da propriedade pública e propriedade privada, criou-se uma terceira forma: a propriedade pública não estatal. Para os países envolvidos no processo de *globalização*, era o espaço que necessitava para legalizar e estruturar o denominado terceiro setor. Dois argumentos sedimentam esta lógica: tornar-se mais fácil e direto o controle social dos investimentos realizados pelo setor público (formulou-se uma apologia do papel importante dos conselhos criados nas diferentes instâncias); abre-se a possibilidade efetiva para a criação e efetivação da parceria entre o Estado e a sociedade civil. (...) Para executar esses programas criaram as *Organizações*

³⁷ Ver Montaño (2003) e Netto (2002)

*Sociais*³⁸, responsáveis por celebrar os contratos de gestão com o Estado. Essas reformas são subsidiadas, durante o processo de implementação, através de empresas privadas. Sedimentam-se no interior dos órgãos públicos os serviços terceirizados³⁹

Montaño (2003, p. 259, grifos do autor), ao analisar o chamado *terceiro setor* em um contexto de crise do capital e do projeto neoliberal dos países, sobretudo periféricos como o Brasil, considera que “o fenômeno real contido/escondido neste conceito ideologizado, [trata-se] finalmente da instrumentalidade e funcionalidade desta abordagem com o processo de transformação capitalista, particularmente no que se refere a uma nova modalidade de trato da *questão social*”.

O autor considera como fundamental a *desconstrução* de suas armadilhas pelo debate crítico, pois o discurso do *terceiro setor*

induz a uma postura desintegradora da realidade e a uma perspectiva possibilista da mudança social, acreditando em inférteis processos de oposição sociedade civil/Estado, na ilusória co-participação do empresariado (com *consciência social*) com a população na atividade social/assistencial, ou até na utopista idéia de um processo democratizado/transformador desenvolvido na *sociedade civil*, com independência na dinâmica econômica e política que ocorre no Estado, no mercado, na indústria. (MONTAÑO, 2003, p. 259; grifos do autor)

E não menos ilusório é o processo da reforma do Estado proposta pelo governo brasileiro na década de 1990, particularmente o primeiro período de governo de Fernando Henrique Cardoso que já se iniciou representando os interesses do capital financeiro, como afirma Netto (2000). No entanto, Netto (2000, p. 16) adverte que “uma política não se define pelos seus condutores, define-se pela orientação macroeconômica que dela decorre, em função dos interesses dos grupos que dela subjazem como suporte político do candidato”.

A reforma do Estado, indicada por Bresser Pereira (1997, p. 7) envolvia

quatro problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos: a) – um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; b) – um outro também econômico – político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; c) – um econômico – administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo;

³⁸ “As organizações sociais foram criadas pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998”, informa Batista, (1999, p. 75).

³⁹ “São atividades de apoio: limpeza, vigilância, transporte, coperagem, serviços técnicos de informática e processadores de dados etc [...] Estes serviços devem ser submetidos a licitação pública e contratados por terceiros”, esclarece Bresser Pereira (*apud* BATISTA, 1999, p. 75).

(...) d) – um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar⁴⁰.

A proposta de Bresser, de acordo com Batista (1999), tinha como objetivo implementar, no país, uma administração pública gerencial e social-democrática. Para esse autor, a justificativa da equipe do Mare de uma administração gerencial estava centrada na concepção empresarial predominante na época da reforma. Sendo social-democrático, em virtude do caráter específico da administração pública, não poderia ser reduzido à administração de empresas, pois, ao destacar o importante papel da burocracia profissional, procurava fortalecê-la, ao mesmo tempo, em que considerava importante mudar os métodos de gestão, sobretudo, nas instituições em que se desenvolvia. Propunha combinar o controle por resultados e controle por competição administrada na esfera privada a formas de controle social em uma concepção de democracia participativa direta. Finalmente, para a social-democracia, o Estado tem o dever moral de assegurar os direitos sociais, e que ele deve ser mais eficiente do que a esfera privada.

Soares (2002, p. 8, grifos do autor) considera que os equivocados indicadores neoliberais, que identificavam a necessidade de reforma do Estado, pois estavam associados aos “desequilíbrios macroeconômicos e as determinações estruturais, atribui ao Estado de forma abstrata uma responsabilidade que, na verdade, [tem] mais a ver com seus limites políticos do que com sua *incompetência econômica*”.

Behring (2002) expressa a sua recusa em considerar processos regressivos como reforma, destacando ser esse termo um patrimônio da esquerda que ganha significado no debate do movimento operário socialista em suas estratégias revolucionárias. Destaca, ainda, que o reformismo foi criticado por Rosa Luxemburgo, dentre outros autores. Sustentada nesses argumentos considera que, nesse contexto,

o Estado ocupa uma posição mais distante do mediador civilizador vislumbrado pelos clássicos da política e, de certa forma reeditado pela orientação keynesiana datada e geograficamente situada, passando a

⁴⁰ Bresser Pereira (1997, p. 7-8) considera que, “na delimitação do tamanho do Estado estão envolvidas as idéias de privatização, ‘publicização’ e terceirização. A questão da desregulação diz respeito ao maior ou menor grau de intervenção do Estado no funcionamento do mercado. No aumento da governança temos um aspecto financeiro: a superação da crise fiscal; um estratégico: a redefinição das formas de intervenção no plano econômico – social; e um administrativo: a superação da forma burocrática de administrar o Estado. No aumento da governabilidade estão incluídos dois aspectos: a legitimidade do governo perante a sociedade, e a adequação das instituições políticas para a intermediação dos interesses” (grifos do autor).

cuidar prioritariamente das condições gerais de reprodução (...) do capital e dos excessos cometidos, no cenário de barbárie que se instaura com o comando do mercado livre. (BEHRING, 2002, p. 17-18)

Para a autora, no Brasil, não ocorreu uma reforma do Estado, mas uma contrarreforma, o “que implica um profundo retrocesso social, em benefício de poucos. (...) relaciona-se ao abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira” (BEHRING, 2002, p. 16) que estava em curso na década de 1980.

Ao preferir denominar *contrarreforma*, Behring (2002) considera que o Estado brasileiro já avançara e conquistou novos espaços concretos de discussão. No entanto, essas discussões ficaram restritas, sobretudo, a esfera parlamentar.

Nesse sentido, afirma Batista (1999, p. 70-71, nota 13),

apesar [da] discussão estar sendo colocada no interior da sociedade civil, pode-se afirmar: o espaço do debate está ocorrendo, na sua plenitude, somente no interior do Congresso Nacional. Esta forma de encaminhamento não é voluntária, isto é, o governo de FHC, em comum com seus representantes partidários e coligados, age com interesses de classe, empenhado em aprovar os textos, originais ou projetos de emendas, que beneficiem a lógica do capital. Esta atitude contribui para reduzir ao máximo as conquistas historicamente alcançadas pelos movimentos sociais.

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, para Netto (2000), tinha como um de seus objetivos claros adequar a estrutura do Estado às necessidades e exigências do capital financeiro mundializado. Assim, o autor destaca ainda que

a reforma do Estado não era apenas uma exigência das forças democráticas e populares, que lutavam para adequar o Estado, a estrutura do Estado ao espírito da Constituição de 1988. Para esse grupo, que ganha a hegemonia a partir de 94, também o Estado herdado pela ditadura era imprestável e, para fazer a adequação, era necessário três tarefas. (NETTO, 2000, p. 16)

A primeira tarefa dizia respeito à quebra das resistências político-sociais, o que se concretizou em dois níveis, pela repressão aberta e pela renovação ideológica. No primeiro nível, dentre outras, destaca-se a repressão da greve dos petroleiros, deflagrada em 1995, que contestava a desnacionalização das empresas brasileiras e as privatizações das empresas estatais, como já foi mencionado. O núcleo central de poder reprimiu, ainda, as resistências políticas dos trabalhadores

em defesa das políticas sociais e investiu na renovação ideológica da sociedade brasileira. Para essa tarefa, o governo brasileiro foi favorecido, no âmbito mundial, com a propalada crise do socialismo e a crise do movimento dos trabalhadores.

A ideologia neoliberal recomendava manter um Estado forte e com “capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e na intervenção econômicas”, de acordo com Anderson (1995).

Dessa forma, o Estado brasileiro dirigido por Cardoso, desencadeou uma cruzada de renovação ideológica com os seguintes traços:

o primeiro a satanização do Estado – tudo que é estatal é mau, o Estado é incompetente, o Estado é ineficiente, o Estado é corrupto; o segundo, a idéia de nação, de soberania – uma idéia antiquada, em um mundo globalizado há que globalizar-se a qualquer preço; o terceiro, e de forma muito eficiente e eficaz, a noção do salve-se quem puder, ao se desqualificar o papel do Estado, desqualificou-se a noção do público, o público foi reduzido sumariamente àquilo que era estatal, e todas as críticas à ação estatal passaram a rebater diretamente no sentido contrarrestar, de reduzir qualquer tipo de cultura sociocêntrica. (NETTO, 2000, p. 17)

Netto (2000) ressalta a cumplicidade dos meios de comunicação com a política do governo, que é explicada por ele pelo envolvimento desse setor, formado por médios e grandes grupos da mídia e da imprensa e/ou eletrônica, com a privatização das telecomunicações. Esse envolvimento facilitou a criação de um “clima ideológico favorável a essa quebra das resistências político-sociais”, afirma Netto (2000, p. 18).

No entanto, para o governo brasileiro da época, de acordo com Netto (2000, p. 18), não era suficiente,

havia que quebrar as resistências político-sociais, havia que quebrar os instrumentos jurídico-legais e, nesse sentido, a Constituição de [19]88 era a grande pedra no caminho daquele projeto de reforma e construção que fracassou no Governo Collor. Agora, ele vem inteiramente ajustado, inteiramente organizado e amarrado, precisamente pela consolidação desta hegemonia do capital financeiro no Executivo brasileiro. Por isso a questão da constituição se tornou, no primeiro mandato de FHC, uma questão crucial que refletia muito especialmente na questão da reeleição.

Na metade da década de 1990, para garantir que a reeleição de Fernando Henrique Cardoso fosse assegurada, foram ignoradas as proposições que a impediavam, o que foi de suma importância para garantir, pela articulação das forças

política, o segundo mandato. Porém, restava, ainda, o combate ao modelo econômico herdado da ditadura militar que se constituía em empecilho para a inserção do Brasil no circuito do capital financeiro mundial, pois ocorria de maneira subalternizada, lembra Netto (2000). O modelo econômico da ditadura, de acordo com Netto (2000, p. 18), era voltado para o processo de industrialização, vinculado a “idéia de soberania nacional muito própria da caserna brasileira, desde a pregação positivista do fim do século XIX”.

Desta forma, as medidas restritivas, como portarias e regulamentações restritivas de movimentação do capital estrangeiro no país, que faziam parte da herança da ditadura, também, foram alvo de intervenção no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ao fazer essas mudanças, Cardoso “põe uma imbricação que vai caracterizar historicamente esse governo no seu primeiro mandato. É nesse andamento que este governo realiza uma política de ajuste econômico, colocada simultaneamente a implantação da reforma do Estado” (NETTO, 2000, p. 18). Segundo o autor, essa foi uma particularidade do governo brasileiro sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, pois em país algum essa coincidência ocorreu. De modo geral as políticas de ajustes, nos demais países, foram realizadas nos anos 1980, ao passo que a reforma do Estado brasileiro se deu nos anos 1990. “Isso não se passou no Brasil em função do caráter típico da década de [19]80, quando forte mobilização democrática encontrou a ausência de uma hegemonia clara no interior do Estado. Aqui não ocorreram esses dois tempos, um tempo de ajuste e um tempo de reforma do Estado”, de acordo com Netto (2000, p. 18). A reforma administrativa brasileira realizada no final da década de 1990 atingiu diretamente os servidores públicos em sua estrutura funcional. Dentre as medidas efetivadas, ocorreram o fim do Regime Jurídico Único, de estabilidade e se desregulamentou o Plano de Cargos e Salários e, em decorrência, das novas áreas de atuação instituída pelo Estado. Reduziu-se o quadro de estatutários e cresceu o número de empregados celetistas, extinguíram-se os cargos e funções vinculadas aos serviços gerais, que foram substituídos pelos trabalhadores terceirizados e precarizados, como parte do processo de privatização dos serviços públicos.

Na reforma previdenciária, de acordo com Batista (1999), houve aumento de tributação dos servidores da ativa, tributaram-se os servidores aposentados e se alterou o tempo de serviço para aposentadoria.

Para responder ao tamanho do Estado, na apropriação dos bens duráveis e de serviços e a crise fiscal em que o país enveredou após 1970, foi aprovada, uma série de medidas da agenda da reforma do Estado, com o objetivo de transformar em positiva a poupança pública que estava, e ainda permanece negativa. A estratégia adotada foi lançar mão da privatização das empresas públicas, transformando a privatização em um lema.

Assim, privatizaram-se empresas estaduais e federais vinculadas diretamente à produção de bens materiais e de prestação de serviços como, os setores elétrico, fertilizantes, ferroviário, financeiro, mineração petroquímico, portuário e siderúrgico, já analisados anteriormente. Compunha, ainda, a agenda de reforma do Estado a flexibilização dos serviços públicos no campo social.

As privatizações passaram a constituir-se em um programa de gerenciamento e, para tanto, foi criado um *comitê gerenciador* com a responsabilidade de transferir para o setor privado os bens e os serviços públicos, como afirma Batista (1999). Segundo o autor, essas agências tinham como uma de suas finalidades impedir a presença de interesses particularistas no processo de privatizações. No balanço dos resultados, embora o governo tenha informado que apresentara saldo positivo, no entanto, os estudos mostram o contrário. Segundo Aloysio Biondi, de acordo com Batista (1999, p. 76-77),

o processo de privatização, além de causar aos serviços públicos perdas irreparáveis (arrocho salarial, demissão em todos os setores públicos, redução da prestação de serviços essenciais para a população e outros), contribuiu com a perda de 87,6 bilhões de reais. Ou seja, o programa de privatização trouxe um dividendo negativo para a poupança pública. O impacto direto e indireto deste programa é irreparável. Seguindo os procedimentos acordados com o FMI e o BIRD, o programa de privatizações, além de não cumprir sua meta, aumentar a poupança pública, tornou-se um dos responsáveis pelo sucateamento das coisas públicas. Além de perdermos o controle público dos serviços essenciais para a população, passamos a pagar mais caro pelo seu uso.

Em 2002, voltaram-se ao embate dois projetos de sociedade, e a vitória foi dada àquele construído pelo campo democrático popular, com a eleição do operário – Luiz Inácio Lula da Silva – pelo Partido dos Trabalhadores e aliados, representando a esquerda brasileira, para a Presidência da República. Essa vitória, em algumas dimensões, sinalizava o desmonte do neoliberalismo no Brasil. No entanto, de acordo com Antunes (2006), um ano e meio após o início do mandato, já se explicitavam mais elementos de continuidade de que de descontinuidade,

inviabilizando as possibilidades de mudança no cenário nacional, o que não põe na ordem do dia a ruptura com o neoliberalismo, rumo à emancipação humana. O governo deu continuidade à política econômica e de reforma do Estado que já se encontrava em curso sob a batuta do FMI e do Banco Mundial, na condição de prisioneiro da engrenagem neoliberal.

CAPÍTULO II

NO PROCESSO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANA, A VERTENTE DE *INTENÇÃO DE RUPTURA*

Descortinar o percurso proposto exige entender o movimento de reconceituação do Serviço Social⁴¹ como “algo tipicamente latino-americano”, como afirma Netto (1981, p. 59), e nele, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que ocorreu em um contexto histórico que teve como particularidade a vertente da *intenção de ruptura*. O movimento de reconceituação constituiu-se em um fenômeno político e sociocultural desenvolvido em um pequeno espaço de tempo (1965-1975), no bojo de uma crise estrutural nesse continente, gestada desde os meados da década de 1950, que afetou os padrões de dominação sociopolíticos vigentes. A conjuntura expressava o exaurimento do padrão de desenvolvimento capitalista – o de *ondas longas* de crescimento, como afirma Mandel (1978), desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que vivia os últimos momentos na década de 1960. De acordo com Netto (1991), os tensionamentos do mundo capitalista em todos os quadrantes, tanto nos países centrais quanto da periferia, geraram condições objetivas favoráveis para a mobilização da classe trabalhadora.

A contestação dos movimentos sociais ganhou força e se articulou com demandas sociais que puseram em questão a racionalidade burguesa expressa nas ações do Estado desenvolvida por meio das instituições suas representantes. De acordo com Netto (1991, p. 143), o momento era adequado para os questionamentos das práticas profissionais, dentre elas, a do Serviço Social *tradicional*. Questionadas, as “instituições e organizações governamentais e o

⁴¹ A esse respeito Santos (2007, p. 165, grifo do autor) expõe: “O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis (...). Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. (...) Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir para a organização, a capacitação, e [contribuir nas condições para] conscientização dos diversos trabalhadores e *marginalizados* na região. De base teórica e metodológica eclética, o movimento foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas. Em seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, este movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, além de outras influências de menor porte”.

elenco de políticas do *welfare State* veêm-se em xeque”. Tal contestação, que procedia fora do conjunto da profissão, partia, sobretudo, de segmentos sociais cujas necessidades estavam sob a intervenção dos assistentes sociais. Essa realidade tinha um rebatimento interno na profissão, que Netto (1991) atribuiu a três vetores: a revisão crítica que se processava nas Ciências Sociais, nas quais historicamente o Serviço Social buscava seus fundamentos teórico-metodológicos como forma de conferir-lhe legitimidade; o funcionalismo, o superficialismo e o quantitativismo, que impregnavam as Ciências Sociais na universidade, submetiam-se a um processo de questionamento, e nesse momento, o princípio da neutralidade axiológica da ciência, especialmente, as ciências humanas e sociais. Essa crítica tinha suas origens na respeitada *comunidade científica* presente na universidade, o *locus* que se constituía no porto seguro do Serviço Social em suas questões de ordem teórica. De acordo com Netto (1991, p.144), se é evidente que a ressonância no interior da profissão não foi a mesma ocorrida na Sociologia, na Antropologia e na Psicologia, “em razão das mediações que estabeleciam a conexão Serviço Social/Ciências Sociais, também é certo que a teorização efetivada no campo profissional não passaria impunemente por ela”. Outro vetor foi o deslocamento sociopolítico das instituições que se vinculavam ao Serviço Social, como as Igrejas católicas e algumas protestantes e, finalmente, o movimento estudantil. Este último, com a forma própria de intervenção, ocorria em um *locus* privilegiado, o da formação profissional, as escolas de Serviço Social. De acordo com Netto (1991, p. 145), tudo indica

estar claro que, também no marco do Serviço Social, a erosão das formas tradicionais da profissão (e das suas legitimações) foi dinamizada pelo protagonismo discente – e a *rebelião juvenil* foi aí tanto mais eficiente quanto mais capaz se mostrou de atrair para as suas posições estratos docentes. (grifos do autor)

Netto (1991), ao relacionar a importância da participação estudantil no movimento de reconceituação do Serviço Social, destaca a condição desse sujeito coletivo nas contestações que se iniciaram, em 1968, em Paris, e se espalharam para o resto do mundo.

Como um fenômeno profissional, o movimento de reconceituação constituiu-se na resposta possível de um segmento da categoria ao Serviço Social *tradicional*,

cuja prática profissional era questionada por não atender mais às demandas dos usuários e do capitalismo, naquele momento sócio-histórico.

O *Serviço Social tradicional* foi posto em questão de modo diferente dos diversos países em âmbito mundial⁴². Assim, na América Latina, apresentou-se na particularidade de cada país em momentos históricos propícios, e teve como marco de referência o I Seminário Regional realizado no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em maio de 1965.

Esse seminário contou com a presença de 415 participantes provindos da Argentina, do Brasil e do Uruguai e possibilitou uma “espécie de *grande união* profissional que abre a via a renovação do Serviço Social” (NETTO, 2005, p. 146, grifos do autor), e foi, sem dúvida, o ponto de partida do que se configurou no processo de adequar a profissão às mudanças sociais exigidas pela realidade continental. Nesse seminário, a Associação Brasileira de Escola de Serviço Social (Abess) teve o seu nome alterado em reunião paralela, quando o conjunto de seus associados, presentes naquele seminário, substituiu a palavra escola pela palavra ensino. Essa alteração alargou seus horizontes e operou mudanças na direção política das escolas de Serviço Social brasileiro.

A questão central no processo de questionamento da profissão de Serviço Social, que estava intimamente ligada ao momento sociopolítico vivido pela América Latina na década de 1960, de acordo com Netto (1991, p. 146, grifos do autor), foi a *funcionalidade profissional na superação do desenvolvimento*. Questionavam-se, ainda, o papel e a adequação dos procedimentos profissionais ante as manifestações da *questão social* expressas nas realidades regionais e nacionais, consideradas ineficientes e inadequadas.

Conforme Netto (2005), o movimento de reconceituação do Serviço Social apresentou duas singularidades: a primeira referia-se ao *caráter heteróclito*, tanto em sua gênese, quanto no decorrer do processo, cujos conflitos se deram entre as propostas modernizadoras e de ruptura, de acordo com Netto (1981). A segunda diz

⁴² Netto (2005, p. 6) esclarece: “A segunda metade dos anos 1960 marcou, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais (e, compreensivelmente, dos discursos teóricos que as legitimavam). No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como *Serviço Social tradicional*: a prática empirista, reiterativa paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da *questão social* sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual”.

respeito ao *lapso temporal reduzido*, pois, dez anos (1965-1975) é reconhecido como insuficiente para uma avaliação com profundidade de qualquer processo, sobretudo, em se tratando da busca pela ruptura, como estava proposto.

Registrou-se, nesse período, a convivência entre a crítica superadora e a conservadora, no processo de ruptura e permanência até o momento em que as ditaduras militares ampliaram seu raio de abrangência para um crescente número de países latino-americanos. O de suas conseqüências foi a interrupção do processo de reconceituação no Serviço Social nessa latitude.

As vias ditatoriais constituíram-se em uma das estratégias da autocracia burguesa para impor a *modernização*, derrotando as alternativas democráticas que estavam em curso pelas vias reformista-democráticas e revolucionárias. Como afirma Netto (1991, p.147), “primeiro no Brasil, depois em todo o Cone Sul, as ditaduras não deixaram vingar as propostas que se situavam na ultrapassagem do subdesenvolvimento como função da transformação substantiva dos quadros societários latino-americanos”.

No início da década de 1970, mais precisamente por volta de 1971 e 1972, a *grande união* dos assistentes sociais formada contra o tradicionalismo foi desfeita para dar lugar a uma divisão em dois blocos, que se opunham mutuamente. Um bloco defendia

uma espécie de *aggiornamento* do Serviço Social, capaz de modernizá-lo a ponto de torná-lo compatível com as demandas macro-societárias, de planejamento social; outro, constituído por setores mais jovens e radicalizados, jogava numa inteira ruptura com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de dominação. (NETTO, 2005, p. 10)

O primeiro bloco, que era formado pelos assistentes sociais reformista-democráticos, defendia rigorosamente o desenvolvimentismo, e, para o segundo, formado pelos setores mais jovens e radicalizados, acreditava que o desenvolvimento implicava a superação da dominação e da exploração imperialistas. Essas diferenças no conjunto dos assistentes sociais renovadores mostravam o seu caráter de heterogeneidade expressos nas elaborações e nos confrontos teóricos, e descortinando a aparência de unidade em sua emergência. Netto (1991) aponta dois traços relevantes na conformação dessa realidade. Segundo ele, pela primeira vez o movimento de reconceituação recorreu à tradição marxista de

forma aberta, deixando esse pensamento de ser estranho ao universo dos assistentes sociais. No entanto, apenas excepcionalmente, esses profissionais recorriam a fontes originais, no geral, elas eram secundárias e inscritas em manuais de divulgação de qualidade comprometida pela presença neopositivista.

Outro traço importante que se destacou nesse contexto de conformação da reconceituação, no interior da categoria, foi a articulação dos profissionais em âmbito continental⁴³. Nas palavras do autor:

O dado significativo e inédito, todavia, é que no processo em tela articulou-se uma interação que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina – uma unidade construída autonomamente e sem as tutelas imperiais. (NETTO, 1991, p.150)

Netto (1991) explica que esses dois elementos obtiveram destaque por marcarem com clareza o movimento de reconceituação que avançava ao mesmo tempo em que se intensificavam e se aprofundavam as relações com o pensamento marxista no exercício profissional do continente, na passagem dos anos 1960 para os anos 1970. Em razão dessas diferenciações e tendências, tornavam-se mais visíveis as fronteiras “dos profissionais modernizantes daqueles que apostavam em uma ruptura com as práticas e as representações do Serviço Social *tradicional*” (NETTO, 1991, p.150-151, grifo do autor). Nos primeiros anos de 1970, não havia mais como escamotear essas fronteiras e grande parte dos modernizantes estavam vinculados ao reformismo desenvolvimentista e, de acordo com Netto (1991), demarcava-se o outro polo renovador que, em alguns casos, refluía para alianças com setores *tradicionais*. Para o autor, essas diferenças ampliaram-se até atingir a sua exaustão.

O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, na particularidade de cada país, ocorreu em uma conjuntura em que se registrava, na Argentina, um isolamento progressivo das ditaduras militares com a expressiva mobilização das massas. No Uruguai, a população vivia momento de tensão social, pois a tradição liberal favorecia uma vida universitária dinâmica e o poder estatal estava profundamente desgastado. Netto (1991, p.150) destaca dois movimentos que se aprofundam, ao mesmo tempo que "se intensifica a interlocução com a

⁴³ Netto (1991) lembra que desde os anos 1940 existe um intercâmbio profissional entre os assistentes sociais. Encontros eram realizados, a partir dessa época, pelas escolas pioneiras que organizavam encontros internacionais.

tradição marxista e a condição do caráter abrangente e comum de certas condições do exercício profissional no continente". Para o autor, a ruptura apareceu, claramente, nas condições objetivas em que ocorreu o VII Congresso Latino-americano de Serviço Social (Equador, 1971), com repercussões no VI Seminário Regional, realizado, um ano depois, novamente, em Porto Alegre, em 1972.

Na compreensão de Faleiros (1987, p. 51), o processo de reconceituação "inscreve-se na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, das lutas pela libertação nacional e de transformação das estruturas capitalistas excludente, concentradora e exploradora". Portanto, esse processo, apresentou contestações, expressas nos movimentos sociais e partidos políticos vinculados à esquerda latino-americana, e foi fortalecido, também, pela ação crítica originada nas universidades. Nesse sentido, Iamamoto (1995) afirma que o pensamento no espaço universitário converteu-se em crítica da sociedade, talvez, como nunca ocorrera na história dos países da América Latina, diferentemente da realidade brasileira, na qual a ditadura militar, nesse período, "tentou inviabilizar, a todo custo, um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico" (GERMANO, 2000, p. 123).

Dentre os aspectos relevantes do movimento de reconceituação na América Latina, no balanço feito por Netto (1991), destacam-se, além da rearticulação da unidade profissional no continente, sob novas bases, o desnudamento da dimensão política da intervenção social, da assimilação crítica ao tradicionalismo, lançando as bases para uma análise crítica de seus fundamentos e da inauguração do *pluralismo*⁴⁴ *profissional*. Sobretudo, salienta-se a recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como agente técnico puramente executivo.

Netto (1991) apresenta também os equívocos e descaminhos do movimento de reconceituação. Dentre eles, ressalta o ativismo político, a relativização da universalidade teórica, materializada na recusa de teorias importadas. A "diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor sua congruência

⁴⁴ Segundo Coutinho (1991), o pluralismo social não pode ser tomado como ecletismo, mas como uma abertura para a relação com o diferente, de respeito com a posição do outro. Para esse autor, essa divergência coloca o profissional de frente com seus limites. Coutinho (1991) considera que não se trata de tolerância daqueles que têm a verdade e aceitam o diferente, mas uma "posição de abertura de quem julga fundamental a tolerância para o progresso da ciência para o enriquecimento da própria posição. (...) Vamos debater para chegar a descoberta de verdades que, em geral, são verdades tipicamente científicas, ou seja, com a certeza de que, para cada questão, só há uma resposta globalmente verdadeira" (p. 14).

teórico-metodológica com o substrato do pensamento de Paulo Freire”, aponta Netto (1991, p. 148-149). Tais equívocos permearam e, ainda, permeiam, em grande medida, os saberes e fazeres profissionais da categoria.

Vale destacar que o processo de modernização do capitalismo exigia, também, novos padrões de intervenção profissional, portanto, a realidade requeria “um assistente social ele mesmo *moderno* – com um desempenho onde os traços *tradicionais* são deslocados e substituídos por procedimentos” (NETTO, 1991, p. 123, grifos do autor), nos padrões da nova racionalidade, a formal abstrata.

No entanto, um segmento dos assistentes sociais já desenvolvia sua prática profissional fundamentada em outra concepção teórico-metodológica, na tradição marxista e se articulava com os assistentes sociais de outros países latino-americanos; ao mesmo tempo que solapava as bases de sustentação do Serviço Social *tradicional* provocava a sua erosão⁴⁵. Estava em curso um processo sem volta, pois, estavam dadas algumas condições objetivas para desencadear o movimento de renovação do Serviço Social no Brasil

No processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, capitaneadas pelo grande capital, o Estado autocrático burguês consolidou, em âmbito nacional, o mercado de trabalho do assistente social, a fim de atender às demandas colocadas pelas expressões da *questão social*, agravadas naquele momento histórico. Para Netto (1991), nesse momento do processo de renovação, coexistiam legitimação e validação teórica e, à medida que buscava institucionalizar-se, a renovação no Serviço Social aparecia como avanço mesmo nas vertentes que não colocavam em causa, medularmente, as concepções herdadas do passado, marcadas pela busca de imprimir maior consistência aos seus componentes externos.

⁴⁵ Segundo Faleiros (2006), “a partir dos anos 1960, em especial, tem-se experimentado um *bombardamento* das concepções do Serviço Social. E não só no Brasil. Posso referir-me melhor o que aconteceu na França e em Québec pelo tipo de estudo que fiz nesses países, mas podemos observar, também nos Estados Unidos, uma grande mudança na profissão que vem dos anos 1970. À crise capitalista da década de 1970, está também conjugada uma crise do Serviço Social. No Brasil, nos anos 1960, viveu-se uma reação ao imperialismo norte-americano, nas lutas pelas reformas de base, inclusive a reforma universitária. Tivemos também a influência da Revolução Cubana, do maio de 1968 e da guerra do Vietnã. Também a implementação das ditaduras, a acentuação da guerra fria e a recessão econômica possibilitaram um aprofundamento do movimento chamado de reconceituação no âmbito do Serviço Social. (...). A perspectiva de luta de classes para a análise da emergência do Serviço Social foi elaborado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano” (p. 24, grifos do autor).

As discussões teóricas do Serviço Social e sua substancial alteração passaram a ser desenvolvidas e valorizadas em fóruns específicos da categoria, transformando as entidades⁴⁶, que tradicionalmente sustentavam os debates, em espaços propícios ao processo de renovação. Os encontros e congressos tiveram sua participação ampliada. As discussões das temáticas verticalizaram-se com o aprofundamento do seu conteúdo espalhando-se para o conjunto da categoria.

Conforme Netto (1991), esses congressos e encontros desenvolveram-se em três momentos. O primeiro ocorreu a partir da segunda metade da década de 1960 e foi organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (Cbciss), organismo que esteve presente nesse período, promovendo os vários *seminários de teorização*. O segundo momento aconteceu uma década depois, quando, além do Cbciss, já despontavam algumas produções de assistentes sociais inseridas no programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e do Rio de Janeiro. O terceiro momento teve a sua organização acrescida pela participação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess) e da Comissão Executiva de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais dos Assistentes Sociais (Ceneas), no início da década de 1980, e da Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas), de 1983 a 1994.

Faleiros (2005) destaca que esse processo, o qual denomina reconceituação no Brasil, foi algo complexo, caracterizado por sua fase mais conflituosa na década de 1970, e marcado por uma dinâmica de confrontações. Concebe, portanto, que era necessário buscar os fundamentos da reconceituação como paradigma que analisa criticamente as estratégias do fazer profissional. Algumas das tendências, ou vertentes, foram denominadas reconceituadas e, no entanto, tiveram como perspectiva melhorar o funcionamento do sistema dominante, ou seja, não se inscreveram no horizonte de rompimento com a ordem social capitalista.

⁴⁶ Conforme Netto (1991, p. 139), “as mais importantes são (...) a *Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess, depois Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social)* e o *Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (Cbciss, depois Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social)*. A Abess, realiza convenções nacionais periódicas desde 1951 (até 1989, foram realizadas 26, das quais 8 sob a ditadura); há indicações de que, nos anos setenta, os efeitos da laicização do Serviço Social provocam tensões no seu interior: o fato é que, desde o final daquela década, a instituição torna-se um elemento organizador das polêmicas profissionais mais contemporâneas”

Ao discutir esse processo, Netto (1991) destaca que o movimento de renovação do Serviço Social no Brasil desenvolveu-se em três direções: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura com o conservadorismo.

A *perspectiva modernizadora* teve o auge de sua formulação na segunda metade dos anos 1960 e, sua grande expressão, nos documentos de Araxá e Teresópolis. O seu núcleo central foi caracterizado pela “tematização do Serviço Social como interviniente, dinamizador e integrador no processo de desenvolvimento”, de acordo com Netto (1991, p.154). Essa vertente buscava compatibilizar o Serviço Social no marco das estratégias do desenvolvimento do capitalismo naquele contexto histórico, com base em concepções de intervenção profissional submersa em um conjunto de técnicas sociais com vista a atender às exigências dos processos sociopolíticos, após o golpe de 1964. Conforme o autor,

sob esse aspecto, ela mantém uma direta relação de continuidade com o acúmulo profissional realizado *na transição dos anos cinquenta aos sessenta*⁴⁷. Esta continuidade, no entanto, é em si mesma, *parcial e seletiva*: o que se recupera do acervo anterior a 1964 *exclui* a vertente que concebia o desenvolvimento brasileiro como função de transformações conducente à eversão da ordem estabelecida (NETTO, 1991, p. 154, grifos do autor).

Netto (1991) considera que os documentos dos encontros de Araxá⁴⁸, realizado em 1967, e Teresópolis⁴⁹, em 1970, expressavam, no processo de renovação do Serviço Social, o ápice de maturação da perspectiva modernizadora. No primeiro, o de Araxá, vincularam-se as concepções *teóricas* profissionais ao projeto da *modernização conservadora*, ao passo que, no segundo, o de Teresópolis, permaneceu a vinculação com essa perspectiva direcionada pelo Estado militar colocado a serviço do grande capital internacional, destacando questões relativas à *metodologia do Serviço Social* no contexto da realidade brasileira.

⁴⁷ A partir da “segunda metade da década de 1950, desenhavam um processo de crise que, se efetivado sem trevas e sem traumatismo, também acabaria por derruir as bases das formas tradicionais do exercício profissional (bem como suas representações). (...) [a] interpretação, portanto, que atribui à autocracia burguesa a função precipitadora de um processo em erosão do Serviço Social *tradicional* que lhe é anterior” (NETTO, 1991, p. 137). À ditadura coube somente a direção particular do desfecho de uma situação que já estava dada.

⁴⁸ O Encontro de Araxá, segundo Netto (1991), contou com participação de 38 assistentes sociais.

⁴⁹ Para o Encontro de Teresópolis, o Cbciss convidou 103 assistentes sociais; compareceram 33 e, 13 deles estiveram presentes no Encontro de Araxá. Em preparação ao encontro de Teresópolis, foram realizados sete encontros regionais, com o objetivo de discutir o documento de Araxá, cujo encontro foi norteado por três documentos produzidos para tal fim, de autoria de Suely Gomes Costa, José Lucena Dantas e Tecla Machado Soeiro (NETTO, 1991, p. 178).

Faleiros (1987, p. 57) considera que o documento de Araxá “reflete o pensamento dessa *finis flor* da tecnocracia, pois reúne os assistentes sociais que haviam deixado de trabalhar nas obras sociais, nos morros, nas favelas, nos círculos operários e passaram a ocupar postos e cargos na administração estatal” (grifos do autor).

No encontro de Teresópolis, um dos segmentos dos assistentes sociais buscou ultrapassar os limites identificados no documento de Araxá e, com isso, atingiu-se, conforme Netto (1991, p.178), “o coroamento do *transformismo* (...) o *moderno* triunfa sobre o *tradicional*, cristalizando-se operativa e instrumentalmente. O dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não como concepção profissional (...) mas como *pauta interventiva*”(grifos do autor). Para esse autor, os documentos dos dois encontros – Araxá e Teresópolis – contêm as formulações fincadas nos “marcos canônicos da perspectiva modernizadora do Serviço Social em nosso país, simultaneamente configuraram a sincronização da (auto)representação profissional ao projeto e à realidade global da modernização conservadora” (NETTO,1991, p. 193).

Nesse encontro, dois grupos dividiram-se no debate que teve como objeto de discussão os textos *Fundamentos da metodologia do serviço Social*, de autoria de José Lucena Dantas, *Introdução às questões de metodologia e da intervenção em Serviço Social*, de Costa (1978). Este último, segundo Netto (1991), destoou em relação aos demais, e no confronto com a produção apresentada no encontro de Araxá, pois, a sua autora, além de cautelosamente afastar-se dos fundamentos que sustentavam as discussões de Araxá, buscou pensar o Serviço Social remetendo-o aos fundamentos das ciências sociais, assumiu as críticas que Mills sintetizou em sua obra *A imaginação sociológica*, que punha em cheque o pensamento conservador.

A perspectiva modernizadora, que galgou a hegemonia entre os assistentes sociais brasileiros, foi colocada em questão nos meados dos anos 1970, quando a ditadura militar iniciou o seu processo de exaustão.

A segunda vertente, denominada *reatualização do conservadorismo*, era formada pelo segmento de assistentes sociais mais resistentes às mudanças. Segundo Netto (1991, p.157), “tratava-se de uma vertente que recuperava os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão”.

Fundamentando-se na fenomenologia⁵⁰, essa vertente teve como polos dinamizadores as escolas vinculadas à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e as Pontifícias Universidades Católicas (PUC) do Rio de Janeiro e de São Paulo. Inicialmente, essa vertente buscou capitalizar um distanciamento aparente da ditadura militar, ao ter como um de seus pontos de sustentação a emergência de concepções irracionalistas, inspiradas no filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976). Fundamentada nessa base teórico-metodológica, essa vertente considerava-se nova e negava, simultaneamente, tanto os fundamentos positivistas quanto aqueles que se ancoravam na raiz marxiana. Herdeira de uma visão de mundo que se origina no pensamento tradicional católico, essa perspectiva atribuiu a ela “as características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção” (NETTO, 1991, p.157).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo, ao enfatizar as dimensões da subjetividade, como analisa Netto (1991), apresenta uma abordagem psicologista matizada por um *eticismo abstrato*, ou seja, uma ética isolada de uma configuração sustentada no aspecto legal e deslocada de uma fundamentação ontológica do ser social.

Segundo Netto (1991, p. 158, grifos do autor), a reatualização do conservadorismo

se beneficia de todo acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da *ajuda psicossocial*. O extremo conservantismo desta perspectiva não reside apenas no seu referencial ideocultural (...); antes, ela é perceptível no embasamento “científico” com que constrói a relação do Serviço Social com seus “objetos”.

Iamamoto (1995), ao tratar essa questão, considera que a atualização da herança conservadora foi uma necessidade imposta pelo capitalismo, e ocorreu mais precisamente na autocracia burguesa desencadeada a partir de 1964, e “informa as respostas dadas por parcela majoritária da categoria profissional às novas demandas que lhe são apresentadas no capitalismo monopolista” (IAMAMOTO, 1995, p. 32) em sua fase de expansão para os países periféricos. Expressava-se nas mudanças dos discursos e alterações processadas nos métodos

⁵⁰ Vale destacar que é, precisamente, a fenomenologia que, em grande parte, tem fornecido os fundamentos para as concepções vinculadas ao pós-modernismo. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de Peter Berger e Thomas Luckmann (2006), *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, cujas bases são claramente fincadas na fenomenologia.

de ação, no projeto profissional, contido em outras práticas e “estratégias de controle e representação da classe trabalhadora, efetivada pelo Estado e pelo grande capital, para atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança” (IAMAMOTO, 1995, p. 32).

Portanto, para lamamoto (1995), a atualização da herança conservadora, a que Netto (1991) chama de reatualização do conservadorismo, constituiu-se na modernização do Serviço Social como instituição que, de um lado, buscava por um padrão de eficiência e aperfeiçoamento dos instrumentais operativos, visando “sofisticar os modelos de análise, diagnóstico; enfim, (...) dar suporte técnico à ação profissional” (IAMAMOTO, 1995, p.32). De outro lado, os discursos vinculados a essa vertente evidenciavam uma prática profissional em uma perspectiva de operar mudanças de hábitos, formas de ser e de agir do trabalhador, de maneira a tornar-se mais adequado aos novos ritmos do desenvolvimento. Assim, no aspecto teórico, os discursos estavam sustentados de forma muito próxima aos fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais, e expressos nos documentos profissionais. Os assistentes sociais, segundo lamamoto (1995), diante da conjuntura repressiva, refugiavam-se em discussões de elementos que, na aparência, conferiam à profissão um perfil peculiar, tais como “objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional” (p. 33). O paternalismo autoritário presente na ação profissional foi eufemizado pela tecnificação e desenvolvimento de métodos de imposição mais sutis que preconizavam a *participação do cliente* nas decisões de seus interesses.

Ao mesmo tempo, despontava, também, uma tendência entre segmentos de profissionais, uma tendência com abordagens marcadas pela “*psicologização das relações sociais*, que privilegia problemas de desintegração e desadaptação social e funcional” (IAMAMOTO, 1995, p. 34 grifos da autora). Essa abordagem considera que os problemas relacionais devam ser tratados por meio do diálogo, e os materiais tendem a ser espiritualizados, já que são transformados em dificuldades subjetivas, necessitando, portanto, de serem adaptados socialmente.

lamamoto (1995) considera a reificação dos instrumentais de intervenção (método e técnicas) e a psicologização das relações sociais como fatores que contribuíram para escamotear, na consciência dos profissionais, as verdadeiras implicações de sua prática. Nessa perspectiva, a superação da *crise da profissão* foi tomada como necessitando de um aperfeiçoamento mais adequado e um maior

reconhecimento das instâncias responsáveis pela implantação e implementação das políticas sociais. Para Yamamoto (1995, p. 35), “essa perspectiva implica no aprofundamento da dominação e do controle das classes subordinadas e, portanto, na negação de qualquer veleidade crítica que ultrapasse os limites do sistema” capitalista.

Os assistentes sociais, depois de dois encontros (os de Araxá e de Teresópolis) realizaram os colóquios de Sumaré, em 1978⁵¹, e Alto da Boa Vista, em 1984. Os dois colóquios não tiveram a mesma repercussão dos seminários anteriores promovidos pelo Cbciss, o que pode ser explicado por dois elementos: um, atribui-se à

expectativa das vanguardas profissionais emergentes na década de setenta em face das iniciativas que vinham no surgimento de Araxá e Teresópolis. Há fortes indícios de que a identificação do Cbciss e seus seminários com a referencialidade global da perspectiva modernizadora. (...) tendiam a tornar cétricas aquelas vanguardas em relação as promoções (...). O segundo elemento refere-se às dimensões e direções propriamente ideopolíticas e que se viam remetidos aquela entidade, quer suas iniciativas anteriores. Parecia esboçado um divórcio entre ambas e as vanguardas profissionais emergentes, que experimentavam uma nítida politização na fase em que a resistência democrática à ditadura empolgava setores sociais cada vez mais amplos. (NETTO, 1991, p. 195)

Para Netto (1991), da mesma maneira que os dois primeiros – Araxá e Teresópolis – apresentam-se em escala ascendente, na direção da modernização conservadora; os dois últimos seminários – Sumaré e Alto da Boa Vista – indicavam o seu contrário, tendencialmente distinto da perspectiva conservadora. Entretanto, esses dois elementos, por si só, não explicavam suficientemente a redução da ressonância nos dois colóquios em relação aos seminários de Araxá e de Teresópolis. A chave desse esclarecimento deve ser buscada no plano do *questionamento teórico*. O seminário do Sumaré discutiu “três temas básicos: a relação do Serviço Social com a cientificidade, a fenomenologia e a dialética”⁵²

⁵¹ Segundo Netto (1991, p. 194, nota 171), o seminário do Sumaré realizou-se entre 20 e 24 de novembro de 1978 e contou com um total de 25 pessoas, entre coordenadores, consultores, e participantes das quais nove tinham estado em Araxá, e sete em Teresópolis. O seminário do Alto da Boa Vista reuniu, em novembro de 1984, 24 pessoas (23 profissionais e 1 estudante) e duas estiveram em Araxá e três no Sumaré. Os documentos de ambos os seminários estão publicados nos documentos do Cbciss (1986,1988).

⁵² Ver Netto (1991)

A partir de meados dos anos 1970, começaram a aparecer os primeiros sinais de um outro vetor que permanecia soterrado no solo da ditadura militar. Ele passou a ameaçar, paulatinamente, a centralidade da perspectiva modernizadora que dava os primeiros sinais de perda de sua hegemonia, e que, no decorrer do tempo, foi solapada pelos protagonistas do novo vetor, nos fóruns da categoria. Os movimentos sociais que estavam submersos começaram a reivindicar condições de vida e a contestar o regime vigente⁵³ e sua política econômica, em uma rearticulação que envolvia organizações populares e sindicais. Tratava-se da terceira vertente, cuja constituição e consolidação se deu no contexto sócio-histórico da realidade brasileira com impactos significativos para a conformação do Serviço Social na contemporaneidade. Tratar-se de um tema vinculado medularmente ao objeto e à tese – de que sua emergência e consolidação no âmbito das lutas travadas no interior das lutas sociais e das organizações profissionais e acadêmicas imprimiram suas marcas, concepções do mundo, valores e princípios, na direção social do projeto ético-político da categoria. Esse tema será discutido mais detalhadamente no próximo tópico deste capítulo.

2.1 A vertente intenção de ruptura e o serviço social

Ao expor a trajetória da *intenção de ruptura*, busca-se analisar, no movimento do real, os seus avanços e recuos e a contribuição dessa vertente no processo de organização dos assistentes sociais, bem como a do movimento do conjunto dos trabalhadores para a formação da consciência coletiva da categoria, na direção da emancipação humana⁵⁴.

A vertente da *intenção de ruptura* foi assim denominada por Netto (1991, p. 247) pela “falta de melhor designação” para expressar o rompimento com o Serviço Social *tradicional*. Para esse autor, “a *ruptura* com o tradicionalismo é um problema de concepção *socioprofissional*, com a questão terminológica aparecendo como

⁵³ Juntaram-se à oposição políticos cassados pelo regime, dentre eles, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda e fundaram a Frente Ampla, tendo como um de seus objetivos aglutinação de forças oposicionistas. Ressalta-se que Carlos Lacerda era governador em 1964 e apoiou o golpe militar.

⁵⁴“O projeto de emancipação humana (...) não se desdobra na emancipação política (...) o proletário se investe, em nível histórico-universal, como herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cujas condições prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa da ordem do capital”, lembra Netto (1998, p. XX).

inteiramente secundária” (NETTO, 1991, p. 247). A *intenção de ruptura*, para Netto (1991), vai além dos marcos da profissão, apesar de se colocar, também, em seus limites, pois indica a passagem para outra ordem societária com a dissolução da ordem burguesa. Seu caráter, no Brasil, coloca-se radicalmente contrário à ordem burguesa, particularmente, à ditadura militar.

Diferentemente de Netto, Iamamoto (1995) considera que a

ruptura com a herança conservadora se expressa como uma procura uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições de exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pela correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las. (IAMAMOTO, 1995, p. 37. grifos do autor)

Privilegiando o essencial, o segmento dos assistentes sociais identificado com essa vertente foram se fortalecendo na busca pela superação do conservadorismo⁵⁵, no Serviço Social, e da construção de uma outra ordem *societária*. Para tanto, Netto (2009, p. 668) assinala que “poucas dezenas de assistentes sociais que jogaram todas as suas energias em duas frentes: na criação de alternativas organizacionais ao conservadorismo e na articulação com colegas que em outras regiões movimentavam no mesmo sentido”. Nessa direção, alguns profissionais passaram a conviver com a tradição marxista, a partir de 1972, quando se inseriram nos cursos de pós-graduação⁵⁶. Participaram também, das discussões sobre a formação profissional precisamente a partir dos meados da década de 1970, nos fóruns da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess), atualmente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (Abepss), e nos movimentos populares e sindicais. No final dessa mesma década,

⁵⁵ Para Iamamoto (1995), o pensamento conservador não se contrapõe ao capitalismo. De acordo com a autora, o “conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas de herança intelectual europeia do século XIX, mas idéias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista.” (IAMAMOTO, (1995, p. 23).

⁵⁶ A pós-graduação no Serviço Social iniciou-se com o mestrado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1972, e na PUC de São Paulo. No entanto, de acordo com Bravo (2007), a partir dos meados dos anos 1960, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iniciou a sua pós-graduação *lato sensu* com a criação de cursos de aperfeiçoamento e especialização e em 1975, foi aprovado pela UFRJ e pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 1976. Na pós-graduação, os professores de Serviço Social passaram a fazer interlocução com professores de outros cursos e tiveram contato com o pensamento de Marx.

as articulações desses poucos assistentes, como fala Netto (1991), foram se ampliando em âmbito local e nacional e continental, quando buscaram reativar suas entidades organizativas. Deve-se ressaltar o protagonismo dos estudantes de Serviço Social.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Cbas), realizado em São Paulo, em 1979, constituiu-se em um marco no processo de organização dos assistentes sociais, no avanço de sua consciência política. Ele congregou professores, profissionais e estudantes de Serviço Social que foram construindo, nos diversos contextos históricos da sociedade brasileira, um projeto de sociedade e de profissão que buscam romper com o conservadorismo. Para Netto (2009, p. 666, grifos do autor), “não é nenhum exagero assinalar (...) a simetria, no quadro do Serviço Social, à reinserção da classe operária na arena brasileira: assim como esta marcou uma clivagem na dinâmica política brasileira, o *III congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país*”.

Assim, a participação política e o avanço no conhecimento foram forjando e consolidando a maturidade intelectual e política de um dos segmentos dos assistentes sociais. Com esse acúmulo, a partir da década de 1980, assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, que lideravam as entidades Abess, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas), Conselho Federal de Assistentes Sociais/Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cfas/Cras) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) imprimiram outra direção política ao Serviço Social, buscando envolver o maior número de profissionais que buscavam avançar no exercício de relações democráticas rumo à construção coletiva da vertente da *intenção de ruptura*. E, com ela, houve o crescimento da organização dos assistentes sociais cujo marco situa-se, também, na década de 1990, no novo Código de Ética dos assistentes sociais, na Lei⁵⁷ de Regulamentação da Profissão, e nas Diretrizes Curriculares. A discussão sobre esses pontos será feita no decorrer deste trabalho.

⁵⁷A nova Lei nº 8.662/93 de regulamentação do exercício da profissão de assistente social foi sancionada em junho de 1993. Ressalta-se que o “primeiro ante-projeto para a nova lei de regulamentação da profissão debatido pela categoria data de 1971, contando como tema do IV Encontro Nacional Cfas/Cras. Finalmente, em 1986 é encaminhado, após duas décadas, o Projeto de Lei nº 7669, de iniciativa do deputado Airton Soares, tendo sido arquivado sem aprovação devido à instalação do Congresso Constituinte em fevereiro de 1987. A efetiva retomada do propósito de regulamentação dá-se no XVII e XVIII Encontros Nacionais Cfas/Cras, que produziram a versão final do Projeto Lei nº 3903/89, apresentado pelas deputadas Benedita da Silva e Maria de Lourdes Abadia” (SANTOS *apud* CFESS/CRESS, 1996, p. 180). O novo Código de Ética foi aprovado em março do mesmo ano, 1993.

A democracia política que fundamenta o processo da organização dos assistentes sociais ergue-se radicalmente contra o projeto burguês, e não com base em seus componentes fundados em uma concepção liberal. Para Netto (1986, p.19), os países da América Latina, no processo sócio-histórico, não construíram uma cultura democrática, ou seja, os países latino-americanos não têm a tradição de exigências democráticas. “O traço pertinente democrático das *ideologias*, entendidas como concepção de mundo, aparece enquanto faculdade de incorporar manifestações político-sociais plurais; vale dizer: enquanto prática da tolerância no plano político⁵⁸ ressalta o autor.

De acordo com Netto (1986), as ideologias não definem o seu núcleo democrático só pela incorporação de valores sociais expressos no movimento da luta de classes. Mas, também, pelo tratamento dado às tendências prático-revolucionárias. A democracia nas sociedades latino-americanas assume importância extraordinária, sendo tomada como opção de natureza *revolucionária*, de cunho político-social legítimo e, portanto, considerada na sua dimensão política.

Conforme Netto (1986, p. 23-24, grifos do autor),

a democracia *política* (...) é simultaneamente uma *necessidade* e um *limite* para o projeto emancipador da classe operária enquanto agente primordial da emancipação das classes e camadas subalternas. É uma necessidade porquanto se apresenta como modo mais viável para inserir-se como protagonista reconhecido e legitimado do processo político-social. (...) (já infirmada por Engels em 1895), a luta pela democracia política se apresenta como incontornável para o proletariado e para as classes e camadas subalternas. Não há outro caminho para forjar o processo de construção da sua hegemonia. Todavia, é igualmente um limite, na proporção mesma em que o terreno político dos institutos cívicos é o da ordem social burguesa.

Nesse sentido, segundo o autor, para as classes subordinadas não comprometerem construção de sua hegemonia devem executar uma dupla tarefa que constitui requisito do processo de democratização da sociedade e do Estado na vigência da ordem burguesa. Assim, de um lado, elas devem exigir do poder burguês a generalização da cidadania, e pela prática do jogo democrático, de outro lado, concomitantemente, com o primeiro, não conferir legitimidade à ordem burguesa.

⁵⁸“O caráter jurídico que reveste o conjunto de liberdades políticas enfeixadas nos institutos cívicos rebate na ordem (sociedade) civil de tal forma que permite a livre expressão dos sujeitos individuais, só delimitada – segundo Marx, em 1875, negativamente – pelo direito da livre expressão de outrem. O travejamento democrático suporta-se na identidade entre cidadão e indivíduo (possuidor) e desemboca na socialização da política (não do poder político), assinala Netto (1986, p. 22).

Netto (1986) considera, ainda, ser importante para os segmentos populares e nacionais a eliminação de componentes autoritários presentes na sociedade burguesa como um requisito para a conquista da democracia. A sua concretização ocorre com a generalização dos institutos cívicos e a ampliação de seu conteúdo nos marcos do capitalismo. Para o autor,

mais concretamente: trata-se de postular, já agora, uma democracia política com claros rebatimentos econômicos e sociais – de postular e construir uma *democracia de massas* que se, desde já não pode ferir imediatamente o caráter de classe do Estado, constituído, é organizar de baixo para cima, combinando a intervenção instituída com a instituínte. (...) a redefinição da democracia política pelo seu componente de massas cria três requisitos sem os quais é impensável a transição socialista em nossas sociedades: abre a via para a democratização da sociedade e do Estado, introduz o proletariado e as classes e camadas subalternas nas atividades da gestão social e instaura uma dinâmica societária que permite vincular o mundo do trabalho ao mundo da cultura. (NETTO, 1986, p. 25-26, grifos do autor)

Assim, a construção e a vivência de relações democráticas constituíram-se nos fundamentos para as discussões e tomadas de decisões no segmento dos assistentes sociais identificados com a vertente da *intenção de ruptura*. Na defesa de outro projeto de profissão e de sociedade, no decorrer do período tratado neste estudo, estes assistentes sociais exercitaram uma participação na perspectiva do que Fernandes (1994) chama de democracia ampliada, em um contexto de retomada da resistência dos trabalhadores. Desta forma, desenvolveu-se o processo de discussão e de articulação política de oposição à direção do Serviço Social *tradicional*. Esse processo teve como ponto de partida as discussões da formação profissional deflagrada entre os professores, seja nas unidades de ensino, seja no espaço da Abess. Para tanto, a reforma universitária da ditadura militar, ao inserir as escolas de Serviço Social nas universidades⁵⁹, possibilitou a criação de cursos de pós-graduação, que se deu sob a batuta norte-americana, objetivando a formação de *lideranças* para o capital internacional. Esses cursos de pós-graduação, no Serviço Social, aproximaram sua categoria – professores universitários e profissionais – de diversos pontos do país e, de acordo com Rauta Ramos (2007, p. 38-39), “dentre estes, os mais combativos e engajados nas organizações da categoria e em movimentos sociais”.

⁵⁹ Antes da reforma universitária de 1968, as escolas de Serviço Social funcionavam isoladas das universidades, pois estavam vinculadas às suas mantenedoras.

Os assistentes sociais professores com tendências progressistas iniciaram as primeiras discussões críticas sobre a formação profissional do assistente social, em âmbito local, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)⁶⁰ que se espalhou para outras unidades de ensino da capital paulista indo rebater nas convenções da Abess, no período de 1975 a 1979. Essas convenções foram permeadas de confrontos, pois estiveram presentes as diversas tendências. A Abess, de acordo com Myriam Veras Baptista (1989), no período de 1975 a 1977, era dirigida pela professora Raquel Maeder Gonçalves, assumidamente integralista⁶¹. De outro lado, os profissionais que tinham como opção a ruptura com o conservadorismo, buscavam reconstruir a sua organização na articulação de âmbito local e construir uma entidade de âmbito nacional. Na organização dos professores, as discussões e disputas de direção social tinham como elemento motivador a formação profissional, os profissionais, por outro lado, centravam a sua mobilização

⁶⁰ Segundo o representante do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade, Sérgio Fuhrmann (1989) as reflexões presentes no interior da categoria, afirmados por Carmelita Yazbek cresceram e foram percebidos na “movimentação de grupos diferentes na dinâmica do processo: um grupo que trabalhou para assumir o Cras rompendo com a tradição, outro agindo na rearticulação da Apassp para acabar com a situação anterior, outro ainda que busca sair do esquema da *Revista Debates Sociais*, para criar uma outra [revista], outro movimento de busca no sentido de trazer profissionais do mais alto nível, e de países diferentes, que discutiam a Reconceituação para colocá-los juntos e possibilitar um debate, e, finalmente, algo que veio com tudo isso, que foi a PUC-SP assumir uma posição de destaque em relação ao que acontecia nas outras faculdades. Nesse momento eu, com outro grupo, estava na Faculdade Paulista de Serviço Social, de certa forma um tanto acomodado, de repente... sentimos o questionamento da PUC-SP às nossas posições. Como é que esse movimento interno da PUC-SP, se liga esses outros movimentos? Na verdade, a PUC-SP, bem ou mal, acabou provocando ruptura dentro de serviço social, um choque junto às outras faculdades tradicionalistas, superadas etc. ... Logo em seguida vem a *virada* da Abess; em São Luiz era um grupo e na outra convenção tudo mudou”. Raquel Raichelis, dando continuidade à discussão de Sérgio Fuhrmann destaca a existência de uma outra frente que discutia o tipo de profissional que estava sendo formado: “Essa população que está se organizando, está questionando o Estado, que está tendo uma outra interlocução com o Estado em termos de reivindicação, não mais como benesse, outorga, como instancia acima da sociedade, mas que toma o Estado como um interlocutor político, é a mesma população que vai para as instituições, que começa a questionar as prática sociais e, evidentemente, isso vai repercutir no ensino” (FUHRMANN, 1989, p. 13-14).

⁶¹A Ação Integralista Brasileira (AIB) constituiu-se, segundo Forjaz (1988) em uma forma de representação política das camadas médias urbanas nos anos 1930. Caracterizou-se, com a Aliança Liberal Nacional (ALN), “pela rápida mobilização nacional (pela primeira vez no Brasil movimentos políticos assumiram âmbito nacional significativo e não se restringiram ao âmbito regional) e pelo radicalismo ideológico (de direita e esquerda). A Ação Integralista Brasileira, que foi fundada em 1932, tem um programa fascista adaptado às condições nacionais, que rejeita simultaneamente o comunismo e o liberalismo e que se define mais por oposição a eles do que pela afirmação de princípios independentes. O discurso integralista tem a classe média como destinatária e sua composição social confirma esses laços ideológicos com as camadas urbanas. Segundo Marilena Chauí, (...) [para] os vários pesquisadores que ultimamente se dedicaram à análise do integralismo, a razão principal da adesão das camadas médias ao movimento integralista é o medo da ascensão operária e comunista. Entre os argumentos que sustentariam essa tese a autora afirma: – a tônica anticomunista da AIB; – a efetiva ampliação do movimento operário nos anos trinta, que teria assustado a classe média; – o efetivo recrudescimento do Partido Comunista Brasileiro e o aumento de sua influência sobre a organização da classe operária” (p. 37-38).

na luta por um salário mínimo profissional e uma jornada de trabalho⁶². A articulação das primeiras entidades – três sindicatos e duas associações – que deram seus primeiros passos em 1978, no bojo da segunda greve dos trabalhadores, criou a sua entidade nacional, a Ceneas. Um III Encontro foi realizado em São Paulo, em 1979, três dias antes do III Congresso dos Assistentes Sociais, na mesma cidade, também chamado *Congresso da Virada*. Desse modo, assistentes sociais – professores e profissionais de Serviço Social – encontraram-se em um mesmo espaço político e o confronto que se iniciou no congresso perdurou por mais de duas décadas.

O acúmulo de experiências possibilitou aos assistentes sociais, adeptos da vertente da *intenção de ruptura*, no embate de concepções de projetos societários, construir, a partir da década de 1970 a 1990, um projeto crítico de profissão, que tinha em vista romper com o conservadorismo no Serviço Social. Norteados na direção de *outra ordem societária*, buscavam contribuir para superar as desigualdades sociais.

Ressalta-se que, ao creditar a dianteira da vertente da *intenção de ruptura* aos assistentes sociais marxistas e aos não marxistas, vinculados ao movimento da Igreja Católica progressista, não significa conceber a categoria como um bloco monolítico. Tratava-se de uma vanguarda lúcida, que procurava envolver, nas discussões e tomada de decisões, o universo dos assistentes sociais, e em uma perspectiva de direção democrática e politizadora e, assim, foram construindo a hegemonia⁶³ dessa vertente.

Ao encaminhar as questões pertinentes aos interesses da categoria e, conseqüentemente, da classe trabalhadora, a vanguarda fazia-o com conteúdo crítico, buscando desvendar as contradições presentes na dinâmica de uma sociedade capitalista periférica, expressas em âmbito mundial, nacional e local. De acordo com Netto (1996, p.89), “no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários – praticamente todas as profissões estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos”.

⁶² Os assistentes sociais lutavam por uma jornada de trabalho de trinta horas semanais e um piso salarial de oito salários mínimos. O projeto tramitou na Câmara dos Deputados e Senado Federal, recebendo aprovação de seis salários mínimos, mas foi vetado pelo Presidente José Sarney.

⁶³Braz (2007, p. 5), ao tratar do conceito de hegemonia, considera “que sua definição é ampla o suficiente para comportar diferentes interpretações. No entanto, ela é precisamente clara numa questão: não se confunde com supremacia, nem tampouco com maioria. Em termos gramscianos, a palavra significa prevalência (ou predomínio) de uma vontade coletiva (...) o que supõe a necessária conexão a um projeto societário – sobre as demais vontades coletivas (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas”.

2.2 A trajetória da vertente intenção de ruptura: uma articulação política

A direção social e política definida pelos assistentes sociais que se identificavam com a vertente da *intenção de ruptura*, no período delimitado para a pesquisa, esteve ancorada na sua inserção e cursos de pós-graduação, na relação com os movimentos sociais – sindical e popular –, nos partidos políticos de esquerda, e norteadas pelos fundamentos da tradição marxista, em um processo marcado por avanços e recuos. Essa inserção conferiu àqueles profissionais uma maturidade teórica, levando-os a beberem em fontes originais do pensamento marxiano⁶⁴. Assim, foram tecendo a superação da prática profissional tradicional e reafirmando o compromisso com os valores da classe trabalhadora, ao se reconhecerem, também, como parte dessa classe.

No percurso de constituição desta tese partiu-se, prioritariamente, das investigações realizadas por Netto (1981; 1989; 1991; 1996; 1999; 2001a; 2001b; 2005, dentre outras), para identificar a contribuição da vertente da *intenção de ruptura* para o avanço do Serviço Social no Brasil, partindo das suas origens, a fim de reconstruir a sua trajetória. Forjada no interior da estrutura universitária, como defende Netto (1996), na primeira metade dos anos 1970, essa vertente, parte do movimento de reconceituação latino-americano, é, também, denominada Serviço Social *crítico* por alguns pesquisadores do continente e se insere em um movimento mais amplo de contestação ao *Serviço Social tradicional* que ocorria em âmbito mundial.

No processo de constituição da vertente de *intenção de ruptura*, segundo Netto (1991), ao ser analisada, rigorosamente, em suas formulações acadêmicas, nos anos 1970 e 1980, identificam-se traços de continuidade e ruptura.

⁶⁴Registra-se a produção de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, em que os autores recorreram a fontes originais do pensamento de Marx pela primeira vez na história da produção do Serviço Social brasileiro. Netto (1991) diferencia a produção de Iamamoto dentre as demais elaboradas no marco do Serviço Social. Assim, ele se expressa: “a justa compreensão que Iamamoto tem da postura teórica-metodológica marxiana”. Provavelmente auxiliada pelo fato de enfrentar as fontes ‘clássicas’, só adjetivamente recorrendo a intérpretes, ela consegue superar os vieses mais generalizados na tradição marxista e comprometer-se com a perspectiva ontológica original de Marx” (NETTO, 1991, p. 292-93, grifos do autor). A tradição marxista chegou ao Serviço Social por Vicente de Paula Faleiros, Miriam Limoeiro Cardoso e Leila Lima Santos. Os dois primeiros buscavam suas referências teórico-metodológicas nas obras de Gramsci, mas as suas produções iniciais registram a recorrência a Marx. Ao passo que Leila Lima dos Santos tem suas primeiras produções fundamentadas em trabalhos de Althusser, Mao Tsé Tung e Michel Lowy.

Para o autor,

esta continuidade, porém, é um *movimento*: se nela se põem e repõem eixos teórico-metodológicos, núcleos temáticos e indicativos profissionais, este acúmulo se opera por incorporações que introduzem inflexões que, ao enriquecer, matizar e diferenciar a perspectiva em tela desenham visíveis mudanças no seu processo. O movimento aludido pode ser agarrado de forma expressiva no eixo teórico-metodológico que, a par de singularizar esta perspectiva no campo da renovação do Serviço Social no Brasil, acompanha todo o seu desenvolvimento. *Trata-se da referência à tradição marxista* – que, com a produção dos representantes desta perspectiva, pela primeira vez inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros de maneira significativa. Explícita ou discretamente, o projeto da *ruptura* remete à tradição marxista; fá-lo, entretanto, diversamente ao longo do seu processo – e as alterações que aí se registram configuram exatamente a relação de continuidade e mudança que desejamos salientar. (NETTO, 1991, p. 267-268, grifos do autor)

Conforme Netto (1991, p. 250, grifos do autor), “a perspectiva da *intenção de ruptura* deveria constituir-se sobre bases quase que inteiramente novas; era uma decorrência do seu projeto de *romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais*”. Para o autor, em razão desse horizonte da crítica, diferentemente das outras tendências, a exigência de bases democráticas para o seu desenvolvimento era um imperativo. No entanto, mesmo nos bastidores da ditadura, essa vertente foi tecendo o seu projeto e adquiriu maior expressão com a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais, em Itabira, nos início da década de 1970, que contando com a participação do movimento estudantil de Serviço Social, foi interrompida nos primeiros anos dessa mesma década.

Segundo Netto (1991), a *intenção de ruptura* foi a que mais se aproximou da academia dentre as demais vertentes renovadoras do Serviço Social brasileiro. A ditadura, por sua vez, começava a dar os primeiros passos no processo de sua erosão.

No entanto, Germano (2000), em seus estudos, afirma que, para manter a ordem e garantir o controle da sociedade, os militares defendiam que deveria ser eliminado o espaço da esquerda, combater os *subversivos* e retirá-los de cena, pois eram considerados *inimigos internos*. A Constituição Federal de 1967 e os atos institucionais, em particular o AI-5, asseguraram as condições legais para a intervenção militar na vida da universidade brasileira.

Porém, de acordo com Fernandes (1994, p.132), é

preciso não esquecer que a implantação da ditadura é parte de uma crise burguesa, que veio da impossibilidade da burguesia de promover a incorporação do Brasil aos dinamismos do modo de produção capitalista monopolista de uma forma mais ou menos rápida e segura do ponto de vista do capital internacional.

Em seu período mais repressivo, a ditadura militar procedeu, também, a uma reforma universitária, em 28 de novembro de 1968, nos padrões indicados pelo acordo do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid), cuja proposta atendia às recomendações privatistas contidas no relatório dos assessores da Usaid e da Comissão Meira Mattos, instituída para realizar mudanças no ensino superior brasileiro.

Essa reforma ocorreu às vésperas da edição do AI-5, em dezembro de 1968, como uma estratégia para atender às exigências do capital no que se refere a produção do conhecimento, em uma perspectiva modernizante e de formação de mão de obra. Tinha, ainda, como uma de suas finalidades, controlar a vida acadêmica. Conceitualmente, a reforma fundamentou-se na *teoria do capital humano* que vincula a educação, mercado de trabalho e produção, à ideologia da segurança nacional. Com esses instrumentos legais, os militares amordaçaram a universidade com o banimento de seus trabalhadores e estudantes que faziam crítica ao regime⁶⁵.

Nesse sentido, de acordo com Netto (1991, p. 65-66, grifos do autor),

o regime conseguiu o que pretendia: cortou os laços vivos, tensos e contraditórios que prendem a universidade ao movimento de classes sociais: oclusos, obturados pela repressão e pela gestão “modernizadora”,

⁶⁵Germano (2000, p. 107-108) registra as diversas formas com que os militares fizeram sua intervenção nas universidades brasileiras: a Universidade de Brasília (UnB) foi ocupada três vezes por força militares. A primeira invasão ocorreu no dia 9 de abril de 1964 quando quatrocentos homens da Polícia Militar ocuparam aquela universidade, e o reitor Anísio Teixeira foi destituído de suas funções. Para o cargo, foi indicado o professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Zeferino Vaz; a segunda ocorreu em 1965 quando a polícia, por solicitação do reitor a fim de reprimir uma greve de professores e estudantes que contestavam atos autoritários da reitoria. Os policiais permaneceram no *campus* por uma semana, espancando e prendendo estudantes e professores. Nessa oportunidade, foram demitidos, também a pedido do reitor, mais de quinze professores; diante do clima reinante no interior da universidade, 210 professores pediram demissão em sinal de protesto, no dia 19 de outubro de 1965; a terceira invasão da UnB ocorreu em 1968. Dessa forma, a ditadura conseguiu destruir a experiência pioneira daquela universidade. Outras universidades federais sofreram intervenções militares no período da ditadura como ocorreu com as universidades federais Fluminense, de Goiás, da Paraíba e de Pernambuco que tiveram seus reitores afastados, e para ocuparem seus lugares foram nomeados interventores. Ressalta-se, no entanto, que mesmo com a repressão nas universidades brasileiras, a resistência permaneceu presente no seu interior.

os seus condutos com a vida e o processo sociais, a universidade foi insulada: perdeu o dinamismo crítico. (...) Destarte, os vários mecanismos que degradam intelectualmente a universidade não afetaram o projeto autocrático burguês: antes, construíram um de seus feitos – a universidade neutralizada esvaziada, reprodutiva e asséptica era *funcional* a ele.

No entanto, a refuncionalização da universidade, segundo Netto (1991, p. 250), “oferecia aos protagonistas, não só um campo profissional novo (...), mas relativamente menos inseguro para o projeto de ruptura”. Mesmo com a universidade fortemente controlada, a particularidade do espaço acadêmico o torna menos adverso de que os demais, para a busca de rompimento. Netto (1991) assinala que, apesar das condições desfavoráveis, a articulação do ensino, pesquisa e extensão associados às exigências de produção de conhecimento, próprios da natureza da universidade, tornavam-se compatíveis com o que propunha a vertente da *intenção de ruptura*. Por outro lado, a exigência do estágio na formação profissional do Serviço Social colocava o profissional assistente social em contato com a academia, favorecendo-lhe uma orientação de novas referências teórico-metodológicas. Porém, somente nos meados da década de 1980, a vertente da *intenção de ruptura* ganhou repercussão fora dos muros da universidade, pois, nessa época, a ditadura militar caminhava a passos largos no processo de sua erosão.

Ao abordar essa questão, Silva e Silva (2007, p.35) destaca que,

mesmo no período de maior repressão do regime militar, setores profissionais, embora minoritários, começam a atuar na contra-resposta ao encaminhamento hegemônico que transforma a profissão em mero instrumento (...) de um crescimento econômico concentrador e excludente.

Vale dizer que esses profissionais, *minoritários* numericamente, foram construindo a vertente da *intenção de ruptura*, com outros assistentes sociais em determinadas conjunturas, e, assim, fortaleciam-se e eram fortalecidos os demais segmentos da classe trabalhadora.

Inserida no processo de laicização do Serviço Social, e contextualizada no curso da democratização da sociedade brasileira, essa vertente apresentou um diferencial da profissão, pois, além de uma oposição intransigente à ditadura militar, “desenvolveu, também a sua politização, sempre no confronto com a ditadura, especialmente, no marco da oposição pequeno-burguesa radicalizada” (NETTO, 1991, p. 259). Assim, seus adeptos defendiam um projeto de sociedade, nas formas diferenciadas de

relações, no jogo de forças entre as classes, e um projeto de profissão fundamentado na concepção teórica da tradição marxista. Segundo Quiroga (1991, p. 11), a teoria passou a ser tomada em uma abordagem que “transcende a dimensão apenas epistemológica, e em seu cerne, se propõe a ser uma concepção da reprodução e da transformação da sociedade, tendo como base a *práxis* humana. (...) [Ela] envolve o entendimento de um movimento”, no qual a relação entre os homens como ações livres, criadoras e universais, transformam a natureza, a eles mesmos e constroem a história em movimentos de ruptura e permanência.

No entanto, se, no início, um segmento dos assistentes sociais, que constituía a vanguarda da vertente *intenção de ruptura* valiam-se do marxismo em fontes secundárias, com a maturidade intelectual passaram a fundamentar-se em fontes originais. Portanto, suas produções eram direcionadas para o enfrentamento da realidade na perspectiva de classes e na defesa e interesses da classe trabalhadora em particular, das camadas populares. As raízes dessa vertente situam-se na experiência que produziu o denominado *Método BH*.

Conforme Netto (1991, p. 261), é “na atividade deste grupo que a *Intenção de Ruptura* se explicita originalmente em nosso país”⁶⁶. No entanto, para Leila Lima Santos (2007), a experiência de Belo Horizonte foi renegada e criticada⁶⁷ duramente, mesmo que ela viesse a renascer por meio de outras experiências. Essa observação é corroborada por Netto (1991), ao concordar que a experiência da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, com exceção de Goiás e de Juiz de Fora, não foi valorizada no primeiro momento, no Brasil, porém, retomada nos anos 1980, confirmando o caráter de contestação da vertente da *intenção de ruptura* à autocracia burguesa.

⁶⁶O AI-5 estabelecia penalidades para estudantes e professores. De acordo com Leila Lima Santos (2007), “A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (PUC/MG) viveu um processo muito interessante nos anos [de 19]70 e contou com um grupo de qualificados e comprometidos professores tanto da área do Serviço Social como das Ciências Sociais, todos eles adeptos dos ventos *cambiantes* da reconceituação latino-americana. Muitos de nós, diretores e vários professores, estávamos inspirados nos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire, nos processos críticos em voga nas ciências sociais naqueles momentos e nos propósitos de mudança da revolução cubana. Em geral éramos simpatizantes da ideologia de esquerda e dos governos e iniciativas progressistas latino-americanas” (p. 166).

⁶⁷De acordo com Bravo (2009, p. 683), ancorada na obra de Santos (2007), o “projeto da Escola de Minas Gerais foi divulgado inicialmente para as demais unidades de ensino do país, na Convenção da (...) Abess realizada em 1973, na cidade de São Luiz e, posteriormente, em 1976, na Convenção da Abess ocorrida em Piracicaba que teve como debate central as mudanças necessárias na formação profissional. Este foi um momento de embate e tensão entre as duas posições existentes no Brasil: a que ressaltava o compromisso político da ação profissional com as classes trabalhadoras e continha elementos de ruptura com o Serviço Social *tradicional* e a que defendia a neutralidade científica predominantemente técnico do Serviço Social”.

Santos (2007, p.167-8) relata a experiência da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, em sua expressão política de resistência:

estávamos todos, (...) comprometidos com o novo projeto da Escola de Serviço Social. Um grupo de estudantes, certamente simpatizante de grupos políticos que faziam legitimamente uma ativa resistência à ditadura militar no país e desejando que a Escola avançasse mais rapidamente com sua proposta, convocou uma greve por reivindicações acadêmicas, organizativas e materiais interna a essa unidade de ensino. (...). As autoridades nacionais de segurança solicitaram à Universidade (PUC/MG) os nomes dos líderes do movimento grevista no marco do Decreto 477 (dentro do AI-5). (...) Com intenção de preservar os estudantes, chegamos a um ponto de inflexão: a renúncia coletiva de mais de trinta professores. Tenho a convicção que nem os estudantes nem o corpo docente avaliaram política e estrategicamente, em toda sua dimensão os riscos dessa posição e suas conseqüências. E creio também que no fundo pensávamos que a renúncia facilitaria um regresso fortalecido para reassumir o processo da Escola de Serviço Social.

Segundo a autora, o que ocorreu, na realidade, o afastamento dos professores, e o projeto que estava em curso acabou por ser interrompido em 1975.

O processo de confronto político com as forças conservadoras presentes na sociedade brasileira na particularidade do Serviço Social, aconteceu, também, em diversos contextos sócio-históricos. Assim, Silva e Silva (2007) destacam que o período de 1968 a 1974 foi marcado por intensa repressão aos setores populares organizados.

Para tanto, constituiu-se

um quadro legal para permitir profundas transformações estruturais e um amplo expurgo dos *inimigos internos* ao novo regime. Dá-se, então, a institucionalização da tortura como método de interrogatório e controle político, criando-se a *cultura do medo* com a imposição do silêncio. O modelo econômico e político adotado, pressupondo controle da sociedade, nesse período, faz com que o país viva uma fase de crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB), marcando um período de intermitência do crescimento, como uma das marcas características do capitalismo. (SILVA e SILVA, 2007, p. 31, grifos do autor)

A estratégia da busca do consenso pela manipulação política do governo da ditadura militar consistiu em apresentar à sociedade brasileira a liberação de créditos financeiros, a partir de 1968, como alternativa para proporcionar o crescimento econômico do país e dinamizar a sua produção para garantir superlucros aos monopólios. Considerando-se que a dimensão da crise estrutural, conforme Mészáros (2002), perpassava toda a sociedade civil, extrapolando a esfera

meramente econômica e provocando impacto nas dimensões políticas e culturais da sociedade, destaca-se, por outro lado, que competia à classe trabalhadora forjar, no confronto entre classes, a consciência de *classe para si*, a qual se dará no processo de organização política.

Essa organização trouxe como exigência “mais que uma opção política: era um imperativo da sua concepção teórica. Uma teoria assentada numa ontologia do ser social que credita ao trabalho o fundamento da sociabilidade não tem no proletariado um elemento externo”, de acordo com Marx e Engels (*apud* NETTO, 1998, p. XXVIII). Marx, em seus estudos sobre a revolução referente ao legado teórico-cultural emancipador contido na filosofia que relaciona o seu legado com o proletariado, considera que “o cérebro desta emancipação é a filosofia, o proletariado é o seu coração”. (MARX *apud* NETTO, 1998, p. XXXIII).

Para o processo de acumulação de forças da organização dos assistentes sociais e para a formação de sua consciência política de *classe para si* de um de seus segmentos, considera-se, ainda, a importância da criação do primeiro curso de mestrado em Serviço Social, na PUC do Rio de Janeiro, em 1972, o qual, de acordo com Rauta Ramos (2007), aglutinou professores e assistentes sociais dos mais diversos pontos do país e criou oportunidades para o início de um processo de articulação em âmbito nacional e local.

Nessa direção, assim expressa Ramos (2007, p. 39):

Essa relação estabelecida no mestrado oportunizou a constituição de um grupo coeso, no interior da profissão, que retornando à cidade de origem, e assumindo postos de comando em instituições de Serviço Social, especialmente da universidade brasileira, pôde se articular e trabalhar uma unidade política, acelerando o processo de mudanças importantes dentro das nossas organizações.

Com a realização desse curso de pós-graduação, os assistentes sociais fizeram a aproximação inicial com a tradição marxista. Porém, os primeiros contatos dos assistentes sociais que optaram por conhecer essa teoria ocorreram, inicialmente, com o estruturalismo sob a influência de Louis Althusser (1918-1990). Esta abordagem esteve presente, também, nas demais profissões circunscritas à área social. Portanto, a interlocução deu-se por meio de fontes secundárias, e, como já foi mencionado, de forma enviesada à *tradição marxista* (NETTO, 1989; 1991; 2005; QUIROGA, 1991) e marcada por fortes traços do ecletismo.

Nesse sentido, de acordo com Quiroga (1991, p. 88), se a contribuição da tradição marxista favoreceu o avanço do Serviço Social em uma perspectiva crítica, também, a recorrência a um marxismo *sem Marx* possibilitou que permanecesse a influência do positivismo entre os assistentes sociais que optaram pela superação do conservadorismo na profissão. No entanto, para a autora, se a reconceituação⁶⁸ trouxe em seu bojo “a crítica aos assistencialismos e às novas tendências neo-assistencialistas, (...) esse processo não rompeu com uma herança conservadora de cunho positivista e irracionalista” (p. 88). Esta realidade é explicada pelos fundamentos que, no início do processo, subsidiaram as discussões, alicerçadas, sobretudo, em um marxismo positivista, contido no pensamento de Harnecker e de Althusser. Porém, Quiroga (1991, p.88) considera possível concluir que a “reconceituação levou a ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora”.

A autora, em sua discussão sobre a entrada do pensamento marxista no Brasil, recorre à obra de Konder, o qual afirma que o marxismo penetrou tardiamente e em um contexto de predominância do positivismo de Comte, que era influenciado por idéias spencianas. Por outro lado, no início, o pensamento de marxista ficou limitado, sobretudo, aos comunistas brasileiros, sendo estranho ao ensino superior: “Sua obra quase não era levada em consideração nas Universidades e, quando isso ocorria, sua abordagem era precária. As condições de acesso aos textos originais só se dava em condições muito especiais” (QUIROGA, 1991, p. 99).

No entanto, no decorrer dos anos 1970, alguns professores que conviviam com o legado de Marx, dentre eles, Miriam Limoeiro, lançaram a semente no meio acadêmico e profissional, contribuindo para que, nas décadas seguintes, se imprimisse outra direção ao Serviço Social, fundada no pensamento da tradição marxista, e no bojo da crise do capitalismo, demarcada no início dessa década, quando o país ainda vivia o seu período repressivo. No entanto, Netto (1989) ressalta que as aproximações do Serviço Social com o pensamento de Marx, inicialmente, envolveram docentes, tanto em áreas de capitalismo desenvolvido, como América do Norte e Europa Ocidental, quanto em alguns países de capitalismo periférico, como a América Latina.

⁶⁸ Quiroga (1991), ao abordar a reconceituação, refere-se ao processo desenvolvido pelos assistentes sociais nos países latino-americanos, não apenas no Brasil.

Esse autor localiza o diálogo dos assistentes sociais brasileiros com o pensamento de Marx “na intercorrência de três fenômenos: a crise do Serviço Social *tradicional*, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil” (NETTO, 1989, p. 96-97, grifo do autor). Para Netto (1989), os padrões profissionais tradicionais tornaram-se ineficazes para atender aos processos sociais emergentes na sociedade, o que deu origem a um movimento de politização vinculando os dois últimos fenômenos mencionados e redimensionando as críticas provindas das correntes *críticas* das chamadas ciências sociais.

De acordo com Netto (1989), ocorreu uma aproximação à tradição marxista por determinados setores do Serviço Social, singularizado por três traços interligados. Primeiro, foi uma aproximação com reduzida exigência teórica; segundo, a aproximação foi mais por vinculação, em uma perspectiva político-partidária, que pela sua contribuição crítico-analítica; e, terceiro, a aproximação não se deu com o uso de fontes clássicas, mas por meio de manuais de qualidade discutíveis, como também destacou Quiroga (1991).

No entanto, um segmento dos assistentes sociais, sobretudo aqueles ligados à academia, avançava no campo da produção do conhecimento e buscava, por meio de debates com a categoria, compartilhar com os demais profissionais os avanços da profissão. Fortaleciam-se assim as articulações tanto no âmbito da academia quanto do meio profissional.

Segundo Silva (1991), naquela época, os assistentes sociais adeptos do pensamento de esquerda estavam sujeitos à repressão, ao exporem suas idéias. Numericamente inferiores, eram isolados, tanto nos organismos nos quais possuíam vínculos empregatícios, quanto no contexto universitário. Nas palavras de Silva (1991, p. 87, grifos da autora), como “*grupo marginal* ou *minoría*, sua capacidade de expressão ou de se impor, teórica e politicamente, foi profundamente reduzida”. Porém, em razão da capacidade de análise crítica, formulada por esses assistentes sociais, sobretudo aqueles vinculados à academia, a condição de marginalidade foi sendo alterada. Para esse avanço, foram importantes as interlocuções com outras áreas, com a inserção dos cursos de Serviço Social nas universidades federais e/ou católicas, e a criação de novos cursos nas universidades federais, dentre eles, os de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado⁶⁹, que ampliaram a abrangência

⁶⁹Segundo Iamamoto *et al.* (1992, p.143), o “processo de institucionalização do ensino de pós-graduação [no Serviço Social], data de inícios da década de [19]70 (1972), quando são criados os

de suas análises e qualificaram os assistentes sociais progressistas. A revista *Serviço Social & Sociedade*, criada em 1979 e relançada em 1983, constituiu-se em um espaço aberto para os pesquisadores das diversas concepções presentes no Serviço Social e de outras áreas, contribuindo para o seu avanço. Nela, as entidades da categoria publicavam e continuam publicando os resultados de seus eventos. Ao apresentar a revista ao público, o Conselho Editorial assim expressa:

Trata-se de uma tarefa que desempenhamos com grande alegria e até mesmo com orgulho e entusiasmo, pois o nascimento de uma revista, enquanto produto intelectual cria o impacto do novo, indica que há vida, há esperança! A esperança que vem de seres produzindo, de seres que acreditam na profissão que escolheram, de seres que não perderam a sua crença e que procuram marcar a sua presença no importante momento de transição da sociedade brasileira. (...) Trata-se de uma revista pluralista, aberta, crítica, geradora do debate, fundamentada mesmo no exercício democrático da liberdade. (...) Desencadear um amplo processo de reflexão dentro da categoria profissional sobre questões básicas do Serviço Social, contribuir para o fortalecimento da categoria profissional incentivando a reflexão, a crítica e o confronto de posições, são também objetivos buscados por *Serviço Social & Sociedade*. (CONSELHO EDITORIAL, 1979, p. 3)

Assim, houve convergência do conjunto dos fenômenos histórico-sociais ocorridos na categoria profissional com as lutas sociais concretas, tais como o avanço da organização dos trabalhadores, no confronto com a autocracia burguesa, o amadurecimento teórico dos assistentes sociais vinculados à vertente de *intenção de ruptura* (em relação à ontologia do ser social e a teoria da revolução em Marx), na articulação com a emergência e consolidação da pós-graduação nessa área. Consolidou-se a organização dos assistentes sociais de modo geral e a afirmação de um horizonte e uma ética de superação da sociedade vigente. “Pode-se, portanto, apontar como uma determinação básica para a emergência mais plural do Serviço Social, a vivência e as lutas travadas no campo teórico e no (...) político”, como afirma Rodrigues Silva (1991, p. 88). De acordo com Fernandes (1994, p.106-107),

as mesmas condições que precipitam a contra-revolução contêm o germe de sua fraqueza e derrocada. Independentemente da pressão direta das classes trabalhadora e das massas populares (que não deixam de estar presentes na história: uma presença ameaçadora, voltada para a

dois programas pioneiros, no eixo Rio/São Paulo, em universidades católicas (PUC-RJ) e (PUC-SP). A essas iniciativas segue-se, em 1976, o primeiro programa de pós-graduação *strito sensu* em uma universidade federal, sediado na UFRJ. É ainda no final dos anos [19]70 que se observa uma descentralização do ensino pós-graduado, tanto para o Sul do país – com a abertura de um programa em Serviço Social na PUC-RS, em 1977 – e de Pernambuco em 1979”.

desagregação da autocracia burguesa e do Estado autocrático-burguês), e antes mesmo que essa pressão direta faça sentir os seus efeitos frontais, as contradições internas e externas *minam* a articulação e o poder de controle das forças contra-revolucionárias.

No caso brasileiro, segundo Fernandes (1994), a desagregação do poder da ditadura militar não foi forjada pelos *de cima*, mas ocorreu *de baixo para cima*, por meio da luta da classe trabalhadora e de vários segmentos da população, que compunham o movimento popular, especialmente, os mais pobres e oprimidos. Para o autor, a convergência de vários grupos como, o sistema militar com sua vanguarda político-militar, os setores conservadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS), os ditos liberais que vinham do rompimento com PDS, viabilizaram o avanço da burguesia na direção de uma autoconservação, pois se constituíram em seu ponto de sustentação política para uma transição conservadora.

No entanto, setores conservadores do PMDB e o PDS que apoiavam a burguesia apresentavam dificuldades, pois a sua base de sustentação não conseguia equacionar os problemas que estavam a reclamar soluções. Essa realidade inquietava a burguesia que havia perdido o regime ditatorial e, com ele, perdeu também a sua capacidade de arbítrio. Assim, era obrigada a tolerar os golpes que vinham de várias direções, tais como setores da classe média e da pequena burguesia que fora penalizada pela política econômica, o desemprego, dentre outras medidas.

No contraponto do movimento da burguesia havia os movimentos sociais que avançavam exigindo o fim da ditadura militar, a democratização da sociedade e a garantias dos direitos políticos. Fernandes (1994, p.122), ao analisar o desempenho dos movimentos sociais na época, considera ser evidente que “na situação brasileira, nenhum dos partidos políticos que se chamam de esquerda, nem mesmo o [Partido dos Trabalhadores] PT, tiveram um ritmo – veloz suficiente para acompanhar o movimento da classe trabalhadora e das massas populares”. Para o autor, também, não é possível dizer que os partidos foram ultrapassados, pois, sob a ditadura militar, vários grupos e partidos tiveram sua liberdade quase que totalmente cerceada. Fernandes (1994) considera importante destacar os seus limites, pois ajudavam a clarear as críticas nem sempre precisas que eram atribuídas à esquerda. Ela, no plano legal, não tinha muita condição de movimentação em razão

do controle direto e indireto das classes detentoras do poder. Destaca, no entanto, a pertinência de algumas delas que não podem ser desconsideradas.

De acordo com Fernandes (1994, p. 122-23),

o único partido que procurou seguir numa certa cadência no ritmo das massas foi o PT. Mas ele é contido por uma composição de forças que não leva a luta contra as contradições de uma sociedade capitalista até o fim, até o fundo. Há grupos de diferentes orientações e muitos não assumem de uma maneira aberta a luta de classes, a necessidade da luta de classes.

De um lado, as contradições enfrentadas pela burguesia tornaram difícil manter a sua união, em razão dos espaços ocupados pelos trabalhadores organizados no confronto das lutas de classes. De outro lado, a insatisfação da burguesia acumulada ao longo do período e a incompetência administrativa dos dirigentes, desmantelavam os recursos públicos e se agravavam as condições de vida e trabalho dos trabalhadores.

Nesse contexto, segundo Carvalho (1984), uma parcela qualitativamente significativa de professores e de estudantes de Serviço Social iniciou um processo de discussão tendo como objeto a formação profissional nos marcos do projeto das classes fundamentais. As discussões expressavam um amplo movimento de docentes e discentes que questionavam a “qualidade e perspectiva dessa formação especializada frente aos desafios apresentados por nossa sociedade” (CARVALHO *et al.* 1984, p. 109). Desta forma, eram questionados os fundamentos, o conteúdo e o direcionamento da formação, e enfatizado a importância de uma prática consciente e conseqüente na perspectiva das relações de classes na sociedade brasileira.

Esses debates eram travados no interior das unidades de ensino nas universidades e eram deliberadas na sua instância máxima, as Convenções Nacionais da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess). Os debates travados naqueles espaços demarcavam as diferenças, pois, além de ser um grupo heterogêneo de professores, os conservadores tinham a hegemonia da direção social. No período de 1975-1979, a entidade era dirigida por uma professora que se declarava integralista como já mencionado. No entanto, houve avanços na Convenção de São Luiz (1977), e retrocessos na Convenção de Natal (1979). Mesmo assim, segundo Raquel Raichelis (1989, p. 16), o novo currículo “foi negociado, em convenção da Abess, pelas *forças vivas* da profissão daquele momento. Portanto, ela é a expressão da correlação de forças que se expressava e lutava pela hegemonia política”.

Ressalta-se, que, se na convenção realizada em Piracicaba-SP, alguns professores colocaram em questão o conteúdo do currículo e destacar a necessidade de mudanças, na convenção ocorrida em Natal, em 1979, aprovaram um novo currículo para o curso de Serviço Social, aprovado pelo MEC somente em 1982⁷⁰, com dois anos para sua implantação.

Martinelli (1989, p. 17) considera que, na “seqüência: em 1975-77 temos a Raquel Maeder Gonçalves na presidência da ABESS, já em 1979, a Cândida Fontes, depois vem a Josefa Batista Lopes e, depois, a Carmelita Yazbek. Então, nessa trajetória, vai-se percebendo o caminho da ruptura”.

Nesta mesma direção, segundo Silva (1991, p. 87), os debates foram ampliando-se, sobretudo, nas unidades de ensino e nos espaços de organização da categoria nos quais “colocavam-se em campos opostos as forças *progressistas/radicais* e as *conservadoras/modernizadoras*”. Naqueles espaços, se de um lado, fortalecia-se o debate, ampliara-se, também, a articulação da categoria e, nas conferências e/ou encontros de âmbito nacional, regional e local, estabeleciam-se e se acirravam confrontos de posições entre assistentes sociais professores e profissionais que se colocavam em defesa do conservadorismo e aqueles que contribuíam para avançar na direção social da vertente de *intenção de ruptura*. Dentre os confrontos, Leila Lima Santos (2007, p.168) refere-se ao ocorrido em duas convenções da Abess, uma realizada em Piracicaba em 1975⁷¹, e outra, em Natal-RN em 1979. Para ela, foram momentos difíceis de enfrentamentos públicos com professores respeitados, “alguns dos quais me convidaram a abandonar a profissão porque as observações que acabava de fazer eram não somente de um extremismo esquerdista inaceitável, mas, também, desviantes da essência da ação profissional”.

As professoras Marina Maciel Abreu e Josefa Batista Lopes (2007), referindo-se aos fatos ocorridos, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Cbas), ressaltaram que a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de

⁷⁰Conforme Carmelita Yazbek (1989), “A PUC-SP contribui para esse currículo, mais do que na sua criação, no seu questionamento. Quando tentou operacionalizá-lo, trouxe-o para sua graduação, criou um projeto, que foi publicado na Revista nº 14, onde questiona o currículo que resultou dessa negociação e apresentou uma alternativa”. Raquel Raichelis confirma a afirmação de Carmelita dizendo que: “quando os resultados chegaram à PUC-SP, começamos a questionar a proposta, que apresentava incoerências e contradições que só ficam claras quando analisamos politicamente a correlação de forças que se conjugaram na sua elaboração” (p. 16).

⁷¹A Convenção da Abess aparece com datas diferentes – 1975 e 1976. Diante da impossibilidade de recorrer a uma terceira fonte bibliográfica, optou-se por conservar as duas garantindo a fidelidade das fontes consultadas.

Assistentes Sociais (Ceneas) atuou “em claro confronto com o então Conselho Federal de Assistentes Sociais [Cfas] que coordenava o referido Congresso”⁷² (p. 14). Netto (2005, p. 17) considera “emblemático (...) o III Congresso de Assistentes Sociais (...) as correntes profissionais conseguiram se expressar, como, sobretudo, afirmaram-se como vanguardas do corpo profissional”.

De acordo com Bravo (2009, p. 690) o “aprofundamento teórico-metodológico da profissão e a ampliação da produção acadêmica à luz de suportes teóricos apropriados das fontes clássicas da teoria social, com exigências intelectuais rigorosas” foram aspectos importantes para a consolidação de um projeto profissional do Serviço Social de *ruptura* com o conservadorismo. Construção e consolidação foram concretizando-se na inserção dos assistentes sociais, sob a direção de uma vanguarda lúcida, no processo de organização e luta nas quais os trabalhadores foram forjando a sua resistência de uma realidade objetiva com avanços e recuos.

2.3 Na resistência dos trabalhadores, o fortalecimento da vertente intenção de ruptura

A maior expressão da resistência dos trabalhadores, em escala mundial, teve seu início em 1968, com a rebelião dos estudantes em Paris, que se espalhou para outros países intensificando a adesão de operários, causando uma verdadeira revolução. O mundo após 1968 já não era mais o mesmo.

Esse movimento, no Brasil, manifestou-se com contestações dos estudantes, reprimidos pela ditadura militar nas mais diversas formas de violência, dentre elas, o assassinato do estudante Edson Luiz, no restaurante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os estudantes reagiram por meio de passeatas, contando com grande contingente de participantes estudantis, intelectuais e outros trabalhadores, sobretudo, no Rio de Janeiro e São Paulo, o que mobilizou a sociedade brasileira.

⁷²Para Abramides e Cabral (1995), os três primeiros congressos dos assistentes sociais foram coordenados pelas forças conservadoras que dirigiam o Cfas/Cras, atual Cfess/cress. A partir do III Cbas a organização desse evento, o mais expressivo da categoria por congregar o maior número de assistentes sociais, passou a ser coordenado inicialmente pela Ceneas, posteriormente pela Anas e demais entidades que congregam os assistentes sociais (Anas, Cfas/Cras).

Essa resistência foi fortalecida com as greves dos trabalhadores de Contagem-MG e de Osasco-SP, nesse mesmo ano, e, mais tarde, em 1973, em Villares- SP. Para Antunes (1992, p. 15), essas greves apresentaram características singulares, pois, os “operários realizaram um movimento pendular de paralisação e retomada ao trabalho [que durou uma semana e deixou] o patronato sem condições de impedir sua eclosão”. Os trabalhadores contestavam o arrocho salarial e reivindicavam aumento, colocando em xeque a ditadura militar e demarcando, em 1974, uma inflexão do ciclo autocrático burguês *para baixo*, e o início de sua *erosão*. Segundo Netto (1991, p. 41), esse ano

abre o momento derradeiro da ditadura, centralizado pelo aprofundamento do *milagre* e por uma particular estratégia de sobrevivência (...) autodenominada *processo de distensão* e que avançando no governo Figueiredo, constituirá o *projeto de auto-reforma* com que o Estado forjado pela ditadura procurará transcendê-la. (grifos do autor)

Os trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista continuavam suas lutas e se movimentavam recorrendo a estratégias de confronto com o capital, lançando mão de greves. Porém, aquelas deflagradas anteriormente, segundo Antunes (1992), constituíram-se em acúmulos de forças. De acordo com o autor, os trabalhadores do ABC paulista, fizeram, realmente, sua primeira greve, em 1978. Essa ocorreu, “nos marcos da *resistência* contra o binômio arrocho-arbitrio, superexploração-autocracia, que, intimamente, impunham ao proletariado metalúrgico uma dura realidade” (ANTUNES, 1992, p.14) e foi deflagrada, no dia 12 de maio, de 1978⁷³.

Ressalta-se que, antes de entrarem em greve, os operários metalúrgicos buscavam se organizar, e acumulavam forças, fazendo greves relâmpagos e outras formas de resistências. Promoveram, também, o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, em 1974, discutindo a produtividade e as altas taxas de lucro na indústria automobilística.

De acordo com Antunes (1995), no final da década de 1970, mais precisamente em 1978, é possível afirmar a presença de meio milhão de trabalhadores em greve. O movimento grevista foi retomado em 1979, por meio da greve geral dos metalúrgicos do ABC paulista, em março desse ano. Para Antunes

⁷³ Na greve da Scania, que ocorreu em 1978 e que foi seguida por outras fábricas neste mesmo ano, conforme Antunes (1992, p. 27), “o operariado metalúrgico fez da reivindicação salarial o eixo central de toda luta travada na indústria automobilística. (...) definia-se contra a super-exploração do trabalho, *contra o arrocho salarial*. (...) reivindicações latentes que aparecerão com maior intensidade e explicitação nas greves nas metalúrgicas do ABC desencadeadas em 1979 e 1980”.

(1992), apesar de previamente preparada, a greve assumiu um caráter de certo espontaneísmo, pois, embora a decisão na assembléia, de preparação da greve, ter sido contrária aos piquetes, os trabalhadores desconsideraram esse decisão e impediram que os demais operários tivessem acesso às fabricas. O movimento, desde o primeiro dia, recebia grande adesão, com 60 mil operários compareceram à assembléia realizada em São Bernardo. Ela foi seguida por outras realizadas cotidianamente em caráter plebiscitário, a fim de avaliar e redefinir os rumos do movimento. No quarto dia da greve, 170 mil trabalhadores estavam paralisados no ABC⁷⁴.

Após dez dias de greve e de rejeição do protocolo de intenção do Ministério de Trabalho, no dia 23 de março foi concretizada a intervenção naqueles sindicatos, estabelecendo-se o confronto entre trabalhadores e o aparato repressivo do Estado. Proibidos de reunirem-se no Paço Municipal, os metalúrgicos transferiram as reuniões para a Igreja Matriz. “Acentuou-se, a partir daí o papel marcante da Igreja – particularmente da Pastoral Operária do ABC, dirigida por D. Cláudio Hummes – no apoio material e solidário aos operários grevistas”, afirma Antunes (1992, p. 48). No 15^o dia de greve, os trabalhadores fizeram uma avaliação do movimento e decidiram por uma trégua de 45 dias. O acordo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os operários metalúrgicos do ABC foi firmado no dia 12 de maio.

Segundo Antunes (1992), essa greve trouxe aos trabalhadores pequeno ganho material, mas, proporcionou também, vantagens no plano da consciência real de suas condições como parte de uma classe, o operariado. Começou a descortinar, para os grevistas, o verdadeiro caráter do Estado ditatorial, a sua dimensão repressiva, acionada na medida das necessidades de manutenção de suas estruturas de poder, e, a sua vinculação com o capitalismo monopolista. De acordo com o autor, a singularidade dessa greve está em que, mesmo com sua dimensão espontânea,

⁷⁴Para Antunes (1992, p. 47), no décimo dia de greve o Ministério do Trabalho propôs um *protocolo de intenção* que foi rechaçado pelos operários: “em Santo André cerca de 30 mil operários repudiaram o protocolo e por unanimidade decidiram pela continuidade da greve; 6 mil operários fizeram o mesmo em São Caetano. A intervenção era eminente”. De acordo com Antunes (1992, p. 47 nota de rodapé n. 21), “São Caetano era o pólo mais débil do movimento, pois o proletariado metalúrgico tinha no controle do Sindicato um dirigente, João Lins, moldado nos marcos do peleguismo, da subserviência, e da burocracia sindical atrelada e dependente do Estado, mas que, apesar disso, não tinha conseguido impedir a eclosão do movimento naquela localidade”.

ela contou com a *liderança* ativa do Sindicato operário de São Bernardo e, em menor dimensão, o de Santo André. Falamos, neste caso, em *liderança* e não *direção consciente*. A segunda é necessariamente uma superação qualitativa do espontâneo, uma vez que fundada na existência de uma orientação política cientificamente elaborada, enquanto a primeira pode-se ater aos marcos da espontaneidade e intuição das massas. (ANTUNES, 1992, p. 59)

Para Antunes (1995), as greves do ABC apresentaram-se como a alavanca dessa reorganização. Nesse sentido, destaca o autor,

o ressurgimento do movimento grevista, a partir do ABC paulista, adquiriu, no biênio 1978/79, uma dimensão decisiva. A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial), contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política. Era o reemergir do trabalho na cena social e política. (ANTUNES, 1995, p. 12)

No final de 1979, o governo introduziu a denominada *nova política salarial*, com o objetivo claro de fazer refluir a organização dos trabalhadores em seu movimento reivindicatório. A estratégia foi a introdução da semestralidade para os reajustes salariais, estabelecendo o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Segundo o então Ministro do Trabalho, essa medida iria permitir que o trabalhador deixasse de preocupar-se com o aumento salarial, pois este se dará, automaticamente, sempre que ocorrer desgastes financeiros.

Nesse período, os trabalhadores no serviço público, também, marcavam presença no cenário brasileiro contestando as suas condições de trabalho e o arrocho salarial. Em 1978, os professores de primeiro e segundo graus da rede estadual de São Paulo realizaram uma grande paralisação, que repercutiu não só pelo seu pioneirismo no serviço público como pela sua extensão e expansão para outros pontos do país. Conforme Boschi (1987, p. 95), “na primeira semana, 70 mil professores entraram em greve (...). Em menos de duas semanas, de um total de 180 mil professores da rede estadual e 10 mil da rede municipal da cidade de São Paulo, 80 % entraram em greve”. Também, os demais servidores públicos⁷⁵ do

⁷⁵Luiza Erundina de Souza, ao referir-se à sua participação na Presidência da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp), em 1979, afirma que havia vários anos defendia a idéia de que o assistente social deveria assumir uma posição política ante a realidade social. Participante do grupo que reativou aquela associação que estava há vários anos no ostracismo, relata que buscava articular grupos de profissionais de outros estados para encararem os problemas da profissão do assistente social em uma perspectiva mais ampla, com base na dimensão da política social. Segundo Erundina, seu trabalho na presidência da Apassp, “tem sido voltado para basicamente para o fortalecimento da profissão e sua inserção nas lutas mais gerais do povo brasileiro. Esse fortalecimento vem sendo feito através de articulação e mobilização de grupos de

município de São Paulo deflagraram greve reivindicando melhoria salarial. Essa greve, apesar de atingir outras categorias, iniciou-se com os trabalhadores na limpeza urbana, pelos motoristas, para, em seguida, ter a adesão das demais categorias de trabalhadores, no serviço público municipal. A assistente social, à época, presidente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp)⁷⁶, participou do Comando Geral de Greve e da Comissão de Negociação, na condição de trabalhadora da prefeitura e de representante da Apassp. A respeito dessa inserção, Luiza Erundina de Souza comenta: “foi incrível a experiência de participação que se vivenciou e (...) [foi] inestimável o saldo de organização e de consciência política que o movimento deixou. Considerou extremamente importante a participação dos Assistentes Sociais naquele movimento” (*apud* MARTINELLI *et al.* 1979, p. 17). Porém, segundo Luiza Erundina, os assistentes sociais dividiam-se em diferentes níveis de consciência, portanto, tinham posições distintas sobre a sindicalização. Erundina justificava sua posição de defender a inserção dos assistentes sociais no movimento dos servidores públicos e sua participação nas discussões sobre essa forma de organização, pois 90 % da categoria, naquela época, eram servidores públicos.

Esses trabalhadores, no serviço público, intensificaram sua organização e articulação, realizando o I Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais, nos dias 26 e 27 de março de 1983. Esse encontro contou com “a participação de cerca de 200 delegados, representando 17 Estados e seis Entidades de âmbito nacional” (SOUZA, 1990, p. 34). Nessa época, os trabalhadores do serviço público enfrentavam as condições objetivas que lhes eram estabelecidas pela proibição de greve, contidas na Constituição Federal brasileira, da época. Mesmo assim, em 1979, os professores das universidades federais fizeram sua primeira greve em defesa da universidade e do ensino público e gratuito e criaram a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), atual Sindicatos dos Professores das Universidades. E, em 1982, os servidores técnico-administrativos e professores das universidades federais, autárquicas e fundações, fizeram uma greve em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Reivindicavam, ainda, “reposição salarial de 61%, a partir de 1º de novembro de 1982; reajustes semestrais de acordo com o INPC (41%) sobre os salários corrigidos na mesma data; estabilidade no

trabalho da categoria, e através [de] entrosamento com grupos profissionais de outras categorias e movimentos populares preocupados com problemas sociais” (SOUZA, 1979, p. 17).

⁷⁶ A Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo esteve desativada no período de 1970 a 1977, em decorrência da ditadura militar.

emprego; 13^o salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas” (MARTINS, 2001, p. 97-98). Segundo Martins (2001), apesar de ameaças da Ministra de Educação, e, de sua proposta de mudança na estrutura da universidade⁷⁷ brasileira, a greve durou dezessete dias e conseguiu barrar o citado programa. Em ambas as greves dos professores e técnico-administrativos, o segmento de assistentes sociais progressistas esteve inserido.

Outras greves deflagradas pelos servidores técnico-administrativos das universidades federais ocorreram no decorrer do governo Sarney (1985-1990), pois esses trabalhadores recorreram a essa forma de lutas e resistência em 1986 e em 1987. A primeira foi deflagrada depois do III Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais, nos dias 19 e 20 de outubro de 1985, na cidade de São Paulo, em que teve a Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) como uma das entidades promotoras. Essa greve ocorreu, em outubro, depois de dois dias de paralisação e foi denominada de greve de alerta, no mês de maio desse ano. No decorrer dessa greve, mais uma vez a universidade foi ameaçada objetivamente. O MEC apresentou à comunidade universitária o anteprojeto do Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (Geres), contendo “uma proposta operacional para a reestruturação da universidade sustentada em princípios” (MENEZES, 1992, p. 170). Segundo o autor, essa proposta

elimina a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, rompe a autonomia da universidade ao abrir caminho para o controle de sua atividade por agentes financiadores, induz a institucionalização do ensino pago, elimina a isonomia salarial e provoca retrocesso na democratização da universidade ao proibir eleições diretas para reitorias e diretores. (MENEZES, 1992, p. 175)

Os grevistas consideraram o projeto um retrocesso da universidade e o rejeitaram, encaminhando um documento de repúdio à reforma universitária ao Ministro de Educação, e reivindicando a *isonomia salarial plena* entre as universidades autárquicas e fundações. A segunda ocorreu no ano de 1987, um ano que foi marcado por três greves nas universidades brasileiras: em abril, em julho e em novembro. Com esta última, os trabalhadores das universidades conquistaram a

⁷⁷O projeto de mudanças nas universidades estava contido nos documentos, *avisos 473 e 474*. O Aviso 474 popõe: “Do ponto de vista conceitual, sobressai como questão relevante neste processo a renovação das instituições universitárias, a necessidade de adaptar as normas legais ou as formas de sua execução às realidades subjacentes, aperfeiçoando-se estruturas e funções básicas e procurando-se, para cada entidade, soluções diferenciadas, porém coerentes com as linhas mestras do sistema de ensino superior” (BRASIL, MEC, 8 / nov. , 1982, p. 1).

isonomia salarial entre as autarquias e fundações, o 13^o salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas, licença-prêmio após dez anos de trabalho, estabilidade no emprego. Para elaborar o Plano de Cargos e Salários, foi formada uma comissão constituída por representantes da Associação Nacional de Docentes (Andes), um representante da Fasubra, um do Clube dos Reitores, um do MEC e um da Secretaria da Presidência da República.

Fortalecidos em sua organização, os servidores públicos federais deflagraram a primeira greve geral em 1988, e a segunda, em 1989, em uma luta articulada com outros segmentos da classe trabalhadora, e foram construindo outra identidade política. A direção das greves dos servidores públicos, em grande parte, foi direcionada pelo movimento de oposição às associações que geralmente eram dirigidas por trabalhadores com ligações nas administrações dos órgãos as quais estavam vinculadas⁷⁸. Essas associações construíram uma articulação nacional dos servidores públicos, na qual, os assistentes sociais trabalhadores nos diversos órgãos, sobretudo, da Previdência Social e da Educação estiveram presentes. Assim, os servidores públicos, com seu movimento de resistência, conquistaram na Constituição de 1988 o direito de greve e de sindicalização. Ressalta-se que essas associações foram fundadas conforme a mesma lógica sindical vigente na época, ou seja, do gerenciamento administrativo com funções assistencialistas e diretorias conservadoras.

No começo da década de 1980, o país vivia um retrocesso no seu ritmo de crescimento econômico, consequência da crise financeira internacional que elevou consideravelmente as taxas de juros da dívida. Segundo Sader (1990, p. 36), os “empréstimos feitos quando a taxa estava por volta de 6 % ou 7 % subiram às nuvens quando esse índice chegou a multiplicar por três”. Para esse autor, o crescimento do Brasil, na década anterior, esteve ancorado na multiplicação da dívida externa.

Germano (2000, p. 88) considera que

o desenvolvimento das forças produtivas, decorrente do avanço das relações de produção capitalistas, sob a égide do capital monopolista (...) provocou, durante os vinte e um anos do Regime Militar, significativas modificações na estrutura social brasileira, tornando-a mais complexa e diversificada.

⁷⁸Eram associações consentidas, assistenciais e financiadas com recursos públicos. Segundo Martins (2001), as associações vinculadas às universidades federais constituíram-se em verdadeiros braços das administrações.

Segundo o autor, houve uma diminuição do número de produtores autônomos, ao mesmo tempo que a produção passou a ser sustentada por empresas, ampliando o setor formal e, com ele, o contingente da classe trabalhadora.

Nesse contexto, crescia a insatisfação da população e as manifestações geradas por esse descontentamento expressaram-se, em 1982 com a eleição da maioria dos governadores de oposição, naquele momento, representada pelo PMDB.

Dessa forma, as condições históricas, sociais e políticas favoreceram para que, nesse espaço, os servidores públicos e, dentre eles, os assistentes sociais⁷⁹ se percebessem como classe. No entanto, essa percepção não aconteceu de maneira imediata, pois, se trata de um processo que demanda

o conhecimento da classe e o conhecimento da sociedade global em que ela se movimenta – conhecimento teórico e consciência de classe aparecem, numa unidade tensa, configurando as bases de uma autoconsciência que se expressa e se condensa a perspectiva de classe. (...) este é um processo especificamente teórico – mas tem supostos necessariamente sócio-político: apenas é possibilitado se, no plano histórico-concreto, a classe proletária dispõe de uma posição material objetiva (condicionada por um determinado nível de desenvolvimento capitalista) que a qualifica para o protagonismo revolucionário. (NETTO, 1998, p. XLII-XLIII)

Assim, na realidade, evidenciavam-se as condições objetivas e subjetivas para que os trabalhadores buscassem superar sua dominação absoluta. O “trânsito de uma *classe em si* à condição de *classe para si* reclama tanto a consciência do que está em jogo nos confrontos quanto a autoconsciência que se dispõe à luta” (NETTO, 1998, p. XXXVII, grifos do autor).

Os assistentes sociais participaram da luta dos trabalhadores, quer por uma inserção direta daquele segmento adepto do projeto de *intenção de ruptura* nas greves dos servidores públicos que ocorreram no decorrer da década, quer pela representação da sua entidade nacional. Ressalta-se, ainda, a dimensão da prática profissional dos assistentes sociais, voltada para um processo de *intenção de*

⁷⁹De acordo com Abramides e Cabral (1995), pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 1981, sobre o mercado de trabalho do assistente social definiu como universo somente profissionais inscritos no Cras e inseridos no mercado de trabalho. Optou-se por uma amostragem de 4,5% dos profissionais em uma abrangência de dez estados. Os resultados evidenciaram que 62,5% eram trabalhadores no serviço público; 14,4% no âmbito municipal, 28,1%, estadual e 20%, no federal. Na esfera privada, 30,6% e em empresas de economia mista empregara 6,85% do total dos assistentes sociais. Mesmo não aprofundando o conhecimento no conjunto dos desempregados, a pesquisa mostrou que eles totalizavam 26,8%, dos quais 7,8% estavam fora do mercado e 19% não exerciam a profissão (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 162).

ruptura que, apesar de um precário referencial, “em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionando do ponto de vista sociopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social, ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais” (YAZBEK, 1999, p. 25) e busca as fontes originais do pensamento marxiano.

2.4 A intenção de ruptura na organização sindical dos assistentes sociais

A ruptura [que] consiste [n]a crítica marx-engelsiana estrutura então as bases de uma teoria social que desborda os quadros do estoque de conhecimentos existente, everte as modalidades de apreensão do movimento social real e subverte a função social conhecimento na exata medida em que se constitui, enquanto teoria, a partir do ponto de vista de classe proletária. Os supostos sócio-políticos para esta ruptura estavam postos pela efetividade do movimento operário; mas se a adesão aos interesses deste movimento é a *conditio sine qua non* para a articulação da perspectiva de classe, esta articulação demanda um complexo de determinantes teórica. (NETTO, 1998, p. XXVII)

A resistência de um dos segmentos dos assistentes sociais expressa nos acontecimentos que ocorreram no III Cbas⁸⁰, também chamado *Congresso da Virada* não foi forjada de um momento para outro, mas no acúmulo de forças desse segmento de assistentes sociais e os estudantes de Serviço Social – vinculados à Igreja Católica *progressista* e à tradição marxista – em suas articulações em âmbito

⁸⁰ O III Cbas, de acordo com Sousa (*apud* ABRAMIDES, 2006, p. 123, nota de rodapé n. 27), “reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e decepcionou os presentes pelo caráter antidemocrático e pela versão oficial que lhe foi imprimida. Se não fosse a presença ativa de entidades sindicais, o congresso teria sido esvaziado logo a partir do segundo dia. Essas entidades realizaram, em paralelo à programação oficial, uma assembléia da qual participaram 600 assistentes sociais mais uma vez tratando do autoritarismo na condução dos trabalhos e na falta de aprofundamento das questões levantadas. A assembléia conseguiu a vitória e os dirigentes passaram a assumir a direção dos trabalhos”. Esse congresso, cujo tema geral foi *Serviço Social e política social*, teve em sua organização inicial, proposta pela comissão organizadora “como membros da comissão de honra, o então Presidente da República, general João Batista Figueiredo, [alguns] ministros, o governador de São Paulo, Paulo Maluf, entre outros personagens da ditadura. Porém, a histórica reação do plenário expressou o novo momento e a nova proposta que as entidades da categoria preconizaram. (...) destituiu-se a Comissão de Honra do Congresso (...). Tão significativo quanto este gesto foi o convite a Luís Inácio da Silva – então líder do movimento de trabalhadores do ABC paulista – e a outros representantes de organizações sindicais e do movimento popular a se fazerem presentes na mesa de encerramento do III Cbas” (CFESS/CRESS, 1996, p. 175). De acordo com os *Anais* do III CBAS (*apud* BRAVO, 2009, p. 689), a “inclusão de uma mesa final de encerramento com a participação de lideranças sindicais e moviemntos sociais com as seguintes presenças: Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; João Pedro da Silva, pela Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco; Maria Aparecida Perdigão Teixeira, representando o Movimento de Luta Contra a Carestia; Gilberto Tannos Natalini e Daniel Kotzel pelo Movimento Popular de Saúde da Zona Leste; Maria Augusta Capistrano, representando o Comitê Brasileiro de Anistia e Luiza Erundina de Sousa, presidente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp), que falou em nome das entidades sindicais de assistentes sociais”.

local, regional e nacional e continental. Esse congresso, realizado nos fins de setembro de 1979, constituiu-se no marco da politização desse segmento de assistentes sociais e foi considerado de grande relevância na história do Serviço Social. Ocorreu quando a autocracia burguesa, como a denominam Fernandes (1975) e Netto (1991), avançava rumo à exaustão pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira em curso, com a organização da sociedade civil e os embates dos trabalhadores.

Na esteira do movimento desses trabalhadores, os do serviço público, inseridos no movimento de oposição sindical, também, se organizaram e se confrontaram com o Estado, lançando mão da greve, apesar de proibida pela Constituição Federal Brasileira, de 1967, vigente na época.

Da mesma forma e em um processo concomitante, um segmento de professores disputava a direção social da formação profissional nas discussões de outra proposta curricular, cujos primeiros passos foram dados no encontro da Abess em São Luiz, em 1977, e, posteriormente, em Natal, em 1979. De acordo com Bravo (2009, p. 687, n. 11), “na Convenção de Natal, ressalta-se a contribuição de Nadir Kfoury, que defendeu a necessidade de haver uma renovação no Serviço Social, ressaltando a contribuição dos jovens professores”.

Os estudantes, também, retomaram a sua organização no I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness)⁸¹ realizado, em 1978, em Londrina-PR, contando com representação estudantil de 24 escolas de Serviço Social. “É a partir deste encontro que [se] inaugura a possibilidade de unificarem-se as lutas, de debater a profissão, a universidade etc” (RELATÓRIO DE GESTÃO 2006-2007, [2007?] p. 1).

⁸¹ De acordo com a Enesso (RELATÓRIO DE GESTÃO 2006-2007 [2007?]), em 1979, os estudantes realizaram o II Eness na cidade de Salvador e criaram novas instâncias deliberativas, Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (Coness) e a Secretaria Executiva Nacional formada pela escola sede do Eness e por um representante por escolas de cada região. Em 1980, os estudantes realizaram o III Eness, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, unificaram uma proposta de reformulação curricular e encaminharam à Abess. Nesse encontro, os estudantes intensificaram a luta para ampliar sua participação na Abess. Em 1981, iniciaram uma discussão para criar a Secretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE- Sessune. Nesse mesmo ano, a Abess em sua convenção realizada em setembro procedeu a mudanças em sua estrutura e inseriu a representação estudantil, com um professor nas vice-presidências regionais. Em 1992, em Salvador, os estudantes em expressiva participação apresentaram teses das forças políticas que participavam do Movimento Estudantil de Serviço Social. Em 1993, reunidos em São Leopoldo-RS, os estudantes transformaram a Sessune em Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso).

Na Convenção da Abess, realizada em Vitória-ES, em 1981, de acordo com Bravo (2009), decidiu-se democratizar aquele espaço com a participação paritária dos estudantes e dos supervisores ou professores da prática. “A entidade começa, nessa conjuntura, a desenvolver outros encontros, além das suas convenções”, diz a autora (p. 691).

De outro lado, no espaço da intervenção, os profissionais e os professores progressistas retomaram as suas organizações e as transformaram em entidades sindicais, articularam e criaram a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas). Tudo indica que o grande peso na articulação foi de natureza sindical, pois sindicatos e associações da categoria deram origem à Coordenação Nacional de Entidades de Assistentes Sociais (Ceneas). Essa entidade, embrião da Anas, foi criada no III Encontro Nacional da Articulação das Entidades Sindicais e/ou Pré-sindicais, realizado na cidade de São Paulo, no período de 21 a 23 de setembro de 1979, três dias antes da realização do III Congresso Nacional dos Assistentes Sociais. No encontro que transformou a articulação dos assistentes sociais na Ceneas, também se estabeleceram as estratégias de intervenção dos participantes da entidade no *Congresso da Virada*. Assim, foi possível a oposição assumir o encaminhamento dos trabalhos, e dar-lhe a direção política.

O início da organização sindical da categoria dos assistentes sociais ocorreu em 1978. Na sua fase embrionária de articulação, envolveram-se cinco entidades de assistentes sociais, quais sejam: Associação Profissional de Assistentes Sociais (Apas), dos estados da Bahia, Goiás e São Paulo, e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ao passo que, no III Encontro em que foi criada a Ceneas, participaram quinze entidades de assistentes sociais, na assembléia de criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas), realizada em Salvador-BA, em 1983, estiveram presentes, segundo Abramides e Cabral (1995), aproximadamente quatrocentos assistentes sociais organizados em 27 entidades.

Ressalta-se que as associações profissionais de assistentes sociais encontravam-se desativadas. No início da organização sindical, as reativações e posterior transformação das associações em sindicato ocorreram em um processo desencadeado a partir da criação da Ceneas e da Anas. O ponto de partida desse processo organizativo irrompeu com o resgate das entidades existentes – sindicatos, associações profissionais – e sua reconstrução, transformando-as em sindicatos, se

elas já existiam mas estavam desativadas, e a criação de sindicatos naqueles estados em que não haviam associações. A direção era a criação de uma futura Federação Nacional dos Assistentes Sociais.

O processo, calcado na democracia ampliada, como chama Fernandes (1994), foi conduzido com a realização de três encontros⁸² nacionais preparatórios, precedidos de discussões na base da categoria, em âmbito local e regional. Tais encontros contavam com a participação direta e representativa dos assistentes sociais até a criação da Ceneas⁸³, e mais dois encontros⁸⁴, dessa coordenação, antes de ser criada a Anas.

O início do processo de organização e de construção da hegemonia dos assistentes sociais brasileiros, vinculados a vertente de *intenção de ruptura* sitasse mais, precisamente, segundo Netto (1991), nos meados da década de 1970, quando a perspectiva modernizadora teve a sua hegemonia colocada em questão. A mudança na direção social do Serviço Social ocorreu em uma conjuntura de crise do capitalismo, na qual emergiam as transformações societárias que, como afirma Netto (1996), já sinalizavam em décadas anteriores ao golpe militar. Mas o terreno favorável à sua germinação e crescimento expressaram-se, contraditoriamente, logo depois do início da ditadura militar, com a participação e a influência dos militantes de esquerda. Nesse sentido, de acordo com Silva (1991, p. 87), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a “Ação Popular cresceu dentro das Unidades de Ensino de Serviço Social e (...) a atuação dos militantes dessas organizações se fez de modo articulado a outros grupos de ação política nos movimentos, estudantil, operário e camponês, em nível nacional”.

Os assistentes sociais realizaram o IV Congresso Brasileiro, no Rio de Janeiro, em agosto de 1982. Segundo Abramides e Cabral (1995), ele teve um conteúdo diferente dos anteriores. Organizado e dirigido pela Ceneas, por decisão

⁸² De acordo com Abramides e Cabral (1995), o primeiro encontro de assistentes sociais organizados em sua base pré-sindical ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto de 1978, na cidade de Belo Horizonte-MG; o segundo foi realizado no mesmo ano, nos dias 2, 3 e 4 de novembro também em Belo Horizonte. Para as autoras, a explicação de os encontros realizarem-se na mesma cidade foi a de que aquele *sindicato* de assistentes sociais desenvolvia com o Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats) um projeto de pesquisa e, portanto, dispunha de recursos para o apoio também político.

⁸³ A Ceneas, como uma entidade nacional, que congregava as demais entidades sediadas nos estados e territórios, teve uma existência de quatro anos, de setembro de 1979 a outubro de 1983.

⁸⁴ A Ceneas organizou dois encontros nacionais: um, após o III Cbas, realizado na cidade de Goiânia-GO, do dia 13 a 15 de fevereiro de 1981, quando foi eleita uma nova diretoria da entidade, sendo escolhidos os assistentes sociais do sindicato de Minas Gerais; outro, em Belo Horizonte, nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 1982, um mês após a realização do IV Cbas.

do III Cbas, com um caráter basicamente sindical, deliberou pela criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), o que ocorreu com a realização da I Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, em Salvador-BA. A necessidade da criação da Anas, foi justificada pelo fato de que a Ceneas⁸⁵ já havia cumprido o seu papel como instância de articulação, e que a Anas seria a instância máxima de decisão da categoria para as questões sindicais.

Na II assembléia da Anas, que se realizou em Diadema-SP, em 1985, de acordo com Bravo (2009, p. 691), estiveram presentes 450 delegados representando 28 entidades da categoria e foi uma das “plenárias mais mobilizadas em termos de explicitação de posições divergentes. As lutas interpartidárias, no entanto, ao se acirrarem nessa conjuntura, reproduziram-se no interior do movimento sindical e tiveram rebatimento nas instâncias da categoria”. Os delegados divergiam, no campo da esquerda, quanto à filiação da CUT, mas submetido à votação o plenário optou pela filiação àquela central sindical com 86% dos votos dos presentes. No entanto, ela não foi a única polêmica daquela assembléia. Também, em relação à oposição ao governo da Nova República houve divergência entre os adeptos do PT, da CUT e demais participantes de outras correntes partidárias.

Se, antes, o embate ocorria na perspectiva de rompimento com o conservadorismo no Serviço Social, somavam-se a ele, as disputas entre os adeptos do Partido Comunista do Brasil (PC do B)⁸⁶ e do PT. Esses dois partidos, no movimento sindical, organizavam-se, o primeiro com a Unidade Sindical e, o segundo, com a CUT. As divergências de posições estiveram presentes nas eleições indiretas da diretoria, para o período de 1985 a 1987, ocorrida na II Anas, quando a chapa que representou o polo cutista recebeu 80% dos votos. De acordo com Abramides; Cabral (1995), naquela assembléia, o polo cutista defendeu eleições com um programa de chapa aprovado pela plenária e a não composição com o grupo adepto à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), mas o confronto

⁸⁵Esse encontro da Ceneas, que contou com a participação de doze associações profissionais de assistentes sociais e três sindicatos de assistentes sociais, foi considerado por Abramides; Cabral (1995) como o IV Encontro. Preferiu-se não considerar a seqüência inicial, pois, antes da criação da Ceneas em 1979, existia alguma articulação. A Ceneas realizou dois encontros: um, de preparação do IV congresso e, o outro, que encaminhou a Assembléia Nacional de criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas).

⁸⁶Conforme Abramides e Cabral (1995, p. 152), o polo cutista contava com a adesão de 75 % a 80 % dos assistentes sociais, ao passo que a Unidade Sindical tinha de 20 % a 25 %. Nas palavras das autoras, a “primeira diretoria eleita, apesar da polarização, é fruto de uma composição onde o pólo cutista representa 80% da direção, o que reflete a correlação de forças existentes”.

chapa contra chapa, melhor dizendo, de uma composição pela proporcionalidade dos votos recebidos por cada chapa. A proposta foi justificada pelo fato de tratar-se de uma proposta sindical com divergências entre as posições. Os assistentes sociais identificados com a CGT discordaram da proposta e não apresentaram chapa, retirando-se da assembléia após a votação. Para as autoras, a direção do polo cutista foi o resultado de articulações em âmbito nacional por meio dos estados e regiões com decisões em assembléia da categoria organizada nos sindicatos “e oposição sindicais como no caso do Pará, Bahia e Ceará” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 153).

A terceira eleição de diretoria a Anas, para o período 1987-1989, ocorreu por eleições diretas, com composição de chapa por meio de convenções. Duas chapas entraram em disputa, a chapa 1, da situação e vinculada ao polo cutista, obteve 63% dos votos, e a chapa 2, de oposição e vinculada à CGT, alcançou 34,5% dos votantes. Os resultados das duas eleições da Anas, ao serem relacionados, mostram um avanço do grupo identificado com a CGT e uma queda do pólo cutista, apesar de manter-se com a hegemonia, portanto, segundo Abramides e Cabral (1995, p. 153), na construção de “um novo sindicalismo livre, democrático e pela base sob a direção da Central Única dos Trabalhadores”.

Por outro lado, os resultados, segundo as autoras, podem ser creditados ao fato de ser a primeira vez que, no campo da CUT, formou-se chapa em convenção. Se de um lado, foi atingido o objetivo no sentido de exercitar uma democracia interna, ao assegurar a proporcionalidade das diferentes posições política, de outro, a inexperiência da categoria no movimento sindical e da própria CUT acerca dessa modalidade de escolha de chapas trouxeram algumas dificuldades. No entanto, tratava-se de um processo em construção política dos assistentes sociais e da CUT. Esta construção, permeada de contradições, estava alicerçada nas condições sócio-históricas da sociedade brasileira.

Segundo Abramides e Cabral (1995), a Anas esteve presente em todos os congressos da CUT e compôs a direção dessa entidade, no período de 1986 a 1989. E, na maioria dos estados brasileiros, os sindicatos ou associações de assistentes sociais contribuíram para construção das CUTs estaduais e se fizeram representar nas diretorias. As autoras destacam os estados de Mato Grosso do Sul e Amazonas nos quais a participação dos assistentes sociais foi decisiva para a formação da CUT.

A Anas, e os sindicatos da categoria, que a compunham, defendiam a participação das organizações populares na composição da CUT. Este foi um dos pontos de divergência entre as correntes do movimento sindical brasileiro. A corrente Unidade Sindical queria uma central formada somente com entidades sindicais.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, a Anas manteve a articulação com as entidades da categoria de âmbito latino-americano. No entanto, as articulações com as entidades da categoria, nesse período, tinham em vista cumprir as deliberações da CUT, quanto à organização por ramo de atividade. No decorrer do período de transição, em âmbito regional, em seminários, e em encontros nacionais, discutia-se a construção de uma entidade única⁸⁷, tese rejeitada nos debates dos assistentes sociais, que optou por uma direção única a ser construída no caminhar das entidades da categoria.

A Anas realizou eleições diretas para sua diretoria no período de 1987 a 1989, dois anos antes das eleições para a presidência da República. A eleição da Anas obedeceu aos princípios da democracia direta, tendo direito a voto todos os assistentes sociais filiados aos sindicatos e demais formas de organização da categoria – associações e comissões pré-sindicais.

De acordo com Bravo (2009), no início da década de 1980, o segmento progressista, dos assistentes sociais venceu as eleições em diversos Cras, e para diretoria do Cfas, em 1983, que “colocou na sua plataforma o compromisso com as classes populares e como principais metas a democratização da entidade, a revisão do projeto de regulamentação da profissão e a elaboração de um novo Código de Ética” (BRAVO, 2009, p. 692). Segundo a autora, a gestão do Cfas (1984-1987) encaminhou para discussão, nas bases da categoria, em cumprimento de sua plataforma eleitoral, um anteprojeto de regulamentação da profissão e apresentou nos fóruns da categoria a preocupação de uma redefinição do Código de Ética e do Código Processual de Ética, tendo em vista o compromisso com as camadas populares.

Os componentes vencedores da chapa eleita para nova diretoria do Cfas/Cras identificavam-se, no campo político partidário, com o PC do B. Em 1988, os assistentes sociais realizaram, de 10 a 14 de abril, na cidade de Natal-RN, o VI

⁸⁷ A proposta de uma entidade única era para congregar todas as entidades da categoria dos assistentes sociais em uma só.

Congresso da categoria que contou com a participação de trabalhadores sociais e estudantes de outros países latino-americanos escolhidos nas instâncias de suas entidades. “Esse processo tem como objetivo compreender que o espaço do congresso, em si, se configura como instância de construção coletiva do projeto profissional”, informam Abramides e Cabral (1995, p. 179).

Em 1989, a Anas realizou o seu IV Encontro, no mês de agosto, quando se discutiu a transitoriedade da condição de instância máxima da organização sindical da categoria, para a organização por ramo de atividade, conforme decisão da CUT em seu Congresso realizado em 1986. O citado encontro da Anas reafirmou a construção de uma entidade única, propondo a sua extinção e a inserção dos assistentes sociais no ramo de atividade. Este era o dever de casa que a Anas estava incumbida de fazer. Um dos argumentos apresentados, na época, era a busca da superação do corporativismo das várias categorias de trabalhadores.

É importante destacar, nesse percurso, o movimento de embate que se travava no interior da vida social e política da sociedade brasileira, articulado ao movimento mais geral das sociedades em âmbito mundial, no qual, um dos segmentos dos assistentes sociais, identificados com os interesses e necessidades da classe trabalhadora, desenvolveu sua organização e elevou sua consciência de classe no embate das classes fundamentais presentes no contexto do capitalismo brasileiro e internacional. Esse confronto, que extrapolava o campo estrito da profissão, teve lugar no processo de *abertura política* com o distensionamento do regime autocrático burguês. Foram então se constituindo, ao mesmo tempo, os contornos da organização dos trabalhadores de uma forma mais geral, e dos assistentes sociais, identificados, como parte dessa classe, a direção social da profissão nos marcos da superação da sociedade vigente e na perspectiva da emancipação humana. Essas condições popiciaram diretamente em uma concepção e projeto capazes de constituírem outra ética na orientação da categoria, o que ocorreu nos marcos dos processos histórico-sociais recentes da sociedade brasileira e mundial.

No próximo capítulo, será discutido a relação entre a *intenção de ruptura* e a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

CAPITULO III

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Discutir o projeto ético-político do Serviço Social⁸⁸ é trilhar o caminho no qual parte da categoria tem buscado romper com o conservadorismo presente na profissão nos horizontes da construção de outra sociedade, remando, portanto, na contracorrente da ordem societária vigente. De acordo com Marx (1997), o proletariado como sujeito histórico é, potencialmente, capaz de subverter a ordem social. A revolução é sua missão histórica, portanto, sua libertação está condicionada à libertação da humanidade, o seu destino, ao destino do homem genérico, o que implica, dentre outros desafios, a superação da própria moral burguesa. A superação da sociedade burguesa pressupõe valores éticos emancipatórios. Conforme o autor,

só quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstracto e, como homem individual – na vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres* como *forças sociais*, e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força *política* – só então está consumada a emancipação humana. (MARX, 1997, p. 90-91, grifos do autor)

Apoiando-se em Marx, Barroco (2007) destaca que a superação da sociedade burguesa pressupõe normatividade e adesão consciente aos valores éticos emancipatórios, e a práxis político-revolucionária é a possibilidade de conexão dos indivíduos com o homem genérico. Uma ética marxista portanto, apóia-se na teoria da emancipação proletária. Essa referência à Marx e à dimensão ético-valorativa, contida na ontologia do ser social, como evidenciaram as produções da Escola de Budapeste, sobretudo, de seu expoente maior, Georg Lukács (1979; 1978; 1974),

⁸⁸ No acervo da categoria, já existem várias produções publicadas sobre o projeto ético político, porém, de acordo com Silva e Silva (2009, p. 633, nota 13) em seu estudo sobre as publicações da revista *Serviço Social & Sociedade* em seus trinta anos de existência, destaca o “texto de Netto, (...) redigido em 1999 e originalmente publicado no Módulo I da Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/Abess/Cead/UnB, 1999) e, posteriormente difundido na América Latina em Borgianni; Guerra e Montañó (Orgs.). *Serviço Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético político profesional*. São Paulo: Cortez, 2003”.

além de outros integrantes desse grupo e seus seguidores, buscam refletir sobre a práxis e sua vinculação com os valores de emancipação do homem genérico. O projeto Ético-Político do Serviço Social ganha seu significado nesse universo e horizonte fundado na ontologia do ser social. Ele tem como uma de suas partes constitutivas a vertente de *intenção de ruptura*, cujo horizonte aponta a emancipação humana e, portanto, a busca da superação do conservadorismo na profissão. Concorre no processo de construção de outra ética e configuração de uma cultura profissional democrática, que coloca em questão a hegemonia da ordem burguesa. Para Barroco (2007), o Código de Ética de 1993, em relação com o de 1986, mantém algumas diferenças e particularidades, dentre elas, sua base de sustentação teórico-metodológica, além dos princípios dela derivados.

O Código de Ética de 1993, segundo a autora, não se conr põe somente aos pressupostos do liberalismo, como, também ao marxismo anti-humanista e ao humanismo cristão tradicional. O primeiro, pela sua clara vinculação às bases de sustentação da sociedade vigente, “não naturaliza os valores universais nem os concebe como possibilidade objetiva universal na ordem burguesa” (BARROCO, 2007, p. 204), o segundo, por recolocar a ética no interior da práxis, e o terceiro, por conceber uma ética fundada em uma essência transcendental e predeterminada à história. A esses aspectos apresentados por Barroco (2007), acrescentam-se as observações feitas por Netto (1996) de que a totalidade, uma categoria do método dialético, propiciar as bases necessárias ao debate com o pós-modernismo, que nega essa categoria. Desse modo, o Código de 1993⁸⁹ constituiu-se em alvo para os setores tradicionalmente conservadores e, também, para o segmento de profissionais vinculados ao pós-modernismo. Barroco (2007) destaca, ainda, que em seus fundamentos prático-operativos, o Código de Ética de 1993 tem como eixo

⁸⁹ A comissão nacional de reformulação do Código de Ética Profissional foi composta dos seguintes assistentes sociais: Comissão Técnica: Beatriz Augusto de Paiva-RJ, José Paulo Netto-RJ, Maria Lúcia Barroco-SP, Marlise Vinagre Silva-RJ, Mione Apolinário Sales-RJ. Assessoria Jurídica: Silvia Helena Terra-SP. Assessoria Legislativa: Walter Bloise. Compunha a direção do Conselho Federal de Serviço Social – gestão 1990/93: Diretoria: Membros efetivos: Presidente: Marlise Vinagre Silva-RJ, Vice-presidente: Umbelina Maria Urias Novais-PE, 1^a Secretária Laura Regina Maurício da F. Lemos Duarte-DF, 2^a Secretária: Eda Gomes de Barros Lima-DF, 1^o Tesoureiro: Carlos Magno Nunes-RS, 2^a Tesoureira: Valéria Maria de Massarani Gonelli-SP. Membros Suplentes: Maira Inês Bertão-SP, Dilséa Aldeodata Bonetti-SP, Maria Carmelita Yazbek-SP, Maria das Graças Soares Prola-AM, Lina Sandra Ferreira de Lemos-MG. Conselho Fiscal: Presidente: Maria Isabel Nobre Fernandes-SP, 1^a vogal: Clarissa Andrade de Carvalho-SE, 2^a vogal: Maria Lúcia da Fonseca-RN. Membros Suplentes: Célia Maria Campos-SC, Eliana de Oliveira-GO.

norteador a defesa da universalização de direitos e dos mecanismos democráticos de controle social.

Para a autora,

A partir de 1993 o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto de trabalhadores. É nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político⁹⁰ referendado nas conquistas dos dois Códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1996 e no conjunto de seus avanços teórico-práticos e construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 1960. (BARROCO, 2007, p. 205-206)

Além do eixo da defesa da universalização das políticas públicas, Paiva e Sales (2005) acrescentam a dimensão da defesa da qualidade dos serviços prestados à população, orientados pelo princípio da garantia dos direitos sociais. Ressaltam, também, a militância política junto às entidades da categoria e aos atores da sociedade civil. As mudanças inseridas no processo de constituição do Código de Ética de 1993 não se processaram de forma pacífica. Ao contrário, no confronto das forças que se articularam e compunham a pluralidade da categoria, naquela conjuntura histórico-social, forjaram-se os princípios nele contidos. Nesse sentido, em entrevista realizada em 25 de maio de 2008, Marilda Vilela Iamamoto destaca alguns dos pontos de inflexão presentes nos debates travados na construção das diretrizes curriculares de 1996. Ela assim se expressa:

Essa foi uma grande polêmica. Uma grande polêmica com posições muito claras e inteligentes. Existiam aqueles que tinham a política social como centro fundante da formação profissional (...). Existiam aqueles que sustentavam que (...) era a questão social. Isto não é uma polêmica menor. Absolutamente não é menor. (...) porque significa uma de explicação da sociedade, ou seja, aqueles que sustentavam que a política social deveria ser a mediação fundamental do eixo estruturante do currículo foram contestados. (...) a concepção hegemônica [era] favorável à questão social. Por quê? Porque existe uma determinação ontológica da sociedade burguesa, se você quiser sociedade civil burguesa mercantil.(...) No sistema de Marx sobre o Estado, a sociedade civil explica o Estado. (...) a questão social explica a política social, mas a política social, que é uma resposta ao núcleo do Estado ao enfrentamento das desigualdades produzidas e ampliadas na sociedade capitalista, não.

⁹⁰ A respeito da denominação do projeto profissional do Serviço Social, Silva (2009, p.723) afirma: “salvo engano, a partir do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em Goiânia –, a denominação de Projeto Ético-Político”. Esse Congresso, realizado, em julho de 1998, teve como temática “Trabalho e projeto ético-político profissional”.

As duas abordagens apontam diferentes eixos para o projeto ético-político do Serviço Social e para a formação profissional materializada nas diretrizes curriculares. Ora, se o projeto ético-político é formado pelo Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e a Lei de Regulamentação da Profissão, a diferença indica que, na realidade, são duas direções diferentes e que a polêmica apontada por Yamamoto no processo de construção das diretrizes curriculares não foi resolvida, mas, a defesa da *questão social* como eixo do curso foi hegemônica.

As ações humanas, de modo geral, de acordo com Netto (1999), são sempre orientadas para objetivos, fins e metas, quer sejam realizadas no plano individual, quer sejam, no coletivo e que tenham em sua base interesses e necessidades pressupõem sempre um projeto que indica uma “antecipação ideal da *finalidade* que se quer alcançar com a invocação de *valores* que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la” (NETTO, 1999, p. 93, grifos do autor). Netto (1999), ao tomar como objeto de sua análise o projeto coletivo, considera sua vinculação aos valores de um projeto *societário* que se pretende construir. Os projetos *societários* são de abrangência macroscópica, e de natureza de classe, ao passo que os projetos profissionais que são, também, projetos coletivos, localizados em uma esfera particular, apresentam características próprias e são institucionalizadas. Para sua análise, o autor destaca nos projetos profissionais aqueles que supõem “uma formação teórica e/ou técnico-investigativa, em geral de nível superior (...) que apresentam a *auto-imagem* de uma profissão” (NETTO, 1999, p. 95, grifos do autor). Os projetos de categorias que não são constituídos somente por profissionais de campo devem ser pensados como fruto de um conjunto de atores que dão efetividade à profissão. “É através da sua organização (que envolve os profissionais em atividade, nas instituições que os formam, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus respectivos organismos corporativos e sindicais) que uma categoria elabora o seu projeto”, afirma Netto (1999, p. 95). Para o autor, a respeitabilidade da profissão pela sociedade depende de uma base forte em sua organização e de uma direção social claramente definida. A organização da categoria, no caso do Serviço Social brasileiro, compreende a Abeps, o conjunto Cfess/Cress, a Enesso⁹¹ e a Anas (1983-1994), com os sindicatos e demais associações a ela vinculadas.

⁹¹A Enesso – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, antes Sessune – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE, recebeu esta denominação no XIV Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), realizado em Salvador, em 1993.

Destaca-se a organização como um traço cultural na categoria dos assistentes sociais, pois está presente desde os primórdios da criação do Serviço Social no Brasil. Mudaram, na atualidade, a direção social e política em oposição à direção conservadora das entidades em períodos anteriores, e a busca de condições para o atendimento às necessidades de ruptura com o conservadorismo e a construção de outro *projeto societário* rumo à emancipação humana. Buscou-se nortear essa construção por uma direção conduzida pelo segmento da categoria que optou pela *intenção de ruptura* e, de modo particular, pela tradição marxista.

O projeto profissional tem necessariamente *dimensões políticas* que nem sempre são explicitadas, sobretudo, em se tratando de direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo, segundo Netto (1996, p. 96), “consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas”. Para o autor, toda categoria profissional constitui-se em um campo de tensão e de disputa por direção social e política.

Assim, o projeto profissional coloca a questão do pluralismo, o que

supõe hegemonia conquistada, não permitindo a existência de somente um projeto profissional no interior da profissão. A pluralidade é elemento factual da vida social e da profissão, mas o respeito ao pluralismo não pode ser confundido com o ecletismo nem com o liberalismo; supõe luta. São componentes articulados de um projeto profissional valores, saberes e escolhas teóricas, práticas ideológicas, políticas, éticas, normatização acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos. (SILVA E SILVA, 2009, p. 636)

A professora Marlise Vinagre Silva, em sua entrevista, em 2008, ao referir-se à construção do Código de Ética de 1993, afirma:

não vou dizer que foi uma discussão tranquila, (...) os próprios atores que protagonizaram a construção daquele código [refere-se ao código de 1986], defendia de unhas e dentes a manutenção daquele texto, ou porque não estavam acompanhando o avanço e o amadurecimento do debate, ou por questões mesmo de posicionamento teórico de entendimento. E, também, acho que isso talvez tenha sido o que mais pesava, por temer que se mexendo naquele código que era, sem dúvida alguma, o grande baluarte da nossa superação do conservadorismo, em se mexendo poderia haver retrocesso.

Silva, nessa entrevista, evidencia o confronto que permeou o processo de discussão e construção do novo Código de Ética assinala que “havia tensões no

sentido das preocupações [com as mudanças] dentro do próprio campo da chamada esquerda profissional. (...) outra tensão não foi tão simples (...) na época havia uma disputa partidária (...) em relação da ocupação da entidade federal”.

A “direção social e política que um determinado projeto exerce sobre a profissão e, em [particular] dos assistentes sociais (...) implica o predomínio de uma concepção que fornece um corpo de valores e princípios, a partir dos quais se constrói uma espécie de *imagem ideal* da profissão⁹²”, de acordo com Braz (2007, p. 5-6). Essa autoimagem pressupõe aspectos teóricos e políticos, organizativos e jurídicos legais, que identificam a categoria. Esses elementos compõem as *bases efetivas* do projeto, “configurando-se em elementos constitutivos que, quando ganha legitimidade, o tornam hegemônico. A articulação desses elementos foi decisiva para a hegemonia do projeto ético-político” (BRAZ, 2007, p. 6).

Assim, reafirmando, o projeto profissional dos assistentes sociais, no que tange à sua direção social e política, teve início com pequeno grupo de assistentes sociais com opção pela vertente *intenção de ruptura*⁹³, sobretudo, fundamentado na tradição marxista, e que se confrontava com os defensores do pensamento conservador, nos mais diversos momentos históricos, e continua tecendo, em avanços, e recuos a construção de sua hegemonia e, com ela, o projeto ético-político da profissão.

Braz (2007) identifica três elementos na composição do projeto ético-político:

- a) uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos do Serviço Social; b) uma dimensão jurídico-política, identificada no âmbito dos construtos legais da profissão (tanto as leis estritamente profissionais, quanto a legislação mais ampla); c) e uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social. (p. 6).

Portanto, a construção desse projeto ético-político, segundo a Diretoria do Cfess/Cress (1996, p. 174), “é fruto de um aprendizado e de uma história de participação e de organização de significados setores da categoria, principalmente daqueles que se opuseram à ditadura militar e lutaram pela democratização do país”. O projeto profissional do Serviço Social teve seus marcos legais na década de 1990 (O Código de Ética, em 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, 1993, e as novas Diretrizes Curriculares, em 1996.

⁹² A expressão é de Netto (1999) presente em “A construção do projeto ético-político contemporâneo” In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I – Brasília, Cead/Abepss/Cfess.

⁹³ A vertente de *intenção de ruptura*, como já foi destacado, não se compunha somente de assistentes sociais adeptos da tradição marxista.

Nesse processo, destaca-se a importância, para esse avanço, da conquista da diretoria do Conselho Federal de Serviço Social (Cfas) por um dos segmentos dos assistentes sociais pertencente à vertente de *ruptura*, sobretudo, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. No período 1987-1990, no campo político-partidário, a diretoria da entidade coube aos militantes do PC do B, ao passo que, no período seguinte, 1990-1993, os assistentes sociais com vinculação partidária não fizeram composição para concorrer às eleições no Cfess/Cress. Nesse sentido, afirma Silva que “era uma chapa genuinamente petista e muito coesa”. Vitoriosa, a nova diretoria imprimiu outra direção social e política à entidade.

Assim, a construção coletiva e articulada sob a direção social e política dos assistentes sociais progressistas, na particularidade da tradição marxista, inseridos em suas entidades, avançava para o rompimento do conservadorismo.

3.1 As entidades da categoria e a construção do projeto ético-político

A construção de um projeto profissional crítico pelos assistentes sociais constituiu-se em um processo imbricado, pois envolveu os diversos países latino-americanos nas suas particularidades, trazendo em seu bojo a realidade do momento sócio-histórico nas diversas dimensões que compõem a totalidade de cada um desses países e do conjunto desse continente.

Assim, essa construção deve ser entendida

no contexto do debate progressista da América Latina, representado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, cuja preocupação central foi a busca de uma nova qualidade da base teórica e recriação do exercício profissional fundamentado no compromisso de classe, portanto, romper com a base liberal e positivista e a visão de neutralidade que marcou a profissão. (SILVA e SILVA, 2009, p. 631)

Esse processo ocorreu por meio de articulação das entidades latino-americanas: a Associação Latino Americana de Ensino de Trabalho Social (Alaets), criada em 1965 com a “finalidade de estimular e coordenar o debate o debate na região, a partir de uma organização político-profissional a ser desenvolvida em cada país, em articulação com a sociedade civil”. O Celats em 1975, e na particularidade das entidades brasileiras do Serviço Social, Anas, Abepss, Cfess/Cress e Enesso. A relação entre entidades nacionais e

internacionais (latino-americanas) proporcionou a troca de experiências, e muito contribuiu para a construção de um projeto profissional do Serviço Social, articulando a formação e o exercício profissional comprometidos com a *ruptura* com o conservadorismo e com a luta pela emancipação humana.

Porém, essa relação teve o seu início permeado por dificuldades, tanto em âmbito externo, quanto no interior da categoria. Nesse sentido, Fuhrmann (1989, p. 12)⁹⁴ aponta que, no Seminário latino-americano de 1965, realizado em Porto Alegre, “os assistentes sociais [brasileiros] se viram marginalizados pelos assistentes sociais da América Latina. Éramos criticados, mal vistos por todos os participantes de outros países”.

Esse fato pode ser explicado pela presença no contexto brasileiro da ditadura militar,⁹⁵ deflagrada em 1964, e pela generalização de um ideário segundo o qual se os assistentes sociais brasileiros eram, em sua totalidade, conservadores. Esse processo, no Brasil, ocorreu quando o país vivia o auge da repressão militar, apoiada no Ato Institucional nº 1 (AI-1), editado para dar amparo legal às cassações de direitos políticos⁹⁶ e outras formas de repressão. Em seguida, outro instrumento de repressão, o Ato Institucional nº 2, publicado em 11 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos⁹⁷, após a derrota nas eleições para governadores de Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Apesar dessa conjuntura, os assistentes sociais brasileiros, identificados com a tradição marxista, representando suas entidades⁹⁸, continuaram as discussões, no

⁹⁴ Participação na mesa redonda do Conselho Editorial comemorativa dos trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade*.

⁹⁵ A ditadura militar no Brasil recebeu, inicialmente, o apoio da Tradição Família e Propriedade (TFP), uma organização vinculada a Igreja Católica, instituição a qual também o Serviço Social brasileiro tinha fortes laços.

⁹⁶ O balanço inicial feito no final do período estabelecido para colocar fim no AI-1, 11 de junho de 1964, registrou 378 atingidos: “três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), seis governadores de Estado, dois senadores, 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram mais de cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 61).

⁹⁷ No entanto, logo em seguida, foram criados dois partidos políticos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) o partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a oposição consentida. As eleições diretas para governadores dos Estados deram lugar às eleições indiretas, de acordo com o Ato Institucional nº 3.

⁹⁸ No continente latino-americano, havia a Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets), e o Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats). No Brasil, em âmbito nacional, havia Associação Brasileira de Ensino e Pesquisas em Serviço Social (Abepss), a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas), o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), e, em âmbito estadual, as Vice-

Brasil, e se articulavam com outros assistentes sociais do mesmo campo, nos demais países da América Latina, onde o *movimento de reconceituação* estava em curso, e participavam em seus encontros.

Os assistentes sociais brasileiros, como analisa Iamamoto (2003, p.105), contribuíram para a formulação

de bases teóricas e político-organizativas para sua difusão no continente latino-americano e para seu aprofundamento, o que redundou ao mesmo tempo na sua superação. No país, esse processo, coletivamente construído, redundou no que hoje denominamos de projeto ético-político profissional.

O Centro Latino-Americano do Trabalho Social (Celats) foi a entidade responsável, com a Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets), pela capacitação dos assistentes sociais e, articulação do Serviço Social na perspectiva crítica nos países latino-americanos. Para atingir seus objetivos, o Celats estabeleceu uma programação para ser desenvolvida na América Latina nas décadas de 1970-1980, que abrangeu, basicamente, três áreas:

a) investigação voltada para o conhecimento dos setores populares: camponeses, operários, populacionais e indígenas; o papel das políticas sociais públicas, em especial saúde e habitação: a história do Serviço Social na América Latina⁹⁹; b) capacitação continuada, permitindo uma reflexão sobre a atuação dos profissionais, por meio de seminários e cursos à distância. A Alaets e o Celats tiveram um papel pioneiro na organização da pós-graduação em Serviço Social no continente, consubstanciando na Maestria Latino-americana em Trabalho Social, em convênio com a Universidad Autónoma de Honduras, sediada em Tegucigalpa; c) comunicação, com a publicação da série Livros-Celats, a revista *Accion Crítica* e os *Cadernos Celats* (IAMAMOTO, 2003, p. 106).

De acordo com Cornely (2003, p. 55), o Celats constituía-se em “um centro especial, vinculado à Alaets”. Essa entidade foi criada em 1965, na cidade de Lima no Peru, e foi presidida por Luiz Araneda, de 1971 a 1974.

O processo ocorreu quando as fundações alemãs, Konrad Adenauer (democracia cristã), Friedrich Ebert (social democrata), Vitor Golancz (liberal)

Presidências Abepss, na região, os Conselhos Regionais (Cress), os Sindicatos dos Assistentes Sociais e os Centros Acadêmicos.

⁹⁹O Celats desenvolveu pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina. Os estudos sobre o Peru foram realizados por Manuel Manrique de Alejandrino Maguiña. O projeto brasileiro ficou a cargo de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, tendo sido publicado o livro *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Essa foi a primeira produção brasileira fundamentada em fontes originais de Marx (CELATS, 1983).

passaram a atuar na América Latina, definindo como áreas prioritárias o sindicalismo, o cooperativismo e o serviço social. De acordo com Cornely (2003, p. 55),

Através do ISI [Instituto de Solidaridade Internacional] realizou uma série de reuniões e miniseminários em vários países, e com grupos progressistas do serviço social. Em 1970 realizou-se, na Alemanha, um seminário teuto-latino-americano de docentes de serviço social, e entre os desta Região estavam vários que viriam a ter papéis de destaque no sistema Alaets-Celats (Queiroz, [Consuelo]Quiroga, Sheriff, Cornely).

Além da finalidade de capacitação, era, ainda, atribuição do Celats desenvolver pesquisas e intercâmbios direcionados ao fortalecimento/construção de um projeto profissional crítico do Serviço Social nos diversos países do continente latino-americano. Na particularidade brasileira, os cursos de pós-graduação davam os seus primeiros passos.

O Celats teve um papel relevante na capacitação do segmento progressista de profissionais de Serviço Social brasileiros, no momento em que a categoria buscava o aprimoramento teórico-prático. Contribuiu, também, para o processo de politização dos assistentes sociais e o fortalecimento da organização política com a promoção de encontros de articulação no início da organização sindical, no final da década de 1970.

Os recursos financeiros para esse fim eram oriundos da Fundação Konrad Adeneuer, vinham para o Brasil por meio de convênio do Celats com o sindicato dos assistentes sociais de Belo Horizonte. Foram financiados três encontros promovidos pelos assistentes sociais, na década de 1970, que articulavam a organização sindical da categoria.

O Celats, nessa época, estava sob a direção de Leila Lima Santos¹⁰⁰ e Consuelo Quiroga, que haviam sido afastadas da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, condição que pode explicar a vinculação desse órgão ao sindicato dos assistentes sociais de Belo Horizonte. Também, o Encontro Nacional de Capacitação Continuada, o primeiro na América Latina, foi promovido pelo Celats e realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Ao referir-se a esse encontro, realizado antes do III Congresso dos Assistentes Sociais, Leila Lima Santos (2007) ressalta que ele reuniu representantes de mais de doze estados brasileiros procedentes de escolas e instituições onde atuavam assistentes sociais, e

¹⁰⁰ “Exerci a função de Coordenadora Acadêmica e Diretora do Centro Latino-americano de Trabajo Social (Celats), em Lima, Peru (1977-1983)”, afirma Santos (2007, p.165).

revestiu-se de uma especial transcendência pelo fato de ter tratado das relações entre natureza e a função da prática profissional e o contexto institucional e social em que se desenvolve. Nesse sentido, o encontro discutiu aspectos mais concretos e vinculados à problemática nacional. (SANTOS, 2007, p. 173)

Ramos (2007, p. 42, grifos da autora), também, refere-se ao apoio do Celats à capacitação e à organização de assistentes sociais brasileiros. Assim, ela se expressa:

Essa instituição entre os anos de 1979 e 1980 deu apoio efetivo para as mudanças operadas nos quadros de nossas organizações, quando estas foram hegemônicas por grupos de esquerda da categoria; (...) o Celats financiou a vinda para o Rio de Janeiro, de militantes do movimento da categoria de assistentes sociais e representantes de professores de todo Brasil, ministrando um curso sobre *Análise Institucional*.

A política de apoio daquele organismo destinava-se, também, ao fortalecimento do processo de discussão e mobilização da categoria, envolvendo aqueles profissionais vinculados às lutas sindicais, que se iniciava naquele momento histórico.

Portanto, tratava-se de uma articulação política entre um segmento dos assistentes sociais do continente latino-americano, cuja direção social propunha o rompimento com o conservadorismo no Serviço Social. Ramos (2007) destaca, ainda, nessa articulação, a presença de assistentes sociais que participaram da experiência de Belo Horizonte no início da década de 1970, como ocorreu com Consuelo Quiroga e Leila Lima Santos. Esta última, naquela época, dirigia a escola de Serviço Social da PUC de Minas Gerais, como já foi destacado no capítulo anterior, e exercia cargo de direção no Celats no final da década de 1970.

O contexto foi marcado por ditaduras nos países capitalistas latino-americanos, as quais, de acordo com Ianni (1989, p. 119), desencadearam-se a partir dos anos 1960 e 1970 quando fora lançado “um outro ciclo da história. A militarização velada ou aberta do poder estatal é apenas um sintoma de outros desenvolvimentos das contradições de classe em escala mundial, e não apenas nacional”.

Para Ianni (1989), a ditadura militar dos países latino-americanos como, também, outras formas de Estado burguês, desenvolveram-se, conforme a particularidade de cada país e em períodos diferentes. Se no Brasil o golpe militar ocorreu em 1964, nos demais países do continente latino-americano foi deflagrado

na década seguinte. Todos tinham a mesma finalidade: a dominação do capital estrangeiro, particularmente, dos Estados Unidos da América. Nos meados 1960, presenciou-se o endurecimento do poder estatal, na maioria dos países da América Latina, no entanto, aponta Ianni (1989, p.130), uma “nova onda democrática na América Latina na década dos oitenta derrubou as ditaduras na Argentina, Brasil e Uruguai”. Também os ditadores do Paraguai e do Chile sofriam pressões dos movimentos democráticos, sobretudo, os populares.

A contestação de um dos segmentos do Serviço Social latino-americano, no bojo do movimento político-cultural, desencadeou-se no contexto da guerra fria e da luta contra o imperialismo que vivia um dos ciclos expansionistas do capital. Em 1980, o Celats, em articulação com a Abess, deu continuidade ao processo de formação de um segmento de assistentes sociais brasileiros, realizando na cidade de São Paulo, um curso de Política Social, envolvendo profissionais e professores de todo o país. Ramos (2007, p.43) avalia que “nesse curso tivemos, pela primeira vez, acesso a uma discussão sobre teoria política, estudando textos marxistas sobre o Estado capitalista”. Foram então aprofundados os fundamentos para a construção de um projeto profissional crítico.

Assim, a Alaets e o Celats contribuíram para o alargamento de horizontes dos assistentes sociais latino-americanos, fortalecendo a direção social e política com o propósito da construção de um projeto profissional emancipador. A organização e a articulação dos assistentes sociais latino-americanos, levando em conta as suas experiências de lutas coletivas, que apresentam um acúmulo histórico, devem ser colocadas “na perspectiva de construir um campo de resistência e luta internacional que leve em conta à inserção da América Latina no movimento de mundialização do capital e da luta social dos segmentos explorados e oprimidos deste continente.” (RAMOS, 2006, p. 162).

No entanto, a Alaets recebeu recursos financeiros da “Fundação Konrad Adeneur, da democracia-cristã germano-ocidental, o *Instituto de Solidariedade Internacional (ISI)*”, somente até o final da década de 1980 (NETTO, 1991, p. 147, nota 71, grifo do autor). O corte do financiamento alemão concedido por meio de uma articulação do Serviço Social no continente latino-americano pode ser explicado na arena política, pela existência de disputas pela hegemonia daquele continente pelos países centrais, em um período no qual o crescimento do capitalismo, sustentado em bases fordistas/keynesianistas, chegou ao final do seu ciclo

expansionista, nos anos de 1980. Por outro lado, esse esgotamento, historicamente, “coincide com a crise do Leste Europeu seguida da expansão neoliberal e a vitória do Império contra as forças democráticas”, como aponta Yamamoto (2003, p. 106).

As articulações com as entidades latino-americanas eram uma das prerrogativas da Abess, atualmente Abepss, dada a sua natureza de Associação de Ensino de Serviço Social, mas contava, também, com a participação da Anas e da Enesso. Essas três entidades brasileiras buscavam exercer coletivamente uma única direção social.

As entidades da categoria, ao procederem a encaminhamentos coletivos das questões pertinentes à categoria, asseguravam e continuam assegurando o exercício da democracia, a sua unidade na luta pelos direitos sociais, e se fortaleciam, ao superarem uma prática autoritária, presente na trajetória histórica dessas entidades.

A inserção da Abess na luta pela construção de um projeto profissional crítico no Serviço Social, a partir do final da década de 1970, foi fundamental pela sua condição de vanguarda naquele movimento, sua contribuição nas produções acadêmicas e nos debates. Ressalta-se, ainda, a participação da Enesso na luta dos estudantes pelo ensino de qualidade em uma universidade democrática. Essas entidades foram construindo no processo uma direção única na formação e no exercício profissional, o que tem contribuído para fortalecer e elevar a consciência política e a maturidade intelectual de um dos segmentos dos assistentes sociais, e, portanto, a construção e consolidação do projeto profissional do Serviço Social, o projeto ético-político.

Do ponto de vista da luta pelo processo de democratização da sociedade, os assistentes sociais, vinculados à vertente da *intenção de ruptura*, por meio de suas entidades, estiveram presentes na luta pelas Diretas Já, na defesa de uma Constituinte em 1988, autônoma e soberana, que assegurasse os direitos dos trabalhadores a uma vida digna, na defesa e construção da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) (BRASIL, 1993), do Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990) e do desenvolvimento de políticas sociais públicas, de qualidade. Nesse sentido, o relatório de diretoria do Cfess/Cress, gestão (1999-2002, [2002?] p. 8), registra: “Os assistentes sociais, pela sua inserção histórica nas políticas sociais, realizaram a crítica do assistencialismo e da ausência de mecanismos democráticos de controle social”.

Ao referir-se ao projeto profissional, Montaño (2006, p. 144) afirma que, “se legítimo e plural, mesmo que articulado como uma determinada correlação de forças internas desdobra-se em um projeto de formação profissional, em um código e com relações e interlocução com atores sociais em função da articulação de seus valores e projetos” (MONTAÑO, 2006, p. 144). No processo de construção do projeto profissional dos assistentes sociais no que se refere ao código de ética, Silva, em sua entrevista realizada em 2008, expressa:

a partir de diferentes lugares, o debate acenou para a constatação da necessidade de revisão do código. E todas elas (...) [tinham] uma inserção na academia. Embora o lugar de onde falasse tendo em vista esse debate (...) eram unidades credenciadas, ou movimento da categoria (...) na época o Cfas/Cras, ou as entidades sindicais, ou a própria Abess. Mas o que se sentia era o seguinte, a partir do final dos anos 80, acontecia do ponto de vista teórico um movimento de (...) revigoramento e reatualização da leitura de marxista, que tinha entrado para o Serviço Social de forma enviesada, insipiente, a partir de intérpretes do próprio Marx. (...) a partir do final de 80, eu acho que muito em função do avanço do amadurecimento teórico, do avanço teórico trazido, proporcionado pelas próprias pós-graduações, sobretudo das produções da PUC de São Paulo, e já também um pouco da UFRJ, que eram as pós [graduações] que tinham mais expressão do ponto de vista da teoria histórico-crítica. A partir dessas grandes contribuições, eu penso que o Serviço Social começa a fazer uma revisão por dentro do campo da esquerda em relação aos documentos produzidos até então.

Silva considera que as discussões avançavam para “superar aquela perspectiva policialesca de uma intervenção meramente ditatorial. E estavam tendendo para uma compreensão de que a atuação desta entidade deveria ser em uma direção educativa (...) [motivar] as pessoas para o seu compromisso ético e político”. Ela deixa evidente que a construção coletiva do projeto ético-político foi um processo articulado nos segmentos formados pelas entidades da categoria, mesmo que a maior referência apareça na construção do novo Código de Ética e na relação do conselho com a categoria. Ressalte-se, no entanto, que a discussão da revisão curricular, aprovada em 1996, já estava em curso. Nessa época, as entidades da categoria já eram dirigidas pela esquerda, sobretudo, de tradição marxista.

O avanço do processo de construção do projeto ético-político no Serviço Social ocorreu em um cenário de lutas expressivas pela democratização da sociedade com a rearticulação política dos trabalhadores organizados em diversas formas, abrindo o canal de participação e construção da consciência política de um dos segmentos dos assistentes sociais. Dessas organizações de trabalhadores presentes naquela época, destacam-se os partidos políticos, os sindicatos, as

associações de servidores públicos, de moradores, de profissionais, de cultura, dentre outros componentes dos movimentos populares. Assim, a construção desse projeto profissional crítico trouxe em seu bojo a inserção de um dos segmentos dos assistentes sociais nos movimentos populares e sindicais e uma forte adesão político-partidária, sobretudo, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). No PT, vários assistentes sociais ultrapassaram os limites de simples militância, para inserirem-se nos espaços parlamentar e administrativo, postos conquistados pelas eleições diretas. No entanto, essa afirmação não significa que todos os assistentes sociais vinculados à esquerda estivessem no PT. A inserção desses profissionais, à época, verificava-se, também, em outros partidos de esquerda, dentre eles, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), porém, nas fileiras do primeiro, existia um número considerável de profissionais do Serviço Social, como demonstra Abramides e Cabral (1995). Segundo as autoras, em um dos embates ocorridos entre os assistentes sociais dos dois principais segmentos partidários – PC do B e PT –, o segmento dos assistentes sociais vinculados ao PC do B compareceu com 20% a 25% do plenário, expressando a maioria absoluta para o PT. Porém, a oposição ao PT, no campo da esquerda, não se resumia aos militantes do PC do B, mas, este era o grupo majoritário.

Em 1986, foi realizada a primeira eleição pelo voto direto para a direção do Cfas. Uma chapa única foi eleita para o triênio 1987-1990. Em entrevista realizada em 2008, Vinagre Silva, afirma que era uma chapa formada “por um grupo de esquerda, mas que tinha de forma hegemônica, uma influência partidária ligada ao PC do B. (...) A presidenta e várias outras conselheiras eram militantes do PC do B”. O resultado da eleição, conforme documentos arquivados no Cfass, registram:

A chapa eleita obteve maioria absoluta, com 10.224 votos, atingindo 81,86% do total de votos, sendo que ocorreram apenas 7% de votos nulos e 11% de votos em branco. A abstenção de *quorum*, a nível nacional, apesar deste não ter sido alcançado em dois Regionais – 7ª Região/ Rio de Janeiro e 9ª Região/São Paulo – foi possível pela mobilização da categoria, conseguida na maioria dos Regionais, num momento em que vigora o voto livre. A maciça votação na chapa inscrita para concorrer o CFAS demonstra o apoio da categoria no processo eleitoral direto desenvolvido pelo CFAS e a confiança na chapa, hoje vencedora. (CFAS 1987)

O resultado da eleição para a direção do Cfas apresentou-se satisfatório em relação ao total de votantes, 12.489, no entanto, considerando o total de assistentes sociais aptos a dar o seu voto, os quais totalizavam 33.869, conclui-se que 37% deixaram de comparecer às urnas. Outro aspecto a ser levado em conta é a falta de

quorum nos dois maiores colégios eleitorais, São Paulo e Rio de Janeiro, que desempenharam consideração o papel histórico na Associação dos Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp) e na PUC/SP, no processo de organização e articulação da categoria. Parte dos assistentes sociais da diretoria da Anas residia em São Paulo. Papel não menos relevante coube aos assistentes sociais do Rio de Janeiro, organizados em sua entidade, a qual indicou a assistente social Regina Marconi, a primeira presidenta da Anas. Assim, fica uma questão em aberto: quais as razões que levaram os assistentes sociais dos dois estados, que concentram o maior número de profissionais, a não comparecerem em massa às urnas na primeira eleição direta do Cfas?

As possíveis explicações poderão ser encontradas na dimensão político-partidária, pois, na eleição seguinte, para o período 1990-1993, a chapa da diretoria em exercício no Cfas concorreu com uma outra de oposição e foi derrotada. A chapa vencedora, de acordo com Silva, em entrevista realizada em 2008, foi formada por

um grupo, que já estava através de alguns sujeitos ocupando alguns Cress e que faziam oposição a esse grupo ligado ao PC do B majoritariamente estava na entidade federal. (...) Esse grupo se articula e constitui uma chapa para disputar o federal, para a próxima gestão, para o (...) triênio que seria 90-93. Esse grupo se articula (...) a partir da discussão programática da chapa, a partir do perfil dos seus conselheiros. (...) E houve uma disputa que dividiu, porque não era uma disputa entre setores ligados à direita e à esquerda, mas dentro do mesmo pólo do ponto de vista político.

Ressalte-se que houve uma tentativa de aliança, da diretoria em exercício, com as forças de oposição para que fosse lançada uma chapa única, mas a proposta foi rejeitada. A disputa de poder entre as duas posições político-partidárias majoritárias era evidenciada, nessa época, nos diversos espaços de organização da categoria. Silva, em sua entrevista em 2008, afirma que “no período anterior alguns Cras já eram dirigidos por assistentes sociais petistas que faziam oposição à diretoria do Cfas”. Essa disputa manifestava-se, ainda, em outros espaços de organização da categoria. Nesse sentido, também em 1987, na assembléia do Sindicato dos Assistentes Sociais do Distrito Federal, ela foi explicitada na escolha da comissão eleitoral da Anas, para qual concorreram duas chapas. No decorrer do debate, a representante da chapa de oposição, assim se expressa ao contestar o encaminhamento do processo: assim “o movimento do conjunto dos assistentes sociais não expressa uma única unidade política” (SINDICATOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE BRASÍLIA, 1987, p. 1). Esta afirmação foi rebatida pela

presidente do sindicato do Distrito Federal, retificando que aquela assembléia não era para debate e que a chapa dois estava perdendo espaço. Silva, em entrevista realizada em 2008, considera que não

podíamos dizer que tínhamos divergência de fundo, mas tínhamos do ponto de vista político, mas tínhamos divergências de análise da realidade e divergência do ponto de vista do entendimento da condução prática das estratégias.

A disputa de poder no interior do movimento dos assistentes sociais evidenciava, na divergência, a sua heterogeneidade. Esse aspecto é bastante compatível com a análise de Fernandes (1994, p. 123), ao destacar a dificuldade dos sindicalistas em estabelecer uma unificação em nível de organização: “é preciso dar um salto muito grande para que não percam os avanços conquistados. (...) a repressão burguesa é cruel, tremenda, está sempre pronta por meios militares judiciais, e por meio próprio do despotismo”.

O confronto de posições foi o traço marcante no processo de construção do projeto profissional crítico, que se dava entre os assistentes sociais progressistas em seu próprio campo e, dele, com os conservadores.

Sales (1995), em sua análise, destaca que, como o debate e a disputa permaneceram nos fóruns políticos e acadêmicos da categoria, não foi possível reconhecer os limites presentes tanto no Código de Ética quanto nas diretrizes curriculares, ou mesmo nos movimentos concretos de autocrítica para a superação desses limites. Esta superação somente ocorreu no processo de esgotamento do debate teórico-metodológico. Tal esgotamento, segundo a autora, foi, também, uma exigência da realidade social: “O movimento político intelectual daí decorrente fez, assim, arrefecer o debate sobre o método e se voltou para a exigência da substância social e conteúdo técnico-investigativo que qualificasse o desempenho profissional dos assistentes sociais” (SALES, 1995, p. 363).

De acordo com Sales (1995), a Abess, desempenhando o seu papel no processo de formação profissional, buscou nas reflexões e debates superar as lacunas ainda presentes nesse processo, condição que contribuiu para os assistentes sociais atingirem a maturidade intelectual e política. A fim de estimular o debate, a crítica e a produção teórica no âmbito do Serviço Social, foi criado o *Caderno da Abess*¹⁰¹, como um espaço de circulação de idéias. “Trata-se da busca

¹⁰¹ O primeiro número foi lançado em 1985 com uma apresentação ao público feita pelo Conselho Editorial, na qual se destaca que as análises nele contidas são frutos dos debates travados nas

de um projeto profissional crítico que, respaldado na melhor herança clássica e contemporânea do pensamento social na modernidade, seja capaz de responder aos desafios colocados pela História à profissão como atividade inscrita na divisão social”, afirma o Conselho Editorial (1993, p. 4).

A Abess, na condição de entidade responsável pela política de formação, procurou redimensionar suas ações, desde as gestões iniciadas em 1981, de acordo Carvalho (1993), repensando a formação profissional do assistente social para responder aos desafios da realidade contemporânea, o que exigia, segundo a autora, repensar a própria entidade Abess e a formação profissional. Nesse aspecto, as discussões sobre “a formação profissional do assistente social no Brasil – determinantes históricos e perspectivas, iniciada em 1982, representa, sem dúvida, um marco histórico importante que hoje aponta para questões básicas a serem enfrentados no processo de redefinição profissional”, como afirma Carvalho (1993, p. 18).

A necessidade de ampliar as discussões sobre a Abess e sua política de ação para os professores, estudantes, supervisores e a categoria profissional foi colocada na sua XXIV Convenção. Para subsidiar as discussões, foi elaborado um documento com três pontos centrais um deles apontava as premissas analíticas e a necessidade da preparação científica do conjunto de profissionais para fazer face às demandas colocadas para o Serviço Social. Considerava-se que a formação profissional era diferente do simples preparar para o emprego. Ela pressupõe um projeto educacional, norteado por diretrizes básicas que articulam ensino pesquisa e extensão e deve ultrapassar o plano da mera transmissão de conhecimento.

Para Carvalho (1993, p. 19),

uma segunda premissa analítica é a determinação social da formação profissional enquanto projeto educacional, configurando-se determinantes estruturais ao nível do desenvolvimento do capitalismo e determinantes conjunturais ao nível da dinâmica política de uma dada formação social. Logo, é preciso discutir a formação profissional no contexto das relações sociais. Isto exige que se tenha presente, na análise do processo de formação profissional do assistente social no Brasil, as exigências que o processo de consolidação do capitalismo monopolista no pós-64 vem colocando para o Serviço Social.

unidades de ensino de Serviço Social, articulados pela Abess nas diversas regiões do país, contando com a participação diferenciada de professores, estudantes e profissionais de Serviço Social. O Conselho Editorial do *Cadernos da Abess*, à época, era formado pelas professoras: Alba Maria Pinho de Carvalho, Ana Maria Petronetto Serpa, Elizete Cardozo, Josefa Batista Lopes, Maria Carmelita Yazbek, Maria Helena de Almeida Lima, Maria Helena Hauta Ramos, Marilda Villela Iamamoto, Nobuco Kameyama e Vicente de Paula Faleiros.

Uma terceira premissa refere-se à importância de se proceder à discussão da formação profissional no contexto da universidade brasileira, considerando seus limites e possibilidades. Nessa perspectiva, Carvalho (1993, p. 20) assinala que se deve levar em conta a “política de modernização conservadora, de racionalidade empresarial tecnocrática que vem dominando a Universidade brasileira (...) no pós-68, [sobretudo] com a reforma universitária, com características que comprometem a função histórica da universidade”, como uma instituição social de natureza pública. A discussão sobre a revisão curricular de 1982 ocorreu nesse contexto.

Assim, a Abess propôs a reformulação curricular de 1979 que, em 1982, recebeu a aprovação do Conselho Federal de Educação e iniciou a sua implantação em 1984. Nesse sentido, Raquel Raichelis (1989, p. 16) refere-se às discussões sobre a aprovação do currículo: quando “chegaram à PUC-SP, começamos a questionar a proposta, que apresentava incoerências e contradições que só ficaram claras quando analisamos politicamente a correlação de forças que se conjugaram na sua elaboração”. De acordo com Martinelli (1989), a lacuna entre a elaboração e a aprovação do currículo de 1982, fez que ele chegasse às escolas já defasado. Yazbek (1989, p.16) analisa que o currículo foi “também resultante de uma série de acordos, que expressa[va] as tendências contraditórias do serviço social brasileiro daquele momento, razão pela qual não (...) [foi] um currículo articulado, homogêneo”. Para Raichelis (1989, p. 16), “ele foi negociado, em Convenção da Abess, pela ‘forças vivas’ da profissão naquele momento. Portanto, ele é a expressão da correlação de forças que se expressava e lutava pela hegemonia política”, naquele momento histórico. No entanto, com o passar do tempo, os professores que defendiam a vertente da *Intenção de Ruptura* foram conquistando novos adeptos. “Então, nessa trajetória, vai-se percebendo o caminho da ruptura”, afirma Martinelli (1989, p. 17).

Esse processo foi avançando, e os professores vinculados à vertente da *intenção de ruptura* foram conquistando os cargos de diretoria da Abess. De acordo com Martinelli (1989, p.17), na presidência “já em 1979 a Cândida Fontes, depois vem a Josefa Batista Lopes e, depois a Carmelita Yazbeck”. Assim, no início da década de 1980, estabeleceram-se as possibilidades de imprimir outra direção social e política à entidade dos professores, ao passo que, no Cfas, a esquerda chegou à sua direção por meio dos assistentes sociais vinculados ao PC do B, no final dessa década, mais precisamente, em 1987, na entrada da década de 1990, foram eleitos os assistentes sociais petistas, como já mencionado. Esse foi um dos percursos feito

pelo segmento progressista dos assistentes sociais no processo de construção da hegemonia da vertente da *intenção de ruptura* que, com o passar do tempo e em conjunturas favoráveis, fortaleceu-se ao mesmo tempo que se concretizava no projeto ético-político do Serviço Social. Vale destacar que assim que a esquerda assumiu a direção das entidades, e se mantém até o presente momento nessa posição, o que confirma a sua hegemonia na direção social e política das entidades. Afirmar que o grupo da esquerda vem detendo a hegemonia da direção social da categoria não significa que ela não sofra ameaças.

No entanto, nesse processo, os assistentes sociais vinculados à vertente da *intenção de ruptura* e organizados em suas entidades foram se apropriando e avançando no entendimento da perspectiva teórico-metodológica marxista, superando os equívocos e fortalecendo a construção de seu projeto profissional. Nesse sentido, no período de 9 a 11 de dezembro de 1992, na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, foi realizado o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social promovido pela Abess/Cedepss, com o tema “Produção científica e formação profissional”. Como resultado desse encontro, propôs-se aprofundar a análise da realidade profissional no que tange à produção científica, ao ensino e ao exercício profissional, e à importância da articulação entre as demandas de natureza sociopolíticas atuais ao ensino de Serviço Social e à pesquisa. Esse encontro, que iniciou a sua preparação segundo as diretrizes da XXVII Convenção da Abess/Cedepss realizada em 1991, contou com a participação de professores, estudantes (Enesso) e profissionais, e teve como uma de suas preocupações garantir o espaço da troca de experiência entre os pesquisadores. Nesse evento, estiveram representados na condição de convidados, a Anas, o Cfas/Cras e sindicatos.

O evento, na avaliação de seus participantes atingiu os objetivos propostos, pois possibilitou as discussões coletivas quanto à importância da pesquisa como instrumento de reflexão crítica do ensino e as referentes à implementação da revisão curricular com a indicação das diretrizes que devam orientá-la. Destacou-se o avanço efetivo da pesquisa do Cedepss, “na medida em que possibilitaram articular a *unidade* na diversidade que deve direcionar esses processos”, como registra o relatório técnico do encontro (1993, p.128).

Iamamoto (1993, p. 103), ao fazer o balanço das conquistas do Serviço Social na década de 1980, considera que os assistentes sociais, herdeiros da ditadura e de seu projeto de modernização, emergiram na cena social no processo de transição democrática com um “novo perfil acadêmico-profissional, que representa (...) um

salto de qualidade na trajetória profissional”. A pós-graduação foi ampliada e se desdobrou em cursos de doutorado e foi obtido o reconhecimento científico das entidades fomentadoras de pesquisa. “A Abess vem desempenhando um papel ativo em todo esse processo, assim como o seu organismo acadêmico – o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social (Cedepss)”, de acordo com lamamoto (1993, p. 104).

Confrme com o relatório da proposta básica para o projeto de formação profissional, elaborado por uma comissão composta por três professores sob a supervisão de lamamoto, as revisões dos currículos, ocorridas nos fins de 1980 e início de 1990, buscaram superar os limites do currículo de 1982 e trilhar novos caminhos. Essas buscas transcorreram em um clima polêmico, prenhe de divergências e se centraram, sobretudo, na definição do núcleo básico do curso, para o qual emergiram três propostas antagônicas: a primeira, que fosse formado pela política social; a segunda, pela proteção social e a terceira, pela *questão social*. Tais divergências foram apresentadas, em parte, na entrevista com lamamoto neste mesmo capítulo. As argumentações contrárias às duas primeiras propostas indicaram que, mesmo que a política social contenha componentes e mediações essenciais da ação profissional, ela não toca na essência da realidade da demanda do Serviço Social, o que indica o seu caráter restritivo como núcleo básico, apesar de a política social compor um eixo importante e complementar da proposta curricular em questão. Da mesma forma, foi considerado que a proteção social,

cuja fundamentação tendeu obscurecer a particularidade histórica que reveste a profissionalização do Serviço Social, ao ressaltar as regularidades históricas de longa duração que perpassam o conjunto das expressões da proteção social – sobretudo quanto aos usos e costumes culturais – ao longo dos tempos. Dessa forma, fica diluída a compreensão do Serviço Social como uma configuração particular da divisão social do trabalho, típica do capitalismo em sua fase monopolista – e, se lançarmos mão da periodização de Mandel, típica da passagem do imperialismo clássico para o capitalismo tardio (BEHRING, 1993) – bem como o sentido da atividade profissional na contemporaneidade, que se altera à medida que muda o padrão de acumulação e conseqüentemente de regulação social. (BEHRING, 1997, p. 21-22)

No que se refere à *questão social*, considerada elemento que dá concretude à profissão, ela tem a sua base fincada na realidade histórico-social e explica a desigualdade social, portanto, deve constituir o eixo ordenador do currículo. Essa

prosição era hegemônica, na convenção da Abess, e assim, foi definido como eixo do curso de Serviço Social a *questão social*.

A divergência apresentada nas discussões do novo currículo centrou-se ainda na discussão sobre história, teoria e método, que prevaleceu no currículo de 1982 e também sobre a centralidade do exercício profissional no processo de formação. lamamoto, em entrevista realizada em 2008, afirma que foi destacada a marginalidade desta dimensão na formação do assistente social e,

atribuir dignidade ao exercício profissional é colocá-lo como centralidade no processo da revisão curricular. Ele foi tratado como uma categoria teórico fundante na compreensão da ação humana, pensada exatamente nas suas implicações na sociedade capitalista.

As diretrizes curriculares de 1996 foram construídas nos debates sistemáticos em diversas oficinas¹⁰² nas quais as diferenças eram explicitadas e resolvidas no esgotamento desses debates. Esse processo desenvolveu-se a partir de 1994, com o entendimento de que “uma formação profissional supõe uma profunda avaliação do processo de formação face às exigências da contemporaneidade”, de acordo com a Abess/Cedepss (1997, p. 58).

A formação profissional deve estar alicerçada em princípios, os quais elaborados e aprovados pela Abess, merecem destaque:

adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios dos quais o profissional se defronta no universo da produção da vida social; ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional; caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; indissociabilidade ente estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 61-62)

¹⁰² “Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à Abess, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais. Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional, numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base no diagnóstico foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular. A continuidade deste trabalho coletivo, em 1996, através de realização das oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores, conduziu à elaboração de um segundo documento intitulado “*Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate*” (COSTA et al. 1996, p. 58-59, grifo do autor).

As diretrizes curriculares, norteadas por esses princípios, de acordo com o documento aprovado pela Abess/Cedepss (1997), pressupõe *capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa*. A formação deve estar articulada com as demais entidades da categoria. No campo da organização sindical político-corporativo dos assistentes sociais, Iamamoto (1993) ressalta que a Anas congregava uma ampla rede de representação advinda da expansão dos sindicatos e uma vasta experiência profissional e sindical que lhe permitia contribuir para o processo de formação, com os Conselhos Federal e Regional, com o objetivo de uma qualificação que responda as necessidades estabelecidas pela realidade social em cada momento sócio-histórico.

Nesse sentido, destaca-se que as exigências da contemporaneidade, na década de 1990, marcada pela entrada do neoliberalismo no Brasil, apresetam profundas transformações no processo de produção e reprodução da vida social, realizando mudanças impostas pela reestruturação produtiva, que apreendam o conjunto da vida social, sobretudo, na profissão, e nele repercutem.

O projeto neoliberal penetrou, no Brasil, com a eleição de Fernando Collor de Melo (1990-1992), e teve sua continuidade nos dois mandatos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), como já foi mencionado. Esses governantes encontraram o país em condições propícias para essa implantação e direcionaram o Estado brasileiro a retrair-se em favor de “estratégias de extração de super-lucros, com flexibilização das relações de trabalho, onde se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários, vistos como custos para a produção ou gastos dispendiosos do Estado” (BEHRING, 2003, p. 103). Conforme Oliveira (1995, p. 25), a “dilapidação do Estado (...) [favoreceu o] desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais”.

De acordo com Soares (*apud* BEHRING, 2003, p. 107), “há um retorno (...) às organizações sem fins lucrativos, ONGs [organizações não governamentais] e organizações filantrópicas – o chamado ‘terceiro setor’, categoria tão bem desmistificada por Montaño (2003) como agentes do bem-estar, substituindo a política pública”.

Ainda, para Behring (2003), essas entidades não complementam uma rede pública, como preconiza a Constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), mas ocupam o espaço como “forma primeira de viabilizar o atendimento das

necessidades, este apelo ao ‘terceiro setor’ ou à ‘sociedade civil’ configura-se um verdadeiro retrocesso histórico”, de acordo com Behring (2003, p. 107). Segundo Behring (2003), concretiza-se, dessa forma, o que Yasbek (1993) chama de *refilantropização da assistência social*, realizando, assim, um retorno ao passado, sem esgotar as possibilidades da política pública estabelecida pela Constituição e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social a Loas (BRASIL, 1993).

Sales (1995), em sua análise sobre a organização dos assistentes sociais, considera que as posições dos atores, no decorrer de uma década e meia e no que se refere ao movimento sindical da categoria, “caiu em um profundo refluxo, tendo como ápice a extinção da Anas em 1994, para descontentamento e desespero de muitos assistentes sociais, preocupados com o baixo nível salarial da profissão e (...) as péssimas condições de trabalho” (SALES, 1995, p. 363).

A extinção da Anas¹⁰³ foi deliberada na VI Assembléia realizada em setembro de 1994, quando foram reafirmadas as orientações da CUT para que os profissionais organizados por categoria profissional se inserissem na organização dos trabalhadores por ramo de atividades. A sua criação foi um processo de discussão nas bases da categoria, nos diversos fóruns com amplo debate, que durou onze anos, e envolveu os assistentes sociais de todo país. O mesmo procedimento foi adotado para sua extinção. A Anas, em seus dez anos de existência, manteve uma luta intensa no processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, em uma ação articulada com as demais entidades da categoria.

Ao optar pela inserção no ramo de produção, a Anas trazia em seu bojo a experiência da luta dos assistentes sociais por um piso salarial¹⁰⁴ e a redução da jornada de trabalho. Estas reivindicações constituíram-se em bandeira de luta na organização da categoria, a partir do final da década de 1970. Em 1986, o Projeto nº 4.645/84, após ser aprovado no Congresso Nacional, recebeu o veto do então

¹⁰³A extinção da Anas foi um processo no qual “o novo se impôs com força sobre o velho – não natural, mas verdadeiramente como construção – trazida pelas mãos da direção da Anas e discutida, incorporada, rejeitada, apoiada ao longo de três assembleias sindicais: a de 1989, em Campinas, a de 1991 em Belo Horizonte e a de 1994, em Brasília” (VIEIRA *et al.* 1995, p. 160). Segundo as diretoras da entidade, responsáveis pelo encaminhamento de finalização das atividades, esse processo foi acompanhado pela CUT e o seu representante esteve presente na última assembleia da Anas, com representantes do Cfess e da Abess. De acordo com Ramos (2006), os sindicatos que continuaram a atuar foram: Ceará, Alagoas, Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul. O sindicato dos assistentes sociais do Rio de Janeiro que havia sido desativado, em 1990, foi reativado em 1995.

¹⁰⁴Os assistentes sociais reivindicavam um piso salarial de 8,5 salários mínimos por uma jornada de trabalho de trinta horas semanais. O acordo estabelecido na negociação foi rompido pelo PMDB, por “intermédio do deputado J.G. de Araújo Jorge-RJ que estabeleceu o rebaixamento de 8,5 salários mínimos para seis salários mínimos por trinta horas semanais” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 166).

presidente Sarney. A luta por redução da carga horária, de quarenta para trinta horas sem redução salarial, foi retomada e, em 28 de agosto 2007, apresentada à Câmara dos Deputados, recebeu aprovação e permanece até os dias atuais em tramitação no Congresso Nacional.

Os obstáculos registrados nessa luta, nos anos 1980, constituíram-se em elementos balizadores da importância de que a organização sindical mais forte era a geral, como afirma Braga (2001), pois aquela luta evidenciou a fragilidade da organização de uma categoria para garantir vitórias em suas reivindicações.

A organização sindical proposta pela CUT constituía-se, ainda, em uma estratégia de romper com o corporativismo presente no movimento sindical. No entanto, Braga (2001, p. 2) considera que o

trânsito para o ramo não foi empreendido por todos os segmentos, ficando mais como um projeto do que como um processo, (...) especialmente àquelas dos profissionais liberais, com forte tradição corporativa (...). Esse processo atingiu apenas algumas categorias como dos nutricionistas, dos assistentes sociais e só recentemente começou a mobilizar outras, como dos psicólogos.

De acordo com Braga (2001), esse fato contribuiu para o isolamento da decisão histórica dos assistentes sociais. Por meio de “sua organização [os assistentes sociais] estiveram construindo a CUT, e, em nome da Central apostando em uma nova forma de organização dos trabalhadores que se pretendia democrática, classista, de base”, como afirma Vieira (*et al.* 1995, p. 160).

No entanto, a extinção da Anas, em 1994, expressa que parte dos assistentes sociais não consideravam que o momento histórico era diverso daquele que orientou a organização por ramo. Essa extinção acabou por deixar uma lacuna na organização sindical da categoria, ficando o espaço aberto para ser ocupado pelo conservadorismo. A CUT nacional “optou nos anos 90, pela construção de federações e confederações orgânicas, além da construção dos ramos, iniciando o processo de organização por ramo profissional, e não mais por categoria”. Vale dizer, ela voltou atrás em sua direção política. Ao tratar do corporativismo sindical, Freitas¹⁰⁵ (2008) assim se expressa:

Sob o aspecto corporativista o debate pode ocorrer dentro de nossas federações ou confederações orgânicas à medida que dirigentes vislumbrem a possibilidade (...) de permitir o ingresso ou permanência de sindicatos não filiados, aumentando assim sua base de representação e seu

¹⁰⁵Wagner Freitas é secretário nacional de Política Sindical da CUT.

poder de negociação. Ocorrendo este processo, sem dúvida a federação ou confederação ganha, mas a CUT perde, pois nos rendemos a uma posição corporativista em prejuízo de nossa concepção maior que é o fortalecimento da nossa central sindical. (Arquivo da CUT)

Em uma conjuntura diversa dos anos 1980, o *sindicalismo de resultado* tomou força e rebateu na CUT. Esta entidade opera mudanças em sua direção política nos rumos da entidade “alinhada ao *projeto social-democrática*”, segundo lamamoto (2008, p.328), não mais priorizando a organização por ramo de atividades, apesar de reafirmar ser essa concepção a mais avançada; justifica a mudança de posicionamento pelas condições da realidade, que não se apresentavam favoráveis. Dessa forma, a organização por ramo de atividades não foi além de uma proposta para o conjunto dos trabalhadores.

3.2 O projeto ético-político: um processo em construção

Conquistada a direção das entidades da categoria pelo segmento progressista dos assistentes sociais, que alçou maturidade intelectual e política e tem sua opção política pela *intenção de ruptura* com o conservadorismo, sobretudo, pela tradição marxista, foi dado continuidade às discussões para reformulação do Código de Ética. Estava em curso, também, a implantação do novo currículo, aprovado pelo MEC em 1982 e com exigência de sua implantação a partir de 1984, e tramitava na Câmara dos Deputados o projeto de lei de regulamentação da profissão. Porém, tanto o Código de Ética reformulado em 1986, quanto o currículo de 1982, apresentavam equívocos que deveriam ser superados. O Código de ética de 1986, se considerava em relação aos códigos anteriores, apresentava avanços consideráveis, como afirma Silva, em sua entrevista em 2008,

o documento do código de 1986, que sem dúvida, teve uma importância enorme do ponto de vista teórico e político porque rompeu com a ética da neutralidade, porque traz o compromisso de classe e traz uma grande novidade (...) o rompimento com o corporativismo na categoria, já que o código coloca, inclusive a possibilidade, de o próprio assistente social denunciar o colega.

No entanto, Silva alega, ainda, que o “Código de Ética de 1986 apresentava problemas epistemológicos e (...) éticos. Na verdade (...) [era a] expressão de um momento em que se avançava no início de 80, muito do ponto de vista teórico”.

Nesse sentido, ressalta-se que a direção do Cfas assegurou os avanços conquistados até então com a direção social de um do segmento progressista da categoria. De acordo com Bravo (2009, p. 695), “as entidades da categoria do Serviço Social articuladas a diversos docentes vinculados à academia continua[vam] o aprofundamento da teoria-crítico-dialética que fundamenta o projeto projeto profissional a partir do processo de reconceituação”. O avanço teórico-metodológico embasado na tradição marxista contribuiu para a qualificação do debate e à medida que os espaços de organização da categoria eram ocupados pelos segmentos vinculados à esquerda, eles eram democratizados e avançavam, também, na busca de superação do conservadorismo na profissão.

No entanto, para Iamamoto (2005), o Código de Ética dos assistentes sociais brasileiros, aprovado em 1986, emergiu tardiamente no debate, pois o segmento progressista da categoria já havia feito a sua crítica, compondo o movimento de reconceituação. A autora destaca que o código foi aprovado em um contexto em que se buscava enfatizar o caráter contraditório entre as políticas sociais públicas e o Serviço Social que, ao buscar atender aos interesses do capital e do trabalho, apresenta

visão dualista das relações econômicas e de poder e o compromisso político com a classe trabalhadora como única alternativa para uma categoria profissional heterogênea social e politicamente. Em síntese, subjacente ao Código de Ética de 1986 identifica-se uma velha armadilha já denunciada por Lukács: *uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita* (IAMAMOTO, 2005, p. 101, grifos do autor).

Da mesma forma, o currículo mínimo do curso de Serviço Social, aprovado pela Abess em 1979 e referendado pelo Conselho Federal de Educação em 1982, de acordo com Yazbek, *et al.* (1984), apresentava-se repleto de ambiguidades e imprecisões conceituais e analíticas, “expressões da diversidade de pontos de vista em confronto no interior da categoria quanto a formação profissional” (p. 32). A proposta conservava uma definição histórica da profissão que concebe o homem como ser histórico, porém não situado historicamente. Referia-se a uma dinâmica da realidade, sem, entretanto, definir as forças e contradições. Segundo Yazbek *et al.* (1984, p. 40), o

ponto de partida para se definir o currículo, portanto, já reproduz um traço de origem que a produção teórica do Serviço Social ainda não superou e que traz comprometimento ao restante da proposta, na medida em que as formulações são amplas e genéricas o suficiente para acomodar as mais diversas interpretações.

O currículo formulado pela Abess e legitimado na Convenção de 1979, que deu sustentação ao currículo mínimo aprovado pelo MEC, foi o resultado de uma negociação possível em razão de uma heterogeneidade de posições das diversas instituições de ensino de Serviço Social, para aquele momento histórico. Mesmo considerada uma proposta avançada, apreendeu várias lacunas em relação à maturidade teórica atingida pela categoria na década de 1980. Dessa forma, ele foi oficializado já com a exigência da sua reformulação.

Assim, com avanços e recuos, esse segmento da categoria foi tecendo o projeto profissional, articulando a direção política da formação profissional, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, com o fortalecimento da direção sociopolítica exercida pelo conjunto das entidades da categoria, sustentada nos princípios e valores como:

a liberdade (não só formal, negativa, mas que considere a potencialidade), a democracia substantiva (e a democratização; a cidadania e sua expansão, ampliando os direitos humanos, civis, políticos e sociais; a justiça social (e a igualdade social, que não se confundem com a identidade); as políticas sociais universais, não contributivas, de qualidade e constitutivas de direito de cidadania; a ampliação da esfera pública; a eliminação de toda forma de exploração, dominação e submissão como sistema de convivência social e de desenvolvimento de uma essencial cidadania e da emancipação humana. (MONTAÑO, 2006, p. 144)

Esse tem sido o compromisso de um segmento dos assistentes sociais inseridos na organização política de suas entidades¹⁰⁶ que, de forma articulada, imprimiram uma dinâmica nos debates, nas tomadas de decisões, e foram construindo um projeto profissional *crítico*. Tratou-se de um processo desenvolvido nos diversos contextos históricos e que foi permeado pelas disputas travadas entre o centro e a periferia do capitalismo monopolista e expressas em suas diversas formas. Do populismo às ditaduras militares e, finalmente, à adoção dos *princípios neoliberais*, norte do processo de *reestruturação do capital* do após 1970, conforme os ditames do denominado *Consenso de Washington*, para a América Latina. Como afirma Montañó (2003, p. 16), eles eram consubstanciados “na flexibilização dos mercados nacional e internacional, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades

¹⁰⁶É importante destacar que as entidades da categoria participaram em tempos diferentes no processo de construção de um projeto profissional crítico. Nos seus espaços ocorriam os embates entre os projetos profissionais conservador e crítico.

sociais e da regulação social entre capital e trabalho” – um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital a fim de garantir a hegemonia deste último.

O processo histórico da construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, de acordo com Netto (1999, p. 93), teve suas bases na transição da década de 1970 a 1980, um período marcado pela “recusa e crítica do conservadorismo profissional. É nesse processo de recusa e crítica que estão as raízes desse projeto profissional – precisamente o projeto ético-político”. Essa construção alicerçou-se nos fundamentos ontológicos do ser social, os quais rearticulam um conjunto de medidas norteadas pela crítica teórica e oposição ético-político ao conservadorismo, com os quais esses assistentes sociais passaram a nortear os rumos para um projeto profissional crítico.

Nesse sentido, de acordo com Guerra (2007, p. 22-23),

os projetos profissionais por – mais que possam representar de maneira mais próxima, adequada e complexa as condições reais de inserção profissional na divisão do trabalho, o mercado de trabalho profissional na atualidade e a cultura historicamente construída pela profissão – ocupam o âmbito da projeção. Trata-se de uma antecipação ideal, de modo que circunscreve ao espaço de possibilidade. Um projeto profissional constitui-se como guia para a ação, posto que estabelece finalidades ou resultados ideais para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo. Seu âmbito é o da sistematização em nível da consciência que se tem dos processos e práticas sociais, das finalidades propostas e dos meios para a sua realização. Para tanto, faz-se necessária uma problematização crítica, sobre as tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas e operativas existentes no interior da profissão.

Netto (1999), ao remontar aos anos de 1970 e 1980 destaca, em relação ao projeto profissional do Serviço Social em construção, que o início da crítica ao conservadorismo foi colocado em um patamar diferente na década de 1960, no movimento de reconceituação latino-americano. Portanto, pode-se afirmar que, a partir dos anos 1960, apareceram os primeiros sinais de um projeto profissional crítico no Serviço Social em outro plano de discussão, uma vez que se localizou em momentos históricos diferentes de uma realidade concreta, na qual o processo de articulação das entidades da formação profissional assume papel relevante.

A construção desses projetos, em seu percurso, vem sendo delineada pelos sujeitos coletivos organizados pelo conjunto de profissionais que realmente configuram a profissão, isto é, não somente os profissionais de campo, mas todos aqueles que contribuíram para sua efetivação. De acordo com Netto (1999), por meio da sua organização, envolvendo os professores, os pesquisadores, os

estudantes e os profissionais, que “uma categoria elabora o seu projeto profissional. Se pensarmos o Serviço Social brasileiro, a organização da categoria compreende o sistema Cfess/Cress, a Abepss, a Enesso, os sindicatos e demais associações dos assistentes sociais” (p. 95).

No entanto, essa construção não se deu de forma aleatória, mas inserida em um processo legitimado por meio de *estatutos* que lhe são conferidos pelo Estado com o qual passa a ser reconhecido pela sociedade, que tem exigências e, de certa forma, determina a sua organização para atendê-las.

Nas palavras de Guerra (2007, p. 16),

portar um conjunto de valores universalistas, humano-genéricos, orientar-se por uma teoria social crítica e assumir uma postura profissional comprometida com o atendimento das necessidades humanas que tem na vida seu princípio básico é de fundamental interesse de toda sociedade. Deste modo, os projetos profissionais devem necessariamente incorporar as necessidades, os valores, os anseios universais, referentes à sociedade, representando-os, para o que tem que conhecê-los. Isso reforça a dimensão intelectual do projeto profissional que demanda um profissional que tenha um rigoroso domínio teórico-metodológico e que adote uma postura investigativa visando apanhar as tendências do desenvolvimento histórico.

Nessa direção, a década de 1960 abriu espaço para o Serviço Social comprometido com o atendimento das necessidades humanas usurpada como uma consequência decorrente da *questão social*. Mesmo não se propondo a reconstruir a trajetória do Serviço Social, Carvalho (1983) destaca alguns pontos que considera relevantes para o avanço do Serviço Social brasileiro, no marco da ditadura militar. Dentre eles, o fortalecimento de uma *esquerda cristã* com grande influência sobre os assistentes sociais, quer pela convivência no interior do *bloco católico*, quer por meio das escolas e do movimento dos estudantes de Serviço Social. Tal convivência favoreceu o rompimento de um dos segmentos dos assistentes sociais com os conservadores. Esse processo acumulativo foi fruto de uma outra concepção teórica (da tradição marxista)¹⁰⁷, de uma inserção nos movimentos sociais, em ações da Igreja Católica *progressista* e nos debates em diversos fóruns da categoria. Segundo Carvalho (1983, p. 367), “o rompimento de parcela do meio profissional com a tradição conservadora da instituição partira, essencialmente, do interior do próprio movimento católico”.

¹⁰⁷ É importante atentar para o início da convivência dos assistentes sociais com o pensamento de Marx, que ocorreu de forma enviesada, como afirmam Netto (1991), Quiroga (1991), dentre outros autores.

Para a autora, o *pano de fundo* que gestou a ditadura militar foi uma intensa crise no continente latino-americano, “no quadro do colapso do populismo e de uma reorientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes. Internamente, tem-se uma conjuntura política e econômica, cujas tensões vão culminar em expressivas mudanças na correlação de forças” (CARVALHO, 1983, p. 367). Essas mudanças apontam, de um lado, o conservadorismo no Serviço Social brasileiro pelo grupo hegemônico e, de outro, os assistentes sociais que defendiam, e continuam defendendo a *ruptura* com o conservadorismo. Estes últimos, mesmo com as restrições advindas da ditadura militar, mantinham articulação com o Serviço Social nos demais países latino-americanos¹⁰⁸ nos quais o processo de reconceituação, ainda, estava em curso.

Para Silva (1991), a rejeição ao grupo hegemônico no Serviço Social à época explica uma articulação mais efetiva dos assistentes sociais “adeptos do marxismo com os segmentos profissionais que comungavam das mesmas idéias em outros países” (SILVA, 1991, p. 88), a partir do final da década de 1960. Nesse movimento, localizava-se o embrião de outro projeto profissional no Serviço Social, de natureza crítica e de negação radical à neutralidade. De acordo com Guerra (2007, p. 9), a orientação de um projeto profissional crítico indica

a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando a defesa permanente dos direitos sociais e humanos, considerados como conquista da humanidade, herança das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação profissional com o conservadorismo.

Para Ramos (2006, p. 172), é de importância fundamental na luta contra a lógica neoliberal assegurar as conquistas históricas da formação profissional, articulado ao projeto ético-político, para fortalecer um projeto de formação profissional que tenha em conta as lutas sociais travadas pelos sujeitos coletivos e a crença em sua capacidade de construção de novos padrões de sociabilidade.

¹⁰⁸ Os assistentes sociais brasileiros que participaram da direção da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets) foram: Seno Antônio Cornely, o seu presidente em 1977; e, na década de 1970, Leila Lima Santos, foi diretora do Celats. Os assistentes sociais brasileiros mantiveram uma participação considerável nos seminários realizados naqueles países, organizados pela entidade. Nos anos de 1980, participaram da sua direção Josefa Batista Lopes, na condição de vice-presidente na gestão 1983-1986 e presidente da Alaets/Celats no período de 1986-1990. Marieta dos Santos Koike foi Fiscalia da junta diretiva Alaets/Celats na gestão 1995-2001, e Jussara Rosa Maria Mendes, também foi membro da junta diretiva da entidade latino-americana.

Netto (1999) também ressalta que o projeto profissional é uma construção de sujeito coletivo, um universo heterogêneo. Assim, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, gestado em espaços de organização da categoria, foi tecendo, em seus processos, mais recuos do que avanços da *ruptura* com o conservadorismo na década de 1990, uma vez que, nesses anos,

o projeto socialista revolucionário parece experimentar um refluxo irreversível. A *crise do socialismo* é apresentada como a agonia de ideários que, prometidos, buscavam a superação da ordem burguesa; a *pós-modernidade* é a sepultura da revolução – e esta é mostrada como o dinossauro da racionalidade do século XIX. À base do seu proclamado fracasso, procura-se infirmar o seu suporte elementar: a teoria de Marx é desqualificada. A ordem burguesa recupera a (pseudo) legitimidade que se supunha típica da sua apologia mais descarada: o velho mito (velha tipificação) do *fim da história* ressurge e ganha ampla ressonância. (NETTO, 2001 b, p. 11 grifos do autor)

Na aparência, os avanços em direção a uma outra ordem social revelaram constituir-se em um equívoco, e sua sustentação (a teoria marxiana), um conjunto de erros. Portanto, o desvio deve ser corrigido e o retorno à *sociedade livre fundada no mercado* deve ser administrado de forma razoável e honesta. Os “melhores candidatos à gestão são os chamados neoliberais, ainda que se tolerem, [em alguns] casos, as aspirações socialistas ditas democráticas” (NETTO, 2001 b, p. 11).

Essa controvérsia, marcada, de um lado, pelo questionamento do paradigma positivista, que já vinha de longa data, e de outro, mais recente, da própria racionalidade moderna, tem sido nomeado, em algumas situações, como crise de paradigma. Para Netto (1992), esse conceito, dado sua vinculação estrita à ciência paradigmática (a Física, por exemplo) não se adequaria à definição das controvérsias presentes nas ciências humanas e sociais, como foi originalmente formulada por Thomas Kuhn, em sua obra *As estruturas das revoluções científicas* (publicada pela primeira vez no ano de 1962).

Esse debate, no primeiro momento, não constituía objeto de discussão entre os assistentes sociais. Além disso, afirma Netto (1992), seu marco não se localiza nas ciências sociais, mas “no interior do debate que, imantado pela Física, rebateu na elaboração da chamada Nova Filosofia da Ciência, obras – em escala diferencial – de pós-poppianos como Lakatos, Watkins, Agassi, dentre outros” (NETTO, 1992, p. 8).

A polarização “entre razão e vida, experiência imediata e abstração, atualidade e história”, que se trava, na trajetória do pensamento ocidental, a partir do século XX, não é nova e muito menos sem importância, de acordo com Zaidan Filho (1989, p. 20). Para o autor, essa polêmica foi recolocada em um contexto de uma profunda *crise da modernidade*, na qual a sociedade contemporânea expressa as contradições que lhe são inerentes, constituindo-se em solo fértil para o novo irracionalismo que emerge nesse momento histórico. A chamada pós-modernidade reproduz seus traços e características de uma sociabilidade “forjada no império do signo, da informática, dos meios de comunicação de massa (...) apresenta características que estão na base dessa concepção irracionalista da História”, afirma Zaidan (1989, p. 20).

Nesse sentido, para Zaidan Filho (1989), processa-se uma *desreferencialização do real*, e com base nessa abordagem, não se estabelecem relações com a *realidade objetiva*, mas uma relação simbólica da realidade, melhor dizendo, uma relação simulada. As determinações ontológicas perdem o sentido, e, portanto, desaparecem, tornando-se inúteis no processo de conhecimento. “Não há real e muito menos um sentido do real. Há somente um simulacro, a imagem, a representação (imaginária) dessa realidade. Esta é a única realidade”, assinala Zaidan Filho (1989, p. 21). Outro aspecto que o autor destaca na pós-modernidade é a sua inflexão imediata sobre a teoria da História, a *dessubstancialização do sujeito*, que reduz tudo a meras sensações. Dessa forma, o sujeito é fragmentado, esfacelado pelas múltiplas imagens fabricadas pela indústria cultural, redefinindo a perspectiva totalizante e racional da forma do olhar da historicidade. A desmaterialização do social, para Zaidan Filho (1989, p. 22), acrescida da fragmentação do individual, no mundo histórico, torna-se “*um fantástico caleidoscópio de micro-objetos*, sem sentido, sem hierarquias causais, sem razão” (grifos do autor).

Netto (1992) destaca que os questionamentos presentes no debate contemporâneo não se dirigem somente aos padrões positivistas, mas também à tradição de Marx, o que vale dizer, fez-se a crítica aos referenciais teóricos clássicos da modernidade, e a solução apresentada para a problemática em questão segue, sobretudo, em três direções:

a primeira é seguida pelo neo-irracionalismo – não aquele irracionalismo tematizado por Lukács, mas o que identificando sumariamente a razão clássica com a racionalidade instrumental, desqualifica-a para dar conta do *vivido social*. (...) A segunda via é a que, incorporando a crítica à irracionalidade instrumental, pesquisa o vetor distinto da razão comunicativa. (...) Um outro caminho é o consistente na proposta lukácsiana (do último Lukács) de uma nova leitura de Marx: a leitura que apanha na arquitetura marxiana uma ontologia do ser social, propiciadora da superação das contaminações positivistas que afetaram a tradição marxista e qualificada, ao mesmo tempo, para readequar a herança de Marx. (NETTO, 1992, p. 14-15 grifos do autor)

Afirma o autor que há duas posições presentes na controvérsia dos paradigmas das ciências sociais no debate contemporâneo, envolvendo, na realidade, duas posições de negação: uma que refuta os paradigmas positivistas, mas que apresenta uma crítica fecunda e, outra, que nega qualquer paradigma que apresente uma vocação totalizadora, e a sua crítica apresenta-se repleta de ambiguidades, abrindo caminhos para o neoirracionalismo.

No campo do Serviço Social, Netto (1996, p. 112-113, grifo do autor) declara que a consolidação da vertente *intenção de ruptura* com o conservadorismo contribuiu para que a profissão procedesse a sua renovação teórico-cultural e colocou a tradição marxista “no centro da agenda intelectual da profissão: todas as polêmicas relevantes (...) foram *decisivamente* marcadas” pelo pensamento de Marx.

No entanto, essa predominância vem sofrendo as influências e conseqüências das críticas que estão presentes no debate acadêmico com a avalanche da pós-modernidade em sua visão neoconservadora. No entendimento de Netto (1996, p. 114, grifos do autor), se, no espaço universitário, a *intenção de ruptura* com o conservadorismo originou-se e ganhou força, tem sido nesse espaço que os atores adeptos daquela vertente de pensamento – a pós-modernidade – organizam-se e desqualificam os fundamentos da tradição marxista. A desqualificação ganha corpo, colocando o racionalismo dialético no mesmo patamar da

razão miserável positiva, e ambos são inapelavelmente impugnados como *paradigmas anacrônicos*; o humanismo marxista é acimado de *eurocêntrico*; a perspectiva de totalidade é equalizada à *vontade totalitária*; a preocupação com a dinâmica histórica é infirmada pela atenção à *continuidades profundas*; a ênfase na macroscopia social é catalogada como discurso generalizante.(NETTO, 1996, p. 114, grifos do autor)

Desta forma, permanecem no cenário das universidades brasileiras os embates entre as duas concepções, e os assistentes sociais defensores de um

projeto profissional *crítico*, que buscava romper com o conservadorismo, são criticados e rotulados como *ortodoxos* qualificados de dogmáticos. Essa crítica traz em seu bojo a proposta para *ampliar, abrir e flexibilizar* conceitos e métodos, com a relativização da verdade¹⁰⁹, que se constitui, na realidade, em uma abordagem fundada na perspectiva da subjetividade. Esta perspectiva teórica incorpora autores que defendem outras concepções, dentre elas, a pós-moderna, ao passo que a primeira – a perspectiva histórico-crítica –, está fundada no pensamento de Marx e na tradição marxista que concebe a ontologia do ser social, portanto, articula a objetividade e a subjetividade da totalidade.

Nesse contexto do debate acadêmico e político, nos quais transcorrem as transformações societárias, as quais trazem em seu bojo a ofensiva neoliberal, os assistentes sociais identificados com a tradição marxista continuam a construção do projeto profissional crítico do Serviço Social, na dimensão em que se consubstanciam os Códigos de Ética Profissional formulados em 1986 e em 1993. Esses dois códigos expressam em seu processo de formulação a maturidade teórica dos assistentes sociais brasileiros, a qual vai sendo adquirida também em um processo de formação intelectual e política, expressa na elaboração do Código de 1993, fundamentado na ontologia do ser social, que considera,

em seus fundamentos ontológicos, a moral é parte da *práxis* interativa; é fundada sobre posições teleológicas que não se vinculam diretamente à esfera econômica, mas dependem dessa base para se reproduzir. Sob essa perspectiva, contém uma série de potencialidades emancipadoras: é uma expressão da capacidade autolegislatória do ser social; supõe a adoção de valores, a escolha entre eles; torna o indivíduo responsável pelos seus atos, amplia sua consciência, estabelece vínculos sociais, propicia um exercício de autonomia entre outros. (BARROCO, 2007, p. 44)

Essas reflexões tiveram a pretensão de deixar claro o entendimento de um projeto profissional em uma perspectiva crítica sustentada por um projeto de sociedade que tenha em seus horizontes a defesa intransigente da emancipação

¹⁰⁹ O pluralismo metodológico é entendido ora “como ecletismo, ou seja, a liberdade de tomar idéias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador. Isso normalmente é feito sem o cuidado de verificar com rigor a compatibilidade de idéias e paradigmas diferentes, dando origem a uma colcha de retalho, quando mais, inteligentemente tecida. É bom ressaltar que há ecletismo de baixo e altíssimo nível. [Ora], ele é entendido no sentido do relativismo, cuja afirmação essencial é de que não há verdade, mas apenas verdades, não há métodos, mas apenas métodos. Verdade, critérios de verdade, método, todos eles têm um valor relativo porque todos eles são parciais. Teríamos, neste caso quando levado ao extremo, e chamado pós-modernismo. O pluralismo metodológico, porém, pretende não ser nem dogmático, nem eclético e nem relativista. Pelo menos aquele que se declara anti-pós-moderno” (TONET, 1995, p. 36).

humana. Esse projeto ético-político tem uma construção histórica no Serviço Social, em sua totalidade, mas, como afirma Netto (1999), as raízes de sua direção política, norteadas pela *vertente de intenção de ruptura*, sobretudo, de seu segmento marxista, estão fincadas bem *distantes*, nos marcos do projeto dos trabalhadores, quando adquiriram uma consciência *para si*, condição estabelecida na década de 1980. Nesse período, os assistentes sociais identificados com a vertente da *intenção de ruptura* e oriundos do movimento sindical passaram a assumir a diretoria de conselhos profissionais e lhes deu outra direção social, construindo sua democracia interna e fortalecendo a articulação com as entidades nacionais da categoria, como a Anas, a Abepss, Cfess e a Enesso. Essa década, de acordo com Ramos (2005), marcou as mudanças ocorridas no redimensionamento das atividades de fiscalização profissional, com a aprovação do Código de Ética de 1986, que expressou o projeto profissional da categoria vinculado às lutas dos trabalhadores. De acordo com Netto (1999, p. 102), o mais

notável nesta acumulação teórica é que, naquilo que teve e tem de mais expressivo, ela assinala a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político: data de então a aberta utilização de vertentes críticas com destaque para as inspiradas na tradição marxista.

As mudanças ocorridas no Código de Ética de 1986 consubstanciam-se em três dimensões, quais sejam: nega os pressupostos metafísicos e idealistas, a neutralidade e o papel profissional *tradicional*, “que significam uma superação, com vistas a uma prática que tenha como pressuposto o real, e não modelos ideais abstratos” (BARROCO, 2005, p. 120).

De acordo com Barroco (2005), o Código de 1986, ao vincular a categoria comprometida com a classe trabalhadora, acabou não representando o segmento que não tinha esse compromisso. Assim, o Código de 1986 já colocava a necessidade de sua reformulação e já expressava como desafio a construção de um código de ética que contemplasse o pluralismo.

Para a autora, o código de ética deve conter duas dimensões: uma, de “princípios gerais referidos a valores, outra referente à operacionalização prática dos mesmos”. (BARROCO, 2005, p. 121). No código, o compromisso deve ser com os valores, e essa forma, ele deve estar envolvido com os valores presentes nos movimentos progressistas da sociedade, como: democracia, liberdade, justiça

igualdade, cidadania e solidariedade. Esses valores devem ser operacionalizados para garantir os direitos dos usuários, assegurando-lhes a participação nas tomadas de decisões no que se refere aos bens e serviços que lhes são prestados pelas instituições. O Código de Ética de 1986, mesmo com suas debilidades, significou um avanço do “projeto profissional que conseguiu se legitimar e se tornar hegemônico no confronto plural com outros paradigmas” (SILVA, 2005, p. 143). De acordo com Barroco (2007), a superação das fragilidades teóricas contidas no Código de 1986, ao serem objetivadas na elaboração do novo Código de 1993, mostra que houve avanço teórico em decorrência do acúmulo anterior. A sua elaboração esteve marcada por um contexto em que a sociedade civil estava sensibilizada para as questões éticas, que culminaram no *impeachment* do Presidente da República Fernando Collor de Melo.

O processo de discussão do novo código foi desencadeado no início da década de 1990, quando a categoria já contava com experiência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa significativa e com considerável amadurecimento¹¹⁰ teórico e inserção política, o que reafirmou a necessidade da sua reformulação. Nesse ano, as entidades nacionais da categoria (Anas, Abess, Cedepss, Cfas e a Enesso) desencadearam a discussão sobre a ética, tendo em vista redimensionar os valores e compromissos ético-profissionais como um processo de construção coletiva.

Em decorrência,

a reformulação do Código de 1986 foi conduzida na ótica de uma polemização inclusiva da questão da ética e com o apelo à mais ampliada participação dos assistentes sociais. Salvo grave erro de análise, o processo de que resultou o Código de 1993 não tem similar anterior: pela primeira vez em nossa história profissional, a elaboração de um código¹¹¹ foi posta como projeto coletivo, no qual a vigência do pluralismo não se degradou no relativismo da indiferenciação, mas se objetivou na consolidação de uma hegemonia que já se afirmara em 1986. (NETTO, 2005, p. 11)

¹¹⁰ Na primeira metade dos anos de 1990, os assistentes sociais passaram a ter uma maior convivência com o pensamento de Lukács, cuja presença tornou-se marcantes nas produções acadêmicas, nos debates e encontros da categoria. O “recurso à ontologia social afirma-se como parte da trajetória do amadurecimento da tradição marxista no Serviço Social. Contribuiu para tal a publicação da tese de Netto, em 1991[e de Yamamoto e Carvalho]. A apreensão da centralidade do trabalho no processo de constituição do ser social contribui para a compreensão de questões emergentes no âmbito das transformações que marcam os anos 1990” (BARROCO, 2007, p. 182).

¹¹¹A profissão no “curso de sua história, no Brasil, conheceu a formalização de cinco Códigos de Ética (respectivamente: 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993), este não é um silêncio qualquer” (NETTO, 2005, p. 10).

O processo de discussão iniciou-se no I Seminário Nacional de Ética, realizado em agosto de 1991, que contou com ampla participação da categoria. Os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela busca da equalização na sociedade em termos políticos, a qual deu origem ao movimento *pela ética na política* e na vida pública. Este acontecimento “evidencia o surgimento da ética como uma questão teórico-prática: um tema de debates intelectuais e publicações teóricas, mas que também invade a mídia e pertence ao espaço cotidiano” (BARROCO, 2004, p. 33).

As entidades da categoria, dirigidas pelos segmentos de esquerda, constituíram-se nos sujeitos coletivos, articularam-se e somaram forças no processo de construção do projeto ético-político. Asseguraram, na década de 1990, uma direção social e política hegemônica¹¹², elegeram estratégias para avançar na consolidação de um projeto profissional direcionado para a emancipação humana.

Nesse sentido, o relatório de gestão do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) expressa:

Em abril de 1990, um grupo de profissionais, oriundo de experiências diversas no âmbito da prática profissional, e claramente vinculado à defesa de um projeto crítico competente e historicamente comprometido com a superação dos processos de dominação, exploração e alienação, assumiu o compromisso de concorrer às eleições para o Cfas, contra uma outra chapa. Vitorioso o grupo iniciou a tarefa de cumprir as metas estabelecidas¹¹³ na campanha para contribuir no triênio de sua gestão, com a consolidação dos avanços político-profissionais conquistado pela categoria nos últimos anos. (CFESS – RELATÓRIO – GESTÃO 1990-1993, 1993, p. 3)

As metas apresentadas na proposta de eleição foram executadas no decorrer do mandato. Contemplavam o exercício de relações democráticas expressas, dentre outros aspectos, em âmbito interno, de acordo com o relatório de gestão (1990-1993, 1993, p. 5-6), na “direção colegiada”¹¹⁴ com a descentralização dos trabalhos

¹¹² Para Montañó (2006, p. 144, grifos do autor), a construção/consolidação de “*um projeto profissional hegemônico* que integre e articule as *dimensões ética e política* (...). Porém o pluralismo e o consenso não substituem a necessidade de construir maiorias, *construção democrática e plural*, sem prescindir de uma clara *direção social* legítima.

¹¹³ As metas básicas estabelecidas pelo grupo para a gestão 1990-1993 foram: a) democratização interna do Cfas e de sua relação com os conselhos regionais; b) trabalho conjunto com as demais entidades nacionais da categoria (Abess/Cedepss, Anas, e Sessune) c) articulação com outras categorias profissionais; d) fortalecimento da organização da categoria; e) articulação com os movimentos populares e apoio a eles; f) discussão sobre a ética e revisão do Código de 1986; g) acompanhamento de projetos de Lei de interesse da profissão; h) debate sobre Assistência Social e defesa de sua regulamentação (Relatório do Cfas da gestão 1990-1993, 1993, p. 3).

¹¹⁴ A diretoria eleita para o período 1990-1993 efetivou “as reuniões de Conselho Pleno Ampliado (instância de caráter indicativo, não regimental, mas politicamente legítima); 4 de Encontros

em comissões¹¹⁵, tanto as existentes regimentalmente, como aquelas criadas por decisão política, conforme as demandas temáticas apresentadas”, o fortalecimento da organização da categoria e a articulação com outras categorias profissionais, articulação e apoio aos movimentos populares, acompanhamento de projetos-de-lei de interesse da profissão que se encontravam em andamento, além de discussões sobre a ética e a revisão do Código de 1986. Ainda, internamente, foram dado prosseguimento às discussões acumuladas na gestão anterior (1987-1989) sobre a fiscalização do exercício profissional.

Nesse sentido, o relatório de gestão 1990-1993 assim registra:

Neste sentido, garantiu-se a defesa da fiscalização como instrumento de defesa do espaço profissional e aproximação da categoria, tendo como objetivo contribuir para o debate sobre a realidade do trabalho profissional e assegurar a dimensão política de ação, na busca da melhoria da qualidade do atendimento ao usuário. (p. 7)

Braga (2001, p. 3), ao abordar essa questão, destaca a competência do conjunto Cfess/Cress na intervenção das “condições de trabalho, por meio da Política Nacional de Fiscalização, exigindo determinadas condições técnicas das instituições, ou por meio das lutas em defesa das políticas públicas, ou fortalecendo a profissão mostrando para a sociedade o que fazemos nos nossos compromissos éticos”.

A esse respeito, Barroco (2003) expõe:

A tradição marxista em especial, a concepção ontológica marxiana possibilitou superar a problemática anteriormente instaurada no Serviço Social: a ausência de uma concepção de homem no interior do pensamento de Marx, necessária à reflexão ética, capaz de tratar da universalidade dos valores e do homem de forma crítica, histórica, em uma perspectiva de totalidade. (p. 35)

O relatório deixa claro tratar-se da continuidade de uma luta travada por parte da categoria para a construção de um projeto profissional crítico e sua vinculação a um projeto de sociedade, com inserção nos movimentos populares. Havia a

Regionais; 5 de Encontros Cfas/Cras, com a inovação da participação de estudantes na condição de observadores com direito a voz e com participação de representação da Abess, da Anas e da Sessune” (CFESS – RELATÓRIO DE GESTÃO 1990-1993, 1993, p. 7).

¹¹⁵ Foram criadas Comissões Permanentes de Assuntos Financeiros, Fiscais, Administrativos, de Secretaria, de Ética, de Fiscalização, de Articulação Política, de Imprensa e Divulgação, de Política de Assistência Social, de Saúde, de Defesa da Criança e do Adolescente, de Formação Profissional e Comissões Eventuais, com as de eventos e de inquéritos administrativos (CFESS – RELATÓRIO DE GESTÃO, 1990-1993, 1993, p. 7)

preocupação com o rompimento do corporativismo, propondo a articulação com outras categorias profissionais e o trabalho conjunto com as demais entidades da categoria dos assistentes sociais, buscando fortalecer a direção única na prática.

O debate inicial entre os assistentes sociais foi prosseguido no VII Cbas¹¹⁶, que aconteceu na cidade de São Paulo, em maio de 1992, e continuou nos demais congressos, por exemplo, no II Seminário Nacional de Ética do Cfess/Cress realizado em novembro desse mesmo ano e promovido nos diversos encontros estaduais. Essas discussões fortaleceram os debates tanto na dimensão quantitativa da participação quanto pela qualidade, constituindo-se em verdadeira articulação coletiva das entidades da categoria e resultaram na aprovação do novo Código de Ética no XXI Encontro Nacional do Cfess/Cress em fevereiro de 1993, que entrou em vigor em março desse ano. Fruto das discussões, a efetivação do Código de Ética, de acordo com Barroco (2004, p. 33), ocorreu “concomitante ao entendimento de seus valores e princípios e de sua fundamentação ontológica, o que implicou a superação da visão da ética formal que restringe a ética à sua configuração legal”. Assim, o segmento de assistentes sociais progressistas selou, na formalidade, o compromisso ético-político da categoria, referenciando-se nos ideais igualitários e libertários no horizonte das lutas sociais dos trabalhadores.

Nesse sentido, o relatório da gestão 1993-1996 deixa evidente a direção social e o compromisso de um dos segmentos da vertente de *intenção de ruptura*, sobretudo aqueles identificados com a tradição marxista com a construção de projeto profissional em curso, o projeto ético-político:

preconizado no Código de Ética significa a opção por “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”¹¹⁷. Isto implica em que os trabalhadores do serviço social [participem do processo de] (...) organização da sociedade, especialmente daqueles que têm seus direitos violados e se encontram excluídos”. (CFESS, RELATÓRIO DE GESTÃO 1993-1996, [1996?])

Desse modo, estava em curso o avanço nas condições objetivas para superação das práticas tradicionais e conservadoras no Serviço Social e a formação de um profissional a serviço dos interesses e necessidades dos usuários, forjados em

¹¹⁶ Nesse congresso, a “categoria passa a contar com painel temático de ética, incentivando a produção de trabalhos específicos que terão continuidade nos congressos posteriores (VIII [1995], IX [1998] e X [2001]),” (BARROCO, 2004, p. 34).

¹¹⁷ Código de Ética dos Assistentes Sociais – princípios fundamentais. Brasília, 1993.

determinados contextos históricos da luta de classe. Buscava-se um profissional capaz de responder com eficácia e competência teórica, ética, política e técnico-operativa às demandas da sociedade” (SILVA, 2004, p. 196). Destaca-se que os fundamentos desse projeto estavam colocados, sobretudo, na tradição marxista sob a direção da vertente da *intenção de ruptura* demarcada por Netto (1991). A qualificação profissional e política dos assistentes sociais nessa concepção pressupunham um projeto profissional em direção política oposta à ordem vigente na época.

3.3 O projeto ético-político, uma relação de continuidade e ruptura com a intenção de ruptura

O projeto ético-político, em seu processo, ganhou força com o avanço da maturidade intelectual e política de um dos segmentos dos assistentes sociais e a conquista, por meio de eleições diretas, da direção das entidades da categoria (Abepss e Cfess/Cress) por assistentes sociais de esquerda, sobretudo, com a opção pela vertente da *intenção de ruptura*, vinculada à tradição marxista. Assim, as ações desenvolvidas pelo Cfess/Cress passaram a centrar-se em dois projetos fundamentais: o projeto Ética em Movimento e a Fiscalização Profissional, que procurava romper com a abordagem policialesca, moralista e corporativista. Nesse sentido, Silva, em sua entrevista realizada em 2008, procurou evidenciar avanço na proposta do Código de Ética aprovado em 1993: “o assistente social pelo novo Código pode denunciar outro colega”. Esses dois projetos, que foram prioritários nas ações do Cfess e conferiam relevância no conjunto de suas atividades, contribuíram para consubstanciar uma direção social diferente daquela exercida pelo então Cfas na década de 1970 e início da década de 1980. Esses projetos desdobraram suas ações, com a proposta de uma Política Nacional de Fiscalização, de caráter preventivo que extrapole os deveres do assistente social, para discutir as políticas sociais e as condições de trabalho do assistente social. A estratégia, enfatizando o desenvolvimento dessa política, consistiu em desenvolver cursos de capacitação de pessoal para o exercício da fiscalização e desempenhar o papel de multiplicadores. Nessas oportunidades, tanto a capacitação quanto a fiscalização romperam com os princípios do código de ética anterior, o de 1986, e os princípios contidos no novo constituíam-se em conteúdos das discussões, contribuindo, assim, para a sua democratização.

Dessa forma, as mudanças foram sendo concretizadas no enfrentamento da realidade na qual se inseria o profissional, e cujo confronto foi consolidando as condições favoráveis para a ultrapassagem da submissão herdada da matriz que ao sustentar a gênese histórica do Serviço Social. No bojo dessas mudanças, alterou-se, também no nome do conselho dos assistentes sociais de Cfas/Cras para Cfess/Cress com a aprovação da Lei nº 8.662/93. Silva (2009, p. 725) explica:

a especificidade dos conselhos enquanto órgãos que devem ser concebidos como de direito público, uma vez que defendem prioritariamente interesses da sociedade e da corporação profissional do Serviço Social, e não interesses individuais, privatistas ou corporativista, tendo função normatizadora e atuando como instância recursal; logo funcionando como tribunal superior de ética.

Um novo perfil profissional que produz conhecimento crítico sobre a realidade, em seu trabalho de planejamento e intervenção nessa realidade, de acordo com Silva (2009), foi tecendo, sob a direção teórica e ética, o compromisso profissional do assistente social com a luta dos trabalhadores.

Houve a superação das lacunas contidas na formação profissional do Serviço Social, tanto *tradicional*, quanto tecnocrática, dando lugar a outros desafios.

De acordo com Sales (1995, p. 363), foi no “território de mediações entre as unidades de ensino e as instituições *lócus* da prática profissional que o Cfess/Cress descobriu a sua vocação prática e capacidade de interferir tanto na formação quanto na prática dos assistentes sociais”. E, para tanto, a garantia do debate nacional com o envolvimento do maior número possível de assistentes sociais, permitiu a continuidade da luta pela regulamentação da profissão, a qual se concretizou com a Lei nº 8.662/93¹¹⁸.

¹¹⁸ A lei que regulamenta o exercício da profissão do assistente social teve início com o Projeto nº 3.903/89, apresentado na Câmara dos Deputados pelas deputadas Benedita da Silva e Maria de Lourdes Abadia. Recebeu um acompanhamento sistemático pelo Cfas. Em 1991 foi constatado que a citada Lei havia tramitado em todas as comissões da Câmara dos Deputados, e sido encaminhado ao Senado Federal. Na última comissão, recebeu o parecer senador Francisco Rollemberg do Partido da Frente Liberal (PFL) de Sergipe que apresentou um projeto substitutivo ao original. Apesar da pressão exercida por todas as entidades da categoria que mobilizaram os assistentes sociais pela aprovação do original, o plenário aprovou o substitutivo daquele senador. Considerando que o projeto teria que retornar à Câmara dos Deputados, a questão voltou a ser amplamente discutida, e no IX Congresso de Assistentes Sociais, realizado em Goiânia, em 1998, foi apresentado para discussão com a proposta da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), sendo abordados os pontos mais polêmicos de ambos. A Lei de Regulamentação da Profissão foi para sanção de veto no dia 6 de maio de 1993, após ser submetida à aprovação final o substitutivo do senador Francisco Rollemberg, nessa mesma data. (CFESS, RELATÓRIO DE GESTÃO 1990-1993, 1993).

Foram então fortalecidos os “alicerces de um projeto ético-político que, por ser ético-político, se supõe a superação dos interesses corporativos, num movimento de reconstrução de princípios e compromissos profissionais, na direção de uma nova e superior sociabilidade”, de acordo com Silveira (2007, p. 18).

Nessa direção,

o eixo do projeto político profissional tem sido a defesa das políticas públicas e da qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da garantia da efetivação dos direitos sociais, onde sobressai a (...) militância política [de um segmento da categoria] junto a várias entidades e atores da sociedade civil. Isto revela o adensamento do compromisso da categoria de assistentes sociais para com as necessidades e prioridades sociais, demarcada pelas lutas populares no Brasil. (PAIVA; SALES, 2005, p. 198)

Nesse sentido, quando o governo brasileiro faz sua opção clara pelo neoliberalismo para atender às exigências do plano econômico, com adaptação passiva aos ditames do capital mundial, o programa do Cfess/Cress apontava uma direção da crítica contundente do citado projeto e elegeu a

seguridade¹¹⁹ social pública como terreno de embate e luta por uma outra perspectiva de sociedade (...). Ao manter a opção por este campo de disputa, vale lembrar que este é um espaço histórico de atuação profissional. Portanto, a estratégia articulava a resistência mais geral ao neoliberalismo com a reflexão profissional e formulação de projetos de intervenção profissional. Assim, a qualificação profissional, a fiscalização preventiva e a luta e interlocução sociais, compõe um conjunto articulado (CFESS, RELATÓRIO DE GESTÃO 1999-2002, [2002?] p. 21).

O fato de o conjunto Cfess/Cress priorizar o debate da seguridade não significa desconsiderar a setorização dessa política, mas sim, uma opção em considerá-las em sua globalidade, com base nos eixos do financiamento, da gestão e do controle social.

Mesmo priorizando na seguridade uma ação globalizada, o Cfess atuou separadamente na política de assistência social, de acordo com o relatório da gestão 1999-2002, na formulação da Loas quando “esteve à frente da organização da III Conferência Nacional da Assistência Social, após quatro anos sem realização” (p. 22). Na política de saúde, o Cfess esteve presente em conferências e encontros nacionais. Ainda, na política de saúde foi “destaque a intervenção [do Cfess] nas

¹¹⁹ A política de Seguridade Social, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é composta da Assistência Social, a Saúde e a Previdência.

discussões qualificadas sobre recursos humanos no Sistema Único de Saúde (SUS) e a socialização do nosso debate sobre a LDB (BRASIL, 1996) e os cursos sequenciais entre os profissionais de saúde” (p. 23). As discussões foram ampliadas e, esse conjunto deu origem a um documento que teceu considerações sobre os cursos seqüenciais encaminhado ao MEC, e que se constituiu em um “importante instrumento para evitar a sua difusão e o empobrecimento da formação profissional, especialmente nas unidades de ensino particulares, dado o potencial lucrativo da referida modalidade de curso” (CFESS, RELATÓRIO DE GESTÃO 1999-2002, [2002?] p. 19).

Em 1996, foi aprovada a proposta das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, fruto de amplo debate realizado nas unidades de ensino universitários a partir de 1994. Essa reforma foi uma decisão da XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (Abess) ocorrida em Londrina, no Paraná, em outubro de 1993. Nessa convenção, encaminhou-se a pauta de revisão do currículo mínimo vigente desde 1982, desencadeando um processo de discussão e debates no interior da categoria, marcado por polêmicas acerca do eixo norteador do curso, como foi destacado no início deste capítulo.

A democracia defendida pelo segmento progressista dos assistentes sociais, de acordo com Paiva e Sales (2005), deve ser consolidada no enfrentamento que os movimentos sociais vêm travando na realidade objetiva da luta de classes.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, tornou-se

oportuno o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social no espírito da lei. Tais diretrizes tornam-se fundamentais para o estabelecimento de um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino de Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. (ABEPSS, 2004, p. 76)

A maturidade de um dos segmentos da categoria, no que tange ao projeto ético-político, expressa-se pela constatação de que a ética e a política não se separam, constituindo, portanto, uma unidade. Ambos são partes de um conjunto de valores e formas de intervenção no âmbito da luta de classes e entre projetos. Assim, elas devem perpassar todas as ações e comissões de trabalho do conjunto

do Cfess/Cress, sobretudo em países inseridos em um contexto do neoliberalismo, no qual a política econômica exigida pelo grande capital aumenta a concentração da riqueza e, em decorrência, a pobreza.

A globalização provocou, também, o agravamento da *questão social* e da violação dos direitos humanos, e para capacitar a intervenção nessa realidade, o conjunto Cfess/Cress aprofundou as discussões sobre a temática e passou a articular-se com as outras entidades que estavam inseridas nessa luta. Desse modo, a ética, a política e os direitos humanos, mesmo com a existência de uma comissão específica, passaram a constituir-se em eixos das ações do conjunto Cfess/Cress, fortalecendo assim, o projeto ético-político em seu processo de consolidação. As ações de fiscalização, do exercício profissional, passaram a ter uma dimensão educativa em todos os encaminhamentos.

De acordo com o relatório de gestão do período 1999-2002 ([2002? p. 11), “o grande desafio para o Cfess e a Comissão Nacional de Reformulação era garantir a superação da debilidade do Código anterior se perder o seu caráter de ruptura, ou seja, sua inscrição na construção do projeto profissional”, defendido na direção social de um dos segmentos da categoria. A qualificação profissional, em uma articulação Cfess e Abepss, atingiu um número significativo de assistentes sociais¹²⁰, dos quais cerca de 90% estavam vinculados ao mercado de trabalho. De acordo com o relatório de gestão 1999-2002, a atualização desses profissionais foi de fundamental importância para a fiscalização em uma abordagem preventiva, pois o seu conteúdo esteve pautado nos Diretrizes Curriculares de 1996 e no Código de Ética de 1993.

Para Netto (1996, p. 116),

a consolidação de uma determinada direção social estratégica não equivale à supressão das diferenças no conjunto da categoria ou à equalização dos vetores que compõem a cultura profissional e que (...) se uma direção social estratégica tem seu nervo num componente ídeo-político, ela está longe de reduzir-se a ele, envolvendo, necessariamente, o completo da cultura profissional.

¹²⁰ “O curso, [de especialização] em termos de seus resultados concretos, 698 [assistentes sociais] receberam o certificado de especialista, 19 receberam certificado de extensão, e 11, a certificado de aperfeiçoamento. Já numa segunda turma de extensão, aberta também para outras áreas, chegou-se ao seguinte resultado: (...) 181 concluíram o curso”, conforme o Cfess (RELATÓRIO DE GESTÃO 1999-2002, [2002?] p. 20).

Conforme o autor, ter a hegemonia e estar em luta pela sua manutenção não significa ter o monopólio da direção. Uma categoria constitui-se de um conjunto heterogêneo em movimento, já que a homogeneidade não se realiza nas condições contemporâneas. Segundo o autor, uma “direção consolidada é aquela que, sintonizada com as tendências sócio-históricas mais significativas, circunscreve o espaço de enfrentamento das diferenças em função de objetivos que fazem reconhecidos como legítimos e pertinentes” (NETTO, 1996, p. 116). Desse ponto de vista, a diferença profissional somente adquire sentido, ante uma determinada direção.

O autor continua:

o rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, preta de diversidades, mas que acabou, ao longo da década de oitenta e na entrada dos anos noventa, por gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir (e que vem ganhando corpo desde a última eleição presidencial) – direção suficientemente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde 1993: direção que pondo como valor central a *liberdade* fundada na ontologia do ser social assenta no *trabalho* como princípios fundamentais a *democracia* e o *pluralismo*, e posicionando-se em favor da *equidade* e a *justiça social*. (NETTO, 1996, p. 116-117, grifos do autor)

O Cfess ampliou sua participação no Comitê de Organizaciones Profissionais de Trabajo Social y Servicio Social de Mercosul, e na Federación Internacional de Trabajadores Sociales (Fits). Sob a coordenação do Brasil, no âmbito do Mercosul, foi realizado, em maio de 2000, no Uruguai, o I Seminário, sobre Ética e Trabalho Social, que contou com a participação de 120 profissionais representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Nesse seminário foram aprovados os princípios éticos para o Mercosul depois de dois anos de intenso debate. De acordo com o relatório da gestão do período de 1999-2002, [2002?], foi um “avanço importante, já que se trata de uma experiência inédita no Serviço Social, no espaço mundial” (p.14). O Cfess fez-se representar, também, na assembleia geral realizada, em julho de 2000, em Montreal, quando foi difundida a experiência brasileira de construção do “Código de Ética (já traduzido (...) para o espanhol e inglês), e participado dos debates do Comitê de Ética e do Comitê de Direitos Humanos daquela entidade” (14-15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relações de continuidade e ruptura entre a vertente de intenção de ruptura e o projeto ético-político do Serviço Social

No processo histórico da vertente de *intenção de ruptura* e do projeto ético-político, encontram-se colocadas as condições objetivas para discussão da tese proposta segundo a qual o projeto ético-político é uma construção coletiva forjada na luta política e na direção social do segmento progressista dos assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, os quais compõem a vertente de *intenção de ruptura*, organizada em suas entidades. Esse processo foi permeado por relações de continuidade e ruptura presentes na *intenção de ruptura* e no projeto ético-político da profissão de Serviço Social.

É um processo de parte da categoria profissional que se concretizou na convergência de um conjunto de acontecimentos histórico-sociais, econômicos, políticos e culturais, ocorridos no interior da categoria profissional, relacionados às lutas sociais concretas, tais como ao avanço da organização dos trabalhadores no confronto com a autocracia burguesa, ao amadurecimento teórico dos assistentes sociais vinculados à vertente de *intenção de ruptura* (em relação à ontologia do ser social e à teoria da revolução apontada por Marx), à emergência e consolidação articuladas dos cursos de pós-graduação na área do Serviço Social e na diversidade de produções da categoria. Assim, consolidou e se fortaleceu a organização dos assistentes sociais, de modo geral na afirmação de um horizonte calcado na teoria crítica e na ética de um novo projeto societário.

A perspectiva da análise baseou-se em determinações externas e internas, identificando como as relações de continuidade e ruptura foram apreendidas nas determinações sócio-históricas do Serviço Social brasileiro presentes nas relações de produção e reprodução do capital, no contexto da sociedade brasileira nas décadas de 1970 a 1990. Fundamentou-se ainda nos aspectos que demarcaram continuidades entre a *intenção de ruptura* e o projeto ético-político e naqueles que sinalizaram rupturas entre ambos e suas diferenças.

Do exame sócio-histórico da trajetória da vertente *intenção de ruptura*, a partir da década de 1970, revelaram-se os sinais de renovação do Serviço Social: a aguerrida luta contra o conservadorismo, em suas diferentes facetas no interior da profissão, a luta contra a ditadura militar e a tomada de posição pela descoberta de pertencimento a uma das classes sociais e a conseqüente aproximação com a organização dos trabalhadores.

Assim, no Brasil, ocorreu a construção de um projeto profissional crítico e de ruptura inicialmente, nas décadas de 1970 e 1980, quando foi retomado o processo de democratização da sociedade brasileira com grande expressão nas greves do ABC paulista, na esteira da erosão da ditadura militar que atingiu sua exaustão nos meados dos anos 1980. No início da década de 1970, de acordo com Netto (1991), os resultados do VII Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado no Equador, em 1971, apareceram com muita clareza para os assistentes sociais brasileiros participantes do VI Seminário Latino-Americano realizado, em Porto Alegre, em 1972. Porém, grande parte dos pesquisadores considera que o marco da reconceitualização do Serviço Social latino-americano foi o I Seminário Regional Latino Americano realizado em Porto Alegre, em 1965. Para esses pesquisadores ali deu-se o início da erosão do Serviço Social *tradicional*, um fenômeno de âmbito mundial que se desenvolveu no bojo de mudanças no padrão de desenvolvimento do capitalismo, o de *ondas longas* que, de acordo com Mandel (1985), vinha seguro desde a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, a tensão desencadeada no mundo capitalista, seja nos países centrais seja nos periféricos, criou um quadro favorável à mobilização da classe trabalhadora em defesa de seus interesses e necessidades. Nesse sentido, Netto (1991, p. 142) lembra a “baliza de 1968, de Berkeley a Paris, de Praga à selva boliviana, do movimento nas fábricas do norte da Itália à ofensiva Tet no Vietnã, das passeatas do Rio de Janeiro às manifestações em Berlim-Oriental assinala uma crise de fundo de civilização urbano-industrial”.

Esse foi o cenário externo em que se processaram os questionamentos e contestações do Serviço Social *tradicional* que, na América Latina, contou, no primeiro momento, com o protagonismo das entidades da categoria, a Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets) e o Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats). Na particularidade brasileira, o papel preponderante coube à Abepss, à Anas (1983 a 1994), ao Cfess/Cress e à Enesso.

No âmbito interno da categoria, nessas décadas, ocorreram questionamentos das ciências sociais, fontes nas quais o Serviço Social, historicamente, buscava os seus fundamentos. Assim, os assistentes sociais viram refutado o próprio campo de sua legitimação, quando ele necessitava sustentar seus pressupostos teórico-metodológicos. A revisão nas ciências sociais colocava em questão o funcionalismo, o empirismo, a superficialidade, dentre outros. Para Netto (1991, p. 144), essa foi uma “interdição de monta: a fonte primária da sustentação teórico-metodológica da construção profissional experimentava convulsões que repicavam no vazadouro construído pelo Serviço Social”. Outro elemento que contribuiu para a erosão do Serviço Social *tradicional*, com repercussão interna, ainda de acordo com esse autor, foi o deslocamento sócio- político de instituições, como as Igrejas, em particular a católica, que sempre deram sustentação ao Serviço Social. No entanto, desde os encontros de Medellín (1968) e de Puebla (1979), essas instituições religiosas decidiram, fundamentadas na *Teologia da Libertação*, fazer a opção pelos pobres, colocando-os na condição de sujeito de sua história. Também, os estudantes de Serviço Social, organizados em suas entidades, participavam desse movimento de contestação, no espaço da formação profissional, contribuindo, na condição de sujeitos, para o processo de erosão da legitimidade do Serviço Social *tradicional*.

Soma-se a esses acontecimentos a busca da validação teórica por um dos segmentos de assistentes sociais, que se confrontava com os problemas contemporâneos. Essa busca foi determinante para uma nova interlocução do Serviço Social com as disciplinas das ciências sociais e contribuiu para superar a subalternidade profissional presente em suas raízes históricas. Esse segmento de assistentes sociais rompeu com a neutralidade e conferiu peso considerável ao processo histórico da construção da resistência ao conservadorismo na profissão

No entanto, a ruptura de parte dos assistentes sociais com o conservadorismo teve seu marco na experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte, no começo da década de 1970, cuja continuidade ocorreu, de um lado, pela inserção desse segmento de assistentes sociais no movimento sindical, selando a redefinição da direção social e política das associações profissionais e transformando-as em sindicatos com a criação da Ceneas e, posteriormente, da Anas. O movimento de reorganização desses assistentes sociais ganhou impulso com cinco entidades (Sindicato dos Assistentes

Sociais de Minas Gerais, Associação Profissional de Assistentes Sociais (Apas) da Bahia, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo) e contou com o apoio do Celats em sua articulação e organização, culminando no III Cbas, também, denominado *Congresso da Virada*, em 1979. Nesse congresso, em que estiveram presentes 2.500 assistentes sociais, um dos segmentos da categoria, sob a direção da Ceneas, mudou a correlação de forças e se registrou ali o grande marco na história do Serviço Social no rompimento com o conservadorismo. Nessa mesma direção, no espaço da academia, em 1979, na XXI Convenção da Abess, realizada em Natal, deliberou-se por um novo currículo para o curso de Serviço Social, aprovado pelo MEC, em 1982. O novo currículo, mesmo apresentando avanços, ainda apresentava ambiguidades presentes no meio profissional, pois, não conseguiu ultrapassar alguns limites do currículo anterior, em razão de divergências de posicionamento político ideológico explicitado na Convenção de Natal. Professores de diferentes posições, com predominância da conservadora, já se confrontavam, a partir de 1975, nos espaços coletivos da Abess, sobretudo, nas convenções, sua instância de decisão. O segmento conservador era favorecido pela direção da Abess, que tinha à sua frente, na presidência, por duas gestões, uma professora declaradamente integralista.

No entanto, a proposta de superação de uma perspectiva assistencial para a promocional já aparecia no documento de Araxá, em 1967, havia mais de dez anos, mas o caráter promocional não explicitava diferenças com aquele inserido no currículo de 1979. De acordo com Yazbek (1989), a PUC de São Paulo apresentou uma proposta mais avançada de que aquela aprovada pela Abess. Para a autora, a proposta aprovada não exprimia o pensamento daquela unidade de ensino. Ao explicar a continuidade do conservadorismo no currículo de 1979, Yazbek (1989, p. 16) destaca: “Ele é, também, resultante de uma série de acordos, que expressavam as tendências contraditórias do serviço social brasileiro daquele momento, razão pela qual não foi um currículo homogêneo”.

Do ponto de vista teórico-metodológico e filosófico, a produção do Serviço Social, na década de 1970, era metodologista sustentada pelo neotomismo, que discutia a intervenção na realidade. Nesse sentido, Netto (1991) e Yamamoto (1995) referem-se à impossibilidade de questionamentos, teóricos e políticos, na época, em razão da ditadura militar. No entanto, nos meados da década, de 1970, o Serviço Social já contava com cursos de pós-graduação na área, e esse espaço, além de

contribuir para o avanço intelectual dos pós-graduandos, era, também, de articulação política, pois, os assistentes sociais, inseridos nesses cursos procediam de vários pontos do país e se constituíam em um dos segmentos mais politizado da categoria, como afirma Ramos (2007).

Os cursos de pós-graduação forjaram-se, portanto, na pesquisa e na reflexão e, assim, dentre os assistentes sociais que compunham esse programa, havia aqueles que apresentavam algumas formulações fundadas na tradição marxista e que contribuíram para o salto de qualidade com o objetivo de ir além de uma discussão metodológica. Colocou-se então em questão a análise teórica fundada no positivismo e na fenomenologia, e ocorreu o rompimento com essas concepções, com base em categorias como lutas de classes, trabalho, exploração, desigualdade social, totalidade, dentre outras. Discutiam-se a prática profissional e o papel do Serviço Social, inserido em uma dada realidade, em uma perspectiva histórico-teórico-metodológica que analisa a sociedade, o Estado e as políticas sociais pela teoria crítica. Esse segmento de assistentes sociais discutiam a realidade social ancorada no pensamento de Marx, recorrendo a fontes originais. Entretanto, essa não era a única concepção teórica a subsidiar a produção intelectual e a prática do Serviço Social, e assim, explicitava-se a existência do pluralismo na profissão.

As aproximações iniciais do Serviço Social com o pensamento de Marx ocorreram porém, de forma enviesada, recorrendo-se a fontes secundárias, como afirma Quiroga (1991). A construção de um *marxismo sem Marx*, porém, foi superada quando os assistentes sociais passaram a estudar obras de Marx em sua fonte original, com a inserção de assistentes sociais em cursos de pós-graduação, a partir da década de 1970. Assim, de acordo com Netto (1996), a tradição marxista ganhou forte legitimidade em um dos segmentos de assistentes sociais, na década de 1980, quando a produção de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social*, foi publicada, em 1982. A obra fundamenta-se no pensamento de Marx, e é resultado de pesquisa sobre o Serviço Social brasileiro, apoiada pelo Celats.

Essa foi a primeira de uma série de produções de assistentes sociais, optantes pela tradição marxista, que foi fortalecida com a criação dos cursos de doutorado em Serviço Social, no início da década de 1980. Ganhou-se espaço de divulgação com a revista *Serviço Social & Sociedade*, criada em 1979. Esta revista, aberta às publicações de outras categorias, possibilitou a circulação e intercâmbio

de saberes e experiências, ao acrescentar às produções de assistentes sociais latino-americanos, como as publicadas pelas editoras Ecro e Humanitas, ambas de Buenos Aires, na Argentina, e a *Acción Crítica*, lançada em Lima, no Peru, em 1976.

A criação e a implantação dos cursos de doutorado em Serviço Social, no Brasil, ocorreram em um contexto histórico de ampla mobilização da sociedade civil, e de exaustão da ditadura e de ruptura política. A organização sindical dos assistentes sociais avançou e, com ela, o processo de democratização das entidades da categoria. Os assistentes sociais criaram a Associação Nacional dos Assistentes Sociais, inseriram-se no movimento sindical e participaram da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de sua diretoria. Em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores e vários assistentes sociais vinculados à esquerda, quer ligados à tradição marxista, quer à Igreja Católica, aderiram a esse partido. Havia, também, aqueles que pertenciam aos partidos comunistas – o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), mas a predominância era de petistas. A conjuntura era de forte mobilização, e os assistentes sociais inseriram-se nas movimentações pelas Diretas Já e pela construção da Constituição Federal de 1988, defendendo uma constituinte soberana, democrática e sob o controle dos trabalhadores, e, ainda, nas discussões da reforma sanitária e do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras. Assim, no processo de construção do projeto ético-político, o segmento de esquerda da categoria, vinculada à vertente de *intenção de ruptura* definiu como uma de suas estratégias assumir a diretoria das entidades, recorrendo à aliança com os liberais, no início da década, para em seguida, ocuparem, a diretoria, na sua totalidade, o que ocorreu no final dos anos 1980 e início de 1990. A estratégia adotada pelo movimento, ou seja, pela oposição às diretorias dos conselhos, na época, foi ocupar, inicialmente, por meio de eleições, as diretorias dos conselhos regionais e, em seguida, concorrer às eleições do conselho Nacional.

Esse movimento expressava determinações externas e internas, com a *intenção de ruptura* do ponto de vista externo rebatendo no interno. No final da década de 1980, os assistentes sociais, vinculados à *intenção de ruptura*, já estavam à frente das entidades da categoria dando-lhes direção social e política. E, na década seguinte, iniciou-se o processo de discussão de um novo Código de Ética, que buscava superar as lacunas deixadas no Código de 1986. Este código,

sustentado na tradição marxista, rompeu¹²¹ com a concepção abstrata centrada no conceito de pessoa humana, própria da visão neotomista, inspirada em São Tomás de Aquino. Nesse código, identifica-se o marco histórico da ruptura com o código tradicional, o que não significou a superação do conservadorismo na profissão de Serviço Social, como afirma Netto (1996). No entanto, da mesma forma que a revisão curricular de 1982, a revisão do Código de 1986 deixou lacunas. Ambos fazem parte do mesmo projeto profissional, como afirma Barroco (2007). A autora considera que o Serviço Social, mesmo tomando conhecimento da base ontológica do pensamento de Marx, por meio de Lukács, e apresentada à categoria por Netto, desde o início dos anos 1980, como “uma das possibilidades de enfrentamento da questão ética no interior da tradição marxista, a sua apropriação pelo Serviço Social só emerge nos anos [19]90” (BARROCO, 2007, p. 175). As lacunas apresentadas na elaboração do Código de 1986 constituíram-se em objeto de reflexão dos assistentes sociais na continuidade de suas discussões sobre a ética no Serviço Social, e foram superadas no Código de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996. Assim, o Código de 1993 rompeu com sua base de sustentação orientada pelo marxismo tradicional que “reduz a ética aos interesses de classe”, como afirma Barroco (2007, p. 175), para sustentar-se na ontologia do ser social e em seus fundamentos prático-operativos, definindo como eixo norteador a defesa da universalização dos direitos, da qualidade dos serviços prestados e dos mecanismos democráticos de controle social, o que configurou, em decorrências rompimentos internos.

Ressalte-se que o processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social na década de 1980 transcorreu em conjuntura favorável ao avanço teórico e político dos assistentes sociais, porém, de acordo com Barroco (2007), ele não foi acompanhado da reflexão sobre a ética. Segundo a autora, a análise da produção de assistentes sociais vinculados à vertente de *intenção de ruptura*, na década de 1980, evidencia que “permanece praticamente inalterada em suas bases de sustentação, ou seja, a subordinação imediata entre ética e política, entre ética e

¹²¹ Para Barroco (2005, p. 120), existem “três dimensões de mudanças colocadas no Código de 1986 (a negação à neutralidade, aos pressupostos metafísicos e idealistas e ao papel profissional tradicional) que significam uma superação, com vistas a uma prática que tenha como pressuposto o real, e não modelos abstratos. Entretanto, apesar do avanço, o Código de 1986 apresenta resquícios de uma visão estática e unilateral. Ao explicitar uma vinculação profissional a determinada classe social, o Código pressupõe que ela é *boa em si*, o que elimina a historicidade das escolhas morais, tendo em vista que elas são perpassadas pela alienação e por valores que sem sempre correspondem às necessidades de uma classe”

ideologia não é questionada” (BARROCO, 2007 p. 170). Já a reformulação do código realizada por assistentes sociais no começo da década de 1990, contexto de implantação do neoliberalismo no Brasil, conseguiu dar o salto de qualidade. No início dessa década, o país vivia a mobilização da sociedade civil organizada, que discutia e reivindicava a ética na vida pública e política, culminando no *impeachment* do presidente em 1992. O Serviço Social já vinha discutindo as lacunas de seu Código de Ética, construído em 1986, e se firmava como profissão, de acordo com Netto (1996), além de contar com cursos de graduação na maioria dos estados do país, os de pós-graduação *stricto sensu* consolidavam-se com a implantação do primeiro curso de doutorado, em Serviço Social, o da UFRJ, no início da década de 1980. Nesse período, a Abess gozava de credibilidade e buscava fortalecer a pesquisa, debates em fóruns expressivos sobre a formação profissional e, a partir de 1987, procurou instituir um organismo acadêmico de pesquisa, o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas sociais (Cedepss). Vale registrar que os assistentes sociais já contavam com pesquisas reconhecidas pelas agências oficiais de fomento, portanto, estavam em condições de receber recursos, o que contribuiu para produção de um considerável acervo bibliográfico próprio, como afirma Netto (1996). Essas produções, segundo o autor, dispunham de espaços de circulação em órgãos universitários. Ampliou-se, nessa década, a presença de assistentes sociais brasileiros no processo de formação e eventos acadêmicos para outros países, sobretudo, na América Latina. Com esse acúmulo, as discussões para a reformulação do novo Código de Ética iniciaram-se nas bases da categoria, e teve seu ponto de convergência no I Seminário Nacional de Ética, realizado em agosto de 1991. A construção do novo Código de Ética de 1993 foi um processo imbricado com a dos demais componentes do projeto ético-político, quais sejam: a Lei de Regulamentação da Profissão e as novas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996. A Lei de Regulamentação da Profissão iniciou seu processo de tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal na década de 1980 e foi sancionada em 1993. Assim, o projeto ético-político expressa-se por esses três pilares e teve como participantes em seu processo segmentos conservadores e *progressistas*. No entanto, a hegemonia na direção social e política era do segmento de assistentes sociais integrantes da *intenção de ruptura*.

Essas conquistas conferiram às “correntes profissionais inspiradas na tradição marxista uma credibilidade tão forte que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva” (NETTO, 1996, p. 113), pois não encontravam condições para se manifestarem amplamente. Aqueles profissionais contavam, segundo o autor, com os vetores ideopolíticos e “jogavam contra o conservadorismo na categoria, construindo uma cultura profissional politizada à esquerda” (p. 113).

Porém, o início da década de 1990 foi o período em que as bases da supremacia teórico-cultural sustentada na tradição marxista começaram a ser deslocadas. Esse deslocamento, de acordo com Netto (1996), teve como elementos desencadeadores o colapso do *socialismo real*, com significativo impacto na esquerda e a ofensiva neoliberal, que teve como consequência a reconversão de inúmeros intelectuais no exterior e no país aos ideários da ordem vigente. Nesse deslocamento, contou muito mais o desvio ocorrido nos “meios acadêmicos com a maré-montante da pós-graduação (notadamente na sua versão neoconservadora): é no próprio espaço – universitário – em que aquela dominância se afirmara, que emergem os elementos que operam para desqualificá-la” (NETTO, 1996, p. 113). Essa desqualificação ganhou corpo rapidamente e, segundo Netto (1996, p. 114, grifos do autor),

o racionalismo dialético é posto sumariamente no mesmo nível da razão miserável positivista, e ambos são inapelavelmente, impugnados como paradigmas anacrônicos; a perspectiva de totalidade (bem como a análise sistemática que é seu corolário) é equalizada à *vontade totalitária*; a preocupação com a dinâmica histórica é infirmada pela atenção às *continuidades profundas*; a ênfase na macroscopia social é catalogada como discurso generalizante.

Assim, do ponto de vista teórico, no Brasil, conforme o autor, nos anos 1990, as correntes marxistas no campo profissional do Serviço Social passaram a ser criticadas pela lógica formal que emergia, no país, nesse contexto. Essa crítica não se apresenta como antimarxista, mas, para esse autor, ela aparece sob duas formas principais que se complementam: uma, refere-se à *ortodoxia*, e os que a fazem, no Serviço Social brasileiro consideram-na como sinônimo de dogmatismo. A outra, em lugar dos *equivocos* presentes nos trabalhos, critica as *lacunas*. Quanto à primeira forma, a ortodoxia, essas críticas são acompanhadas por propostas de *flexibilização* da perspectiva teórica, com a incorporação de autores, como Foucault, ou Habermas para a maioria. As tendências mais privilegiadas na indústria cultural e no

meio acadêmico são os pós-modernos. A segunda crítica dirige-se às escassas produções fundamentadas na tradição marxista, nos anos 1980, sobre as temáticas de cultura, de gênero e das minorias, o que esses críticos consideram uma incapacidade própria das correntes marxistas para o seu enfrentamento

O projeto ético político como um processo de construção coletiva, que se desenvolveu na década de 1980 e se consolidou nos anos 1990, trouxe em seu bojo uma heterogeneidade de pensamento, de concepções teórico-metodológicas, posicionamentos éticos, políticos presentes no Serviço Social. Ele também é herdeiro da *intenção de ruptura*, que se insere no processo de renovação, e perpassa o pensamento de esquerda, sobretudo, o fundado na tradição marxista; herdou, ainda, o pensamento conservador com suas diferentes matrizes. Portanto, o projeto ético-político é muito mais do que a *intenção de ruptura*, porque ele congrega as diversas posições que compõem o Serviço Social brasileiro. Mesmo com uma direção social e política emanada dos segmentos de assistentes sociais com opção de esquerda e fundada na tradição marxista, o projeto ético-político apresenta uma diversidade de concepções, as de tradição marxista, de liberais, de pós-modernos e de keynesianos.

No entanto, seus adeptos articulam-se por meio de tendências de oposição ao neoliberalismo protagonizado por Fernando Collor de Melo e continuado por Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990. Nessa década, a unidade da categoria expressava-se nos aspectos da organização, da produção teórica, da produção do código de ética, na formação profissional. Mas, o denominador comum dessa unidade é a oposição ao neoliberalismo, sobretudo, expresso na figura de Fernando Henrique Cardoso. Reafirma-se em torno dessa oposição concretiza-se a grande união de liberais keynesianos, de pós-modernos, até positivistas, ou empiristas; o que os une, do ponto de vista ético político e teórico-metodológico, um keynesiano com um marxista no projeto ético-político é a defesa da cidadania, da política social, dos direitos sociais. Essa condição não significa que eles defendam, ou tenham a mesma concepção e explicação dos acontecimentos presentes na realidade social, pois o que para o keynesiano pode ser finalidade, para o marxista é apenas um meio para atingir um fim.

Na década de 1990, houve uma desmobilização generalizada dos movimentos sociais, que foi acentuada nos anos 2000, sobretudo a partir de 2003, quando esses movimentos deixaram de enfrentar o governo, pois era o governo que

ajudaram a construir e a conquistar. Entretanto, esse governo continuou o desenvolvimento da política neoliberal e o que se vive, desde então, é uma desarticulação interna também de assistentes sociais sob o protagonismo do PT. Esse partido, que unificava uma proposta de construção de uma nova sociedade e aglutinava forças nessa direção, ao chegar ao poder, mesmo conhecendo significativas mediações, deu continuidade ao projeto neoliberal. Nesse governo, há uma confirmação do neoliberalismo, mas com diferença do governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso, no que se refere ao campo profissional, pois, na construção do projeto ético-político existem adeptos do atual governo, e, portanto, como governistas, cedem ao neoliberalismo, seja em sua política econômica, seja na política social. Esses governistas argumentam que está em execução não a política neoliberal e que eles continuam defendendo a política social universal para aqueles que têm direito. Mas, não se pode transformar quinhentos anos em um único governo. Esse argumento não é assumido pela direção social do projeto ético-político. Por outro lado, o governo de Fernando Henrique Cardoso registrou uma diferença, ele não se confrontou com o Serviço Social, mas com as ciências sociais. Os assistentes sociais estão vivendo atualmente o que as ciências sociais viveram no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando militantes da esquerda das ciências sociais abandonaram sua concepção e foram compor com o governo, como ocorreu com Francisco Weffort, que saiu do PT, para acompanhar Fernando Henrique Cardoso. Agora, o Serviço Social está vivendo com o governo de Luís Inácio Lula da Silva algo parecido, pois atualmente, o PT incorpora propostas do neoliberalismo. Trata-se de um dado novo, outro elemento externo rebate no projeto ético-político. Com o governo de Lula da Silva, criou-se um racha interno no Serviço Social, cuja origem é externa. Esse racha repercute nos quadros importantes do projeto ético-político, que se tornaram governistas, ao passo que outros assistentes sociais desse mesmo campo passaram para oposição, ou nela continuaram. Porém, rebater internamente no projeto ético-político não autoriza afirmar que quem faz parte do governo não defenda o projeto profissional dos assistentes sociais.

Continuidade e ruptura no projeto ético-político

Reafirma-se que as relações entre o projeto ético-político e a vertente *intenção de ruptura de continuidade e ruptura* devem ser apreendidas no seu processo de construção em uma perspectiva sócio-histórica e em uma dimensão de

totalidade. Assim, destacam-se alguns aspectos de continuidade considerados relevantes da *intenção de ruptura* presente no projeto ético-político, apresentados a seguir.

A *intenção de ruptura* fundada na tradição marxista subsidiou em parte a construção do projeto ético-político em sua direção política, mas ela não se esgota nele, o que lhe confere um elemento de continuidade. Em sua versão vinculada à tradição marxista, essa vertente continua presente entre as demais concepções teóricas que compõem o projeto ético-político. Os assistentes sociais com opção política pelo marxismo permanecem participando nas entidades Abepss, Cfess/Cress, assegurando-lhes a mesma direção social e política. Fundamentam sua análise da realidade social ancorada em categorias como totalidade, trabalho, dentre outras, esta última, como fundante e indissociável da *questão social*. O projeto ético-político constitui-se no espaço em que ocorre uma convivência plural, isto é, nele, coexistem diversas e diferentes concepções teórico-metodológicas o que confere ao pluralismo a condição de elemento de continuidade no projeto profissional.

Está presente a crítica radical à sociedade capitalista tanto na *intenção de ruptura*, quanto na direção social do projeto ético-político. No entanto, é importante salientar que, em virtude de sua heterogenidade, no projeto ético-político, também se faz presente uma crítica romântica, mas, de qualquer maneira, uma crítica à *sociedade* capitalista, que ocorre, ainda, nas produções do Serviço Social.

Tanto na *intenção de ruptura* quanto no projeto ético-político, a defesa da cidadania, de direitos sociais e outros, mantidas as diferentes concepções, há a crítica ao capitalismo com a sua conseqüente desigualdade e sobressai a necessidade de construir uma nova sociedade, seja no capitalismo ou fora dele; há ainda a defesa de certos valores que estão presentes nesses direitos e a necessidade de intervenção do Estado, por meio das políticas sociais.

Aspectos relevantes de ruptura entre a *intenção de ruptura* e o projeto ético-político:

Se os elementos de continuidade trazem semelhanças, aos de ruptura, mesmo apresentando-se de forma entrelaçada, como uma totalidade, conformam diferenças.

O projeto ético-político é o resultado de um processo de construção coletiva e articulada pelos assistentes sociais organizados em suas entidades Abepss, Cfess/Cress e Enesso, cuja direção social foi dada pelo segmento com opção teórico-metodológica pela tradição marxista. Essa construção, que se materializou na Lei de Regulamentação da Profissão, no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares, tripé que compõe o projeto profissional dos assistentes sociais, constituiu, também espaço de articulação e intermediação de unidades de ensino e instituições *locus* da prática profissional. Essa articulação permitiu ao Cfess/Cress descobrirem a possibilidade de interferir tanto na formação quanto na prática dos assistentes sociais. Evidencia-se a participação dessas entidades nas lutas fundamentais da profissão e nas condições objetivas da realidade social, que, com a especificidade de cada uma, foram estabelecendo os mecanismos e estratégias de articulação entre elas. O projeto ético-político tem uma organicidade e uma legalidade.

A *intenção de ruptura*, apesar de Netto (1991) denominá-la vertente no contexto histórico do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, não construiu uma relação orgânica que une os pensadores marxistas, pois ela se constitui em um conjunto de produções esparsas e em tempos diferentes. A sua identidade é a perspectiva teórico-metodológica marxista que, também, é heterogênea, em decorrência das diversas concepções da tradição marxista. Na *intenção de ruptura* não há lugar para os pós-modernos, os liberais keynesianos, os positivistas, dentre outros. Pode até estar invadida pelo positivismo, como afirma Quiroga (1991), mas está com o pé fincado no marxismo. Assim, quando se refere à *intenção de ruptura*, fala-se de um período no qual está presente um conjunto de obras de autores isolados. Eles não formam um grupo, que tenha sido organizado para discussões e nem existe uma articulação de uma produção com a outra.

No aspecto organizativo da categoria, há um rompimento com a direção social e política das entidades que, ao buscarem superar o conservadorismo na profissão, repudiaram a direção conservadora e legitimadora da ordem vigente, para apontar uma *direção social estratégica* rumo à emancipação humana. No entanto, isso não se pode afirmar que o projeto ético-político seja marxista, embora esta concepção esteja presente nele. Pode até haver uma presença marxista que aposte, em curto prazo, no desenvolvimento de políticas sociais universais, na defesa de alguns valores como direitos humanos e cidadania. Esses valores podem, em um

dado momento, serem incorporados pelos marxistas, pelas lições da história, mas são alicerçados no pensamento liberal. Os marxistas fazem críticas às políticas sociais que são defendidas pelos liberais keynesianos. A luta atual é contra o neoliberalismo.

O projeto ético-político apresenta maior amplitude que a *intenção de ruptura*, mas, para o seu entendimento, é necessário conhecer o processo histórico desta última, que está expressa nas produções, eminentemente marxistas e no protagonismo das entidades da categoria.

Se, nos anos 1970 e 1980, houve um processo ascendente de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, com a articulação das entidades da categoria materializou-se o projeto ético-político no início de 1990 e que se consolidou nessa década. Nos anos 2000, evidencia-se a desagregação do projeto ético-político pela continuidade da ofensiva neoliberal no governo Lula da Silva e as ameaças oriundas da refuncionalização do conservadorismo, que aparece com uma nova roupagem. Ela se expressa, ainda, nas precárias condições a que estão submetidas as universidades públicas brasileiras, pelas más condições de trabalho do corpo docente que rebate em seu cotidiano, comprometendo a qualidade do processo ensino-aprendizagem. De um lado, é expressiva a presença de escolas particulares com elevadas mensalidades a exigir que os estudantes busquem o mercado de trabalho precarizado para se manterem na universidade e, de outro, a proliferação de cursos de graduação a distância que incidem, também, no comprometimento da formação profissional do assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (Abeps). Conselho Editorial. Apresentação. *Cadernos da Abess*, São Paulo, n. 1, p. 3-4, jan. 1993 a.

_____. Relatório técnico do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Cadernos Abess*. São Paulo, n. 6, p. 117-129, set. 1993 b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)/CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS). Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. *Cadernos Abess*. São Paulo, n. 7, edição especial, p. 58-76, set. 1997.

_____. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, número especial, p.72-81, nov. 2004.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro R. A Anas e sua relação com o projeto profissional alternativo de Serviço Social no Brasil: contribuição para o debate. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 29-39, abr. 1989.

_____. *O novo sindicalismo e o serviço social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988*. São Paulo, Cortez, 1995, 315 p.

_____. *O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro*. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Unversidade Católica de São Paulo, São Paulo, 406 p.

ABREU, Marina Maciel. Pesquisa em Serviço Social: tendências na implementação das Diretrizes Curriculares. *Temporalis*. Brasília, ano 7, n. 14, p. 119-148, jul. /dez. 2007.

_____. Formação profissional e diretrizes curriculares. Revista *Inscrita*, Brasília, ano 7, n. 10, p. 11-16, nov. 2007.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. *Difícil caminho: sindicato e política na construção da democracia*. In: REIS, Fábio Wanderley et al. (orgs.). São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ANDERSON, Perry. *A crise do marxismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1984, 122 p.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-28.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1982.

_____. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC: as greves de 1978/80*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, 220 p.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. 155 p.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258 p.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 170 p.

_____. A desertificação neoliberal no Brasil. In: *Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados) 2006. p. 12-14.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Um relato para a história: Brasil nunca mais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 25, especial, n. 79, p. 27-42, nov. 2004.

_____. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: BONETTI, Dilséa Adodata et al, (orgs.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 118-122.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 222 p.

BATISTA, Alberto. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 20, n. 61, p. 63-90, nov. 1999.

BAPTISTA, Myriam Veras. Mesa-redonda do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 5-60, abr. 1989.

BEGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 247 p.

BEHRING, Elaine Rossetti. *A contra-reforma do Estado no Brasil*. 2002, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 339 p.

_____. *Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 24, n. 73, p. 101-119, mar. 2003.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991 a. 312 p.

_____. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80. et al.* (org), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 b. 196 p.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 1999, 247 p.

BORON, Atílio A. *A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Tradução de Ana Carla Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2001. 421 p.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. Tradução de Maria Alice da Silva Ramos. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987. 199 p.

BRAGA, Lea Lúcia Cecílio. *Conferência*. Brasília, 2001, 3 p. não publicado.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Lutas, desafios e conquistas da Escola de Serviço Social da UFRJ. 70 anos na história do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Coordenadoria de Comunicação, Divisão de Mídias Impressas. Rio de Janeiro: p. 57-66, UFRJ, 2007.

_____. O significado político profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, n. 100, p. 679-708, out./dez. 2009.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus constitutivos. *Inscrita*, Brasília, ano 7, n. 10, p. 5-10, nov. 2007.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social*. São Paulo: Cortez, Maranhão: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995. 276 p.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional: subsídios para o debate. *Cadernos da Abess n.7*, p. 15-57, São Paulo, (edição especial), nov. 1997.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *et al.* Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil. Determinantes históricos e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 5, n. 14, p. 104-143, abr. 1984,

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. *Cadernos Abess*. São Paulo, n.1, p. 17-42, jan. 1993.

CENTRO LATINO AMERICANO DE TRABALHO SOCIAL (Celats). Apresentação. *In: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço para uma interpretação histórico-metológica*. 2. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: Celats, 1983, p. 9-10.

CHAUÍ, Marilena. Editorial, a título de apresentação. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 1, n. 1, p. 3-4, set. 1979.

_____. *Convite à Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995, 440 p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8. *Cadernos de comunicação*. Bahia, 1995, 477 p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9. *Trabalho e projeto ético-político profissional*. Caderno de Comunicações. Goiânia, 1998.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10. *Programação e caderno de resumos*. Rio de Janeiro, 2001. 294 p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11. *O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos*. Programação Ccaderno de resumos. Fortaleza, 2004, 368 p.

CONSELHO EDITORIAL. Apresentação. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 1, p. 3-4, jan. 1993.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTE SOCIAL (Cfess). *Código de Ética*. Resolução nº 195 de maio de 1986. Brasília, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTE SOCIAL (Cfess) of. circ: sec/002, Brasília, 1987.

_____. Relatório de gestão 1990-1993, Brasília, maio, 1993.

_____. Relatório de gestão 1993-1996, Brasília, [1996?).

_____. Brasil, mostra a tua cara. *Relatório de gestão 1999-2002*, Rio de Janeiro, maio de 2002, 36 p.

_____; _____. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto Cfess/Cress. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 18, n. 50, p.172-190, abr. 1996.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTE SOCIAL (Cfess). Código de Ética Profissional do Assistente Social – 1993. In: BONETTI, Dilséia Adeodata *et al.* (orgs.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 215-230.

CORNELY, Seno Antônio. História da organização político-acadêmica do serviço social na América Latina *Temporalis*, Brasília, ano 4, n. 7, p. 50-62, jan./jun. 2003.

COSTA, Silvio. *Tendências e centrais sindicais*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995, 287 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, 224 p.

_____. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas: pluralismo e formação profissional. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 4, p. 5-17, jul. 1991.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *O camponês e a história: a construção da Utab e a fundação da Contag nas memórias de Lindolfo Silva*. (org.) São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004. 296 p.

DEL ROIO, José Luiz. *O que todo cidadão precisa saber sobre movimentos populares no Brasil*. São Paulo: Global, 1986, 92 p.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, Brasil: Livraria Martins Fontes, 1975, 446 p.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. Relatório de Gestão 2006-2007. Brasília. [2007?].

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 8, n. 24, p. 49-70, ago. 1987.

_____. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 26, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no mundo contemporâneo. In: FREIRE Lúcia M. B; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (orgs.). *Serviço Social política social e trabalho: desafios e perceptivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 23-44.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, 157 p.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 413 p.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986, 95 p.

_____. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual.* São Paulo: Hucitec, 1994, 210 p.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30.* Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1988, 240 p.

FREITAS, Vagner. *Federações e confederações oficiais e orgânicas da CUT e sua relação com os sindicatos.* http://www.cut.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2447&Itemid=170 5/9/2006).

FUHRMANN, Sérgio. Mesa-redonda do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 5-60, abr. 1989.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, 297 p.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes.* 2. ed. Tradução de Edgard Malagoli et al. São Paulo: Nova Cultura, 1986, p. VII a XXIII. (Os Economistas)

GUERRA, Yolanda Demétrio. *A instrumentalidade do Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1995, 215 p.

GUERRA, Yolanda Demétrio. *A racionalidade hegemônica do capitalismo no Brasil contemporâneo: uma análise das principais determinações.* 1998, Tese – Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo. 321 p.

_____. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 28, n. 91, (edição especial) p. 5-33, set, 2007.

HARVEY, David. *Condições pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* 12. ed. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003, 339 p.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 343 p.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 598 p.

_____. *A era do capital, 1848, 1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 459 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço para uma interpretação histórico-metológica*. 2. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: Celats, 1983, 383 p.

_____. *et al.* Relatório avaliativo da área de pós-graduação em Serviço Social (período: 1987/1989). *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 13, n. 38, p. 141-166, abr. 1992.

_____. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 6, p. 101-116, set. 1993

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 216 p.

_____. Serviço Social brasileiro e a articulação latino-americana. *Temporalis*, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 102-110, jan./jun. 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional. *In: BONETTI et al. (org.), Serviço Social e ética: um convite a uma nova práxis*. 6. ed. São Paulo: Cortez p. 87-103. 2005.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, 495 p.

IANNI, Octávio. Processo político e desenvolvimento econômico. *In: IANNI, Octavio et al., Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 13-58.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 223 p.

_____. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. revis e ampl. São Paulo: Ática, 1989, 164 p.

_____. *A crise dos paradigmas na Sociologia*. Campinas: Unicamp, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, set. 1990, 42 p.

JAGUARIBE, Hélio *et al.* *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 455 p.

KAMEYAMA, Nobuco. Crise e reestruturação no capitalismo tardio: elementos pertinentes para o Serviço Social. *In. 30 anos do curso de pós-graduação da ESS/URRJ, Praiavermelha*. (edição especial) n. 16 e 17, p. 228-277, 2007.

LESSA, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007. 359 p.

LOPES, Josefa Batista. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina. *Temporalis*, Porto Alegre, Ano 4, n 7, p. 63-69, 2003.

LUKÁCS, Georg. *História da consciência de classe (estudo sobre a dialética marxista)*. Porto, Publicações Escorpião, 1974, 598 p. (Biblioteca Ciência e Sociedade, 11).

_____. *As bases ontológicas da atividade humana*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. 44 p. (Temas 4)

_____. *A ontologia do ser social: os princípios fundamentais de Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, 174 p.

MACHADO, Leila Escorsin. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. 1997, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 247 p.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro de Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nova Cultura, 1985, 416 p. (Os Economistas)

MARTINELLI, Maria Lúcia. *et al.* O assistente social e a ação política. Entrevista com Luíza Erundina de Souza. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 17-31, set. 1979.

_____. Mesa-redonda do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 5-60, abr. 1989.

MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos brasileiros, v. 82), 265 p.

MARTINS, Omari Ludovico. *A organização dos servidores da Universidade Federal de Goiás*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. 183 p.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 328 p.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988 a. livro 1, t. 1, 292 p. (Os Economistas)

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988 b. livro1, t. 2, 292 p. (Os Economistas)

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Brune e Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, 138 p.

_____. *Para a questão judaica*. Tradução e publicação do Editorial “Avante”. Lisboa: Portugal. 1997, 97 p.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém Mascarenhas. *Mundo do trabalho e identidade política da classe trabalhadora*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília. 266 p.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997, 143 p.

MENEZES, Mindé Badauy. *As estratégias de construção de discurso de privatização da universidade brasileira*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 2002, 1093 p.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003, 288 p.

_____. Um projeto para o Serviço Social crítico. *Katálysis*. Florianópolis, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006.

NEGRI, Barjas. *A concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, 242 p.

NETTO, José Paulo. *A crítica conservadora à reconceptualização*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 59-75, mar. 1981.

_____. A redefinição da democracia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 7, n. 20, p. 16-26, abr. 1986.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, abr. 1989

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991, 333 p.

_____. A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. A produção do conhecimento e o serviço social. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 5. p. 7-16, maio, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano 17, n. 50, p. 67-132, abr. 1996.

_____. Prólogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998, 58 p.

NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1 Crise contemporânea, Questão Social*. Brasília: Caed, 1999 a. p. 93-109.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. LESBAUPIN Ivo (org.). *In: O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1999 b. p. 75-89.

_____. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. *Temporalis*. Brasília, ano 1, n. 1 p. 11-35, jan./jun. 2000.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 3. ed. Ampl. São Paulo: Cortez, 2001 a, 176 p.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001 b, 92 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 20)

_____. O movimento de reconceitualização: 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 26, n. 84, p. 5-20, nov. 2005.

_____. III Cbas: algumas referências para sua contextualização. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 100, p. 650-678, out./dez. 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004, 263 p.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. *In: SADER Emir; GENTILI Pablo (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 24-28.

_____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 150 p.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. *O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro. 306 p.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. O Código de Ética de 1993: signo da renovação do Serviço Social no Brasil. In. BONETTI, Dilséa Adeodata *et al.* (orgs.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 159-173.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Cadernos Mare da Reforma do Estado*, Brasília, n. 1, 1997. Não publicado.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977, 250 p.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006, 364 p.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino de metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991, 134 p.

RAICHELIS, Raquel. Mesa-redonda do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 5-60, abr. 1989.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Marcas e marcos para construção da história da ESS/UFRJ. *70 anos na história do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Coordenadoria de Comunicação, Divisão de Mídias Impressas. 2007. p. 37-56.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife. 325 p.

_____. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 26, n. 88, p. 160-181, nov. 2006.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. *O processo de formação profissional do assistente social: o estágio curricular obrigatório*. 2008, Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 282p.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. *In: BOITO JUNIOR. et al. O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 12-42.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura a democracia?* São Paulo: Atual, 1990, 92 p. (Série História Viva).

SALES, Mione Apolinário. *O Código de Ética de 1993: a reinvenção do debate da ética pelo Serviço Social*. (Tese 157) *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8. Caderno de Comunicação*, Salvador, p. 362-63. jul. 1995.

SANTOS, Lima, Leila. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 163-179, nov. 2007.

SEVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Editorial, a título de apresentação. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3-4, set. 1979.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. 1991. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 467p.

SILVA, Marlise Vinagre. Ética, direitos humanos e o projeto ético-político do Serviço Social. *Praivermelha*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 196-205, 2004. [ver o mes](#)

_____. A ética profissional: por uma ampliação conceitual e política. *In: BONOTTI, Dilséa Adeodata et al. (orgs.). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 137-144.

_____. *Virada na ética e nos conselhos de fiscalização profissional*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 100, p. 720-727, out./dez. 2009.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da et al. (coord.). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007, 311 p.

SILVA e SILVA. Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 100, p. 599-649, out./dez. 2009.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Experiência histórica e cotidiano no trabalho. *Inscrita*, Brasília, ano 7, n. 10, p. 17-24, nov. 2007.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, influência no Brasil, influência no Serviço Social*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina; São Paulo: Cortez, 1999. 281 p.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS do Distrito Federal. Ata da Assembléia, Brasília, out. 1987, p. 1

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 117 p. (Coleção Questões de Nossa Época, 78)

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 167 p.

SOUZA, Decyra Miranda. *Organização e luta dos trabalhadores da Previdência Social do Estado de Goiás*. Goiânia, 1990. Não publicado.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 16, n. 48, p. 35-57, ago. 1995.

VENTURA, Zuenir. *1968 o ano que não terminou*. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 314 p.

VIEIRA, Ana Cristina *et al.* O novo brotando do velho, ou a extinção da Anas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 16, n. 48, p. 159-161, ago. 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. *et al.* Projeto de revisão curricular da faculdade de serviço social – PUC-SP. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 5, n. 14, p. 29-102, abr. 1984.

_____. Mesa-redonda do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano 10, n. 30, p. 5-60, abr. 1989.

_____. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993. 184 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. *O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2, Reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Brasília: Cead, 1999, p. 89-99.

Z Aidan Filho, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papyrus, 1989. 87 p.

OUTRAS REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto-lei nº 19.443 de novembro de 1930, Rio de Janeiro. 1930

_____. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, Rio de Janeiro. 1930.

_____. Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, Rio de Janeiro. 1931.

_____. Lei nº 262 de 23 de fevereiro de 1948, Rio de Janeiro. 1948.

_____. Ministério da Fazenda. Superintendência da moeda e do crédito (Sumoc). Instrução 113 de 17 de janeiro de 1955, Brasília. 1955.

_____. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Brasília, 1964.

_____. Ato Institucional nº 2, de 11 de outubro de 1965, Brasília. 1965.

_____. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, Brasília. 1966.

_____. Lei nº 5.107, de 13 de novembro de 1966, Brasília. 1966.

_____. Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967, Brasília. 1967.

_____. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Brasília. 1967.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, Brasília. 1968

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 de dez. de 1968, Brasília. 1968.

_____, Decreto-lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, Brasília. 1969.

_____. Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, Brasília. 1979.

_____. Avisos do MEC nº 473 e 474, de novembro de 1982, Brasília. 1982.

_____. Lei nº 7.238 de 29 de outubro de 1984, Brasília. 1984.

_____. Congresso Nacional projeto nº 4.645/84, Brasília. 1984.

_____, Constituição Federal, 15 de outubro de 1988, Brasília. 1988

_____. Projeto Lei nº 3.903, Brasília. 1989.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Brasília. 1990.

_____. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Brasília. 1993.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, Brasília. 1993.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, Brasília. 1996.

_____. Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998. Brasília. 1998

FONTES ORAIS

Marilda Villela Iamamoto

Marlise Vinagre Silva